

ADRIANA IOP BELLINTANI
EDUARDO ERNESTO FILIPPI
VERONICA KORBER GONÇALVES
(organizadores)

AMAZÔNIA
Descortinada nas Relações Internacionais

EDITORA

AMAZÔNIA

Descortinada nas Relações Internacionais

AMAZÔNIA

Descortinada nas Relações Internacionais

ADRIANA IOP BELLINTANI
EDUARDO ERNESTO FILIPPI
VERONICA KORBER GONÇALVES
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Be2 BELLINTANI, Adriana Iop; FILIPPI, Eduardo Ernesto; GONÇALVES, Veronica Korber (organizadores).

Amazônia: Descortinada nas Relações Internacionais. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 343 p.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-89-2
https://doi.org/10.5281/zenodo.11549104

1 - Amazônia. 2 - Brasil. 3 - Estudos de Casos. 4 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Bellintani, Adriana Iop. III - Relações Internacionais.. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

PREFÁCIO

A Amazônia é uma região fundamental para o equilíbrio climático da América do Sul e do mundo, sendo o "coração biológico do planeta". Ela possui muitos superlativos globais, como a maior biodiversidade, o maior número de ecossistemas, o rio mais volumoso e o fato de ser responsável por até cinquenta por cento da reciclagem da água doce da bacia Amazônia. A sua importância é sentida na remoção de uma grande quantidade de carbono da atmosfera, por meio da fotossíntese, e na formação dos rios voadores a partir da eficiente reciclagem do vapor de água pela floresta.

O estudo da Amazônia é imperativo para identificar e trabalhar as questões que hoje representam um grande obstáculo para a sobrevivência da região, tais como as queimadas que, além de exterminar a floresta, causam muitas doenças, desmatamento, degradação e aquecimento global. Esses desafios e ameaças conduzem a Amazônia para um ponto de não retorno – a "savanização" da floresta – e o aumento da emissão de carbono nas áreas degradadas.

Nosso cotidiano e modo de vida está sendo afetado diretamente pelas mudanças climáticas. Para frear esse processo de degradação ambiental, precisamos investir em sociobioeconomia de floresta em pé e trilhar o caminho da sustentabilidade. As pesquisas apresentadas nesta obra revisitam questões climáticas e outros assuntos que dependem da Amazônia preservada, como seus habitantes e suas potencialidades.

Esta publicação, dirigida a estudantes, comunidade epistêmica, responsáveis por políticas públicas, profissionais da área de Relações Internacionais e público em geral, tem como objetivo divulgar, em linguagem acessível, os resultados das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos Amazônicos e Pesquisa em

Relações Internacionais (GEAPRI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pois a Pan-Amazônia carece de mais estudos para ampliar a utilização de seu potencial ambiental.

Os textos aqui apresentados fazem uma análise científica no âmbito da Amazônia, contribuindo para a conscientização da importância das ações em direção a uma economia comprometida com a biodiversidade, a nova sociobioeconomia, a conservação da floresta em pé, o respeito aos povos originários e os seus conhecimentos, ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza e do crime organizado.

Boa leitura!

Dr. Carlos Afonso Nobre

Pesquisador Sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
Negociações Diplomáticas na Amazônia Caribenha Colonial:
Os Colonos, os Povos Indígenas e os Viajantes 17

CAPÍTULO 2 |
Borracha: Fator de Desenvolvimento
Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial 49

CAPÍTULO 3 |
Cultura Macuxi e Preservação Cultural: Continuidades e
Descontinuidades na Arte e Tradição de Fazer Panelas de Barro 77

CAPÍTULO 4 |
O Desenvolvimento Amazônico pela Perspectiva da
Governança Econômica Indígena Brasileira: O Caso do Artesanato Baniwa 107

CAPÍTULO 5 |
Hidroelétricas, Desenvolvimentismo e Injustiça: Análise da Expansão do
Sistema Energético Brasileiro na Amazônia pela Lente da Justiça Energética 129

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
O Banco Mundial e a Amazônia Brasileira:
Um Caso de Hipocrisia Organizacional 159

CAPÍTULO 7 |
Segurança e Defesa Nacional na Amazônia:
Uma Análise das Ações Cívico-Militares na Região Amazônica 197

CAPÍTULO 8 |
Garimpo, Madeira Ilegal e Tráfico de Animais Silvestres:
Três Pilares do Crime Organizado Transnacional na Amazônia 245

CAPÍTULO 9 |
Evolução do Tráfico de Drogas na Amazônia do Brasil:
Panorama Histórico e Impactos para os Povos Indígenas 275

CAPÍTULO 10 |
A Transformação Logística do Exército
Brasileiro no Século XXI e a Amazônia 305

SOBRE OS AUTORES | 333

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Amazônia, com sua vasta dimensão e riqueza em sociobiodiversidade, é uma área estratégica para o Brasil e para as interrelações regionais e globais. A obra "Amazônia: descortinada nas relações internacionais" tem por objetivo abordar os mais diferentes campos da pesquisa acadêmica e expressar os resultados do Grupo de Estudos Amazônicos e Pesquisas em Relações Internacionais (GEAPRI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A comunidade epistêmica, nesses dez capítulos, apresenta considerações sobre os mais variados recortes temáticos, com destaque para os campos histórico, ambiental, energético, econômico, bem como segurança e defesa. Assim, a publicação mostra a interdisciplinaridade e a transversalidade presente nos estudos amazônicos e das relações internacionais.

A diversidade discursiva dos capítulos demonstra uma riqueza de abordagens e uma pluralidade de temas que se conectam intrinsecamente pelas mãos de uma floresta imponente que, mesmo em diferentes momentos da história mundial, movimenta sonhos, aventuras, desejos de domínios e a grande curiosidade dos cientistas e viajantes. Os capítulos, a seguir, são o resultado de uma aventura acadêmica que guiou a mente e o coração de seus autores.

O capítulo 1, "Negociações Diplomáticas na Amazônia Caribenha Colonial: os colonos, os povos indígenas e os viajantes", aborda a colonização da Amazônia Caribenha relatando os aspectos históricos e as negociações diplomáticas coloniais que foram realizadas à época. Utilizando vasta documentação primária, mostra o encontro entre os viajantes, os colonos e os povos indígenas do século XVIII ao início do século XX.

O capítulo 2, “Borracha: fator de desenvolvimento durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial”, trata sobre a importância da borracha desde seu o primeiro ciclo, iniciado na segunda metade do século XIX, quando o produto extrativista passou a exercer forte atração sobre empreendedores, até a Segunda Guerra Mundial. Graças ao látex, os rios amazônicos começaram a ser navegados, houve investimento para maior acessibilidade da região com a finalidade de escoar mais rapidamente a borracha.

O capítulo 3, “Cultura Macuxi e preservação cultural: continuidades e descontinuidades na arte e tradição de fazer panelas de barro”, versa sobre a importância da preservação do patrimônio cultural em Roraima, tendo como objeto de investigação a confecção das panelas realizadas pelo povo Macuxi e seu ritual de extração de barro, bem como as rupturas e continuidades presentes na identidade e na tradição das panelas Macuxi.

O capítulo 4, “O desenvolvimento amazônico pela perspectiva da governança econômica indígena brasileira: o caso do artesanato Baniwa”, demonstra o olhar do desenvolvimento econômico amazônico sob a perspectiva econômica indígena. Para tal, apresenta o estudo de caso do povo Baniwa localizado na região da Amazônia Legal, e defende que existem outras formas de relação entre o território e o desenvolvimento.

O capítulo 5, “Hidroelétricas, desenvolvimentismo e injustiça: análise da expansão do sistema energético brasileiro na Amazônia pela lente da justiça energética”, aborda as consequências do processo de eletrificação da Amazônia desde a ditadura militar até o período atual, e retrata um cenário de importantes injustiças energéticas na região. Ao considerar os fatores estruturais e ideológicos da produção de injustiças nos sistemas energéticos modernos, explicita como as políticas desenvolvimentistas impactaram na produção de injustiças energéticas na Amazônia Brasileira.

O capítulo 6, "O Banco Mundial e a Amazônia Brasileira: um caso de hipocrisia organizacional", analisa criticamente a relação histórica do Banco Mundial com a Amazônia, em especial pelo ponto de vista brasileiro, compreendendo os empréstimos realizados pela instituição na Amazônia Legal, e reflete sobre as diretrizes atuais do banco em relação à floresta. Enfatiza que os financiamentos da instituição na região possuem natureza contraditória, como a relação dos seus empreendimentos com o aumento de taxas de desmatamento, a redução da biodiversidade florestal e o deslocamento de populações locais.

O capítulo 7, "Segurança e Defesa Nacional na Amazônia: uma análise das ações cívico-militares na Região Amazônica", apresenta um histórico das ações cívico-militares na região. A pesquisa foca no emprego das Forças Armadas e no papel das estruturas militares na fronteira, construídas em contextos históricos adversos. Ressalta a necessidade de entender os fatores internacionais que influenciam as respostas à migração venezuelana recente e seus efeitos na segurança nacional.

O capítulo 8, "Garimpo, madeira ilegal e tráfico de animais silvestres: três pilares do crime organizado transnacional na Amazônia," desenvolve sua análise pela perspectiva da urgência em adotar medidas de preservação e de combate aos atos ilícitos do crime organizado que movimentam a economia ambiental ilícita. Desta forma, o capítulo mostra os crimes ambientais mais cometidos na Amazônia brasileira.

O capítulo 9, "Evolução do Tráfico de Drogas na Amazônia do Brasil: Panorama Histórico e Impactos para os Povos Indígenas", analisa os impactos do narcotráfico sobre as comunidades indígenas na Amazônia Brasileira e como o Brasil se tornou importante rota internacional do tráfico de drogas, principalmente pelas suas vias fluviais, donde se origina a atratividade do espaço amazônico para essa atividade ilegal.

O capítulo 10, "A Transformação Logística do Exército Brasileiro no Século XXI e a Amazônia", analisa as políticas de Estado para a Amazônia a partir da Era Vargas, abordando os desafios logísticos na Amazônia Ocidental e Oriental. Tais obstáculos, por sua vez, são relacionados com o processo de transformação do Exército Brasileiro no século XXI, que é orientado pelo Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), e aborda o Programa Calha Norte, SIVAM, SIPAM e SISFRON.

"Amazônia: descortinada nas relações internacionais" convida o leitor a se enredar pelos vastos caminhos epistemológicos apontados por mãos experientes e outras ainda no alvorecer da carreira acadêmica. Essa obra mescla o conhecimento de professores ao de precursores aprendizes, defendendo a construção democrática do conhecimento e uma horizontalidade de oportunidades. O GEAPRI mostra nesse trabalho os resultados de orientações e pesquisas e, acima de tudo, enfatiza que "a Amazônia nos une".

Ótima leitura!

Profa. Dra. Adriana Iop Bellintani

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Profa. Dra. Veronica Korber Gonçalves

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Negociações Diplomáticas na Amazônia Caribenha Colonial: Os Colonos, os Povos Indígenas e os Viajantes

NEGOCIAÇÕES DIPLOMÁTICAS NA AMAZÔNIA CARIBENHA COLONIAL: OS COLONOS, OS POVOS INDÍGENAS E OS VIAJANTES

Reginaldo Gomes de Oliveira

Atualmente, no século XXI, temos o rio Takutu e o rio Máu como marcos de fronteiras internacionais entre Brasil e Guyana. São rios interioranos, presentes na paisagem de savanas/lavrados e serras, separando terras e povos na fronteira entre os dois países. No passado, as indefinidas fronteiras internacionais amazônicas caribenhas eram marcadas pelo rio Branco (Brasil) e pelo rio Rupununi (Guyana). A dinâmica econômica e sociocultural na citada fronteira internacional iniciou-se pelos povos indígenas do tronco linguístico Arawak (Paraviana, Wapichana, Atorai) e Karíb (Akawaio, Warao, Makuxi, Patamona, Ingarikó, Wai Wai, entre outras famílias indígenas).

Após a descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo, a rede comercial indígena recebeu os produtos europeus por meio dos neerlandeses ou holandeses[1]. Assim sendo, foram firmando negociações e acordos mercantilistas entre os neerlandeses e povos indígenas, dinamizando a rede comercial amazônica caribenha, que foi ampliada e percorreu caminhos fluviais e terrestres.

[1] A República Neerlandesa foi criada em 1581, durante um intervalo da Guerra dos 80 Anos, com a fusão das Sete Províncias Unificadas dos Países Baixos então protestantes. A Província da Holanda era parte da República Neerlandesa e conquistou independência no século XIX, com o fim das Guerras Napoleônicas. No entanto, há documentos em português que confundem a República Neerlandesa com o país Holanda surgido no século XIX (OLIVEIRA, 2008, 2011).

Em consulta a algumas fontes documentais (GRAVESANDE, 1967; DALY, 1974; HULSMAN, 2007), identificamos informações publicadas no Relatório de Viagem de Abraham Cabelieu (1599), escritas durante viagem no navio neerlandês Zeeridder, para a ilhas do mar Caribe e Amazônia Caribenha (ilha da Guiana), comentando sobre o importante crescimento do comércio na mencionada região, instigado pelos regulares acessos dos navios neerlandeses. Nesse dinamismo mercantilista o navio Zeeridder acompanhado de navios menores, era a mais conhecida embarcação comercial, que abastecia colônias e entrepostos comerciais neerlandeses espalhados no litoral da Guiana, nos deltas dos rios Orinoco, Essequibo, Corentyne, Suriname, Oiapoque, Amazonas, chegando aos territórios interioranos pela imensa rede de trocas indígenas (HULSMAN, 2007; OLIVEIRA, 2008).

À vista disso, encontramos informações semelhantes nos relatórios de viagens de Sir Walter Raleigh (1596), exímio explorador com experiência militar trabalhando para a rainha Elizabeth da Inglaterra. Raleigh detalhou a existência do mito Eldorado e comentou sobre os lucros dos neerlandeses que exploravam o comércio na ilha da Guiana, com apoio e aliança com os indígenas do tronco linguística Karíb. O navegador Lawrence Keymis (1596), companheiro de Sir Walter Raleigh, também informou em seu relatório de viagem significativas contribuições para a cartografia colonial e registrou o comércio dos neerlandeses com os povos indígenas na ilha da Guiana. Keymis comentou que o rio Essequibo seria o caminho fluvial que levaria à cidade de Manoa, onde se encontrava o príncipe Eldorado. Muitos viajantes acreditavam que o rio Orinoco seria o caminho fluvial para o Eldorado (GRAVESANDE, 1967; SAN MARTIN,2002). Em todas essas viagens, os povos indígenas eram envolvidos nas negociações como intérpretes, carregadores, remadores, guias, cozinheiros, entre outras tarefas paradiplomáticas.

Posto isso, constatamos que o processo de colonização europeia incorporou os povos indígenas a outras negociações e a acordos diplomáticos. Os povos de línguas portuguesa, espanhola, holandesa, francesa e inglesa, foram firmando acordos ou alianças para ocupação e povoamento do território amazônico caribenho. Eram colonizadores e representantes oficiais das nações europeias, que foram povoando a região interiorana a partir do século XVII, dividindo as terras de savanas e serras com as diferentes famílias indígenas. Nesse período, o rio com maior movimento mercantilista para o interior amazônico era o Orinoco, com conexão com o rio Negro e Amazonas; além do rio Essequibo, com conexão com o rio Rupununi, Branco e Negro. Em todos os percursos fluviais existiam conexões por trilhas terrestres ligando distintas malocas, onde os diálogos e acordos entre os europeus e os líderes indígenas ou tuxauas eram firmados por meio do intérprete.

Desse modo, o nosso estudo aborda aspectos históricos e de negociações diplomáticas coloniais, que foram realizadas na região localizada no interior amazônico e caribenho. Uma região com plural identidade sociocultural e histórica, fazendo uso da figura do intérprete para comunicação, com distintas negociações ou acordos; também estabeleciam outras relações de parentesco, de compadrio, entre diversas interações, ampliando o conjunto de convívio sociocultural. Para o êxito de tal tarefa, foram levados para Amsterdam (Holanda) jovens indígenas que estudaram a língua e a cultura neerlandesa, tornando-se intérpretes. Ao retornarem para o singular contexto regional amazônico, os jovens indígenas e intérpretes auxiliaram os europeus na construção histórica pertencente aos antigos processos colônias na ilha da Guiana. Processos históricos e de relações internacionais pouco discutidos quando estudamos as memórias históricas ou as narrativas míticas do herói-cultural Makunaima, em diálogo com os pensamentos das relações internacionais ou com o processo colonizador europeu na

citada região (GOSLINGA, 1971; OLIVEIRA, 2003, 2006, 2008; HULSMAN, 2005, 2007).

Podemos dizer que são movimentos do pensamento ou pulsão vital e curiosa do espírito histórico e das relações internacionais coloniais, enredando não apenas o modo de identificar e interpretar os fragmentos do processo de negociações ou acordos pelos colonizadores, mas captar a conexão estreita entre o passado e o presente revelado pela história dos viajantes. São diversos processos socioculturais ou experiências de vida interagindo na realidade colonial, sendo ainda vividos no interior da referida região amazônica caribenha na condição de famílias socioculturais do século XXI.

Nesse sentido, levantamos um conjunto de informações históricas e relações internacionais publicadas nos relatórios dos viajantes, entre o século XVIII e o início do XX, permitindo analisar um plural discurso no processo histórico e de relações internacionais, que foram reunindo distintos grupos de europeus com os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak. Foram articulações diplomáticas elaboradas pelos colonizadores europeus, possibilitando abrir caminhos fluviais e terrestres para o povoamento neerlandês ou holandês, luso-brasileiro e britânico. Portanto, eram articulações com ajuda de intérpretes aproximando os diálogos ou narrativas colonizadoras com os povos indígenas, facilitando uma provisória demarcação geopolítica entre o Império do Brasil (1822-1889) e a Guiana Britânica (1814-1966). Somente na virada do século XIX para o XX, as mencionadas fronteiras foram oficialmente demarcadas por arbitragem, separando as famílias indígenas e os colonos, dividindo o território interiorano entre o Brasil e a Guiana Britânica (GRAVESANDE, 1911; OLIVEIRA, 2014, 2020, 2023a, 2023b; OLIVEIRA; CAVLAK, 2020).

Desse modo, o nosso estudo oferece uma breve reflexão teórica sobre essa temática regional amazônica caribenha colonial

até o início do século XX. É o resultado do nosso trabalho de investigação sobre o contexto histórico e os processos socioculturais no interior da ilha Amazônia Caribenha[2]. O referido grupo de estudos do Nupepa/UFRR fez uso das investigações de natureza histórica e arquivistas de Amsterdam (Holanda), cujas fontes são manuscritos inéditos neerlandeses que registraram a história dessa mencionada região na Amazônia Caribenha. Ao observamos a trajetória histórica desse específico lugar, identificamos nessas relações socioculturais o poder europeu exercido pela figura do intérprete, utilizando narrativas que possibilitaram firmar as diferentes alianças entre os colonizadores europeus, os missionários religiosos, os militares e outros representantes nacionais, com as distintas famílias indígenas do tronco linguístico Karíb ou Arawak. Eram alianças comerciais, de paz, de casamentos interculturais, mas também eram geradoras de conflitos ou tensões socioculturais, que foram modificando a paisagem no interior da Amazônia Caribenha e o modo de vida dos seus diversificados habitantes.

Hoje, ao admirarmos a imensidão da savana/lavrado e serras, ou as margens dos mencionados rios, surgem questões sobre os possíveis viajantes que percorreram no passado e continuam percorrendo as savanas entre os rios Branco (Brasil) e Rupununi (Guyana). Constatamos nos distintos relatórios de viagens ou documentos, que registraram o testemunho dos encontros interculturais, descrições dos diálogos travados durante as negociações para dar prosseguimento às expedições institucionais. Em geral, eram expedições de cunho científico sobre os recursos naturais, com atenção para elementos úteis para a rede mercantilista. Além disso, no contexto dos estudos dos viajantes, havia interesse

[2] O termo Amazônia Caribenha é uma reinterpretação no século XXI do território da ilha da Guiana, que desapareceu da cartografia histórica no século XIX, provocado pelo processo de independência na América do Sul e Caribe (OLIVEIRA, 2006, 2011, 2014).

pela mineralogia, para a fauna e flora, sem esquecer o contexto geopolítico e as relações entre os habitantes interioranos da Amazônia Caribenha.

Nesse aspecto, nosso capítulo versa sobre essa construção histórica dos viajantes coloniais, entre os séculos XVIII e começo do XX, em diálogos com autores da história regional e das relações internacionais que tiveram apoio teórico-metodológico no pensamento decolonial ou pós-colonial revelados por autores como Mignolo (2003, 2017), Reis e Andrade (2018). São diálogos teórico-metodológicos que apontaram para outros olhares de elaboração histórica regional e suas fronteiras amazônicas, provocando significativas contribuições ao nosso conhecimento quando pensamos na relação histórica dos viajantes e seus encontros com falantes em português, espanhol, holandês, inglês, sem contar com as distintas línguas dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb ou Arawak.

Nesse caso, a nossa reflexão neste capítulo divide-se em dois momentos. O primeiro momento se dedica ao período colonial dos séculos XVII e XVIII. Foi o momento do final da Guerra dos 30 Anos (1618-1648), da Guerra dos 80 Anos (1568-1648), da Guerra da Restauração Portuguesa (1640-1668), que trouxeram dificuldades para o reino espanhol colonizar e defender o território Amazônico. A região foi disputada e conquistada por outras nações europeias que tiveram apoio e firmaram alianças com o os distintos povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak. No segundo momento, faremos uma abordagem sobre os viajantes do século XIX e começo do XX, que foi o período das guerras napoleônicas (1803-1815) e do Congresso de Viena (1814-1815), das independências nas Américas e Caribe, reorganizando os acordos diplomáticos e os marcos fronteiriços entre o Brasil e os vizinhos amazônicos caribenhos.

VIAJANTES COLONIAIS NA AMAZÔNIA CARIBENHA: SÉCULOS XVII E XVIII

A obra do historiador holandês Johannes Laet denominada Nieuwe werel ofte Beschrijvinghe van West-Indian, que sistematizou informações da ilha da Guiana e ilhas do mar Caribe, foi uma das primeiras publicações com apoio nos relatos dos viajantes, que possibilitou base para as interpretações históricas e geopolíticas, envolvendo situações diplomáticas entre os europeus e os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak. Os relatórios produzidos pelo governador e comandante Laurens Storm van Gravesande, da colônia neerlandesa do rio Essequibo na década de 1630, para a diretoria da Companhia das Índias Ocidentais, foram outras importantes fontes documentais regionais amazônicas. Eram relatórios que auxiliaram na sistematização e elaboração de obras históricas sobre o interior da Amazônica Caribenha, com foco na região dos rios Rupununi e Branco (GRAVESANDE, 1911; GOSLINGA, 1971; THOMPSON, 1987).

Apesar dos diversos conflitos armados na Europa provocados pelas Guerras dos 30 Anos, Guerra dos 80 Anos, Guerra da Restauração Portuguesa, o processo de povoamento europeu e expedições de viagens na região amazônica caribenha continuaram. Os representantes da Companhia das Índias Ocidentais intensificaram os diálogos de paz com os povos indígenas e os colonos, ampliaram autorizações para instalação de postos de comércios e fortalezas de propriedade da República Neerlandesa. Nesse período, encontramos referências sobre a viagem do irlandês Bernard O'Brien del Carpio, que fez aliança com os indígenas do tronco linguístico Arawak e trabalhou para a República Neerlandesa na Amazônia Caribenha, por volta da década de 1630. Descontente com os neerlandeses, O'Brien escreveu um relatório para o rei da Espanha Felipe IV denunciando os vultosos lucros dos neerlandeses

na região e a utilização dos serviços indígenas no interior da Amazônia Caribenha, ou ilha da Guiana (GRAVESANDE, 1911; HULSMAN, 2005).

A disputa europeia para ocupar e explorar a ilha da Guiana, com entradas para o interior pelos rios Orinoco, Essequibo, Corentyne, Oiapoque e margem esquerda do delta do rio Amazonas, era impulsionada pelas notícias do Eldorado e do lucrativo comércio neerlandês, que fazia uso da rede de trocas indígenas. Nessa perspectiva, no fim do século XVII e todo o século XVIII, a grande América Amazônica indígena, inicialmente propriedade espanhola, foi compartilhada com outras nações europeias inimigas da Espanha, que também faziam acordos ou alianças com os povos indígenas do tronco linguístico Karib e Arawak. Um projeto colonial europeu que gerou também conflitos entre colonos e povos indígenas, incitados pelo uso da mão de obra escrava indígena.

Assim, tivemos notícias da rota do rio Corentyne que ligava o comércio entre a colônia do Suriname e os povos indígenas no rio Rupununi e rio Branco. Por ordem do Lord Johan Coutier, governador da colônia neerlandesa do Suriname, foi autorizado ao judeu e comerciante em Paramaribo, Gerrit Jacobsz, realizar uma viagem ao interior ou à região dos rios Rupununi e Branco. Jacobsz iniciou a viagem em 1718, navegou pelos rios Corentyne, Essequibo, Rupununi, Takutu e chegou ao rio Branco. Negociou com índios Akawaio, Makuxi e também, Paraviana, Wapichana, Atorai, regressando em 1720 para o Suriname. O relatório de Jacobsz celebrou o sucesso da viagem, pois ampliou o conhecimento cartográfico, sociocultural, comercial, com a exploração interiorana. Jacobsz firmou acordos para consolidação do comércio neerlandês, além da compra de escravos indígenas, para os distintos trabalhos no litoral. Nesse caso, podemos dizer que a viagem de Gerrit Jacobs levantou importantes dados sobre os povos do tronco linguístico Karíb e Arawak, além de informações mineralógicas, dos produtos

para o comércio, da presença dos missionários portugueses no aldeamento Aracary, localizado no rio Negro, territórios dos índios Manao (HULSMAN, 2011; OLIVEIRA, 2014).

Por volta de 1738, a Colônia do Essequibo era governada pelo comandante Hermanus Gelskerke, tendo como secretário geral, Laurens Storm van Gravesande, que depois assumiu a administração da referida colônia neerlandesa. No citado ano, Storm van Gravesande autorizou uma viagem para o interior do rio Essequibo, com extensão para os rios Rupununi e Branco. Para comandar a expedição, indicou o alemão a serviço da colônia, Nicholas Horstman, que deveria explorar e ocupar o interior em nome da República Neerlandesa. Horstman navegou pelos rios Essequibo, Rupununi, Takutu, Maú, Branco e chegou ao aldeamento Aracary no rio Negro, onde negociou com os missionários carmelitas que trabalhavam para os portugueses.

Nessa região amazônica caribenha interiorana desconhecida, Horstman contou com apoio de escravos africanos e indígenas, sendo alguns intérpretes, facilitando a empreitada colonial neerlandesa na região. O governador neerlandês da Colônia do Essequibo pretendia colonizar a região interiorana com apoio de Horstman, que tinha autorização para assinar acordos de paz e alianças com os líderes indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, incorporando na empreitada colonizadora os povos indígenas do rio Rupununi e rio Branco. Porém, tal projeto não teve sucesso, pois em 1741 noticiou-se o desaparecimento de forma misteriosa de Nicholas Horstman. O governador Storm van Gravesande escreveu várias cartas para o interior amazônico e não teve respostas (GRAVESANDE, 1911; GOSLINGA, 197; OLIVEIRA, 2003, 2008, 2020).

Foi nesse dinamismo colonizador interiorano, que os representantes do reino português chegaram ao rio Branco, na segunda metade do século XVIII. Nesse período, D. José I era o rei

de Portugal e tinha como primeiro secretário o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, que implantou uma política socioeconômica para a região Amazônica portuguesa, contando com apoio dos povos indígenas da região. Entretanto, os embates entre Espanha, República Neerlandesa, França, Portugal e Inglaterra continuaram de forma violenta. Todas essas referidas nações envolviam os guerreiros indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, que se aliavam às distintas nações da Europa na conquista do território amazônico caribenho. No contexto dos combates armados, havia guerras entre os próprios indígenas de língua Karíb ou Arawak, por discordarem do projeto colonizador europeu. No entanto, a guerra intertribal foi uma ferramenta usada pelo colonizador europeu em favor do seu projeto colonial e consolidação do território e da vida dos povos indígenas como sua propriedade.

Entre os anos de 1774 e 1775, o ouvidor e intendente-geral da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, foi autorizado pela Coroa portuguesa, durante o reinado de D. José I, a realizar uma viagem exploratória pelo interior do rio Negro e do rio Branco. O ouvidor Ribeiro Sampaio deveria detalhar as diferentes informações do processo de ocupação portuguesa na citada região do interior amazônico caribenho, que era visitada por neerlandeses e espanhóis. Apesar dos relatórios dos missionários carmelitas, o reino português tinha pouco conhecimento sobre as savanas e serras no rio Branco, com o seu diversificado povoado indígena.

Em seu Diário de Viagem, o ouvidor Ribeiro Sampaio detalhou os acordos de paz e as alianças com os povos indígenas em nome de Portugal. Detalhou sobre a variação de línguas dos povos indígenas do rio Branco e das possibilidades de se tornarem súditos da coroa portuguesa. Nesse sentido, as informações do referido ouvidor e intendente ampliaram o conhecimento sociocultural, geográfico e hidrográfico, como também sobre os povos indígenas e

seus povoados, que mantinham contato e negociações com os protestantes neerlandeses (holandeses). Diante disso, no seu Diário de Viagem, o ouvidor Ribeiro Sampaio fez denúncias do lucrativo comércio dos neerlandeses com os povos indígenas, cujos produtos circulavam pelas savanas e serras entre os rios Rupununi e Branco, chegando ao rio Negro. Assim sendo, o ouvidor Ribeiro Sampaio sugeriu a construção de uma Fortaleza, consolidando a presença militar na região do rio Branco, como também a criação de gado para agilizar o processo colonial português entre os povos indígenas (SAMPAIO, 1825; OLIVEIRA, 2023a).

Para tal empreendimento colonial, os missionários deveriam intensificar o processo de evangelização na língua portuguesa. Havia preocupação do reino português e dos governadores do Grão-Pará e Maranhão[3] sobre a presença neerlandesa na região e do comércio com os povos indígenas. Tais preocupações foram suscitadas pelos relatórios dos missionários religiosos, que navegavam e evangelizavam no rio Negro. Os missionários carmelitas haviam enviado cartas e relatórios denunciando a aliança dos neerlandeses com os povos indígenas no rio Branco, com extensão para o rio Negro. Para os portugueses, as negociações com os europeus protestantes, dificultava o avanço do catolicismo português no rio Branco. Além das alianças comerciais, os missionários comentavam das alianças dos indígenas Paraviana com os Manao no tráfico de escravos indígenas para os neerlandeses. Os administradores portugueses na Amazônia solicitaram ao rei de Portugal medidas enérgicas para expulsar essa gente inimiga que estava ocupando o interior da região no rio Branco.

[3] Entre 1772 e 1774, foram desmembradas terras do Estado do Grão-Pará e Maranhão para criação de dois Estados Independentes: Maranhão e Piauí com sede em São Luís; Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém. Tais ações geopolíticas faziam parte das políticas do Marquês de Pombal para a Amazônia Portuguesa (OLIVEIRA, 2020, 2023a).

Diante de tal situação, o rei D. José I aceitou as sugestões, e expressou, por meio da Carta Régia de 1775, uma autorização para construção de uma fortaleza no rio Branco. Para o comando do pelotão militar e da construção da citada fortaleza, foi designado o alemão capitão e engenheiro Phillip Sturm, que trabalhava para os portugueses. Com um pequeno contingente militar, o capitão Sturm navegou pelo rio Negro e chegou ao rio Branco, com o objetivo de escolher o melhor terreno para a construção da fortaleza. O capitão e comandante Sturm recebeu ordens de expulsar qualquer estrangeiro e durante a construção da fortaleza, dialogar com os líderes e os tuxauas indígenas, firmando acordos de paz e alianças para promover aldeamentos indígenas na região, em nome de Portugal.

Ao se estabelecer na junção dos rios Takutu, Uraricoera e Branco, o capitão Sturm iniciou a construção do forte na margem esquerda do delta do rio Takutu, no encontro com o rio Uraricoera, que era o ponto de formação do rio Branco. O capitão Sturm observou que nesse ponto hidrográfico teria acesso fácil de navegação pelos rios Uraricoera e Takutu, com possibilidade de impedir a invasão espanhola ou neerlandesa (holandesa) por essas vias fluviais. Para tal ação, o referido alemão seguiu a recomendação diplomática do diálogo e celebração de acordos de paz com as lideranças indígenas ou tuxauas do tronco linguístico Karíb e Arawak. Com a intenção de regimentar indígenas para o serviço militar e outras tarefas na fortaleza, o capitão Phillip Sturm estabeleceu um aldeamento nas proximidades do forte, sendo denominado São Felipe. Contudo, parte dos indígenas regimentados não aprovaram as duras condições da jornada de serviços, pois tinham uma vida nômade e sem horários marcados para o cumprimento das tarefas. Com tal situação opressora, o capitão Sturm apaziguou algumas rebeliões indígenas com duras repressões, causando a fuga de famílias indígenas dos aldeamentos portugueses (OLIVEIRA, 2003, 2023a).

Entretanto, o capitão Sturm teve sucesso na conquista e ocupação da região escolhida. Enquanto o forte era construído, chegou navegando pelo rio Takutu um pequeno pelotão de soldados espanhóis que estavam na região do rio Rupununi. O contingente militar espanhol dialogou com os portugueses que foram informados da missão militar espanhola no rio Rupununi. O encontro gerou certa tensão entre os militares, mas os dois comandantes (português e espanhol) souberam fundamentar o compromisso diplomático entre os reinos ibéricos. Estabelecida uma relação tranquila ou paz, o empreendimento planejado pelos portugueses seguiu e os militares espanhóis continuaram viagem navegando pelo rio Uraricoera, onde travaram diálogos com povos indígenas. A literatura histórica brasileira não informou a data exata do início da construção do Forte, que recebeu o nome de São Joaquim. Porém, foi divulgado que por volta de 1778 o forte estava funcionando sob a provisória administração do comandante e capitão Sturm.

Entre os anos de 1783 e 1792, realizou-se a viagem exploratória e científica do brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira na região interiorana amazônica portuguesa. Ele residia em Portugal e recebeu a autorização da rainha D. Maria I, com a missão de levantar dados e detalhar melhor as informações sobre o Brasil Central e Amazônia. Desse modo, Alexandre Rodrigues negociou com colonos, militares, religiosos e indígenas no Estado do Grão-Pará e Rio Negro, nas Capitanias do Mato Grosso e Cuiabá, onde recebeu apoio na empreitada fluvial que chegou até o rio Branco. O relatório da viagem trouxe diversificada informação sobre a região interiorana amazônica, detalhando aspectos da fauna, da flora e das diferentes populações indígenas, dos colonos e das relações políticas e socioeconômicas, presentes em cada localidade.

Além disso, os seus exímios desenhistas ilustraram variados cenários, povos e outros elementos socioculturais encontrados durante a viagem. O Diário de Viagem de Alexandre Rodrigues

ampliou a informação e deu visibilidade sobre os habitantes de cada região visitada. Fez o levantamento do número de colonos brancos, índios, escravos africanos, de mulheres, jovens, crianças e velhos. Anotou dados referentes à produção de alimentos, contabilizando informações da colheita do milho, mandioca, arroz, tabaco, cacau e café. A catalogação ou inventário amazônico elaborado por Alexandre Rodrigues serviu para o reino português traçar novas sugestões para tornar mais eficaz o mercantilismo português na região amazônica (FERREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2003).

Aproximadamente em 1792, com os vários serviços em andamento para o funcionamento do Forte São Joaquim, o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D'Almada, resolveu dinamizar a colonização portuguesa no rio Branco. Lobo D'Almada nasceu em Portugal em 1745 e prestou serviço militar na Amazônia, quando comandou o Forte de São José de Macapá por dois períodos: 1769-1771 e 1773-1784. Tempos depois, foi indicado para governar a Capitania do rio Negro, onde realizou viagens exploratórias e levantou dados sobre a fauna, flora e dos habitantes da região interiorana amazônica. O período áureo do seu governo foi entre os anos de 1786 e 1799, quando mudou a capital de Barcelos (antiga maloca Muriuá, dos povos Manao), para o povoado denominado Lugar da Barra (hoje Manaus), com melhor localização geopolítica entre os rios Negro e Solimões (Amazonas).

Lobo D'Almada elaborou uma proposta colonial para consolidar a presença portuguesa na região com ocupação militar e também socioeconômica. Desse modo, dialogou e firmou paz com os povos indígenas do rio Branco para o empreendimento e introdução da cultura pecuária. O próprio governador da Capitania do rio Negro Lobo D'Almada fundou a denominada fazenda São Bento. Seguindo o mesmo objetivo, o comandante do Forte São Joaquim, Nicolau de Sá Sarmento (1787), instalou a Fazenda São Marcos nas proximidades do citado forte. Em seguida, um rico

morador do rio Negro, o capitão José Antônio Évora, também foi comandante do Forte no rio Branco (1794), instalou uma fazenda denominada São José (OLIVEIRA, 2003, 2020, 2023a).

Estas fazendas constituíram o cenário entre savanas e serras no rio Branco e foram se misturando com os territórios das fazendas entre savanas e serras no rio Rupununi, por todo o século XIX até o começo do XX. A documentação histórica não informou o número de trabalhadores livres e escravos nas fazendas e no forte São Joaquim, mas percebemos que a prática mercantilista envolvendo colonos, indígenas, militares, entre outros, fortaleceu a colonização europeia no interior amazônico caribenho com o trabalho dos povos indígenas. No entanto, os conflitos e as tensões sociais entre colonos portugueses e os povos indígenas estavam sempre ocorrendo. Eram conflitos gerados por distintas famílias indígenas que não aderiram ao pertencimento do reino de Portugal. Indígenas do tronco linguístico Karíb ou Arawak aldeados eram conduzidos para os diferentes setores administrativos e militares da colonização e obrigados a cumprir longas jornadas de trabalho para os portugueses.

Durante o processo de colonização, utilizando a cultura pecuária no interior da Amazônia Caribenha, a região litorânea amazônica vivenciava embate armado entre a França e Portugal, decorrente das Guerras Revolucionárias que eram travadas na Europa em fins do século XVIII e começo do XIX. Tendo o apoio da Guiana Francesa, a França liderava a guerra contra os portugueses estabelecidos no Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém. Portanto, era o momento também do governador do Grão-Pará, Francisco Coutinho[4], enviar militares portugueses para missões de reconhecimento das terras pertencentes ao Grão-Pará e Rio Negro com extensão para o rio Branco. O reino de Portugal necessitava de

[4] Francisco Maurício de Sousa Coutinho, almirante da Armada Real e governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos de 1790 e 1803 (OLIVEIRA, 2020, 2023a).

informações cartográficas detalhadas para confirmar e definir suas fronteiras amazônicas na região interiorana, com os neerlandeses (holandeses), britânicos, franceses e espanhóis.

Foi nesse contexto de guerras que encontramos notícias de uma importante viagem pelo interior amazônico caribenho, comandada pelo militar brasileiro Francisco José Rodrigues Barata. O governador do Grão-Pará e Rio Negro, almirante Francisco de Souza Coutinho, enviou o militar Barata para uma missão diplomática na colônia neerlandesa do Suriname. Diante da instabilidade no litoral, causada pela guerra com a França, Barata não poderia viajar pela faixa litorânea da Guiana Francesa. Sugeriu-se que a viagem percorresse o longo caminho fluvial, pelos rios no interior da Amazônia Caribenha. Com essa decisão, a expedição comandada por Francisco Barata deixou a cidade de Belém e navegou pelos rios, Amazonas, Negro e Branco em direção ao rio Rupununi e rio Essequibo, até o mar caribenho.

Por conseguinte, a expedição de Barata navegou pelo litoral do mar Caribe, passando pela capital Georgetown (Colônia neerlandesa do Demerara) até Paramaribo, capital da colônia do Suriname. O caminho fluvial traçado pela expedição do militar Barata seguiu as informações divulgadas no mapa de Nicholas Horstman (1740-1741), que detalhou a cartografia fluvial do interior da Amazônia Caribenha. Em todo esse percurso, o comandante da expedição dialogou com os representantes oficiais portugueses, neerlandeses e líderes indígenas ou tuxauas. Franciso Barata mostrou documentos oficiais referentes à missão diplomática, negociou com comandantes dos fortes portugueses (do rio Negro e do rio Branco), além dos oficiais militares neerlandeses e administradores da colônia do rio Essequibo e da colônia do rio Demerara. Em todas as paradas para os acordos e prosseguimento da viagem, o militar Barata recebeu apoio e colaboração dos povos

indígenas Manao, Makuxi, Wapichana, Akawaio, até chegar ao Suriname.

A missão de Francisco Barata era entregar uma carta de sua Majestade de Portugal D. Maria I, para o doutor Davi Nasser, o líder do grupo de judeus portugueses estabelecidos em Paramaribo (Suriname). A referida carta era considerada secreta, escrita em agradecimento da coroa portuguesa ao citado grupo de judeus, pelo prestativo apoio e acolhida aos militares portugueses que tinham sido atacados pelos navios franceses na costa da Guiana ou Amazônia Caribenha (PIRES, 2013; RICCI, 2013; OLIVEIRA, 2023a). Nesse sentido, as variadas memórias dos viajantes dos séculos XVII e XVIII, registradas em seus relatórios ou diários de viagens, tornaram-se importantes para interpretação das distintas relações socioculturais, econômicas, religiosas, militares, vividas pelos colonos europeus e povos indígenas no interior da Amazônia Caribenha, com múltiplas línguas e paisagens cortadas por rios e trilhas terrestres, em conexão entre o interior e o litoral amazônico caribenho.

VIAJANTES COLONIAIS NA AMAZÔNIA CARIBENHA: SÉCULOS XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Os eventos revolucionários e de guerras travados na Europa, Caribe e Amazônia Caribenha, durante o século XIX e início do XX, revelaram outros aspectos no processo colonizador, sociocultural e geopolítico na região caribenha e amazônica. Tais conflitos armados trouxeram a família real portuguesa para sua colônia americana. Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1808, o Príncipe Regente D. João assinou um Decreto abrindo os portos brasileiros às nações amigas. Com apoio da Inglaterra, ocupou a Guiana Francesa (1809-1817), ampliando o território da Guiana Portuguesa, governada pelo Grão-

Pará. Em seguida, elevou o Brasil ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1821), com sede no Rio de Janeiro.

Esse conturbado período histórico, no entanto, foi marcado por inúmeras expedições realizadas por viajantes denominados exploradores ou naturalistas. Eram navegadores que se aventuravam em várias incursões pelos rios interioranas amazônicos, com a missão de mapear as terras para os Estados europeus ou brasileiros, ou norte-americanos, além de identificar espécies de plantas e animais, como também o modo de vida dos colonos e suas relações com os povos indígenas, observando suas técnicas agrícolas, de caça ou pesca. Além disso, catalogavam e coletavam amostras da fauna e da flora amazônica. Em geral, eram viajantes financiados pelos Estados Nacionais ou instituições científicas, com elaboração de minuciosos relatórios para compreensão da enigmática Amazônia e suas fronteiras internacionais.

Nessa perspectiva, entre os anos de 1835 e 1840, noticiou-se a expedição do alemão Robert Schomburgk, viajante a serviço do Reino Unido britânico. Schomburgk trabalhou para a Royal Geographic Society (Grã-Bretanha), realizando um levantamento de campo ao visitar as terras da atual Guyana, Brasil, Venezuela, com especial atenção à região dos rios Essequibo, Rupununi, Takutu, Maú, Branco, Uraricoera, Orinoco e Negro. Além disso, coletar informações sobre a fauna, flora, com dados sobre o potencial econômico, sendo importante obter informações detalhadas da geografia e hidrografia interiorana amazônica, com a finalidade de reivindicar as fronteiras em favor dos britânicos.

A expedição de Schomburgk era composta pelo tenente James Haining, Robert Brotherson e quatro negros auxiliares e prestadores de serviços, entre eles, o de intérprete. Além disso, havia cinco escravos negros e cinco escravos indígenas do tronco linguístico Karíb: dois Akawaio e três Makuxi. A tripulação deixou Georgetown e seguiu navegando com uso de canos pelos rios

Essequibo, Rupununi, com estabelecimento na região Norte do Rupununi.

Na vila indígena de Annai, no Norte do Rupununi, Schomburgk e sua comitiva dialogaram com colonos, militares e indígenas considerados britânicos, firmando acordos e explorando todo o território do Rupununi, subindo o mais alto ponto da montanha Pakaraima, detalhando a área do rio Pirara, incluindo as Montanhas Kanuku e savanas interioranas. Schomburgk e sua comitiva explorou também a região do rio Branco, dialogando com os militares do Forte São Joaquim, colonos e indígenas considerados luso-brasileiros, chegando até o rio Orinoco e rio Negro, regressando a Georgetown navegando pelo rio Branco, rio Rupununi e rio Essequibo.

Schomburgk fez comentários sobre a presença das fazendas luso-brasileiras e britânicas, vivenciando relações de parentescos entre si e com os distintos povos indígenas, dando origem a uma sociedade rural híbrida. Em todo o percurso da viagem, Schomburgk comentou da necessidade das constantes negociações com os carregadores ou guias indígenas para que a viagem tivesse sucesso. Em razão do minucioso relatório de viagem de Robert Schomburgk, fornecendo importantes notícias ao reino britânico, os ingleses reivindicaram a região interiorana amazônica caribenha como propriedade britânica. Essa disputa diplomática sobre a fronteiriça entre a Guiana Britânica e o Império do Brasil foi denominada "Questão do Pirara" (1830-1904), resolvida por arbitragem com a decisão do rei italiano Vitório Emanuel III. (MENCK, 2009; OLIVERIA; MAGALHÃES, 2008, OLIVERIA, 2023a).

Distante dos acontecimentos políticos e econômicos do Brasil Império, na cidade do Rio de Janeiro ou em Belém, o dinamismo agropecuário da vida sociocultural e econômica entre os colonos, militares, missionários, povos indígenas, habitantes entre as savanas e serras no rio Branco e rio Rupununi, continuava sem

pontual interferência do governo Monárquico de D. Pedro II. À região do rio Rupununi, porém, por volta do fim da década de 1880, chegou Henry Colin Proudeaux Melville, filho de um diácono anglicano residente em Jamaica, cuja origem faz referência a uma família da Escócia. O Sr. Melville deu novo dinamismo sociocultural e econômico à referida região interiorana. Comprou a fazenda de gado denominada Dadanawa de um holandês chamado Rooij. Firmando aliança com os indígenas Wapichana e Atorai, escolheu duas indígenas como esposa; foi pai de uma grande prole, dando origem ao clã Melville. O sr. Melville tornou-se amigo e compadre dos fazendeiros luso-brasileiros, dinamizando o poder político e socioeconômico entre as savanas e serras dos rios Rupununi e Branco.

No contexto panorâmico da cultura pecuária, no interior da Amazônia Caribenha, as grandes fazendas controlavam a base socioeconômica, como também a organização sociocultural e organização familiar. Na grande propriedade estava a residência do missionário e a capela cristã. A sede da grande fazenda era considerada a mais confortável residência, onde os visitantes ilustres eram hospedados. Era o lugar dos casamentos, batizados, com um dos ritos privilegiados e desfrutados pela elite burguesa pecuária. Ações que eram compartilhadas pelas grandes propriedades luso-brasileiras e britânicas. (OLIVERIA, 2023a; LOW-A-CHEE, 2019).

Entre os anos de 1895 e 1899**,** Henri Anatole-Coudreau, um geógrafo e viajante francês, realizou uma viagem exploratória pelos rios do interior amazônico. Ele trabalhava para o governo francês, em missão oficial para explorar a zona do "Contestado Franco-Brasileiro (1883-1885)[5]. Porém, prestou serviços para o governo republicano do Estado do Pará, Lauro Sodré. A viagem do francês Coudreau tinha como finalidade o levantamento de dados

[5] Referência à Questão do Amapá, foi um conflito envolvendo a fronteira entre a França e o Brasil (OLIVEIRA, 2023b).

geográficos e hidrográficos, realização de estudos etnográficos, socioeconômicos, socioculturais e estatísticos na região amazônica. Ao chegar ao rio Branco, a expedição de Coudreau foi recebida no Forte São Joaquim, de onde explorou a região de savana e serras entre os rios Branco e Rupununi. Os homens da equipe de Coudreau percorreram a região ora caminhando, ora navegando. Essa região do rio Branco e rio Rupununi tem trechos dos rios com cachoeiras e pedras que dificultam a navegação. O forte calor, era outro fator que dificultava o trabalho de Coudreau.

Em seu relatório de viagem, Henri Coudreau detalhou a paisagem interiorana amazônica caribenha, comentou sobre as riquezas naturais, descreveu a vida dos colonos e sua relação com os povos indígenas. Entre os povos indígenas, Coudreau deu destaque aos indígenas Makuxi, habitantes das savanas e das serras. Nesse contexto da colonização agropecuária no interior amazônico caribenho, Coudreau usou a categoria de "Bravos", para índios que entravam em combate com os "civilizados" e "Mansos", para os índios que não mantinham conflitos com os colonos. Nessa visão eurocêntricas, Coudreau realizou suas análises acerca das relações socioculturais dos povos indígenas com os colonizadores, identificando também trabalhadores negros nas fazendas de gado e na pequena cidade de Boa Vista (COUDREAU, 1886; OLIVEIRA, 2023a).

Transcorria o ano de 1911 quando o etnólogo e geógrafo alemão, Theodor Koch-Grünber, navegou de Manaus pelo rio Negro, subiu o rio Branco e explorou regiões do rio Uraricoera, Takutu, chegando à região do rio Orinoco. Levantou informações sobre mitos e lendas dos povos indígenas do tronco linguístico Karíb, como os Pemon, Patamona, Makuxi, Teurepang, entre outras famílias indígenas da região Circum-Roraima. Koch-Grünberg viajou e estudou minuciosamente essa região interiorana amazônica caribenha entre os anos de 1911 até 1913, revelando não somente

aspectos socioculturais, mas a variação linguística e organização familiar, com detalhes das diferenças étnicas por meio de coleção fotográfica e filmagem. Retornou para a Alemanha em 1917, onde publicou sua mais importante obra denominada "De Roraima ao Orinoco".

Após nove anos na Alemanha, Theodor Koch-Grünberg juntou-se ao pesquisador e geógrafo norte-americano Alexander Hamilton Rice, que comandou uma expedição pelo rio Branco nos anos de 1924-1925. A expedição de Rice partiu de Manaus, navegando pelo rio Negro e rio Branco, com parada na vila de Vista Alegre, próxima do atual município de Caracaraí. Porém, Koch-Grünberg adoeceu de malária e faleceu na referida vila em outubro de 1924 (KOCH-GRÜNBERG, 2006; OLIVEIRA, 2003).

Outro viajante do começo do século XX foi o pesquisador do Museu Penn de Arqueologia e Antropologia da Universidade da Filadélfia, doutor em Antropologia pela Universidade de Harvard, William Curtis Farabee. O Dr. Farabee viajou pela região de savana e serras entre o rio Rupununi e rio Branco, engajado num amplo trabalho etnográfico, geográfico, hidrográfico, sociocultural, com a coleta de objetos culturais indígenas para o citado Museu, entre os anos de 1913 e 1916. Ao chegar na região do Rupununi, Dr. Farabee ficou hospedado na fazenda de gado Dadanawa, de propriedade e residência do Sr. Henry Colin. P. Melville. O Dr. Farabee considerava o fazendeiro britânico Melville o protetor dos povos indígenas da região centro-sul do Rupununi, com extensão para o rio Ireng (Maú) e o rio Takutu até a serra da Lua, que era uma região reivindicada pela Guiana Britânica.

Desse modo, com experiência entre os povos indígenas da região, o Dr. Farabee contou com o auxílio do referido fazendeiro e um trabalhador na fazenda Dadanawa de nome John Ogilvie. Ambos foram intérpretes e intermediadores entre o Dr. Farabee e as lideranças ou tuxauas indígenas Wapichana, ou Makuxi, ou Wai

Wai, ou Patamona. Além de explorar a região do rio Rupununi, o Dr. Farabee pesquisou a região do rio Branco com extensão para a região da Serra da Lua, cidade de Boa Vista, rio Uraricoera. Após o longo trabalho de estudos regionais amazônico caribenho, com levantamento de objetos e dados etnográficos, o Dr. Farabee conseguiu enviar relatórios e artefatos da cultura indígena para o Museu na Filadélfia. Os diversos viajantes que visitaram o comentado interior amazônico caribenho no fim do século XIX e início do XX, registraram que a região entre Guiana Britânica e Brasil não tinha fronteira definida. Observaram que o convívio de compadrio e parentesco entre britânicos, brasileiros, povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, deram uma organização sociocultural na região como um território intercultural e geopolítico integrado. (FARABEE, 1918, OLIVEIRA, 2023a, 2023b).

Todavia, voltaremos a comentar um pouco mais sobre a expedição do norte-americano Alexander Hamilton Rice (1978), que teve na sua equipe o etnólogo Koch-Grünberg. Já comentamos que a referida viagem navegou pelo rio Branco entre os anos de 1924 e 1925. Identificamos que a viagem de Hamilton Rice explorou a vasta região de savana e serras no rio Branco, com detalhes na elaboração de mapas, coletando informações sobre a população, a fauna e flora. Em seu relatório, Hamilton Rice chamou a atenção para o imenso campo natural (savana ou lavrado), que permitiu a pastagem e criação do gado e cavalos no rio Branco. Para o sucesso da viagem, Hamilton Rice dialogou e negociou com administradores na cidade de Boa Vista e líderes ou tuxauas indígenas, contando, ainda, com o fornecimento de provisões e equipamentos da firma J.G. Araújo, com representação em Boa Vista e no povoado Vista Alegre.

Com o processo de migração para o rio Branco na virada dos séculos XIX para o XX, a região interiorana amazônica caribenha recebeu diferentes pessoas socioculturais: trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais ou coletores da borracha, ampliando as relações

de compadrio e parentesco entre as famílias habitantes no rio Branco e rio Rupununi. Nessa panorâmica interiorana, Hamilton Rice (1978), comentou que Boa Vista seria o único local de agrupamento no rio Branco que poderia ser denominada de vila. Um pequeno núcleo urbano onde colonos, indígenas e alguns negros compartilhavam relações socioculturais e econômicas movimentadas pela cultura agropecuária. O relatório de Hamilton Rice gerou um importante material para estudos e compreensão da região do rio Branco com extensão para a região do rio Rupununi. O texto de Hamilton Rice detalhou distintos aspectos socioculturais e econômicos, registrou com imagens fotográficas e filmes parte da pesquisa desenvolvida no interior da Amazônia Caribenha (RICE, 1978, OLIVEIRA, 2003, 2023a, 2023b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo fez uma reflexão teórica sobre temas em conexão entre os relatórios ou diários de viajantes europeus, brasileiros e norte-americano Rice, que exploraram a região interiorana da Amazônia Caribenha, durante a fase colonial do século XVIII, passando pelo século XIX até o início do século XX. Nesse caso, utilizaram-se fragmentos de publicações históricas em diálogo com o pensamento das relações internacionais de teor significativo para compreensão das relações, acordos de paz ou alianças, entre os viajantes, os colonos neerlandeses, luso-brasileiros, britânicos, povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, habitantes das savanas e serras entre o rio Branco (Brasil) e o rio Rupununi (Guyana).

Desse modo, o complexo panorama sociocultural e o contexto regional amazônico caribenho fomentaram a construção de um lugar multifacetado, que na visão de alguns viajantes transcendeu

divisões geopolíticas, socioculturais e diplomáticas. Nessa situação, podemos concluir que o nosso estudo apresentou um panorama distinguindo aspectos do encontro entre os viajantes, os colonos, os povos indígenas do século XVIII ao início do século XX. Evidenciou-se o relatório dos principais viajantes que estudaram a região interiorana amazônica caribenha, vivenciado por um contexto intercultural, geopolítico, socioeconômico, compartilhado por múltiplos grupos familiares e distantes do governo de poder político central.

REFERÊNCIAS

COUDREAU, H. A. **Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta** (Mai 1884-avril 1885). Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard, 1886.

DALY, V. T. **A short history of the Guyanese people**. New York: Macmillan, 1974.

FARABEE, H. C. **The central Arawaks**. Philadelphia: University Museum, 1918.

FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica**. Manaus: Editora Valer, 2008.

GOSLINGA, C. **The dutch in the Caribbean and on the Wild Coast 1580-1680**. Gainesville: University of Florida Press, 1971.

GRAVESANDE, L. S. **The rise of British Guiana**. London: Hakluyt Society, 1911.

HULSMAN, L. “Brazilian Indians in the Dutch Republic: the remonstrances of Antonio Paraupaba to the State General in 1654 and 1656”. **Itinerario**, vol. 29, n. 1, 2005.

HULSMAN, L. “Rotas das Guianas: uma viagem do Suriname ao rio Branco em 1718”. *In*: OLIVEIRA, R. G.; IFILL, M. (orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

HULSMAN, L. “The relation of Abraham Cabeliau and the visit of the Yao Indians Arymowacca and Cayariwari to the Dutch Repulbic in 1598”. **Academia.edu** [2007]. Disponível em: <www.academia.edu>. Acesso em: 23/02/2024.

KOCH-GRÜNBERG, T. **Do Roraima ao Orinoco**: observações de uma viagem pelo Norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a1913. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

LOW-A-CHEE, N. “How the cattle industry has a major impact on Guyanese”. **Things Guyana** [2019]. Diponível em: <www.thingsguyana.com>. Acesso em: 20/02/2024.

MENCK, J. T. M. **A questão do rio Pirara (1829-1904)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MIGNOLO, W. “Desafios decoloniais hoje”. **Revista Epistemologias do Sul**, vol. 1, n.1, 2017.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidades, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

OLIVEIRA, R. G. “A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: da Costa Selvagem ao Rio Branco”.

In: OLIVEIRA, R. G.; IFILL, M. (orgs.) **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

OLIVEIRA, R. G. "Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais". *In*: OLIVEIRA, R. G.; JUBITHANA-FERNAND, A. I. (orgs.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

OLIVEIRA, R. G. "Amazônia Caribenha: processos históricos e relações de fronteiras". *In*: OTA, D. C.; SILVA, M. P. (orgs.). **Fronteiras culturais e práticas comunicativas**. Campo Grade: Editora da UFMS, 2023b.

OLIVEIRA, R. G. "Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial". **Revista Textos e Debates**, n. 11, 2006.

OLIVEIRA, R. G. "O rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVII e XVIII". *In*: MARTINS, E. C. R.; MOREIRA, F. K. (orgs.). **Relações internacionais na fronteira norte do Brasil**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima** (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2003.

OLIVEIRA, R. G. **Amazônia Caribenha Colonial**: a história do gado em Roraima e a pluriétnica sociedade na savana interiorana. Curitiba: Editora CRV, 2023a.

OLIVEIRA, R. G. **Amazônia Caribenha**: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, R. G.; CAVLAK, I. "Relações internacionais na Guiana Brasileira: consolidação portuguesa em Roraima e no Amapá". *In*: MARTINS, R. P.; LYRA JÚNIOR, A. A. (orgs.). **Relações internacionais e políticas externa brasileira**: história e historiografia. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, R. G.; MAGALHÃES, M. G. S. D. "Questão do Pirara: Roraima". **Revista Textos e Debates**, n. 14, 2008.

PIRES, R. B. W. **Duas rotas para as Guianas**: fronteiras e populações nas descrições do norte amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos Valadim (1791-1799). Rio de Janeiro: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2013.

REIS, M. N.; ANDRADE, M. F. F. "O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas". **Revista Espaço Acadêmico**, n. 2, 2018.

RICCI, M. M. O. "Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824)". *In*: ARRUDA, J. J. A. *et al*. (orgs.). **De colonos a imigrantes**. São Paulo: Editora Alameda, 2013.

RICE, A. H. **Exploração da Guiana Brasileira**. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SAMPAIO, F. X. R. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de**

Sampaio no anno de 1774 e 1775. Lisboa. Typografia da Academia, 1825.

SAN MARTIN, E. **O caminho do Eldorado**: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1596. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 2002.

THOMPSON, A. **Colonialism and underdevelopment in Guyana, 1580-1803**. Bridgetown: Carib Research and Publications, 1987.

CAPÍTULO 2

Borracha: Fator de Desenvolvimento
Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial

BORRACHA: FATOR DE DESENVOLVIMENTO DURANTE A PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Rebeca Venancio Coutinho Lima

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da borracha para o desenvolvimento da região Amazônica, evidenciando a influência desta para a delimitação de fronteira no estado do Acre, bem como da posição brasileira diante da Segunda Guerra Mundial e, adicionalmente, serão exploradas as políticas públicas criadas para a região durante o conflito. Para o tal, foi explorado brevemente o desenvolvimento da Amazônia e a importância da borracha no cenário internacional como meio de desenvolvimento econômico.

Importante destacar que a borracha teve papel fundamental para a Amazônia, aumentando significativamente sua produção que, segundo Batista (2007), em 1827 era de 31.365 quilos, e já em 1911 teve sua maior safra de 44.296.000 quilos. Corroborando com esse dado, Benchimol (2009) compara que a exportação do café em relação a exportação de borracha em 1910 gerou £ 25.254.371 e £ 25.825.283, respectivamente. Sendo assim, é claramente demonstrada a relevância da borracha na pauta de exportação brasileira.

A história da borracha na Amazônia é um capítulo fascinante da história econômica do Brasil. A Amazônia teve um papel fundamental na geopolítica mundial por causa da matéria-prima látex. Portanto, a exploração da borracha trouxe transformações políticas, sociais e econômicas para a região.

Percebe-se também como a Batalha da Borracha influenciou no desenvolvimento da região amazônica. Assim, serão expostos quais os acordos políticos e as medidas tomadas pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937 – 1945) para a Amazônia, demonstrando que estes não foram tomados por acaso. Portanto, partimos da hipótese norteadora de que a borracha foi importante para o cenário internacional em seus dois períodos de auge – tanto em seu primeiro ciclo, como durante a Batalha da Borracha.

A conjuntura política internacional influenciou o desenvolvimento da Amazônia e ainda fez com que a mesma saísse da estagnação econômica que permanecia depois do primeiro ciclo da borracha, e essa matéria-prima tornou-se um ponto chave em seus dois ciclos. Em seu primeiro momento, chegou a representar 40% das exportações brasileiras e em seu segundo momento (Batalha da Borracha) foi de suma importância durante a Segunda Guerra Mundial, tanto internacional como nacionalmente.

CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS DESENVOLVIMENTO

Para analisar a importância internacional da borracha brasileira e sua influência no desenvolvimento da Amazônia, é necessário o emprego de alguns conceitos-chave, como o de conjuntura política, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, Pan-Amazônia e segurança, pois consideramos que a produção de borracha brasileira influenciou em todas essas áreas.

Entender como a conjuntura histórica modelou a região amazônica, assim como aspectos históricos, os conceitos das Relações Internacionais servirão de base para a análise e compreensão dos processos abordados na presente pesquisa.

Como a própria temática sugere, a análise da conjuntura internacional do período faz-se necessária, uma vez que a mesma influencia a Amazônia até os dias de hoje. De maneira que a borracha possuía, em seu primeiro ciclo, a conjuntura internacional a seu favor.

A conjuntura política é o ambiente político de um país ou região em um determinado momento. Ela compreende as relações de poder, as decisões e ações dos governantes e a estabilidade política, assim como as influências das variadas forças políticas existentes. Em outras palavras, ela reflete os fatos que ocorreram ou estão a ocorrer e que, depois de analisados e devidamente enquadrados, contribuem para um melhor esclarecimento e compreensão para entender o cenário político.

A conjuntura internacional estava propensa à produção do látex, pois, em seu primeiro momento, a Amazônia era a única exportadora desta matéria-prima, fato este que atraiu muitos investidores internacionais para a região, influenciando no processo de abertura da navegação internacional em seus rios.

Nesta conjuntura política de exportação da borracha, a Amazônia entrou em um processo de crescimento econômico. Importante evidenciar que inicialmente a borracha representava 40% da exportação brasileira. Desta forma, o crescimento econômico ocorre com o aumento na produção de bens e serviços de uma economia entre diferentes períodos e de forma sustentada.

Adicionalmente, relembramos que, para medir a maior disponibilidade de produção, a estimativa mais utilizada é o Produto Interno Bruto (PIB) da economia, que representa uma estimativa do aumento da riqueza do país. O PIB pode ser calculado em termos reais (ajustados pela inflação) e per capita (dividido pela população), permitindo comparações internacionais.

No entanto, o crescimento econômico difere do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento vai além do simples aumento da renda per capita de um país. Para que haja desenvolvimento, é necessário haver uma melhora estrutural em setores econômicos e sociais. Por exemplo, ao longo do século XX, muitos países sul-americanos, como o Brasil, tiveram anos de amplo crescimento econômico. O crescimento econômico não garante uma distribuição equitativa dos benefícios.

No caso brasileiro, o grande crescimento promovido entre os anos 1950 e 1980 ocorreu apoiado na acumulação de bens de capital, uso da força de trabalho e investimentos em infraestrutura. O Desenvolvimento Econômico abrange aspectos qualitativos e quantitativos do progresso de uma economia e visa beneficiar todos os segmentos da sociedade, proporcionando abrigo, emprego adequado e melhores condições de vida.

Entretanto, é importante ressaltar que nem todo crescimento é necessariamente portador de desenvolvimento. Historicamente, o crescimento econômico está indissociavelmente ligado ao desenvolvimento econômico, mas é fundamental considerar outros fatores além do mero aumento quantitativo para alcançar um desenvolvimento sustentável e significativo.

Desta forma, é importante destacar que embora o crescimento econômico proporciona mais recursos para o desenvolvimento (como, por exemplo, cuidados de saúde), este investimento não é garantido. Em resumo, o crescimento econômico fornece a base para o desenvolvimento.

Sandroni (1989) complementa este pensamento afirmando que o crescimento econômico é também o aumento da capacidade produtiva da economia. Desta maneira, fica claro que a borracha influenciou no crescimento econômico da região amazônica em seu primeiro ciclo, pois em seu auge era exportado tanto quanto o café,

assim confirmando o que Souza (2005) caracteriza por crescimento econômico, já que esta matéria-prima aumentou o fluxo de rendimento nacional. Ainda, durante a Batalha da Borracha, mais especificamente no Brasil, o látex também influenciou o crescimento econômico.

Devido ao fato de o crescimento econômico ser distinto de desenvolvimento, o foco deste trabalho é demonstrar como a Amazônia se desenvolveu graças à borracha, sendo necessário salientar que, em seu primeiro ciclo, a mesma foi tão significativa que intelectuais brasileiros passaram a se interessar pela região. Partindo desse cenário, a navegação a vapor começou a ser utilizada, houve um aumento populacional, a construção de grandes obras, como o teatro Amazonas, além do desenvolvimento de cidades de outros países amazônicos.

Desta maneira conceitua-se desenvolvimento como o conjunto das mudanças no sistema econômico e social, assim como no tipo de organização, que condicionam e facilitam o crescimento. É a transformação das estruturas que permite a aparição e a continuidade do crescimento. Além disso, o desenvolvimento engloba as melhorias econômicas, tecnológicas, sociais ou culturais que produzem um melhor bem-estar. Portanto, vai além de números de produção e centra-se na melhoria da vida população, sendo mais relevante para medir o progresso e a qualidade de vida, visto que suas medidas incluem melhoria da esperança de vida, taxas de mortalidade infantil, níveis de alfabetização, taxas de pobreza, acesso aos cuidados de saúde, padrões ambientais e qualidade da habitação.

BORRACHA E O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO

A região amazônica foi pioneira, e por um grande período, a única região de extração da borracha – só não permaneceu assim pelo

envio clandestino de sementes de *hevea brasiliensis* para outros continentes – e, posteriormente, sendo a região de produção para exportação de borracha para os países Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Com seu auge entre 1880 e 1912, período de *rush* nestes 32 anos, cabe destacar que houve um surto desenvolvimentista neste período. Já o declínio começou a partir da competição com a borracha asiática, pois ficou difícil para o Brasil vencer essa concorrência. Entre os anos 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o renascimento do ciclo em virtude da necessidade do mercado internacional.

O povoamento da Amazônia brasileira foi impulsionado por influências de políticas públicas, o que fez com que surgissem novas concepções a respeito do uso da terra. Sobre este contexto, Oliveira (2003, p. 01) expõe que "neste período, a Amazônia brasileira reinava absoluta entre os produtores desta matéria-prima, dominava o mercado e estabelecia o preço".

Neste ponto é importante destacar que o Ciclo da Borracha foi uma parte importante da história de alguns países amazônicos, como Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. E, como o próprio nome sugere, esse ciclo estava relacionado à extração e comercialização do látex. Por ter sido centralizado na região amazônica, influenciou no processo de povoamento e desenvolvimento tanto econômico como social, impulsionando assim o crescimento e desenvolvimento de cidades amazônicas como Iquitos[6] no Peru, Belém do Pará no Brasil e, principalmente, na cidade brasileira de Manaus no Amazonas.

[6] A cidade de Iquitos se situa a 3.646 quilômetros da foz do rio Amazonas, essa cidade também teve um surto de crescimento graças à borracha, de maneira que os barões da borracha tinham gastos tão extravagantes como os que residiam em Manaus.

Benchimol (2009) aponta que, a partir de 1827, a borracha amazônica começou a aparecer na pauta de exportação regional. Com a descoberta do processo de vulcanização em 1839 e o aumento do uso dessa matéria-prima, os registros subiram de 30 toneladas para 1.445 toneladas no quadriênio 1840-1844.

O ciclo da borracha foi um período crucial na economia brasileira, tendo sido caracterizado pela extração do látex e produção da borracha para atender às demandas do mercado internacional. Esse ciclo se concentrou na região amazônica e atraiu milhares de trabalhadores oriundos principalmente do Nordeste para a atividade, tendo em vista que a extração do látex era um trabalho pesado e difícil. Cabe ressaltar que a produção da borracha trouxe grande prosperidade e desenvolvimento para a região, especialmente nas cidades de Manaus, Porto Velho e Belém.

Investimentos na extração da borracha resultaram na instalação de redes elétricas, sistemas de água encanada e esgoto, além de museus e cinemas. A Amazônia recebeu um grande contingente de nordestinos que trabalhavam na extração do látex, muitas vezes em condições semelhantes às dos escravos.

Conforme destacamos, a exportação de borracha trouxe transformações profundas para a região. Sua economia atraiu capitais de empresas estrangeiras, que instalaram suas filiais e representantes no local. Partindo desse contexto, o processo de urbanização se intensificou, tanto com o aparecimento de novas cidades nas áreas de expansão, quanto com o desenvolvimento de antigos centros urbanos.

Como exemplo, a cidade de Manaus viveu um crescimento extraordinário: de pequeno povoado com construções muito simples, na década de 1850, tornou-se uma metrópole, no final do século XIX, com um acervo arquitetônico de estilo eclético, e foi, junto com

Belém, uma das primeiras cidades brasileiras a contar com os serviços de iluminação elétrica e água encanada.

Enquanto os rios brasileiros eram vastamente navegados, nossos vizinhos bolivianos tentavam sem sucesso a construção de uma ferrovia para o escoamento da sua borracha. Contudo, os ingleses contratados para essa obra não conseguiram finalizá-la e quebraram o contrato, pois afirmavam que o país era um cemitério, onde seus homens morriam de malária. A malária acabou matando boa parte da segunda equipe (desta vez norte-americana), que também desistiu da obra (HEMMING, 2011).

Em 1853, o Visconde de Mauá inseriu a navegação a vapor no Rio Amazonas e, à medida que eram aperfeiçoadas as técnicas do processamento da borracha, a procura pelo produto aumentou tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Dessa conjuntura, um dado interessante é que a partir de 1866, por sofrer pressões externas, o governo imperial abriu o Rio Amazonas para navegação internacional.

Os navios brasileiros eram mais simples e não dispunham de conforto a seus tripulantes enquanto os navios internacionais ofereciam conforto, higiene e boa alimentação aos passageiros. Além de incentivar a navegação na região, a borracha também proporcionou o ciclo migratório e contou com o auxílio do acesso fluvial.

A navegação a vapor teve um papel fundamental no avanço da região amazônica, de maneira que permitiu uma conexão interna e externa, que possibilitou a continuidade da extração do látex e a exportação da borracha ajudou no desenvolvimento amazônico, explanando sobre a chegada de novas tecnologias no território e os investimentos que o mesmo recebeu de empresas estrangeiras.

Adicionalmente, um ponto que é necessário ser comentado é que a migração nordestina não se restringiu nas fronteiras brasileiras,

expandindo-se também para outros países da Pan-Amazônia, como a Bolívia. Ribeiro (2005) argumenta que a economia da borracha também influenciou na questão migratória, visto que a forte migração para a Amazônia provocada pela economia da borracha mudou o perfil ocupacional da região, tendo em vista que milhares de nordestinos vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida.

Essa rápida expansão da produção da borracha atraiu um grande número de trabalhadores que escapavam da seca e procuravam emprego e melhoria da qualidade de vida. Essa migração de mão-de-obra se deu no início do século 20, período em que o Brasil havia se tornado o maior produtor e exportador mundial de borracha. A economia da borracha, em sua fase de maior esplendor, havia provocado na Amazônia uma grande transformação.

Segundo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, 2023), a Pan-Amazônia estende-se por uma área de sete milhões de quilômetros quadrados, representando 53% do que resta das florestas tropicais do planeta, com diversos ecossistemas. Desta forma, nota-se que seria erroneamente conceituada como homogênea, sendo que na verdade é uma região plural, visto sua dimensão territorial.

Esses fatos levaram à construção do que Matos (1980) denomina como Pan-Amazônia, pois o mesmo faz um reconhecimento internacional da Amazônia e destaca que a mesma é vista de forma particularizada por cada um dos oito Estados que a compõe, sendo estes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

De acordo com Souza (2014), a Pan-Amazônia ocupa 43% da América do Sul. O autor enfatiza a inexistência de uma suposta uniformidade nas fronteiras da Pan-Amazônia. O conceito é

necessário, já que a borracha influenciou no desenvolvimento de cidades como Quito no Peru e, por causa da mesma, o Brasil atualmente tem em seu território o estado do Acre, que antes do Tratado de Petrópolis[7] fazia parte do território da Bolívia.

Ribeiro (2005) reafirma a importância da borracha, assegurando que a mesma também influenciou na consolidação da ocupação econômica da Amazônia, na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e sobre a viabilização da indústria automobilística. O autor comenta sobre a importância desta matéria-prima para a indústria pneumática, visto que o impacto da borracha na indústria viabilizou a produção de veículos automotores, sendo assim um marco estratégico para a indústria automobilística.

Hardman (2005, p. 218) ressalta também sobre como esta estrada foi uma obra gigantesca, porém altamente mortífera quando afirma sobre "[...] o drama histórico dos 30 mil construtores anônimos da Madeira–Mamoré e, pelo menos, de seus 6 mil mortos". A Madeira-Mamoré exigiu o esforço – e, muitas vezes, as vidas – de muitos trabalhadores, seu processo foi iniciado segundo Hemming (2011), pelos próprios bolivianos onde por duas vezes foi abandonado. O Brasil conseguiu o Acre mas, em contrapartida, também ganhou um árduo trabalho: o término da construção da Madeira-Mamoré.

Ribeiro (2005) ainda afirma sobre a importância geopolítica desta estrada de ferro, tendo em vista que, além de evitar o trecho encachoeirado e possibilitar a evacuação da borracha boliviana,

[7] O Tratado de Petrópolis era a troca do território do estado do Acre pelas terras do estado brasileiro do Mato Grosso, e o pagamento de dois milhões de libras esterlinas por parte do Brasil à Bolívia. Ainda neste tratado foi firmado o compromisso da construção de uma ferrovia que superasse o trecho encachoeirado do rio Madeira, possibilitando o acesso das mercadorias bolivianas aos portos brasileiros do Atlântico.

também era uma área estratégica, pois sua exploração era de interesse britânico e estadunidense.

Ingleses e estadunidenses tinham grande interesse na exploração da borracha amazônica. Fracassados na tentativa de implementar a ferrovia Madeira-Mamoré, ambos conseguiram que a Bolívia exigisse a construção do empreendimento pelo Brasil, como compensação pela perda do território dos altos rios Purus e Juruá, visto que, era essencial para a produção de pneus, impermeabilização de tecidos e outros produtos industriais.

A tentativa de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho (no atual estado de Rondônia) ao rio Mamoré (na Bolívia), visava facilitar o transporte da borracha até os portos do Atlântico. No entanto, essa empreitada foi um fracasso devido às condições geográficas desafiadoras, como cachoeiras e corredeiras no rio Madeira.

Além de problemas como a malária, também ocorreram conflitos por questões fronteiriças. Na Bolívia os seringueiros brasileiros começaram a invadir o território boliviano (que corresponde ao atual estado do Acre) na procura de seringais para a extração do látex, de forma que essas invasões constantes de seringueiros brasileiros geraram um problema fronteiriço, finalizado com o Tratado de Petrópolis.

Dessa maneira, a borracha, em seu primeiro ciclo, acabou se adentrando nas esferas política e econômica, pois a mudança da fronteira entre Brasil e Bolívia ocorreu por questões econômicas e sua resolução foi pacífica por meio de tratado e com o pagamento de indenização e troca de territórios. Ressalta-se que a invasão de seringueiros brasileiros no território boliviano ocorreu por causa da grande demanda por látex, ocasionando um conflito fronteiriço.

O que de fato estava sendo negociado era uma ampliação na quantidade de matéria-prima para o Brasil e não uma expansão

territorial. Desta forma, nota-se que em alguns casos o desenvolvimento não gera de imediato a diminuição de conflitos, considerando que, em determinadas situações, o crescimento econômico pode potencializar ou criar novos conflitos.

A região era disputada entre Brasil e Bolívia, e os ingleses e estadunidenses conseguiram influenciar a Bolívia a exigir compensações pelo território perdido nos altos rios Purus e Juruá. O Brasil acabou cedendo à pressão internacional e pagou um elevado preço pela área gomífera do Acre

Graças às ações do diplomata Barão do Rio Branco e do embaixador Assis Brasil, foi assinado o Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903 entre os dois países, que finalizou a contenda com a Bolívia, e garantiu o controle efetivo e a anexação do território que corresponde ao estado do Acre ao Brasil. Desta forma, Pureza (2005) ressalta a importância do diálogo entre os conceitos de segurança e desenvolvimento. Segundo o autor, "o discurso da segurança tende a igualar o de desenvolvimento e isso verifica-se no discurso da resolução e prevenção de conflitos" (2005, p. 35).

O Brasil conseguiu o Acre mas, em contrapartida, também ganhou um árduo trabalho: o término da construção da estrada Madeira-Mamoré. É fácil entender a pressão que o Brasil sofreu, tendo de pagar um alto preço pela aquisição da vasta área gomífera do Acre. A história envolvendo o Acre e sua área gomífera é complexa e repleta de interesses geopolíticos. No final do século XIX e início do século XX, o Acre era uma região rica em seringueiras e borracha natural.

Essa história é um exemplo das complexas relações geopolíticas envolvendo recursos naturais, interesses econômicos e disputas territoriais. O Brasil teve que lidar com essa pressão externa para garantir sua soberania sobre o Acre, mesmo que isso tenha custado caro.

Segundo Hardman (2005), esta obra foi inaugurada em 1º de agosto de 1913 de maneira que tanto em sua dimensão como em número de perdas humanas – em seu processo – não conseguiu utilizar nem um terço de sua capacidade chegando somente a 10% da capacidade de transporte, porém a mesma foi responsável por uma migração nacional e internacional para a região com o objetivo de explorar a borracha desta localidade.

Desta forma, ressalta-se que quanto maior o viés político do conflito, mais o mesmo se encaminha para o movimento de securitização, que em resumo é: identificar uma ameaça existencial e tratar esta questão como prioritária (MEDEIROS FILHO, 2010).

Becker (2005) esclarece que a invasão brasileira em outro Estado está diretamente relacionada aos muitos investidores e a grande exportação da borracha em seu primeiro ciclo. Assim, nota-se que o que de fato estava sendo negociado era uma ampliação na quantidade de matéria-prima para o Brasil, e não uma expansão territorial

BORRACHA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O ciclo da borracha teve dois picos: entre 1879 e 1912 (com o surgimento da indústria automobilística) e entre 1942 e 1945 (durante a Segunda Guerra Mundial). No entanto, a concorrência com a borracha asiática e o surgimento da borracha sintética levaram ao declínio desse ciclo econômico no Brasil.

Durante esse período áureo da borracha, a Amazônia se transformou em um epicentro de atividade econômica e social. As florestas tropicais abrigavam seringueiros e suas famílias, que trabalhavam incansavelmente para extrair o látex das árvores de

seringueira. Essa transformação não foi apenas econômica, também teve implicações geopolíticas significativas.

A migração em massa para a Amazônia trouxe consigo uma diversidade de culturas e identidades. Pessoas de diferentes origens se estabeleceram nas margens dos rios, criando uma tapeçaria humana única. Essa mistura de povos e tradições contribuiu para a riqueza cultural da região. No entanto, essa era de ouro da borracha também trouxe desafios. A dependência excessiva deste único recurso também tornou a economia vulnerável às flutuações do mercado internacional.

Souza (2005) argumenta que este período foi tão importante para o Brasil que "os rumos da política externa brasileira foram definidos com a eclosão da Segunda Guerra Mundial". Andrade (2005) ainda comenta sobre as barganhas feitas por Getúlio Vargas, onde mesmo com o apoio brasileiro aos países aliados, Vargas não deixou de negociar com a Alemanha.

Entre 1939 e 1942, o Brasil viveu um período de ambiguidade diplomática, oscilando entre a aliança com os Estados Unidos e a simpatia pela Alemanha. Essa estratégia visava obter vantagens econômicas e políticas de ambos os lados, especialmente no que se refere à industrialização do país. Um dos resultados dessa política foi a obtenção de recursos para a implantação, em 1940, da primeira usina siderúrgica nacional, Volta Redonda, que representou um marco no desenvolvimento brasileiro.

A borracha interferiu em questões de geopolítica, já que o Brasil não estava diretamente envolvido na Segunda Guerra Mundial, mas articulava de maneira estratégica para beneficiar-se da conjuntura internacional.

Neste contexto, é importante frisar a importância do Japão, e o fato de que enquanto Hitler triunfava na Europa o Japão afirmava um protetorado na Indochina e dominava os grandes seringais de

plantation da Malásia. O Japão teve o mesmo sucesso nazista em questão de invasão territorial, em poucos meses havia tomado todo o sudeste asiático.

Em 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos entraram na guerra juntamente com França e Reino Unido. O Japão dominava os grandes seringais de plantation da Malásia, o que inviabilizava a importação de borracha pelos países Aliados. Partindo dessa conjuntura, a borracha brasileira teve novamente um papel fundamental neste período e a Batalha da Borracha teve a seguinte finalidade: suprir a necessidade desta matéria-prima durante a Segunda Guerra Mundial.

Este ato foi considerado intolerável pelos estadunidenses, aplicando assim severa pressão econômica sobre este país, o que acabou gerando o ataque a Pearl Harbor em 07 de dezembro de 1941, tornando assim a guerra mundial.

O conjunto de interesses econômicos, políticos e ideológicos entre os Estados Unidos e o governo Vargas foi estabelecido desta forma. A economia amazônica foi orientada para a produção da borracha. Neste cenário histórico, o Acordo de Washington foi assinado, propondo que, além de manter as obrigações existentes com as famílias dos trabalhadores, buscava a conveniência de manter os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia, com o objetivo de aumentar a produção de borracha.

Foram grandes mudanças de vasto significado geopolítico imarcescível para a configuração humana da região em suas dimensões: econômicas e sociais. Pela sua amplitude, essas mudanças tiveram grande impacto quanto à soberania do Brasil sobre a região, bipolarizada entre o povoamento e o extrativismo da borracha. A forte migração para a Amazônia que a economia da borracha provocou mudou o perfil ocupacional da região.

Desta maneira, foi maquinada uma rede de interesses econômicos, políticos e ideológicos entre os Estados Unidos e o governo de Getúlio Vargas, articulando, desta forma, a economia amazônica voltada para a produção da borracha. Ainda, nesse contexto histórico foi firmado o Acordo de Washington[8] aprovado pela lei nº 5.813 de 14 de setembro de 1943, que propunha que, além de manter as obrigações que já existiam em relação às famílias de trabalhadores, visava a conveniência de manter os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia, com o fim de incrementar a produção de borracha.

Como se observa, essa temática envolve muitos aspectos de análise que perpassam o cenário histórico e econômico. No que diz respeito às Relações Internacionais, a geopolítica amazônica requer uma atenção especial, pois características como "o comportamento político e as capacidades militares podem ser explicados e previstos com base no ambiente físico. Este influencia [...] a economia dos Estados, sua política interna e externa, e as relações de poder entre os mesmos" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2009, p. 544). Esta definição acaba refletindo a realidade da região, considerando que tanto a política interna como externa foi influenciada neste período.

Outra questão importante é que durante este período a região amazônica recebeu grande quantidade de migrantes nordestinos que procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros estados nordestinos. Benchimol (2009) ainda ressalta que esta migração

[8] O Acordo de Washington, com a finalidade de intensificar a mão-de-obra e o fornecimento de látex, foi criado o Programa de Migração, como também foram criadas duas agências: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (GARFIELD, 2000).

ocorria por duas razões: a primeira era pela seca do sertão, que fazia com que o nordestino migrasse para não morrer de fome, enquanto o segundo motivo era pela busca da fortuna por meio dos seringais.

Ribeiro (2005, p. 163) também trata sobre a importância geopolítica da região afirmando que "a economia da borracha e o interesse mundial que a envolveu ainda é o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia, sobretudo se forem consideradas as repercussões geopolíticas que provocou".

É necessário ressaltar que, posteriormente à segunda onda de migração para a região, ocorreu por meio de projetos de desenvolvimento que tiveram início no Governo Vargas por volta de 1945 e se mantiveram até a década de 1970. Entre esses projetos podem ser citados a construção de estradas e hidroelétricas (LIMA; COUTINHO, 2012). No entanto, a concorrência com a borracha asiática levou à decadência desse ciclo no Brasil.

Levando em consideração que no período de hiato entre os dois ciclos, a Amazônia entrou em crise e não foi mais priorizada, nada sendo feito para a região. Todo o investimento para o desenvolvimento das cidades foi cessado, e a busca por maior acessibilidade para a região também. E somente com a Segunda Guerra Mundial é que de fato a Amazônia novamente foi destaque no cenário nacional.

No contexto do Governo Vargas e com a Segunda Guerra Mundial iniciada, a borracha brasileira teve novamente um papel fundamental neste período, tendo a finalidade, a de suprir a necessidade desta matéria-prima, durante a Segunda Guerra Mundial, visto que, este conflito não envolveu apenas países europeus, tanto que posteriormente o Brasil se posicionou pró-Aliados.

Com a influência da borracha, Getúlio Vargas recebeu ajuda financeira dos Estados Unidos para o envio de homens aos seringais da Amazônia, estes ficaram conhecidos como soldados da borracha e a ajuda estadunidense também foi destinada para investimento em políticas públicas na região. Uma delas foi o Programa da Amazônia que tinha como objetivo o controle da malária na região, tal política era parte do compromisso estabelecido pelos Acordos de Washington de aumentar a produção de borracha intensificando a mão-de-obra e o fornecimento de látex, foi criado também o Programa de Migração, como também foram criadas duas agências: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (CAMPOS, 2006).

Em 1942, com base no Decreto-Lei nº 4.750 de 28 de setembro deste mesmo ano, foi criada a expedição Roncador-Xingu, que tinha como objetivo desbravar a área da floresta amazônica ainda não alcançada pelo não indígena. Esta região situa-se entre o alto Xingu e dos rios que o formavam no norte de Mato Grosso e sul do Pará.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, além de estabelecerem acordos de cooperação com o Brasil, também firmaram acordos bilaterais originando o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). O SESP em seu início estava mais focado em atender as demandas estadunidenses, porém é necessário ressaltar os esforços de integração nacional de Vargas que tentava aproximar as políticas desta instituição com seu projeto nacional.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o projeto nacional procurava uma maior integração com o Serviço Especial de Saúde Pública, ainda que em seu início suas intervenções sanitárias e políticas de saúde estivessem direcionadas para as demandas estadunidenses por causa da Segunda Guerra Mundial.

Nesta perspectiva percebe-se a influência da borracha para a Amazônia, contrapondo autores que argumentam que existe uma inflação nos números sobre o fluxo de transferência de nordestinos para a Amazônia. Assim tentando diminuir a relevância desta matéria-prima para o desenvolvimento da região norte.

Ribeiro (2005) também trata sobre a importância geopolítica da região afirmando que a economia da borracha e o interesse mundial que a envolveu ainda é o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia, sobretudo se forem consideradas as repercussões geopolíticas que provocou.

Outrossim, conforme o autor ressalta, houve malefícios provocados por estes acordos, pois embora tenham ofertado ao Brasil recursos para a exploração da borracha brasileira, houve a fixação do preço deste produto, o que influenciou negativamente a região pois, estes acordos tinham o foco na produção da borracha, com uma fixação de preço-base para compra e venda.

Recursos institucionais, financeiros e humanos eram enviados especificamente para a expansão da exploração de borracha, devido a fragilidade econômica do hiato entre os ciclos da borracha, a negativa dessa imposição levou o valor do preço da matéria-prima a um preço muito abaixo da borracha boliviana, que era vendida pelo dobro do preço da brasileira.

O Acordo relativo à Batalha da Borracha foi aprovado pelo Decreto-lei nº 5.381, de 7 de abril de 1943, que tratava sobre encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia para incrementar a produção de borracha, como também continuar com serviços de recrutamento. Martinello (1985) ressalta o número de migrantes nordestinos neste período foram encaminhados oficialmente à região amazônica, durante o período de 1943 a 1945, 16.235 trabalhadores e 8.065 dependentes, totalizando 24.3000 pessoas.

É importante destacar os pontos altos do Acordo de Washington, que acabou criando várias instituições, que tinham como finalidade ajudar no desenvolvimento da Amazônia gerando importantes consequências para o desenvolvimento da Amazônia, podemos destacar: a) O Banco de Crédito da Borracha, que financiou a produção e o transporte da borracha, com participação de capital americano; b) O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que combateu as doenças endêmicas que afetavam os trabalhadores da borracha, como a malária, a leishmaniose e a febre amarela; c) O Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), que recrutaram e enviaram milhares de nordestinos para trabalhar nos seringais amazônicos, os chamados "soldados da borracha"; d) A Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que coordenou a distribuição de alimentos e outros produtos essenciais para a população da Amazônia. Essas instituições contribuíram para a integração econômica e social da Amazônia ao restante do país, além de promoverem melhorias na infraestrutura, na saúde e na educação da região.

Segundo Andrade (2005), os Acordos de Washington tiveram uma influência importante na política externa brasileira, o mesmo argumenta que estes acordos geraram um dos acontecimentos mais importantes para a mudança do paradigma pragmático que guiava a política externa brasileira, que foi a assinatura de acordos econômicos e militares com o governo norte-americano.

Neste período foi estabelecido o monopólio estatal da compra e venda da borracha, diferentemente do Primeiro Ciclo da Borracha, pois todas as atividades da economia gomífera eram privadas. Assim, durante a Batalha da Borracha, foi o Estado que se encarregou do envio de trabalhadores para os seringais como

também pela comercialização do látex. Graças ao dinheiro obtido por esta matéria-prima, foi possível o investimento da região, complementando a postura integracionista do governo Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro teórico exposto, entendemos que houve desenvolvimento da Amazônia graças à borracha. Embasada em pesquisas que tratam sobre a temática, nota-se, com base nestas informações, que a borracha foi de suma importância para o desenvolvimento da Amazônia. Tendo o cenário internacional colaborado no período de auge da borracha, em seus primeiro e segundo ciclos.

A Amazônia se desenvolveu e devido a visibilidade que alcançou, gerou investimentos na região. Em seu primeiro ciclo, que durou cerca de 100 anos, a Amazônia cresceu economicamente de forma significativa, de maneira que não só a borracha brasileira foi extremamente valorizada, mas também as dos nossos vizinhos.

Graças ao látex, nossos rios começaram a ser navegados e houve investimento por meio da Bolívia para construção de uma estrada de ferro, para escoar mais rapidamente a borracha. Os investimentos foram destinados para possibilitar maior acessibilidade à região.

A importância da borracha foi tão grande neste período que a fronteira brasileira foi modificada. Ainda, a invasão dos seringueiros brasileiros na Bolívia, gerou a assinatura do Tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia. Este tratado concedeu ao Brasil o atual estado do Acre e em troca o mesmo se comprometia a construir uma ferrovia que superasse o trecho encachoeirado do rio Madeira, possibilitando o acesso das mercadorias bolivianas, aos portos

brasileiros do Atlântico, além do pagamento de dois milhões de libras esterlinas por parte do Brasil a Bolívia.

A invasão brasileira a outro Estado ocorreu devido ao alto número de investidores da borracha em seu primeiro ciclo, fato que gerou grande procura e grande exportação. O território do estado do Acre foi anexado por questões geopolíticas.

O ciclo da borracha teve seu período de *rush* de 32 anos (1880 e 1912), e posteriormente quando começou a competir com a borracha asiática, teve seu declínio, mais tarde, houve um ressurgimento entre os anos de 1942 e 1945 durante a Segunda Guerra Mundial, com as importações dos países aliados.

O período de declínio da borracha deu-se pelo envio clandestino de sementes de *hevea brasiliensis* para outros continentes, já que, a região amazônica foi pioneira e anteriormente detinha o monopólio da matéria-prima.

A borracha significou mais do que um mero meio de enriquecimento. A mesma levou desenvolvimento e investimentos à região Amazônica. O Brasil acordou para uma área de grande importância estratégica no contexto internacional. Pela primeira vez em sua história, a Amazônia foi inserida na pauta de políticas públicas do governo brasileiro, motivado por questões sociais, econômicas, geopolíticas e políticas.

Uma das consequências da Segunda Guerra Mundial foi a aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos, que buscavam garantir o fornecimento de borracha para a indústria bélica. Para isso, o governo Vargas incentivou a migração de milhares de nordestinos para a Amazônia, onde trabalhariam nos seringais.

Essa política fazia parte de uma rede de interesses econômicos, políticos e ideológicos que visava fortalecer o nacionalismo e o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o Acordo

de Washington estabeleceu as bases para a cooperação entre os dois países, incluindo o compromisso de manter os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação dos trabalhadores na Amazônia. Além disso, o governo Vargas promoveu algumas medidas de saneamento e infraestrutura na região, embora insuficientes para atender às demandas da população local.

A borracha foi importante em seus dois ciclos tanto no cenário nacional quanto internacional, influenciando na política externa brasileira, e também nos investimentos para a região, que foram tanto nacionais como internacionais. Em seus dois períodos ocorreram um processo de migração para a região, como também em seu momento de crise ocorreu uma fuga massiva.

Assim, não se pode falar sobre a história da Amazônia sem destacar estes dois períodos. Já que graças à borracha a região amazônica começou a se integrar tanto nacional como internacionalmente. Sem contar que, por causa do látex, nossas fronteiras foram modificadas, em uma questão clara de geopolítica, já que as invasões por meio dos seringueiros brasileiros não tinham a finalidade de expandir o território nacional, e sim de extrair a matéria-prima da região.

Conclui-se que graças à borracha os investimentos na região geraram crescimento econômico, como também desenvolvimento da região. Em seu primeiro ciclo, o látex influenciou também para investimentos na região, e na procura de melhor acessibilidade para escoamento da matéria-prima. De maneira que foi que graças a ela e a um cenário nacional e internacional favoráveis a Amazônia se desenvolveu.

O desenvolvimento é um processo multifacetado que transcende o mero crescimento econômico, abrangendo melhorias na qualidade de vida e bem-estar social. Ressaltando que o

desenvolvimento reconhece que o progresso verdadeiro é medido não apenas em termos financeiros.

Ainda, o cenário internacional colaborou nos dois momentos de auge da borracha, tanto no primeiro ciclo, quanto no segundo. Desta maneira, reforça-se que a Amazônia se desenvolveu, já que com a visibilidade que a mesma alcançou, gerou investimentos na região. Graças ao látex, nossos rios começaram a ser navegados e houve investimento por meio da Bolívia para construção de uma estrada de ferro. Ainda, a fim de escoar mais rapidamente a borracha, houve investimentos para maior acessibilidade da região.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o projeto nacional de Vargas procurava uma maior integração com o Serviço Especial de Saúde Pública, ainda que em seu início suas intervenções sanitárias e políticas de saúde estivessem direcionadas para as demandas estadunidenses por causa da Segunda Guerra Mundial.

Diante do quadro exposto, podem surgir questionamentos sobre o real desenvolvimento da Amazônia graças à borracha em seus dois períodos, sendo mais significativo no último. Contudo, com base nestas informações, nota-se que a borracha foi de suma importância para o desenvolvimento da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. **A Amazônia vai ressurgir! saúde e saneamento na Amazônia no primeiro Governo Vargas (1930-1945)** (Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer, 2007.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 53, 2005.

BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora da UFAM, 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2009.

BRASIL. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge Universty Press, 2009.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006.

GARFIELD, S. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas”. **Revista Brasileira de História**, vol. 20. n. 39, 2000.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira–Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

HEMMING, J. **Árvores de rios**: a história da Amazônia. São Paulo: Editora Senac, 2011.

LIMA, A. M. COUTINHO, R. V. “O tratado de cooperação amazônica como instrumento de política pública”. **Examãpaku**, vol. 5, n. 2, 2012.

MARTINELLO, P. **Batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico** (Tese de Doutorado em Práticas de Saúde Pública). São Paulo: USP, 1985.

MATOS, C. M. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1980.

MEDEIROS FILHO, O. **Entre a cooperação e a dissuasão**: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul (Tese de Doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2010.

OLIVEIRA, N. N. P. "A Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira". **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: ANPUH, 2003.

PUREZA, J. M. **Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e integração justa no Sistema Internacional**. Coimbra: FEUC, 2005.

RIBEIRO, N. F. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANDRONI, P. (org.). **Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

SOUZA, C. B. G. "Geopolítica na pan-amazônia: territórios, fronteiras e identidades". **Revista Geoamazônica**, vol. 2, n. 3, 2014.

SOUZA, F. **Dicionário de Relações Internacionais**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2005.

CAPÍTULO 3

Cultura Macuxi e Preservação Cultural: Continuidades e Descontinuidades na Arte e Tradição de Fazer Panelas de Barro

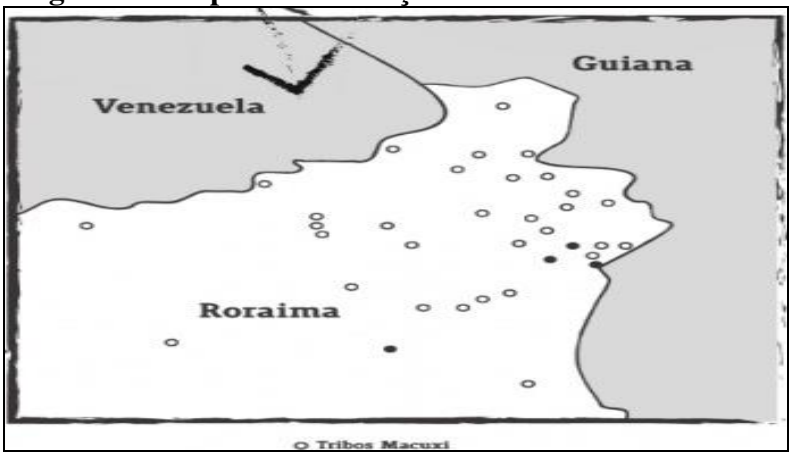
CULTURA MACUXI E PRESERVAÇÃO CULTURAL: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA ARTE E TRADIÇÃO DE FAZER PANELAS DE BARRO

Adriana Iop Bellintani

Sueli Damin Custódio

A Amazônia é uma grande região brasileira que possui uma larga diversidade de línguas e culturas. As comunidades e povos que lá habitam apresentam identidades culturais distintas, enriquecendo o arcabouço da cultura brasileira. Entre os povos amazônicos, estudaremos uma das tradições culturais do povo Macuxi, que vive no Estado de Roraima e habita a região das Guianas, entre as cabeceiras dos rios Branco e Rupununi, território atualmente partilhado entre o Brasil e a Guiana (PIB, 2018).

Figura 1 - Mapa da localização da comunidade Macuxi



Fonte: Revista Arco.

A cultura dos macuxis compreende a confecção de vários artefatos que compõem os saberes tradicionais da comunidade. Entre eles está a panela de barro, artefato que contempla a visão cosmológica dessa comunidade e de grande relevância para a cultura brasileira. Baseado no método de pesquisa dissertativo e qualitativo, esse trabalho realizou pesquisas bibliográficas e primárias que se apoiam na legislação nacional e também em fonte oral. O objetivo principal do trabalho é demonstrar a importância da confecção da panela de barro dentro do contexto cosmológico dos Macuxis e defender que esse processo artesanal tenha reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro.

Para desenvolvermos a temática proposta, é imprescindível abordarmos as concepções, de cultura, tradição e cosmologia. A cultura é um elemento que proporciona a identificação de um determinado grupo, visto que é o próprio grupo que define o que é importante para ele. O antropólogo Edward Tylor (1889, p. 35) definiu pela primeira vez o conceito de cultura como um "complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Tylor pertencia à corrente evolucionista e estudava as sociedades considerando seu grau de desenvolvimento, classificando-as em estágios, desde as mais primitivas até as mais civilizadas, e acreditava na evolução dos povos. Com o avanço da pesquisa na área e com o surgimento de outras tendências antropológicas, o método comparativo foi empregado para o estudo de caso e verificou-se que as sociedades não estão em estado "primitivo", mas que possuem características culturais próprias que revelam sua identidade e particularidade. Nessa nova análise e concepção, compreendemos que a cultura evidencia a identidade de um povo, pois possui significado, como destaca Sahlins (2003):

> A cultura não é meramente expressão da natureza sob outra forma. Antes pelo contrário, a ação da natureza se desdobra nos termos da cultura, isto é, sob uma forma que não é mais sua própria, mas sim incorporada como significado. [...] o fato natural assume nova forma de existência como fato simbolizado (SAHLINS, 2003, p. 208).

Os símbolos são importantes na definição do modo de vida e do modelo cultural adotado por determinada sociedade, assim um objeto, uma crença ou um hábito cotidiano é um símbolo permeado de significados que transcendem os tempos e a própria existência da comunidade. Os indivíduos são agentes que produzem significados e geram um ambiente composto por sentidos, os quais os prendem em uma rede de significação, como reverbera Geertz (2008):

> Acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 04).

E nessa busca interpretativa pelo significado, temos a memória como uma ferramenta de auxílio, pois, segundo Lowenthal (1998, p. 126) "toda consciência do passado está fundada na memória." A memória é composta por lembranças da coletividade, visto que o homem vive em sociedade, pois é um ser social. Entendendo a cultura como uma teia de significados tecida e vivida pelo homem e compreendendo a memória como uma ferramenta de transmissão desses significados, chegamos ao conceito de tradição.

A tradição tão popularmente evidenciada como tudo que passa de geração em geração ou de pai para filho e que se mantém no decorrer dos tempos, passa a ter uma nova perspectiva de entendimento. A tradição não apenas conserva ou mantém os costumes, mas como considera Linnekim (1996, p. 151), "tradição é a interpretação contemporânea do passado, antes que algo passivamente recebido, é um elemento crucial numa perspectiva de mudança cultural".

Dessa maneira, a tradição está longe de ser estanque, pois possui movimento, o movimento dos sentidos que proporcionam novos significados. Assim, a mudança cultural sempre ocorre porque mudam os indivíduos e os contextos, pois entendemos a tradição como uma construção de símbolos e como tal é permeada pela dialética da construção e desconstrução, continuidades e rupturas.

A tradição faz parte da identidade de um povo, ou seja, é a maneira como determinada cultura se autodefine e desse modo o sujeito possui papel central no processo de continuidades e rupturas, como lembra Bornheim (1987, p. 18), "A tradição sorve sua energia da identidade que ela tem consigo mesma." Sem seu caráter identitário, a tradição perde sentido, pois a tradição é inventada pela identidade cultural e ganha contornos perenes à medida que o grupo cultural segue se identificando com ela. Como afirma Handler e Linnekin (1984, p. 279), "A tradição é inventada porque é necessariamente reconstruída no presente [seletivamente], apesar do entendimento de alguns participantes de tais atividades como sendo preservação antes que invenção".

Há um ciclo em constante construção e desconstrução que inter-relaciona cultura, tradição, identidade e memória e, nesse movimento, o sujeito que sofre a ação é o mesmo que a prática. A comunidade é quem define a sua identidade cultural e consequentemente seu modelo cultural, entendendo a cultura como movimento, ação, ruptura e transformação, a identidade sofre

mudanças inevitavelmente. Assim, a tradição é inventada e faz parte das escolhas de determinado grupo.

Desse ciclo contínuo e ativo emanam todas as outras medidas organizacionais da comunidade como normas, condutas, comportamentos e modo de vida para sustentar a identidade do grupo, como bem enfatiza Bornheim (1987, p. 27): "No respeito à norma reside a garantia de toda possível continuidade da tradição". A organização das comunidades, além de contar com elementos intrínsecos, produz e sofre a ação de culturas externas, como afirma Said (1993, p. 29): "Todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas".

É nesse contexto de "cultura, tradição e cosmologia" que o debate sobre a panela de barro produzida pela etnia Macuxi na comunidade Raposa I, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, se insere, ou seja, como fruto de um conjunto de saberes da comunidade e que constitui suporte indispensável para o preparo de comidas típicas da região e que continua sendo modelada manualmente, com o auxílio de ferramentas rudimentares, a partir de argila sempre da mesma procedência. Essa produção das panelas Macuxi é uma atividade ancestral, conservando todas as características essenciais que a identificam com a prática de conhecimento tradicional repassado de geração para geração.

OS MACUXIS

No Brasil Colônia e Império, o indígena foi tratado como presa, como um ser sem alma e que necessitava ser catequizado. As suas terras foram subtraídas e seus costumes e tradições renegados. Desde o período colonial até o século XX, assistiu-se ao contínuo

extermínio dos povos originários. Os gentios da terra eram considerados selvagens e passavam a ser aprisionados para trabalhar nas lavouras de exportação ou morriam pelas mãos dos apresadores, visto que suas terras eram alvo de cobiça. Aos índios foi negado o direito à vida e à propriedade.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no governo de Nilo Peçanha, que se transformou na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967. Com o surgimento do SPI, o tratamento concedido ao índio entra numa fase de integracionismo ou assimilacionismo. Ou seja, os que sobreviveram ao extermínio ficariam sob a proteção do Estado. Segundo Ahmed (2009):

> Eram civilizações inferiores que necessitavam da tutela estatal. Não se deslembre que o Código Civil de 1916 os tratavam como incapazes, necessitavam da lei civil para protegê-los, do Estado através do Serviço de Proteção ao Índio para deles cuidar até que efetivamente se integrassem à sociedade (AHMED, 2009, p. 166).

Como se pode analisar, as comunidades originárias foram consideradas incapazes tendo de ficar sob a tutela e proteção do Estado. Lentamente, o índio deixou de ser exterminado para ser integrado à sociedade não indígena, o que representava abandonar seus hábitos e costumes para fazer parte de outra cultura. Esta situação legalmente foi alterada pela Constituição de 1988, que em seu Artigo 231 estipula: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (Constituição Federal de 1988, Artigo 231, Título VIII, Capítulo VIII).

No Estado de Roraima, os índios Macuxis descendem do tronco étnico Caribe, originários da Venezuela e Guiana Inglesa. No século XVI, com a chegada dos invasores europeus, espanhóis, holandeses e ingleses, os Macuxis acabaram sendo expulsos de suas terras e foram habitar o norte do Brasil, no nordeste de Roraima.

A fixação dos Macuxis em território brasileiro, a princípio, não foi pacífica devido aos confrontos ocorridos com a comunidade Wapixana, que tentou empurrá-los para fora na região. Atualmente os Macuxis são o maior grupo indígena que habita o Estado de Roraima e vivem na área de lavrado e região das serras Maú, Surumu e Parimé.

A economia desenvolvida por estes indígenas se baseia na agricultura de subsistência com o plantio de banana, mandioca, milho, entre outros produtos. Devido à aproximação dos indígenas com a área urbana, muitos passaram a trabalhar na cidade em vários ofícios e a estudar nas escolas e universidades do Estado.

A cultura indígena possui muitos caracteres típicos de sua identidade como danças, ritos, cantos, cultos, entre outros, mas dentre este universo cultural que compõe a identidade Macuxi, ressalta-se a técnica de confecção de uma panela de barro, realizada há muitos anos, a qual era precedida por um ritual de coleta, parte da cosmologia de seus antepassados.

A COSMOLOGIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

A cosmologia é como pensamos a totalidade do universo. No entender dos povos originários, os elementos naturais têm uma simbologia para a organização social e cultural. Os seres da natureza estão presentes nas manifestações culturais dessas comunidades e, segundo Miller *et al*. (2008, p. 45), “acreditam que as montanhas, os

rios, o vento e os animais são controlados por seres com poderes de trazer tantos benefícios materiais e mortes."

O cosmos engloba a natureza, as plantas, os animais, os seres inanimados que interpenetram o mundo social e possuem conceituação nas manifestações do modelo cultural. É da natureza, por meio de ensinamentos e dos saberes tradicionais, que se obtém os remédios e as curas. E esses elementos da natureza passam a adquirir vida própria no imaginário de alguns povos, como relata Krenak (2019, p. 40): "O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso como dizem os economistas".

As memórias ancestrais demonstram a relação intrínseca que existe entre os povos com os outros seres da Terra e origina uma narrativa oral presente nas lendas, canções, explicações sobre os fenômenos naturais e rituais. E acreditando que já foram outros seres antes de serem pessoas, os indígenas elaboram seus entendimentos sobre o cosmos, como afirma Krenak (2020, p. 29):

> As diferentes narrativas indígenas sobre a origem da vida e nossa transformação aqui na Terra são memórias de quando éramos, por exemplo, peixes. Porque tem gente que era peixe, tem gente que era árvore antes de se imaginar humano. Todos nós já fomos alguma outra coisa antes de sermos pessoas [...]. Os ameríndios e todos os povos que têm memória ancestral carregam lembranças de antes de serem configurados como humanos.

Esse modo de pensar os elementos da natureza faz com que os povos vejam a natureza e todos os seres que ela compõe como sagrados e conectados, como Krenak (2020, p. 38) elucida: "Os outros seres são junto conosco, e a recriação do mundo é um evento

possível o tempo inteiro". Dentro desta perspectiva, os povos indígenas se compreendem como fazendo parte de um todo, sem lugar para individualismo, pois todos formam um grande organismo vivo e repleto de significados. Como afirma Stengers (2018, p. 446): "O cosmos, aqui, deve, portanto, ser distinguido de todo cosmos particular, ou de todo mundo particular, tal como pode pensar uma tradição particular".

A cosmologia dos povos originários e amazônicos só pode ser entendida quando dimensionado o seu caráter espiritual, onde todos os acontecimentos estão interligados e sem divisão por setores ou temáticas. A espiritualidade está presente na vida cotidiana desses povos e faz parte de sua realidade, sem a separação do material e do espiritual. Daí a grande importância conferida aos pajés na tradição indígena. O povo Macuxi acredita que Makunaima é um pajé poderoso, como destaca Campos da Silva e Silva (2023, p. 175):

> [...] com poderes sobrenaturais que transformava seres em pedra, das valas criava rios e igarapés e tornavam a reviver seres quando morriam. Já Anike, filho mais velho de Makunaimî, também tinha poderes sobrenaturais, era muito teimoso e preguiçoso e chorava muito. Enquanto Insikiran é um ser místico muito danado e brincalhão que costumava se transformar em bebê para dormir com as mulheres casadas e outras que o encontrava. Insikiran tinha poderes sobre os espíritos sendo um destes espíritos deixados nas serras como forma de guardião, os quais são conhecidos por nós como Mariwa, são eles que protegem os lugares significativos.

Para entendermos um pouco mais o modo de pensar e sentir do povo Macuxi, destacamos que entendem que o universo é composto por três planos: um terrestre, um abaixo da superfície

terrestre e outro plano é o céu. Para melhor compreendermos, destacamos a seguinte explicação (PIB - POVOS INDÍGENAS DO BRASIL):

> O universo Macuxi é composto, basicamente, de três planos sobrepostos no espaço que se encontram na linha do horizonte. A superfície terrestre, onde vivemos, é o plano intermediário; abaixo da superfície há um plano subterrâneo, habitado pelos *Wanabaricon*, seres semelhantes aos humanos, porém de pequena estatura, que plantam roças, caçam, pescam e constroem aldeias. O céu que enxergamos da superfície terrestre é a base do plano superior, *Kapragon*, povoado por diversos tipos de seres, incluindo os corpos celestes e os animais alados, entre outros, que também vivem, à semelhança dos humanos, da agricultura, da caça e da pesca. Os Macuxi não têm qualquer relação com os seres habitantes desses outros planos do universo, que tampouco interferem em seus destinos. O plano intermediário, por sua vez, não é o domínio exclusivo de humanos e animais, mas habitam-no ainda duas classes de seres, *Omá:kon* e *Makoi*. A distinção entre essas duas classes parece ter como critério básico o lugar habitado por cada uma delas. Assim, a categoria *Omá:kon* habita preferencialmente as serras, em particular as áreas rochosas e mais áridas da cordilheira, bem como as matas. Sua aparência, embora muito diversa, é marcadamente selvagem ou anti-social: têm unhas e cabelos longos e fala inarticulada. Manifestam-se mais comumente sob a aparência de animais de caça, embora sejam eles os caçadores de homens. Já os seres *Makoi* são predominantemente aquáticos, habitando as cachoeiras e poços profundos. Via de regra, manifestam-se sob uma gama variada de cobras aquáticas. São considerados os seres mais nefastos aos homens, atraindo-os para o seu domínio e

> devorando-os. Quando os *Omá:kon* e *Makoi* aprisionam uma alma humana (*Stekaton*), a vítima adoece e acaba morrendo. Somente os xamãs (*Piatzán*) podem fazer face à predação exercida pelo *Omá:kon* e *Makoi*, pois possuem a faculdade de vê-los e dispõem de armas sobrenaturais para neutralizá-los. Com efeito, a ação terapêutica de um xamã – já que as doenças são evidência de agressões à alma causadas por essas duas classes de seres – consiste basicamente no resgate da alma aprisionada, impedida de retornar ao corpo e que, em uma sessão xamanística, os cantos descrevem à medida que essa ação se desenrola.

A partir dessas premissas sobre o universo e a cosmologia, podemos compreender o significado da confecção das panelas de barro dos Macuxis, visto que as dimensões espiritual e material estão presentes nessa arte tradicional. O xamanismo e o culto aos espíritos e, acima de tudo, o respeito à natureza englobam essa manifestação cultural.

A PANELA DE BARRO MACUXI

No município de Normandia, na comunidade de Raposa Serra do Sol, onde vivem cerca de 700 indígenas, é feita a panela de barro Macuxi. Esta panela é importante por fazer parte da cultura e do legado Macuxi, ou seja, representa parte da identidade cultural desta comunidade. Para a confecção da panela Macuxi, é realizado um ritual de retirada do barro e confecção das panelas que consistia em determinadas etapas que eram seguidas categoricamente dentro de um ritual para a extração do material.

Primeiramente, antes de sair da maloca para o local determinado na serra para a extração do barro, a indígena mais velha que liderava a expedição benzia o urucum com orações que só ela conhecia e que não repassou a nenhuma outra senhora da comunidade. Após o benzimento, a tinta do urucum era passada nas outras integrantes do grupo nas seguintes partes do corpo: na testa em forma de cruz, na parte central da cabeça, no rosto, nos pés, atrás do joelho e na região da frente do cotovelo, para pedir proteção, pois elas seguiam seu itinerário mesmo com mal tempo e sujeita aos perigos da fauna silvestre.

As mulheres carregavam consigo um pedaço de retalho, tabaco e um peixe assado para realizar uma oferenda à terra, que era considerava uma divindade muito respeitada pela crença Macuxi, pois da terra vem o alimento. Ao chegar ao local da extração, a indígena que dirigia a retirada do barro fazia uma prece e conversava com o barro, para pedir licença da natureza para a retirada do material necessário para a confecção da panela. Ela dizia: "Vovó eu venho lhe buscar para a gente ir para casa comer caça[9]".

Após orar com devoção, o peixe assado, o tabaco e o pedaço de retalho eram deixados no local, como oferenda à terra pelo empréstimo do barro. As indígenas ofereciam à Vovó Terra, em prece, todo o alimento que fosse cozido nas panelas que seriam feitas do barro retirado daquele local. Assim, todo prato preparado nessas panelas é compartilhado com a mãe natureza, com a terra, que também participará das refeições.

Ao retornar para a aldeia, o barro passa por um processo até originar as panelas. No primeiro momento, todo barro retirado é colocado no Sol para a secagem, pois vem com muita umidade do

[9] Entrevista com a senhora Lídia Raposa, indígena Macuxi que assistia a coleta do barro e a confecção das panelas de barro feitas por sua avó. Entrevista realizada no dia 06 de abril de 2011, na sua residência em Boa Vista.

local de obtenção. Dependendo das condições climáticas, esta fase dura de quatro a cinco dias, mas durante o período de chuvas este tempo pode dobrar.

Depois de seco, o barro é então triturado com um pilão de madeira ou com uma pedra, para que se possa separar a terra das pedras. É a quebra do barro. Após separar a terra, coloca-se em uma vasilha com água até o ponto de formar uma massa homogênea e deixa-se esta massa descansar por um dia.

Quando a massa está pronta para modelagem, fazem-se pequenas tiras de barro, como se fosse massinhas de modelar, que vão sendo encaixadas umas sobre as outras até completar o tamanho da panela que se deseja confeccionar. Então se faz a modelagem da panela e a coloca no Sol para secagem por dois dias quando tempo bom e de quatro a cinco dias no período das chuvas. Por último, era acesa uma fogueira para queimar as panelas, que então estavam prontas para a utilização.

É importante ressaltar que apenas as mulheres podiam participar da extração do barro e do feitio das panelas; os homens não podiam pegar no material e nem auxiliar nas tarefas, assim como as mulheres durante o ciclo menstrual ou as mães com crianças de colo. Segundo depoimento de dona Lídia Raposo, a tradição é secular, mas os primeiros relatos, ou seja, a história mais recente aponta como pioneira na arte de confeccionar as panelas Macuxis a avó de dona Lídia, dona Damiana, última indígena a preservar e praticar o ritual de coleta de barro e feitio da panela.

Ela conta que mesmo seus antepassados não sabiam quando e com quem começou a tradição de fazer panelas de barro. Apenas tem conhecimento de que as primeiras panelas eram enormes e serviam como urnas funerárias. Numa história mais recente, a avó de dona Lídia confeccionava as panelas para trocá-las por utensílios ou alimentos que eram escassos na comunidade. No início, estas

panelas eram trocadas por talheres, sal e sabão, devido à dificuldade de acesso a estes produtos.

Após a morte de dona Damiana, as panelas Macuxi acabaram no esquecimento da comunidade. Dona Lídia deixou seu grupo e veio para Boa Vista para trabalhar, mas ficou desempregada e sem saber como conseguir renda para manter-se na cidade. Então resolveu usar a venda das panelas como forma de subsistência. Mas dona Lídia mal sabia fazer a panela, porque apesar de ter presenciado a cerimônia das panelas na sua infância, sua avó nunca a deixou tocar no barro, porque acreditava que se as crianças mexessem no barro acabariam doentes.

Dona Lídia retornou para a comunidade e lá se tornou presidente do Clube de Mães e, junto com outras senhoras que conheciam a confecção do artefato por terem participado junto com dona Damiana de todo o processo de produção, como as suas tias Zilda e Olindira e suas primas Olinda e Livina, aprendeu a fazer as panelas. E há mais de trinta anos dona Lídia comercializa e tira seu sustento da venda deste artesanato.

Mas como as tradições são inventadas, a panela de barro Macuxi também sofreu mudanças com o passar dos tempos. O ritual de confecção da panela acima descrito hoje não é mais praticado pela comunidade. A extração de barro é ainda feita no mesmo local, mas agora os homens que outrora não poderiam testemunhar a extração e a elaboração do artefato são os que extraem e transportam o barro.

O trabalho de dona Lídia Raposo auxilia na preservação desta cultura identitária de sua comunidade e muitas mães que vivem na maloca trabalham com o feitio e a venda da panela para auxiliar na renda familiar e da comunidade de maneira geral. Muitas pessoas se interessam pela compra do artefato e se deslocam até a Raposa Serra do Sol para adquirir a peça. O resultado é tão promissor que é realizado anualmente o festival “Anna Komanto'Eseru – Festival da

Panela de Barro", que ocorre desde 2012. A iniciativa busca preservar essa cultura ancestral e movimentar economia regional de forma sustentável.

Atualmente, além da panela de barro, as mulheres da comunidade fazem também pratos e travessas. E embora sua tradição tenha sido reinventada, esta identidade cultural se mantém acesa como importante elemento da identidade do grupo Macuxi. A confecção desta panela sofreu o processo de construção e desconstrução existente na formação da identidade cultural. O ritual de coleta do barro e preparação das panelas deixou de ser praticado, houve o esquecimento das orações para benzer o urucum e da pintura corporal para chegar até o local de retirada do material, com o decorrer dos anos. Dona Lídia agora conta com o auxílio dos homens da comunidade para a extração do barro e faz a secagem e confecção das panelas na sua residência em Boa Vista.

Nesse processo de construção e desconstrução dos sentidos, a panela Macuxi é um exemplo de bem cultural a ser preservado. Atualmente, conforme Cury (2019):

> A produção de panelas de barro da Comunidade ocorre na sede do Clube de mães e conta hoje com 20 paneleiras, todas elas vivendo na comunidade da Raposa I. Este conjunto de 20 indivíduos conta hoje com 15 mulheres e 05 homens, que "levantam as panelas", misturam o barro, buscam o barro nas Serras da Comunidade, e contam com a ajuda de não paneleiros quando necessário, em especial no transporte ao pé das Serras, nas conduções de veículos. Essas paneleiras produzem mais de 20 modelos de panelas que são utilizadas no dia a dia da comunidade, bem como vendidas como forma de complementação de renda, tanto dentro da comunidade como fora (CURY, 2019, p. 67).

Figura 2 - Panela Macuxi



Fonte: Acervo próprio.

PATRIMÔNIO CULTURAL

A primeira referência sobre a preservação do Patrimônio Cultural no Brasil aparece na Constituição de 1934, em seu artigo décimo, inciso III, que estabelece a proteção das belezas naturais e dos monumentos históricos do Brasil, porém é com o Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, durante o governo do Estado Novo, sob a ditadura de Vargas, que a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é legalizada, definindo o patrimônio em seu artigo primeiro da seguinte forma: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou

artístico" (Decreto-Lei N. 25, de 30 de novembro de 1937). Este decreto estabeleceu legalmente o tombamento de bens culturais no Brasil, divididos em quatro livros, segundo o artigo quarto:

> 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
> 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
> 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
> 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Com este decreto, começou a instituição jurídica em defesa do patrimônio histórico brasileiro e a proteção do meio ambiente cultural, que recebeu novo fôlego com a Constituição de 1988. Embora as constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 tenham feito referência à preservação de monumentos e ao amparo da cultura brasileira, somente com a Carta Magna de 1988 o tema ganhou maior importância, visto que sofreu influência da ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que em 1972 fez sua primeira convenção em defesa do patrimônio mundial e incentivou muitos países à preservação de monumentos, sítios arqueológicos, sítios naturais, entre outros.

Em seu capítulo VI, Artigo 225, a Constituição de 1988 estabelece que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e

futuras gerações.” Enquanto este artigo pugna pela preservação do meio ambiente e da natureza, o Artigo 216, do Capítulo III e Seção II, estabelece a defesa da cultura da identidade e memória, conforme texto a seguir:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I. as formas de expressão;
>
> II. os modos de criar, fazer e viver;
>
> III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Constituição, após meio século do Decreto-Lei de 1937, demonstra preocupação com a identidade e a memória do país, e busca a preservação da cultura nacional, principalmente em âmbito material, pois a cultura imaterial será legalmente defendida pelo Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, com a seguinte redação:

> Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
>
> § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

> I. Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
>
> II. Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
>
> III. Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
>
> IV. Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (DECRETO N. 3.551 de 04 de agosto de 2000).

A valorização da cultura imaterial e a formalização de seu registro são recentes, fazem parte de nossa história presente e ainda têm um longo caminho a percorrer. O tombamento é um importante meio de preservação dos bens materiais, bem como o registro dos bens imateriais de um país. E tanto seu tombamento, registro e os meios para sua efetivação quanto o destaque à preservação dos bens culturais só ocorreram com a Constituição de 1988, conforme o Artigo 215:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
>
> § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

> § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Não obstante, ao se tratar de cultura, insere-se em um contexto de grande elasticidade e pluralidade que visa a uma aproximação identitária entre grupos estabelecendo zonas culturais e fronteiras culturais. A preservação da cultura e de suas mais variadas manifestações conduz à formação da identidade nacional, pois como afirma Campos (2009):

> O patrimônio cultural pressupõe uma das mais importantes formas da identidade, cultura, memória dos povos brasileiros. Constitui um acervo dinâmico, o qual faz parte da história de nosso país, devendo, portanto, ser preservado e tutelado pelo Direito e pela sociedade civil (CAMPOS, 2009, p. 119).

A preservação da panela de barro Macuxi, merece, além dos esforços realizados pelas mulheres da comunidade da Raposa Serra do Sol, uma ação concreta do Estado no sentido de salvaguardar esse patrimônio cultural do povo brasileiro. A legislação vigente permite e oferece os trâmites necessários para que esse artefato e toda a simbologia que possui mediante a cultura Macuxi faça parte de nosso acervo cultural protegido.

Outro instrumento jurídico importante e que pode ser utilizado para a preservação e facilidades de comercialização das panelas de barro é o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ele estabelece em seu Art. 3º , inciso I, que “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que

possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Ainda no mesmo Decreto e Artigo, em seu inciso II, os territórios tradicionais são tidos como "os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária" (BRASIL, 2007). Apoiado nessa legislação, poderíamos demandar o porquê de a panela de barro Macuxi ainda não ter sido preservada ou mesmo esteja sob a guarda das Indicações Geográficas, que tem por meta proteger produtos e serviços, visto que essa é uma forma de proteger o artefato indígena, garantindo-lhe reconhecimento e distinção em virtude do potencial cultural e identitário que possui pelos saberes tradicionais e ancestrais do povo Macuxi.

As Indicações Geográficas auxiliam o consumidor a conhecer a procedência do produto adquirido e criam um diferencial para o produtor que consegue aumentar o valor agregado da mercadoria e proporciona maior desenvolvimento regional, principalmente em áreas como a Amazônia. A Instrução Normativa nº 095/2018, em seu Art. 2º e Inciso I, estabelece que: "Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço".

Essa mesma Instrução Normativa estipula as condições para o registro de Indicações Geográficas. Essa é uma ferramenta que precisa ser utilizada não apenas no caso da panela de barro Macuxi, mas para muitos produtos que são produzidos pelas comunidades indígenas e ribeirinhas na Amazônia e nas outras regiões brasileiras.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) olhando nessa mesma direção, está com o processo em curso para o pedido de Indicação Geográfica (IG) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para as panelas de barro fabricadas e produzida pela etnia Macuxi. O Sebrae tem atuado por meio de consultoria desde 2021.

Esse artesanato brasileiro está sendo avaliado para a certificação do INPI conforme ocorreu com as panelas de barro Goiabeiras de Vitória, no Espírito Santo, que recebeu a Indicação de procedência / 2011 Registro IG 201003 INPI, com abrangência da cidade de Vitória. O reconhecimento para as panelas de barro Goiabeiras foi na categoria Indicação de Procedência (IP), que delimita uma área conhecida pela fabricação de certos produtos. Contudo, um dos principais desafios é a organização e elaboração dos documentos e informações necessárias para comprovação junto ao INPI das condições necessárias ao reconhecimento.

No Brasil, o reconhecimento de uma Indicação Geográfica se dá na forma de um registro concedido pelo INPI aos produtores instalados na área geográfica delimitada. O Sebrae ao apoiar a produção das panelas de barro Macuxi, busca aumentar sua visibilidade e valor agregado, visto que já é conhecido na região e possui um modo tradicional de produção ligado a área geográfica (SEBRAE, 2023).

Cada vez mais o Brasil tem identificado os desafios e o potencial econômico das Indicações Geográficas (IGs) do segmento do artesanato, por meio de eventos internacionais e nacionais que reúnem artesãos, especialistas, gestores e representantes de diversos países, a exemplo do I Evento Internacional de Indicações Geográficas de Artesanato realizado nos dias 29 e 30 de junho, no Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), no Rio de Janeiro, em 2023.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Em Roraima, nas terras Macuxis, existe um precioso acervo que necessita ser protegido por meio do reconhecimento jurídico do Estado Brasileiro. Para tal, faz-se necessário ampliar a pesquisa, análise e identificar o material que merece ser preservado. A legislação vigente estabelece os meios para a execução de um projeto de preservação cultural e de reconhecimento e registro de produtos como um artefato de Indicações Geográficas.

A Amazônia, seus povos, artes e costumes são determinantes na formação da cultura brasileira. A valorização dessa produção é imperativa para ampliarmos a pauta de inclusão, aceitação do outro e lutarmos pela equidade dos povos.

A panela de barro faz parte da cultura e da tradição dos Macuxi e, no constante movimento de sentidos, ela é confeccionada no presente momento com as muitas modificações em seu *modus operandi*, mas é uma memória ancestral que foi reinventada para atender as exigências de novos tempos e nova geração indígena. Ela é um objeto repleto de valores e significados para a cultura, a arte e a gastronomia Macuxi. O importante é auxiliar e salvaguardar a memória existente acerca deste artefato para evitar seu esquecimento histórico e o silêncio desta cultura na sociedade brasileira.

Ao se entender cultura como uma teia de significados, percebe-se a importância da panela para a identidade do grupo Macuxi e para a preservação destes valores e significados presentes tanto no artefato como no seu ritual de preparação. O ritual, parte da cosmologia desse povo, entende a terra como a mãe que fornece o alimento e, embora não seja mais praticado em sua essência, merece ser registrado como valor identitário da comunidade, bem como a panela que, por expressar a arte Macuxi e estar ligada ao modo de

elaboração e preparo da culinária indígena, precisa ser salvaguardada como patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AHMED, F. V. "Cultura Indígena e Direito Ambiental". *In*: AHMED, F.; COUTINHO, R. (orgs.). **Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

BORNHEIM, G. A. "O Conceito da tradição". *In*: BORNHEIM, G. A. **Tradição e Contradição**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1987.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1934. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1937. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1937. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 095, de 17 de dezembro de 2018**. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

CAMPOS, L. C.; MAQUES, E. S. "O papel social da cosmologia Macuxi para a comunidade Camararém-Raposa Serra do Sol". **Revista Habitus**, vol. 21, n. 1, 2023.

CAMPOS, L. P. S. *et al*. "Responsabilidade Civil por danos ambientais ao Patrimônio Cultural". *In*: AHMED, F.; COUTINHO, R. (orgs.). **Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

CURY, M. A. **Análise da potencialidade de registro de indicação geográfica das panelas de barro da comunidade indígena Raposa Serra do Sol** (Dissertação de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação). Boa Vista: UFRR, 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2019.

LINNEKIN, J. “The Politics of Culture in the Pacific”. *In*: LINNEKIN, J.; POYER, L. (eds.). **Cultural Identity and Ethnicity in the Pacific**. Honolulu: University of Hawai Press, 1996.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Editora EDUC, 1998.

MILLER, R. P. *et al*. **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do complexo Macuxi-Wapichana**: Anaro, Barata, Livramento, Boqueirão, Raimundão, Jacamin, Moskow, Muriru, Tabalascada e Raposa Serra do Sol. Brasília: FUNAI, 2008.

PIB - Povos indígenas do Brasil. “Macuxi - Povos Indígenas no Brasil”. **Instituto Socioambiental** [2018]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em 20/01/2024.

RAPOSA, L. **Senhora Lidia Raposa, índia Macuxi, que assistia a coleta do barro e a confecção das panelas de barro feitas por sua avó e atualmente trabalha pela preservação das panelas de barro**. Entrevista concedida a Adriana Iop Bellintani e Sueli Damin Custódio. Boa Vista: Acervo Pessoal, 2011.

RORAIMA. **Área indígena Raposa Serra do Sol**: visão regional. Boa Vista: GTE/RR, 2004. Disponível em: <www.rr.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

SAHLINS, M. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

SAID, E. **Culture and imperialism**. London: Knopf, 1993.

SANTOS, E. R. **Etnogeografia Macuxi**: o lugar na memória da Comunidade Indígena Raposa I, Estado de Roraima (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2020.

SEBRAE. “Sebrae/RR trabalha para transformar arte paneleira em referência para Roraima”. **Agência Sebrae de Notícias** [2023]. Disponível em: <www.agenciasebrae.com.br>. Acesso em: 23/02/2024.

STENGERS, I. “A proposição cosmopolítica”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, 2018.

TYLOR, E. **Primitive Culture**. Nova York: Henry Holt, 1889.

CAPÍTULO 4

O Desenvolvimento Amazônico
Pela Perspectiva da Governança Econômica
Indígena Brasileira: O Caso do Artesanato Baniwa

O DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO PELA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA ECONÔMICA INDÍGENA BRASILEIRA: O CASO DO ARTESANATO BANIWA

Alessandra Prates Barreras Carriero

Eduardo Ernesto Filippi

O modelo atual de desenvolvimento econômico foi majoritariamente baseado na extração de matérias primas. Ao longo da história humana, a relação com os recursos naturais formou as linhas evolutivas da sobrevivência humana e consequentemente os modelos de desenvolvimento, que tardiamente traduziram-se através do uso da moeda. Ainda, referente à ideia evolutiva de nossa espécie, percebe-se que *desenvolvimento e tempo* se cruzam na história, marcando constantes séries de eventos, tais que se relacionam diretamente com as ideias de tempo ou temporalidades; Fernand Braudel (1995) e Milton Santos (1996), trabalharam com essas perspectivas da relação humana com o tempo.

Para Milton Santos (1996), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistema de ações e ainda a ideia de tempo para nossa espécie só pode ser "concretizada" quando houve a nossa primeira relação com a natureza – em que se extraiu alguma matéria dela, anteriormente para Milton Santos (1996) não existia tempo, apenas uma cadeia evolutiva das múltiplas espécies existentes no planeta Terra. Na complementariedade dos estudos sobre o tempo, Fernand Braudel (1996), em sua obra Civilização Material (1996), aborda sobretudo a ideia de "tempo" traduzindo para "*temporalidades*" ou "*eventos históricos*", pois para o economista há três formas de analisar o tempo na história, são eles

tempos de curta e média duração ou tempos de longa duração[10], todos esses marcadores estariam relacionados com os eventos históricos, seu alcance e repetição.

Nesse sentido, o modelo de humanidade como nós conhecemos é atrelado aos modelos do capital, esses que em sua grande maioria se traduzem em *matéria* que tem características físicas, tangíveis e que podem ser vistas e tocadas como: terras, alimentos, máquinas, recursos naturais em sua totalidade, que levaram ao desenvolvimento econômico e humano, onde há uma extração incansável de recursos. Dessa forma, Eduardo Gudynas, antropólogo e economista, em sua obra Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais (2019), trabalha o antropocentrismo na relação do homem com a Natureza, colocando-se como centro e a Natureza como um conjunto de objetos, vivos ou não vivos, em que alguns poderiam ter utilidade atual ou futura, ou seja, numa relação baseada em utilidade e/ou controle, assim como nas premissas principais da economia neoliberal, em que a ela regula o nível de desenvolvimento de regiões e indivíduos humanos.

O antropocentrismo impõe uma valoração extrínseca no sentido de que os valores são propriedades externas aos objetos e somente podem ser atribuídos pelos seres humanos. Uma planta, um animal ou uma cachoeira não possuem valores em si mesmos ou próprios; estes são atributos que lhes são dados pelas pessoas.

Essa perspectiva antropocêntrica trouxe muitas consequências, vindas de uma raiz cultural que baseou ou formou predominantemente como enxergamos o mundo, a exemplo de

[10] São elementos estáveis que atravessam gerações, e que normalmente são chamadas de estruturas, como exemplo podemos citar um sistema econômico em longa duração num determinado local. Essa longa duração, no entanto, não é uma imobilidade onde não ocorre mudança. É uma duração longa, de mudança lenta, um tempo que demora a passar, mas onde há mudanças há algumas pequenas rupturas também (BRAUDEL, 1946).

ideias expressas no Renascimento, como de Francis Bacon, com seu imperativo de dominar a natureza, e René Descartes, com seu entendimento do Meio Ambiente e dos animais como máquinas que poderiam ser desmontadas para serem entendidas e manipuladas (GUDYNAS, 2019, p. 23).

Nessa lógica, é evidente que este período de longa duração histórica, baseada na extração incansável de recursos naturais, atrelada a lógica da economia neoliberal, está refletindo em uma série de novos eventos temporais como: mudanças climáticas, desapropriação de terras, insegurança alimentar, perda de identidades culturais, extinção de espécies e colapso energético, entre tantas outras manifestações de perdas irreversíveis que estão ocorrendo no planeta Terra. Por isso, este capítulo busca através da ideia de tempo e tempos históricos, demonstrar que existe uma luz no fim do túnel ou como propõe Ailton Krenak, filósofo indígena da etnia Krenak, ideias para adiar o fim do mundo (2017).

Sobretudo, estas novas ideias estão expressas em alternativas que compreendem a relação com o corpo-território como algo indissociável, intrinsicamente baseadas nas cosmovisões indígenas, em que terra e corpo são um só e que se faz necessário promover a harmonia entre essas duas manifestações ocupando o mesmo espaço. Essas alternativas são nomeadas na literatura como *"buen vivir"*[11], bioeconomia indígena ou governança econômica indígena[12], sendo

[11] Para Mignolo (2005), o *Buen Vivir* pode ser interpretado como manifestação de descolonização epistêmica, ou seja, um pensamento que se desprende e abre possibilidades outrora colonizadas pela racionalidade moderna imperial europeia.

[12] Formação de cadeias produtivas que contribuem para a preservação do território e sociobiodiversidade promovendo uma fonte de renda para as comunidades indígenas. A governança da economia indígena é uma forma de garantir a governança dos territórios e fortalecer a cultura dos povos indígenas, contribuindo para a promoção da preservação ambiental.

que ambas as terminologias promovem resistência ou alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento.

Neste capítulo iremos dar ênfase a terminologia da governança econômica indígena, em que se apontam outras formas de relação mais amigáveis com a natureza e que projetam renda para as comunidades locais. Com o intuito de demonstrar a aplicabilidade da governança econômica indígena, apresentaremos alguns projetos já desenvolvidos na região da Amazônia Legal, buscando demonstrar que há outras formas de promover renda e gerar a conservação da região amazônica e sua vasta biodiversidade.

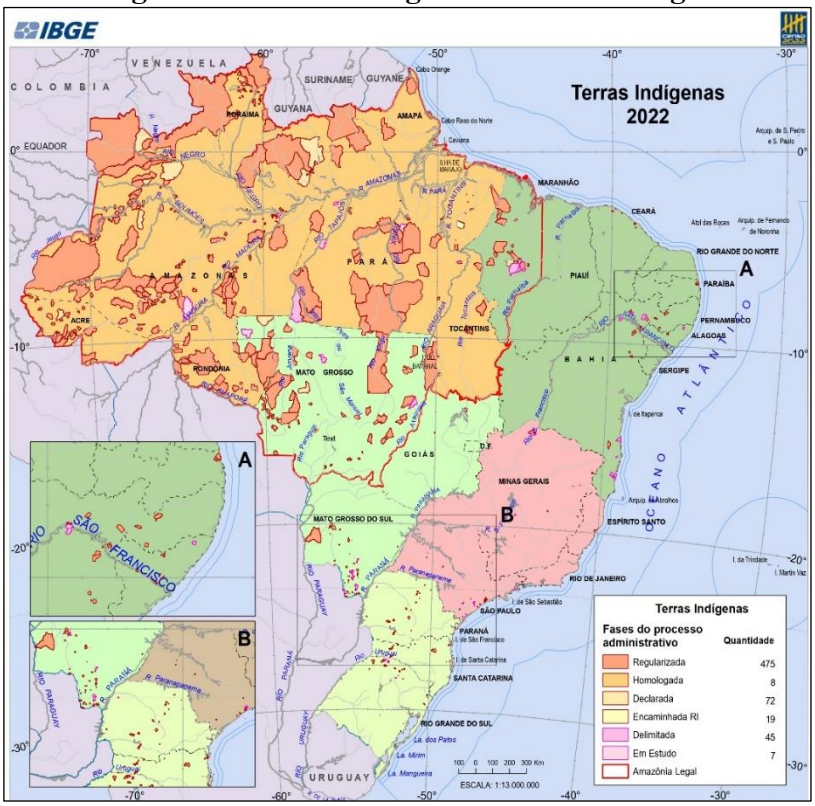
GOVERNANÇA ECONÔMICA INDÍGENA: O CASO DA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia Legal é uma designação geográfica e administrativa que inclui áreas que vão além da floresta tropical em si. Ela compreende nove estados brasileiros e parte dos estados do Amapá, Maranhão e Tocantins. Estes estados são: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Além disso, a Amazônia Legal abrange uma pequena porção dos biomas Cerrado e Pantanal. Está região corresponde a 59% do território nacional e abriga 55% da população indígena brasileira. Suas principais atividades econômicas incluem pecuária, extrativismo e agricultura. Vale destacar a Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, como importante centro industrial da região.

Infelizmente a Amazônia Legal, enfrenta sérios problemas especialmente relacionadas ao desmatamento excessivo. Cerca de 55% de todos os povos indígenas que habitam o Brasil vivem nessa área. A degradação ambiental, agravada pelo desmatamento, afeta

diretamente a conservação do ecossistema e traz consequências sérias para o ambiente amazônico. A construção de hidroelétricas também impactou significativamente a vida dessas comunidades, uma vez que muitos indígenas dependem da caça e da pesca para subsistência. Abaixo, apresentamos uma imagem realizada no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, onde é possível observar as terras indígenas localizadas na Amazônia Legal.

Figura 1 – Terras Indígenas Amazônia Legal



Fonte: Censo. IBGE (2022).

Na Figura 1 é possível observar os processos de homologação, delimitação e regularização das terras indígenas, ressalta-se para este fato, pois na contramão da lógica desenvolvimentista predatória que não inclui a preservação como fator central em suas perspectivas de crescimento econômico, a região enfrenta também um sério problema atrelado ao desmatamento e construção de hidrelétricas, resultando em uma verdadeira luta pela sobrevivência em que quem está em sua maioria no campo de batalha são os povos indígenas.

A Amazônia Legal foi criada no governo Getúlio Vargas, por meio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico e social da região, onde vivem cerca de 20 milhões de pessoas. O plano visava melhorar os padrões de vida e o bem-estar econômico das populações locais, promovendo o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial.

Além da Amazônia Legal, existe a Amazônia Internacional, que corresponde a uma área ao norte da América do Sul e abrange nove países: Brasil, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. A maior parte dessa região, aproximadamente 60%, está dentro do território brasileiro.

Historicamente a região da Amazônia Legal prometia seguir as premissas do modelo de desenvolvimento econômico extrativista, em que de fato culminou em megaprojetos como as hidroelétricas e a facilitação do avanço da agricultura na região, resultando em um crescimento econômico substancial, mas errôneo para a preservação ambiental e social dos povos indígenas e ribeirinhos.

Nesse sentido, apresentaremos algumas alternativas já em curso promovidas por povos indígenas da região da Amazônia Legal, demonstrando que se faz possível repensar o desenvolvimento econômico utilizando outras formas de relação com o território,

preservando a cultura indígena e a biodiversidade. Através da proposta da governança econômica indígena, abre-se um leque de possibilidades que fortalecem as comunidades indígenas, incluindo pensar os processos de economia compreendendo as múltiplas visões de mundo, ampliando o conceito de economia, permitindo que os indivíduos destes territórios ajam de forma mais participativa, compreendendo as cadeias produtivas, garantindo sua economia própria, da subsistência, sua segurança alimentar e relações com o mercado.

Entretanto, a ampliação do conceito desta governança econômica indígena encontra dificuldades de execução, pois a sua lógica de preservação se choca diretamente com uma série de outros fatores como o enfrentamento de ameaças externas de ocupação econômica (exploração madeireira, garimpo, mineração, agronegócio, grilagem de terras, grandes projetos de infraestrutura etc.). Para além das dificuldades externas, é preciso também estabelecer regras para o uso dos recursos coletivos por algumas famílias, incluir temas econômicos nos planos de vida, de gestão e de manejo, para por fim valorizar as culturas, as visões de mundo e dos modos de vida tradicionais perante os projetos e relações com o mercado.

A seguir iremos apresentar alguns casos da aplicação da governança econômica indígena, em território da Amazônia Legal, na sua totalidade todas os casos apresentados a seguir tem financiamento de Organizações não-governamentais (ONGs) e empresas privadas[13], sobretudo estrangeiras, demonstrando uma

[13] Os financiamentos também podem vir através de projetos apoiados por empresas privadas interessadas em produtos com alto valor etno-ecológico agregado, como a BodyShop (Inglaterra) com os Kayapó (Pará), a Aveda (Estados Unidos) ou a Hermès (França) com os Yawanawá (Acre); começam a ocorrer algumas parcerias comerciais privilegiadas com empresas do chamado "comércio justo", como as

desatenção e falta de diálogo do governo brasileiro em relação ao empoderamento econômico destas comunidades tradicionais localizadas no Brasil, apesar da tratativa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em promover projetos de desenvolvimento comunitário desde 1984 (OXFAM, 2014).

A ECONOMIA INDÍGENA: O POVO *BANIWA* E SEU ARTESANATO

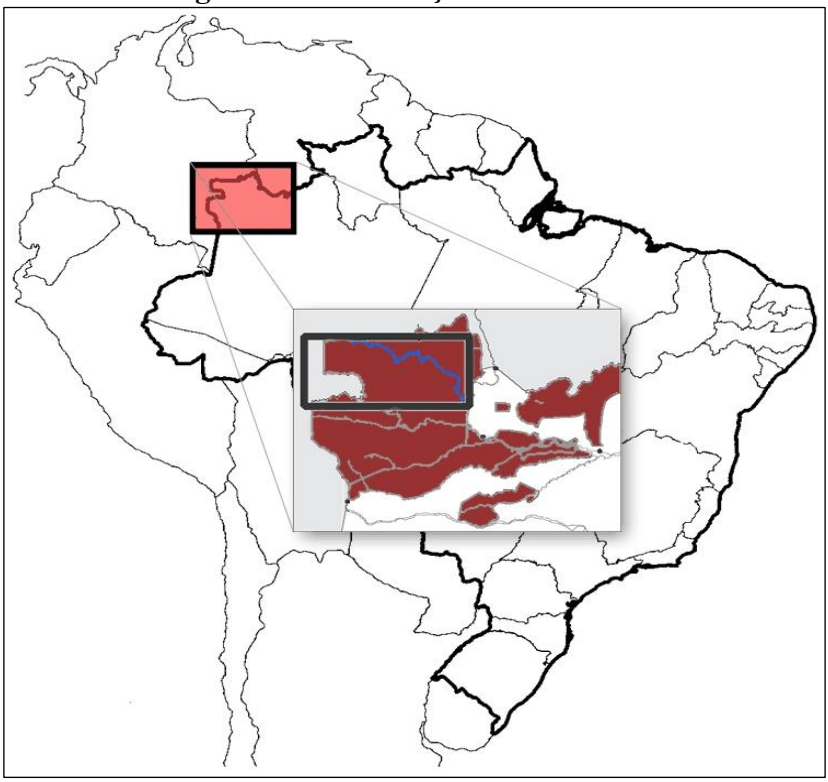
O povo Baniwa vive na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, em territórios localizados às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Airiri e Cubaté, além de comunidades do Alto do Rio Negro/Guainía e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Abaixo apresentamos o mapa com a localização do povo Baniwa (ISA, 2024).

O povo Baniwa teve seus primeiros contatos com os não-indígenas através da resistência a escravidão contra os portugueses e espanhóis; há registros no Arquivo Público de Belém do Pará de que os Baniwa foram capturados em grande número entre os anos de 1740 e 1755, e enviados para Belém. Com a intensificação da colonização no Rio Negro, na segunda metade do século XVII, as doenças trazidas pelos brancos começaram a espalhar a morte entre os Baniwa. Apesar a impossibilidade de ter estimativas, os registros mencionam epidemias graves de sarampo e varíola nas décadas de 1740 e 1780. O efeito da colonização deteriorando seus territórios, mais as epidemias, convenceram muitos Baniwa a deixarem suas terras e irem para as cidades coloniais recém-fundadas pelos

importadoras do Guaraná dos Satéré-Mawé (Amazonas) na Europa (Guayapi Tropical na França, Cooperativa Terzo Mondo na Itália) ou a comercialização da cestaria baniwa pela cadeia de lojas ToK&Stok no Brasil (OXFAM,2021).

colonizadores no baixo Rio Negro. Ali os indígenas trabalhavam para os brancos na agricultura, no Serviço Real e na coleta de produtos da floresta (GARNELO, 2001).

Figura 2 – Localização Povo Baniwa



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2024).

A permanência dos indígenas nas cidades coloniais era, em geral, temporária pois as vilas coloniais do século XVIII eram constantemente assoladas por doenças, sofriam com grandes perdas

demográficas e frequentemente deserções por parte dos indígenas descidos da região dos altos rios. Os Baniwa estavam entre os que constantemente desertavam concentrando a população que permaneceu nas vilas majoritariamente cabocla e branca (MOHRENWEISER, 1979).

Ao final do século XVII, as colônias portuguesas e espanholas atravessaram um período de desorganização que permitiu o povo Baniwa recuperar-se parcialmente das perdas sofridas e se reorganizar. Conseguiram retornar para as suas terras e procuraram restaurar sua sociedade. Mas não tiveram trégua, e em 1830, quando os comerciantes brancos voltaram ao Alto do Rio Negro: muitos eram caboclos que viveram longos períodos nas aldeias indígenas e eram aliados úteis dos militares dos fortes de São Gabriel e Marabitanas na arregimentação de mão-de-obra indígena para o Serviço Real, indústria, e extração de produtos da floresta ou serviços domésticos nas casas das famílias da elite de Manaus (RIBEIRO, 1980).

O que os militares precisassem os comerciantes faziam em troca da proteção ao seu negócio. Houve casos de militares que tinham seu próprio negócio ou se tornaram comerciantes ao deixarem o Exército. Há registros realizados pelo naturalista Alfred Russel Wallace, que menciona casos de ex-soldados que se tornaram comerciantes no rio içana que continuaram a receber auxílio e proteção do comandante de Marabitanas em troca de forçar os indígenas Baniwa a trabalhar para eles na coleta de salsaparrilha. O povo Baniwa foi muito prejudicado por esse sistema, embora sempre que possível se mantivesse longe dos brancos.

A crescente resistência dos povos indígenas à dominação branca resultou nas missões messiânicas entre os Baniwa, Tukano e Warekena, desencadeados a partir de 1857, em que surgiram os primeiros profetas Baniwa, que instituíram uma nova forma religiosa, chamada “o canto da cruz”, ou a religião da cruz, que

perdurou até o século XX e cuja memória permanece viva em algumas partes da região. Esse sistema religioso se misturou intencionalmente com outros movimentos religiosos ancestrais do povo Baniwa (RIBEIRO, 1980).

Na década de 1870 o boom da borracha havia atingido do Alto do Rio Negro; neste período uma nova onda de doenças e perdas territoriais se instalou, a cultura extrativista teve continuidade até os dias atuais, levando ao povo Baniwa e tantos outros que vivem às margens dos rios, encontrar dificuldades para sobreviver e perpetuar sua cosmovisão e o seu modo de viver ancestral. A história do povo Baniwa infelizmente é parecida com tantas outras de povos indígenas do Brasil: a perda da suas terras, a perda de identidade, a escravidão, a doença, a escassez da pesca e da agricultura devido aos efeitos do desenvolvimentismo baseado apenas no extrativismo, inserem os povos indígenas em uma situação de vulnerabilidade econômica complexa, apesar dos esforços do Brasil em reconhecer e propor alternativas desde a época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a lógica do progresso a qualquer custo atravessa esses povos até hoje[14].

Apesar da história Baniwa ser marcada por excessivas invasões e deslocamentos territoriais, é no artesanato que a identidade Baniwa amplia suas raízes e costumes. Segundo relatório realizado pelo Instituto Socioambiental (2012), os Baniwa mantêm uma qualidade de vida econômica razoável, perante a outros povos indígenas vizinhos, através das suas atividades manuais. Atualmente

[14] A partir dos anos 1970, quando foi anunciada a construção da rodovia Perimetral Norte que atravessaria suas terras, seguida pela construção de pistas de pouso e, desde 1986, da implantação do Projeto Calha Norte, a área recebeu frequentes visitas de comissões do alto escalão do governo federal. Agravando a situação, desde o início da década de 1980, garimpeiros e, em seguida, companhias mineradoras, protegidos pela Polícia Federal, invadiram o território baniwa, trazendo a destruição ambiental e vários casos de violência.

sua cestaria, seus raladores de mandioca feitos de madeira e pontas de quartzo, como também seus tecidos com grafismos, têm tido uma valorização econômica expressiva para esse povo, apesar de tradicionalmente serem excelentes pescadores, e a pesca ser uma atividade econômica importante para o povo Baniwa, a atividade da pesca para a venda é realizada apenas em um único período do ano no verão, tornando o artesanato a principal fonte econômica deste povo.

A arte Baniwa é comercializada também para fora do Brasil, há um sistema interessante de vendas realizados por esse povo, hoje há até um *e-commerce* em que os próprios Baniwa têm o controle de toda a cadeia de produção, da coleta das matérias primas seguindo os padrões ancestrais e com respeito ao território, da confecção e a prática dos rituais para suas confecções, em especial, as cestarias e a pimenta Baniwa. Ressalta-se, ainda, que a arte produzida pelo povo Baniwa tem contato e respeito com a natureza, reforçando que a economia indígena é a economia contida na terra, não sendo um produto, mas um processo.

Ao contrário do que muitos pesquisadores falam sobre educação ancestral, como se remetesse a algo do passado ou o que ficou da história, em específico as mulheres indígenas Baniwa se reinventam para manter as tradições de seus povos, na produção do artesanato. Muito antes de nascermos, esse conhecimento já existia e foi sendo transmitido até chegar às gerações atuais. Segundo liderança indígena Baniwa, Braulina Braniwa:

> [...] para receber esse conhecimento, deve-se manter a etiqueta e os bons costumes. Tem-se vivenciado a prática dessa educação de forma compartilhada com outras mulheres e pessoas não indígenas que querem conhecer o trabalho. A educação ancestral não necessita de uma escola formal ou caderno para

> anotar. A educação vai além disso. O rio Negro é um dos lugares onde se pode ver sinais do conhecimento ancestral, escrito nas pedras, nas cestarias e dentro das casas (ENTREVISTA WRI, BRAULINA BANIWA, 2019).

Historiadores e pesquisadores que passam as margens do rio Içana e com os próprios Baniwa relatam que seu povo está divido em clãs com suas especificidades de conhecimento adquirido ao longo da sua existência. As mulheres herdaram conhecimentos milenares que dão continuidade à história do seu povo do seu clã e que dialoga com os conhecimentos dos homens baniwa. Esses conhecimentos são magníficos.

Figura 3 – Artesã Baniwa Nazária produzindo cerâmica



Fonte: Acervo Museu do Índio (2014).

Para tratar sobre o conhecimento ancestral e a economia indígena, trouxemos o exemplo significativo para o povo Baniwa a cerâmica *"akhepa"*, sendo um processo que parte das experiências com suas comunidades de origem.

A cerâmica é uma arte complexa e sua produção envolve várias técnicas. Primeiro a coleta da matéria prima *dekai* (argila), que não é encontrada em qualquer lugar, apenas em margens específicas dos igarapés, onde foi deixada pelo seu criador. A *dekai* tem cores variadas, amarela, branca e vermelha. As mulheres devem saber o local e o momento adequado para a retirada da argila, pois segundo a sua cosmologia, devem estar bem consigo mesmas, sem estresse ou fora dos dias da menstruação. A elaboração da mistura é feita com casca de árvore nativa, que deve ser seminova e morta, não deve ser muito antiga, tampouco tirada na hora. Além disso, essa mistura deve ser feita por uma mulher, de preferência que já tenha tido filhos, mas a produção tem a presença de mulheres mais novas e acompanhamento supervisionado por uma mulher mais velha. Esse processo demora um tempo, para que se busque e se prepare o material. É nesse momento que se mantem a etiqueta ancestral, repassada de forma transgeracional entre as mulheres (SARMENTO, 2017).

O conhecimento da cerâmica Baniwa é transmitido para as novas gerações, via a escola, ou seja, desde meninas Baniwa acompanham a coleta, aprendem qual igarapé se pode retirar a argila e de qual lugar se retira a mistura. O diferencial da cerâmica Baniwa é a qualidade da mistura, o que posteriormente facilita a perfeição do acabamento e a excelência nas pinturas de sílabas gráficas que é essencial para este tipo de produção, pois através destas sílabas gráficas se incluem significado a arte Baniwa (Sarmento, 2017).

A cerâmica Baniwa tem proporcionado um retorno econômico expressivo, segundo André Baniwa coautor de um relatório de 1,3 mil páginas lançado no Painel Científico para a

Amazônia (SPA, na sigla inglês). Com mais de 200 pesquisadores, é o documento mais abrangente sobre a história, o presente e o futuro da Amazônia, além de apontar caminhos para uma Amazônia preservada. André Baniwa enfatiza neste relatório que:

> Enquanto a exploração da floresta ocorre de forma desenfreada no Brasil, fomentada principalmente pela agropecuária, os eventos climáticos extremos tendem a ser ainda mais frequentes e intensos. Quando alguém traz alguma coisa nova, temos capacidade de entender muito rapidamente esse outro modo de vida que foi inventado no mundo, que são estados nacionais, suas políticas, seus governos, seus métodos", continua André. "O objetivo nacional não tem nada a ver com a especificidade de cada povo. Muitos políticos, que chamo de 'nacionalistas vazios', não consideram a diversidade interna, a valorização de riquezas culturais, de conhecimento (SPA, 2019).

A educação ambiental é presente para os Baniwa desde os anos 2000, quando as enchentes do Rio Negro começaram a se agravar e prejudicar toda a produção alimentar das comunidades, foi então realizado uma mobilização coletiva para que se compreendesse as mudanças climáticas, os desafios que ela trouxe para as comunidades e como preservar sua cultura em tempos de ponto de não retorno climático. André Baniwa, conjuntamente com outras lideranças, engajam na produção dos seus artesanatos, pois acreditam que a produção com processo ancestral e sentido pode auxiliar na preservação da floresta, além de ser uma ferramenta de independência econômica para além dos projetos desenvolvimentistas propostos pelo Estado brasileiro.

Atualmente a cerâmica Baniwa movimenta anualmente cerca 85% da economia do povo Baniwa, sendo que essa renda é majoritariamente revertida para compra de insumos básicos como alimentos e para a promoção de práticas de bem-viver nas comunidades indígenas. Além das cerâmicas, a produção de cestaria e de pimenta Baniwa vem ganhando protagonismo na produção indígena, sendo uma oportunidade de ampliação financeira para este povo, que ao longo da sua história vem sofrendo com as invasões e delimitações de como viver por parte do não indígena (ISA, 2022).

CONCLUSÃO

Nos últimos 30 anos, a mudança de paradigma fez com que os indígenas deixassem a sua categoria social de "em extinção" ou "vítimas" dos impactos inevitáveis do desenvolvimento para alcançar a condição importante de parceiros potenciais do "desenvolvimento sustentável". Ocorreu uma profunda mudança do paradigma sobre o futuro das sociedades nativas contemporâneas, devido a um processo singular de articulação das demandas indígenas com outros segmentos organizados e emergentes da sociedade civil brasileira, que teve início nos movimentos de resistência democrática à ditadura militar nos anos de 1970 com o apoio internacional, e se metamorfoseando aos dias de hoje.

A história revelou surpresas, associando um certo protagonismo indígena aos movimentos de redemocratização que romperam com o ciclo da ditadura militar, resultaram pouco a pouco em um paradigma otimista sobre o futuro dos indígenas, expresso num novo patamar de direitos formalmente reconhecidos na Constituição Federal de 1988. Seguiu-se em um aumento considerável no ritmo de reconhecimento de direitos territoriais pelo

governo federal, com a demarcação de terras indígenas extensas e contínuas, sobretudo na Amazônia.

O governo brasileiro amplia as possibilidades de um protagonismo político indígena, apesar de ir na contramão do desenvolvimento econômico focado na preservação ambiental. Entretanto, desde a década de 1990 os indígenas que se encontram em território brasileiro têm tido seu protagonismo reconhecido, desde a criação de um ministério próprio, criado no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também, seu papel importante como mediador de soluções climáticas em conferências internacionais.

Nesse sentido, a ampliação do debate de uma economia indígena se faz estratégica tanto para a preservação ambiental, como para o protagonismo do governo brasileiro como agente de mudanças na pasta da mudança climática global. Todavia, a economia da sociobiodiversidade está no processo de valorizar produtos indígenas, mas isso ainda é percebido com certa tutela, o que remete infelizmente ao período histórico colonizador que se arrasta até os dias atuais, já que os indígenas profissionais em diversas áreas de atuação se tornam reféns de instituições privadas, governamentais e não governamentais.

A economia indígena está contida na natureza, e está viva nos territórios e estes nos seres humanos e mais-que-humanos também. Por isso, a economia e, portanto, a bioeconomia ou governança econômica indígena, não são definidas pelo seu produto e serviços, mas pelos seus processos de constituição. Produtos e serviços não são os fins, mas os meios pelos quais se perpetuam os conhecimentos ancestrais e se desenvolvem as tecnologias sociais. A consciência entre o modo de fazer e suas consequências.

REFERÊNCIAS

BANIWA, A. F. **Bem viver e viver bem**: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1946.

GARNELO, L.; WRIGHT, R. "Doença, cura e serviços de saúde: representações, práticas e demandas Baniwa". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 17, n. 2, 2001.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ISA - Instituto Socioambiental. "Por que a demarcação de terras não avança". **Instituto Socioambiental** [2024]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 05/02/2024.

KRENAK, A. **Ideias Para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2020.

MIGNOLO, W. "Espistemic Disobedience and the Decolonial Option: A Manifesto". **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, vol. 1, n. 2, 2011.

MOHRENWEISER, H. *et al*. "Eletrophoretic variants in threee amerindian tribes: the Baniwa, Kanamari, and Central Pano of Western Brazil". **American Journal of Physical Anthropology**, n. 50, 1979.

RIBEIRO, B. **A civilização da palha**: a arte do trançado dos índios do Brasil (Tese de Doutorado em Filosofia). São Paulo: USP, 1980.

SANTOS, M, **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SARMENTO, F. "**Povos indígenas e mudanças climáticas no Rio Negro (Amazonas)"** (Trabalho Apresentado no Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas - LAGERI). Brasília: UnB, 2017.

CAPÍTULO 5

Hidroelétricas, Desenvolvimentismo e Injustiça: Análise da Expansão do Sistema Energético Brasileiro na Amazônia pela Lente da Justiça Energética

HIDROELÉTRICAS, DESENVOLVIMENTISMO E INJUSTIÇA: ANÁLISE DA EXPANSÃO DO SISTEMA ENERGÉTICO BRASILEIRO AMAZÔNIA PELA LENTE DA JUSTIÇA ENERGÉTICA

Jéssica Duarte

Verônica Korber Gonçalves

A justiça energética é uma importante ferramenta de análise para se compreender os impactos sociais e ambientais dos projetos energéticos e, ainda, sobre seus valores e objetivos. Originado a partir de discussões fundamentadas na justiça ambiental, na justiça climática e na justiça social, a justiça energética se preocupa especialmente com as diferenças sociais no acesso aos benefícios dos sistemas energéticos, no sofrimento de suas consequências negativas e na reprodução de injustiças na própria estrutura (DAY, 2020). Nesse contexto, o sistema energético é analisado integralmente sob a perspectiva dos princípios de justiça, considerando as questões desde a produção de energia, o consumo e a gestão de resíduos e impactos destes sistemas. Ainda, aborda políticas energéticas, questões de segurança energética e da economia política de energia e inclui o ativismo relacionado à energia e às mudanças climáticas (JENKINS *et al*., 2016).

Este trabalho avalia o estabelecimento do sistema de energia elétrica na Amazônia brasileira desde a ditadura militar até os dias atuais, sendo um caso que se caracteriza por injustiças energéticas históricas, baseadas em fatores estruturais e ideológicos (LEE; BYRNE, 2019). O planejamento do sistema elétrico brasileiro, amparado em grandes projetos de energia na Amazônia, remontam à visão geopolítica dos militares nos anos 1970. A dispersão dos macrossistemas técnicos ligados à energia elétrica possibilitou novos

usos do território e inseriu a região na divisão nacional do trabalho, ao mesmo tempo em que gerou importantes desigualdades regionais e injustiças sociais (RAMALHO, 2006). Embora a Amazônia tenha recebido diferentes megaprojetos hidrelétricos, como as usinas hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, ainda apresenta regiões com pobreza energética rural, chegando a 990 mil pessoas sem acesso à energia elétrica na região da Amazônia Legal e aprofundando as desigualdades sociais na região (LEITE; SOUZA, 2020). Além disso, os megaprojetos hidrelétricos causaram inúmeros e graves impactos socioambientais, como a perda de espécies animais, a transformação dos cursos d'água, levando a assoreamento e falta d'agua em determinadas regiões e o deslocamento populacional em razão da inviabilização da manutenção de formas de vida, além de múltiplos conflitos sociais (FEARNSIDE, 1999).

Atualmente, Amazônia é a fronteira hidro energética do país em um contexto em que as previsões de aumento de demanda por energia elétrica pressiona pelo planejamento e construção de novos empreendimentos energéticos (CATAIA, 2014). A Bacia do Amazonas concentra 42% do potencial hidrelétrico brasileiro e centenas de empreendimentos hidrelétricos estão previstos para a região (CASTILHO, 2019). Nesse contexto, sem a devida consideração do potencial de produção de injustiças energéticas na expansão do sistema elétrico, a população, a fauna e a flora amazônicas serão cada vez mais impactadas pelo desenvolvimento de projetos energéticos na região.

O presente trabalho visa responder a seguinte questão: como as políticas desenvolvimentistas na Amazônia brasileira estabeleceram um padrão de produção de injustiças energéticas? Nas primeiras seções, o trabalho apresenta o conceito de justiça energética e a discussão dos fatores estruturais e ideológicos dos sistemas de energia. Em seguida, é discutido o modelo político de desenvolvimento na Amazônia durante o período da ditadura militar

e sua relação com o estabelecimento de grandes projetos de energia na região, que segue para o contexto das políticas energéticas e de desenvolvimento na Amazônia nas duas últimas décadas. Por fim, a seção 4 apresenta a discussão desse histórico com a produção de injustiças energéticas, e o capítulo finaliza apresentando as principais conclusões.

JUSTIÇA ENERGÉTICA

Sendo decorrente da noção de justiça ambiental, o escopo da justiça energética é direcionado a problemas específicos e, de acordo com Jenkins (2018), esse caráter pode potencializar estrategicamente seu impacto em políticas que tenham efeitos também na justiça ambiental e climática (JENKINS, 2018). Assim como a justiça ambiental, a literatura sobre justiça energética se baseia fortemente em três princípios fundamentais: a justiça distribucional, justiça procedimental e justiça por reconhecimento. A justiça distribucional, fundamentada em teóricos como John Rawls, reconhece as injustiças na distribuição espacial e social dos custos e benefícios dos sistemas de energia, além das responsabilidades associadas. Analiticamente, são avaliados onde se localizam as justiças energéticas e, normativamente, como resolvê-las. São abordadas questões como a localidade de usinas de geração de energia ou de outras infraestruturas energéticas, o acesso aos serviços energéticos e a distribuição dos lucros e gastos associados (RAWLS, 2005; DAY, 2020; JENKINS *et al*., 2016). Em resumo, esta abordagem se preocupa com como se distribuem os lucros e prejuízos dessa atividade econômica.

A justiça procedimental analisa os processos de tomada de decisão relacionados ao planejamento dos sistemas de energia e do acesso à energia, que podem ser excludentes e faltar a devida

representação de comunidades interessadas. Suas análises são elaboradas através da avaliação da disponibilidade de informação de qualidade, da transparência dos processos de tomadas de decisão e, ainda, de ferramentas de reparação legal. Este princípio visa estabelecer processos equitativos que envolvam todas as partes interessadas de forma não discriminatória, garantindo participação significativa, imparcialidade e total divulgação de informações pelo governo e pela indústria (DAY, 2020; JENKINS *et al*., 2016). Nesse caso, portanto, observa-se se os procedimentos previstos são adequados para se alcançar justiça e se há ferramentas para atenuar a desigualdade material para acessar os procedimentos de tomada de decisão.

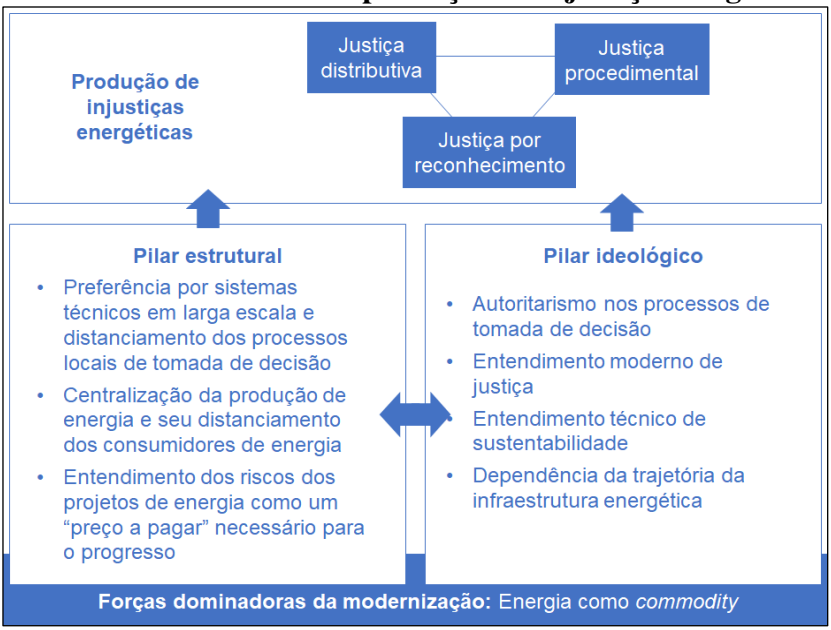
De forma complementar, a justiça por reconhecimento enfatiza a necessidade de se levar em consideração as necessidades e vulnerabilidades de grupos de pessoas diversos, de forma a garantir que todos sejam tratados com respeito em questões relacionadas à energia. Além disso, entende-se que a representação dos grupos e indivíduos deve ser feita sem nenhum tipo de ameaça e devem gozar de direitos políticos completos e iguais. Este princípio analisa a questão de quem é ignorado nos projetos de energia e como reconhecê-los, sem acabar resultando na distorção das diferentes perspectivas e em ações degradantes e incluindo as perspectivas enraizadas nas diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais e de gênero (DAY, 2020; JENKINS *et al*., 2016).

As discussões de justiça energética, porém, se estendem além de tais princípios e existe uma ampla gama de abordagens na literatura. Muitos estudos em justiça energética visam estabelecer uma influência política, como a estrutura para tomada de decisões baseada em oito princípios de Sovacool (2013). Sua proposta visa oferecer uma ferramenta para formuladores de políticas energéticas através da consideração da disponibilidade, acessibilidade, processo adequado, informação (boa governança), prudência

(sustentabilidade), equidade intrageracional, equidade intergeracional e responsabilidade (SOVACOOL, 2013, SOVACOOL; DWORKIN, 2015). Por outro lado, alguns pesquisadores começam a analisar as dimensões políticas e sociais relacionadas com a energia, identificando como os padrões de poder modernos reproduzem e normalizam injustiças energéticas.

Lee e Byrne (2019) aportam um olhar para as questões estruturais e ideológicas dos sistemas de energia e a consequente produção de injustiças energéticas. Os autores argumentam que tal consideração é essencial para que as discussões sobre justiça energética não se limitem à caracterização de tais injustiças através das estruturas de análise apresentadas, mas também identifiquem a origem destas injustiças nos sistemas de energia (LEE; BYRNE, 2019). Estes autores examinam os sistemas de energia e a produção de injustiça energética partindo da análise de Byrne, Glover e Martinez (2002), que aponta como a perspectiva moderna enfatiza a racionalidade, a ordem e o poder como os princípios do desenvolvimento humano e legitima a *commodificação* da natureza (BYRNE; GLOVER; MARTINEZ, 2002). Nesse contexto, as consequências ambientais e sociais dos projetos de energia, que operam sob os princípios de industrialismo, tecnicismo e do capitalismo, são normalizadas. As consequentes injustiças são entendidas como um resultado esperado do progresso econômico, e os esforços para minimizar tais impactos dependem primeiramente das implicações econômicas. Assim, o estudo identifica dois pilares interconectados que fundamentam as injustiças energéticas: o pilar estrutural e o pilar ideológico (LEE; BYRNE, 2019). A estrutura de análise conceitual e analítica proposta por Lee e Byrne (2019) é ilustrado no esquema da Figura 1, e visa elucidar os fatores implícitos na produção de injustiça energética intrínsecos ao paradigma energético moderno dominante.

Figura 1 - Ilustração do esquema de análise conceitual e analítica da produção de injustiça energética



Fonte: Adaptada de Lee e Byrne (2019).

O pilar estrutural é composto pelas principais características dos sistemas dominantes de energia. Em primeiro lugar, os sistemas de energia são caracterizados pela preferência por sistemas técnicos em larga escala, causando o distanciamento entre o planejamento dos projetos de energia e os processos locais de tomada de decisão. As sociedades industriais entendem o progresso social como associado necessariamente ao crescimento econômico fomentado por avanços tecnológicos e pela eficiência, e o valor da energia produzida para a sociedade seria uma preocupação secundária. Outra característica essencial é a centralização da produção de energia e o seu distanciamento dos consumidores de energia. As regiões periféricas

recebem as instalações de energia e sofrem os riscos associados, enquanto a energia é exportada para comunidades distantes e privilegiadas. Finalmente, a última característica estrutural apontada seria o entendimento dos riscos dos projetos de energia como um "preço a pagar" necessário para o progresso social, o que se relaciona com a subestimação dos riscos e custos ambientais e sociais das tecnologias de energia (LEE; BYRNE, 2019).

Este pilar estrutural seria reforçado por ideologias políticas, econômicas e técnicas que dominam as decisões nas sociedades industriais e justificam a desigualdade energética, formando o pilar ideológico. O autoritarismo característico nos processos de tomada de decisão é uma ferramenta política para a racionalização de projetos de energia, em detrimento de seus impactos sociais. A consequência de tal padrão autoritário é a marginalização de valores sociais nas decisões energéticas e a subjugação de comunidades locais que não conseguem questionar efetivamente ou resistir a projetos tecnocratas. Além disso, o entendimento moderno de justiça se limita a considerações como a indenização das vítimas e despreza propostas alternativas, os intitulando de ingênuos ou imprudentes; bem como o entendimento de sustentabilidade é dominado por uma perspectiva tecnocrática e desconsidera as demandas sociais. Finalmente, os sistemas modernos de energia seriam caracterizados por um nível de dependência da trajetória, já que a infraestrutura energética exige uma enorme quantidade de investimento, de compromisso e de apoio político para ser legitimado entre os investidores, o que requer o convencimento da sociedade de que esta seria uma escolha necessária para fundamentar o desenvolvimento econômico e social (LEE; BYRNE, 2019).

CONTEXTO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Devido às dificuldades de acesso, a Amazônia brasileira ficou por muito tempo isolada do restante do país. Até os anos 1970, a região tinha passado por processos pontuais de desenvolvimento, na forma de um arquipélago (BROGGIO *et al*., 2014). Desde então, a região tem recebido grandes projetos de desenvolvimento, que se iniciam com a visão geopolítica da ditadura militar nos anos 1970 e 1980 e persistem até hoje, como se observa com a expansão da fronteira do agronegócio, da mineração e da energia. Grandes projetos hidrelétricos, como as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, são parte essencial dos planos de eletrificação da Amazônia, propostos sob o objetivo de "segurança energética". Seus impactos no meio ambiente e nas populações indígenas foram minimizados em favor desses interesses, e as relações de dominação e exploração sobre os povos da Amazônia foram agravadas.

Os planos de produção de energia na Amazônia foram estabelecidos pelo governo da ditadura militar. O Estado brasileiro estava, à época, preocupado com a fraca divisão inter-regional do trabalho entre as macrorregiões produtivas, a falta de coesão interna e, no caso da Amazônia, o "vazio demográfico" numa área extensa (BOMFIM, 2010). As ideias expressas por Euclides da Cunha na publicação póstuma de "Ensaios Amazônicos" ilustram a ideologia das políticas de desenvolvimento econômico para a Amazônia, uma vez que ele defendia a rápida integração e defesa da região como condição para a evolução do país, considerando a região como marcada por uma "ausência de civilização" (COELHO, 2020). O governo Geisel (1974-1979) priorizou o estabelecimento de um ambiente de crescimento econômico, e o Estado assumiu o papel de principal financiador dos investimentos em projetos energéticos. Nesse momento, a Amazônia foi uma área chave para receber

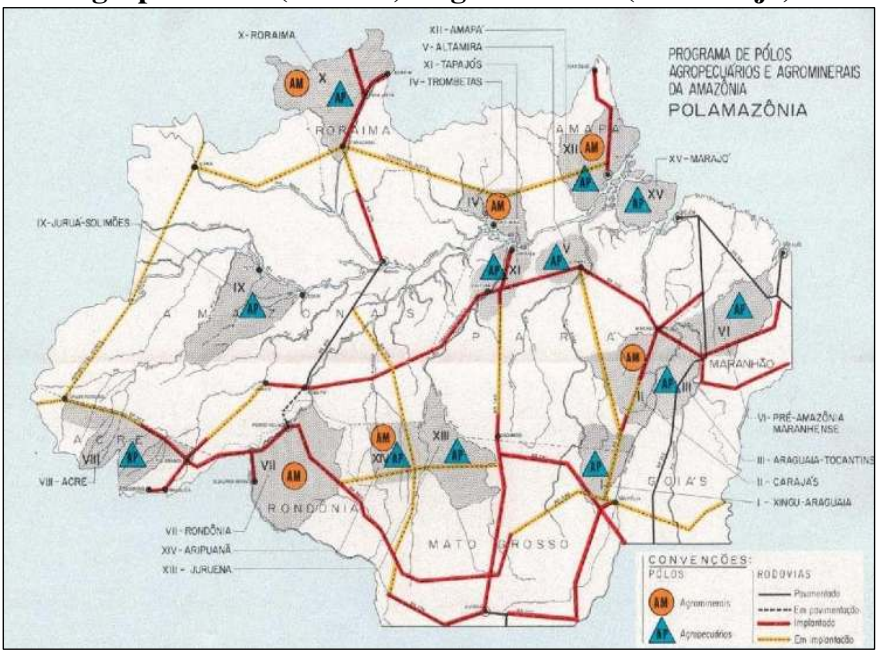
grandes projetos de desenvolvimento nacional (BOMFIM, 2010; CAMPOS, 2019).

As políticas territoriais da época, influenciadas pela geopolítica de pensadores como Ratzel, Kjéllen e Mackinder, expressavam a ideia de integração produtiva da Amazônia por meio do desenvolvimento capitalista do território. As diretrizes traçadas pelo general Golbery do Couto e Silva visavam integrar a Amazônia, o Nordeste e o Cerrado à divisão nacional do trabalho por meio da expansão da fronteira urbano-industrial-agrícola-mineral. Isso foi formulado por meio de estratégias em três espaços-tempos distintos: a implantação da fronteira científico-tecnológica, a integração física do território e a projeção do Brasil no espaço capitalista internacional (SILVA; BAMPI, 2020; BROGGIO *et al*., 2014). Esse macroplanejamento político de modernização e progresso foi então formulado e implementado de forma autoritária e unilateral pelos gestores territoriais militares e civis (CORREA, 2009).

Nesse contexto, foram estabelecidos diversos programas de desenvolvimento da Amazônia. A partir de 1971, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND), planos econômicos instituídos durante a ditadura militar, especificaram metas para a Amazônia e o Nordeste (COELHO, 2020). O I PND (1971-1974) buscava "integrar para desenvolver". Criado durante o período de alto crescimento econômico ao fim da década de 60 até o início da década de 70, conhecido como "milagre econômico", o I PND promoveu a construção de infraestrutura econômica, como rodovias, portos e programas de energia (BOMFIM, 2010). Com base nos resultados destes programas, o II PND (1975-1979) defendeu a utilização da nova infraestrutura regional para integrar a região. Criado durante o governo Geisel, o plano foi uma reação ao aumento dos valores das importações em decorrência do choque internacional do petróleo de 1973. O II PND visava, assim, reorientar o desenvolvimento brasileiro, priorizando o aumento da

capacidade energética e a produção de insumos básicos e bens de capital, substituindo importações como as de commodities metálicas (CAMPOS, 2019). Nesse contexto, também foram desenvolvidos o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) (1972 a 1974), e o II PDA (1974 a 1979). Um dos principais projetos resultantes desta política foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que visava o aproveitamento integral das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais de áreas selecionadas e distribuídas na região (BONFIM, 2010), apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Indicação preliminar de programas e projetos da Polamazônia, determinando polos agropecuários (em azul) e agrominerais (em laranja)



Fonte: CDE (1974).

O novo padrão capitalista de desenvolvimento alinhava as políticas energéticas aos objetivos supramencionados de integração, ampliação de capacidade e distribuição. Na década de 1970, a alta demanda por recursos no período técnico-científico-informacional, aliada à crise de 1973 e ao fim do período do "milagre econômico", estabeleceu uma forte dependência da capacidade energética nacional. Para dar continuidade ao crescimento econômico, o Estado foi dominado por duas preocupações: o abastecimento energético das capitais e o fornecimento de energia barata às grandes indústrias (BROGGIO *et al*., 2014). A expansão do macrossistema elétrico tornou-se uma necessidade, o que marcou a valorização da eletricidade como vetor de desenvolvimento e intensificou a prática de estudar planos energéticos de longo prazo. Em 1979 e 1982, a Eletrobras elaborou o Plano 95 e o Plano 2000, respetivamente, que incorporaram todas as regiões do país em políticas de planejamento nacional de longo prazo para o sistema elétrico brasileiro (RAMALHO, 2006).

A expansão do macrossistema elétrico nacional foi estabelecida não apenas pela expansão do sistema de transmissão, mas também por elevados investimentos na geração de energias alternativas aos combustíveis fósseis, como reforçado pelo II PND (CAMPOS, 2019). Em contraste com o caráter regional do planejamento elétrico até então, a expansão do macrossistema elétrico permitiu que o processo de geração de energia elétrica ocorresse em regiões mais distantes dos grandes centros de consumo (CATAIA; DUARTE, 2022). Assim, diferentes regiões, incluindo a Amazônia, passaram a sofrer a influência de um sistema nacional de engenharia de indústrias e energia, especialmente a hidrelétrica, alterando suas capacidades produtivas e incorporando-as a uma divisão nacional do trabalho. Materializou-se uma unificação elétrica do território nacional, cujo comando permaneceu centralizado (RAMALHO, 2006).

Nesse contexto, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte data inicialmente de 1975, com o início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu. As populações indígenas e populações tradicionais ribeirinhas foram deliberadamente colocadas à margem do processo de discussão dos trabalhos, as comunidades não foram consultadas e as críticas levantadas acabaram sendo sistematicamente desconsideradas. Por isso, o projeto foi marcado por conflitos e resistências desde o início, marcado pelo 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (Pará). O projeto foi rejeitado por um amplo movimento social que reuniu povos indígenas da bacia do rio Xingu, ativistas ambientais e políticos de oposição ao governo brasileiro (BERMANN, 2012).

A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí também foi marcante neste período, sendo ainda atualmente uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo. A usina está localizada no rio Tocantins, e sua construção teve início em 1974, durante o governo Geisel, ao fim do período de abrangência do I PND. A primeira inauguração foi em 1984, mas a capacidade máxima de 4.245 MW foi atingida em 1992 (CAMPOS, 2019). A hidrelétrica de Tucuruí foi construída não apenas com o objetivo de atender à demanda energética da região, mas também para sustentar a produção de alumínio no estado do Pará, dado o objetivo de exploração dos potenciais minerais na região. As reservas locais de bauxita só poderiam ser exploradas em larga escala com o aumento da produção de energia elétrica, principal insumo para a produção de alumínio (FEARNSIDE, 1999). A inauguração dessas unidades, em meados da década de 1980, quadruplicou a produção nacional de alumínio, uma commodity voltada principalmente para a exportação (CAMPOS, 2019).

Enquanto as empresas envolvidas no projeto, tanto brasileiras como estrangeiras, se beneficiaram extensivamente com

subsídios e facilidades, a construção da fábrica assistiu a uma forte repressão contra trabalhadores, sindicatos e suas lideranças (CAMPOS, 2019). Além disso, a obra inundou uma área de mais de 1800 km², causando a perda de área florestal, a eliminação da pesca a jusante do rio Tocantins, a diminuição da biodiversidade e impactos na saúde pública local (CORREA, 2009). O desaparecimento de praticamente todas as outras formas de uso e ocupação antes presentes na área atingida por uma hidrelétrica, como a agricultura, a pecuária e a silvicultura, acabam gerando o desmantelamento dos territórios antes ali existentes (MORETTO *et al*., 2012). Além disso, os impactos sobre as populações indígenas foram um dos aspectos mais controversos da construção da usina, tendo em vista que as populações afetadas foram deslocadas múltiplas vezes nas décadas posteriores ao início da construção da usina, e as indenizações foram limitadas, insuficientes e pouco atenderam às populações indígenas (FEARNSIDE, 1999).

Após os projetos de desenvolvimento da década de 1970, não houve oportunidades para o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento hidrelétrico em larga escala no período de 1980 a 2000. O agravamento da crise econômica interna e internacional fez com que praticamente todas as concessionárias de geração deixassem de investir na expansão dos parques geradores, visto que não houve aumento da demanda energética (MORETTO *et al*., 2012). Ainda, nesse período, iniciou-se o planejamento do complexo hidrelétrico no rio Xingu, no Pará, com destaque para a usina hidrelétrica de Kararaô – atual Belo Monte, que não se consolidou e acabou sendo retomada apenas em 2010.

RETOMADA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO NA AMAZÔNIA E CONFLITOS SOCIAIS

O Brasil passou a viver uma situação de estabilidade econômica e de retomada dos investimentos na produção industrial na década de 1990. Surge o projeto político-ideológico neoliberal-financeiro de acumulação capitalista, apoiado na revolução tecnológica (MORETTO *et al*., 2012; SILVA; BAMPI, 2020). Discursos sobre desenvolvimento sustentável ganharam espaço e passaram a influenciar tanto a política nacional do território quanto os atores internacionais. Estes discursos ganharam repercussão com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992 e conhecida como Rio-92, que deixou o legado da sustentabilidade como uma necessidade para o conceito de desenvolvimento. Nesse contexto, as populações tradicionais da Amazônia passaram a ser compreendidas como sujeitos políticos da modernidade, especialmente por meio da conservação ambiental (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

A Amazônia assume uma nova posição entre essas novas exigências da acumulação capitalista. As estratégias de apropriação dos recursos naturais na Amazônia foram redefinidas, na medida em que os conflitos fundiários e a destruição do bioma ganharam visibilidade (SILVA; BAMPI, 2020). Enquanto os interesses na mineração, agricultura e industrialização na Amazônia permaneceram importantes, a noção de desenvolvimento sustentável foi se consolidando por meio de projetos de proteção ambiental, criação de Unidades de Conservação, demarcação de Terras Indígenas, mercado de carbono, etc. Os programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003), no governo de Fernando Henrique Cardoso, visavam incorporar novas áreas da região à integração produtiva do território brasileiro e à divisão internacional do trabalho (SILVA; BAMPI, 2020).

Esse cenário de recuperação econômica exigiu um aumento da demanda energética na década de 1990. No entanto, essa necessidade não pôde ser atendida prontamente devido à ausência de políticas consistentes de planejamento e investimento no setor nos anos anteriores. Consequentemente, verificou-se um desfasamento entre a procura e a oferta de energia elétrica. Esse contexto resultou em uma forte crise energética em 2001, que gerou pressão por mudanças no ambiente político e institucional do planejamento energético e pela implantação de grandes hidrelétricas (MORETTO *et al*., 2012). A Amazônia tornou-se a zona prioritária para grandes projetos hidrelétricos e linhas de alta tensão, gasodutos, plantações para a produção de biocombustíveis, energia solar, etc. Os Planos Plurianuais 2004-2007 e 2008-2011 enfatizaram, novamente, a relevância da região amazônica para a integração econômica sul-americana, visando a criação de um sistema logístico integrado que seria composto por transporte, energia e telecomunicações, para uso e controle dos recursos naturais da região (MONTEIRO, 2018).

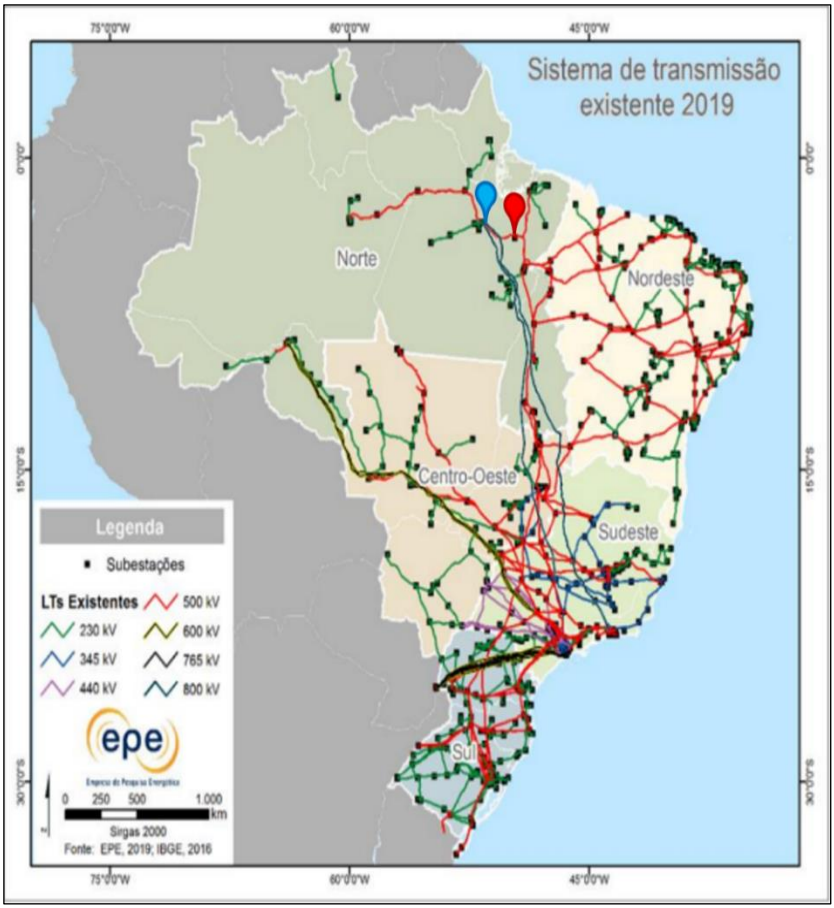
No contexto da expansão do sistema energético na Amazônia, o retorno às políticas desenvolvimentistas chocou-se com os interesses de conservação socioambiental. Múltiplas políticas foram formuladas para a Amazônia durante o governo Lula, como o Plano Amazônia Sustentável, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, além de planos de prevenção e controle do desmatamento. Tais projetos visavam enfrentar, por um lado, o desafio entre as demandas do movimento socioambientalista e o direito às territorialidades e, por outro, a apropriação dos recursos naturais disponíveis por diferentes atores, além das exigências adicionais da integração regional sul-americana (SILVA; BAMPI, 2020).

Ao mesmo tempo, em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. Vários projetos de infraestrutura foram projetados para a Amazônia, com destaque para os grandes projetos de geração hidrelétrica. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, cujo planejamento foi iniciado na década de 1980, foi incorporada ao programa. Para dar efetividade a essa política, o Plano Nacional de Expansão de Energia 2011-2020 previu a intensificação da exploração do potencial disponível na região amazônica (MORETTO *et al*., 2012; MONTEIRO, 2018). Estas políticas foram acompanhadas da alegação de que o país precisava de energia "para crescer" e que "essas usinas vão garantir a qualidade de vida de todos os brasileiros". Esse discurso, baseado na busca pela segurança energética, é construído a partir da alegação da existência de um suposto "interesse nacional" que o governo brasileiro deve garantir (BERMANN, 2012). Além disso, os projetos resultantes dessa lógica exigem o investimento de grandes quantidades de capital, o que torna necessária a tomada de empréstimos externos que geraram dívidas significativas.

A usina hidrelétrica de Belo Monte, localizada a jusante da cidade de Altamira, no Pará, teve sua construção iniciada em junho de 2011, após muitos anos de disputas e conflitos. Apesar disso, foi inaugurada em maio de 2016, sendo hoje a quarta maior usina hidrelétrica em capacidade de geração. Foi marcada por profundas injustiças sociais e ambientais, incluindo o deslocamento de pelo menos 20 mil pessoas, o impacto na vida selvagem aquática em um dos rios de maior biodiversidade do mundo e a ameaça aos meios de subsistência de pescadores, agricultores e grupos indígenas (RANDELL; KLEIN, 2021), além de ter apresentado um caráter autoritário (FAINGUELERNT, 2016). Desde então, protestos de movimentos socioambientalistas e povos tradicionais, disputas no judiciário e mudanças cíclicas na economia e na política nacional

moldaram a trajetória do projeto, tornando a construção da barragem um dos mais longos e emblemáticos processos conflitivos da história recente do país (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

Figura 3 - Sistema de transmissão de energia elétrica existente em 2019, com uma indicação da localização das usinas hidroelétricas de Tucuruí (vermelho) e Belo Monte (Azul)



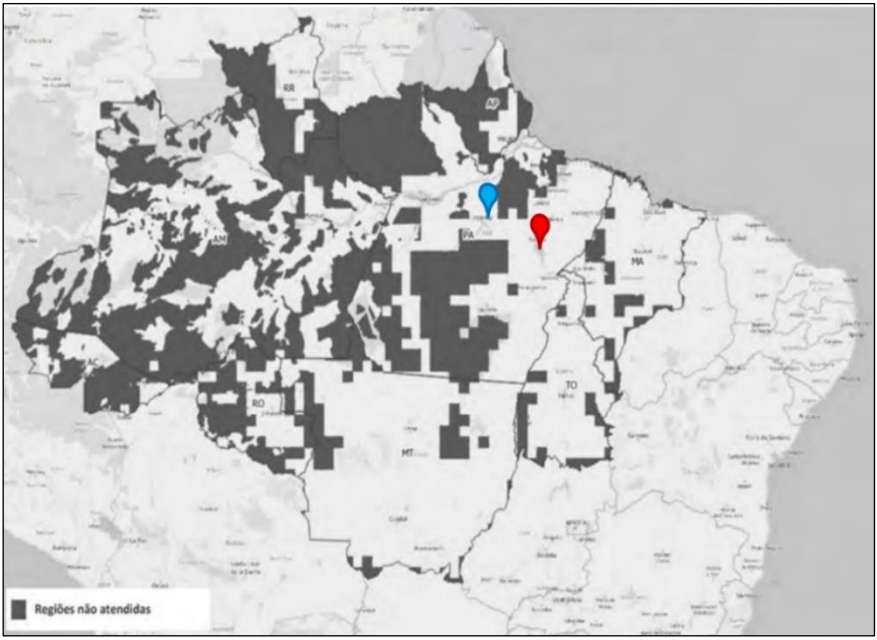
Fonte: Adaptada de EPE (2020).

De forma a permitir o escoamento da energia produzida na Usina Hidroelétrica Belo Monte para as cargas localizadas nos submercados do sudeste e do centro-oeste, foram construídas linhas de transmissão de ultra alta tensão (800kV) com mais de 2.000 quilômetros, que se tornaram a "maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina" (EPE, 2021; MME, 2017). A Figura 3 apresenta o sistema de transmissão de energia elétrica brasileiro, indicando as linhas de transmissão de 800kV. Desta forma, enquanto a região Norte do Brasil é a maior produtora de energia elétrica do Brasil, produzindo 20,8% da energia elétrica do país em 2021 (EPE, 2022), a maior parte da energia ali produzida é transmitida para os estados de maior consumo de energia do país. O resultado é que o sistema elétrico passa a ser um vetor de integração hierárquica e alienação regional, controlado pelo governo federal e pelas grandes empresas, seguindo os imperativos da política nacional e de mercado (RAMALHO, 2006).

Como resultado deste planeamento energético nacional, a região amazónica é, até hoje, um cenário de fortes injustiças energéticas. Enquanto a região Norte é a maior produtora de energia elétrica do Brasil, especialmente o Pará (EPE, 2022), a região é marcada pela pobreza energética: 990.103 pessoas não têm acesso à energia na Amazônia Legal, segundo estimativa de Leite e Souza (2020). Além de sofrer os impactos ambientais e sociais dos grandes projetos hidrelétricos, o sistema elétrico da maior parte da região Norte do país continuou a ser caracterizado por sistemas energéticos isolados, sustentados por redes locais ou por auxílios municipais ou estaduais e que são marcados pela baixa confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (LEDUCHOWICZ-MUNICIO, 2022; BROGGIO *et al*., 2014). Cerca de um terço das pessoas sem acesso à energia são indígenas, quilombolas, habitam unidades de conservação ou assentamentos rurais (LEITE; SOUZA, 2020). Apesar da implantação de grandes projetos de energia na região, a falta de infraestrutura para disponibilizar eletricidade às populações

amazônicas ainda agrava as desigualdades sociais na região. A Figura 4 apresenta o por Leite e Souza (2020) das regiões sem conexão confiável a sistemas de energia elétrica.

Figura 4 - Mapeamento das regiões da Amazônia Legal não atendidos pelo Sistema Integrado Nacional (SIN) ou por Sistemas Isolados (SISOL), com uma indicação da localização das usinas hidroelétricas de Tucuruí (vermelho) e Belo Monte (Azul)



Fonte: Adaptada de Leite e Souza (2020).

DISCUSSÃO

A análise do contexto de injustiças energéticas na Amazônia retoma a estrutura apresentada na Figura 1, proposta por Lee e Byrne

(2019). Primeiramente, as abordagens tradicionais da justiça energética podem aprofundar a nossa compreensão dos impactos que os povos amazônicos enfrentam. Em primeiro lugar, uma abordagem de justiça distributiva se preocupa com os elevados níveis de pobreza energética na Amazônia, ou com a distribuição desigual dos impactos ambientais e sociais provocados pelos projetos energéticos. Em ambos os casos, os povos indígenas e tradicionais são grupos altamente desfavorecidos.

Uma análise da justiça procedimental se concentra no planeamento unilateral do sistema energético e em sua implementação autoritária, percebido especialmente no caso da usina Tucuruí, no contexto da ditadura militar, mas que também se apresenta no processo de Belo Monte. As populações indígenas e tradicionais são deliberadamente ignoradas no processo de planejamento, os processos de consulta às comunidades afetadas não são eficazes e as críticas não são consideradas de forma justa.

Finalmente, uma abordagem de reconhecimento considera o enfraquecimento de outras formas de vida na região amazônica diante da imposição do modelo de desenvolvimento da região. Enquanto os projetos energéticos desenvolvidos na região se baseiam na alegação de um suposto "interesse nacional" para o aumento da produção de energia (BERMANN, 2012), geram o desmantelamento das antigas relações socioambientais sem considerar as vulnerabilidades e os interesses das comunidades impactadas.

Essas considerações, no entanto, não contemplam a totalidade do problema da injustiça energética. É fundamental analisar as interconexões entre as injustiças energéticas embutidas nos sistemas energéticos e a modernidade, através da *commodificação* da energia e da natureza (LEE; BYRNE, 2019). Primeiramente, é possível identificar os fatores estruturais de geração de injustiças energéticas no desenvolvimento do sistema

energético na Amazônia. A integração produtiva da Amazônia foi promovida através da valorização capitalista do território, promovida por múltiplos programas de desenvolvimento que seguiam um modelo de expansão urbano-industrial-agrícola-mineral. A construção da hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, esteve profundamente relacionada com os interesses extrativistas voltados para a exportação (CAMPOS, 2019). Nesse contexto, o sistema elétrico na região seguiu a tendência de se estabelecer através de sistemas técnicos em larga escala, distantes dos processos locais de tomada de decisão.

Como é antecipado por Lee e Byrne (2019), a produção de energia no sistema elétrico brasileiro também é caracterizada pela centralização e o distanciamento dos consumidores de energia. Os maiores consumidores da energia produzida na hidrelétrica de Tucuruí eram, desde o início da operação, as unidades industriais da região, e a usina de Belo Monte já foi planejada para fornecer energia para o SIN, sendo transmitida em grandes quantidades para o centro consumidor de energia no Brasil, que corresponde ao Sudeste do país (CATAIA, 2014). Assim, as maiores hidroelétricas do Norte não beneficiam a população da região, dado que região Amazônica continua marcada por altos índices de pobreza energética e a infraestrutura não permite o abastecimento destas populações.

Outra característica evidenciada pelo pilar estrutural é o entendimento dos riscos dos projetos de energia como um "preço a pagar" necessário para o progresso (LEE; BYRNE, 2019). Os estudos de impacto desenvolvidos durante o planejamento tanto da hidroelétrica Tucuruí como da Belo Monte subestimaram os impactos ambientais e sociais causados pela obra e operação das usinas. Como resultado, a fauna, a flora e a vida das populações amazônicas foram significativamente alteradas. A obra da Tucuruí foi marcada por forte repressão aos trabalhadores e às populações afetadas, enquanto o planejamento da Belo Monte foi

conhecidamente caracterizado por protestos, disputas e conflitos (CAMPOS, 2019; FLEURY; ALMEIDA, 2013).

O pilar ideológico dos sistemas modernos de energia destaca, por outro lado, como o autoritarismo é utilizado como uma ferramenta política para a racionalização dos projetos energéticos, marginalizando os valores sociais e as comunidades locais, característica que fica evidente ao entender como o planejamento energético da região foi consolidado durante a ditadura militar, mas também em projetos como Belo Monte. Ainda, como também é antecipado por Lee e Byrne (2019) ao apontar a tendência de limitar o entendimento de justiça à perspectiva moderna, a indenização dos impactados pelos projetos de construção das usinas hidroelétricas se dá através de compensações financeiras insuficientes e de medidas de reassentamento, que geram múltiplos problemas sociais (FEARNSIDE, 1999). O entendimento moderno de sustentabilidade é percebido na perspectiva dominante quanto à importância de usinas hidroelétricas no Brasil, que constitui o discurso de que o Brasil é um país líder no desenvolvimento de energias renováveis, e acaba por desconsiderar as esferas ambientais e sociais. Finalmente, Lee e Byrne (2019) apontam a dependência da trajetória característica dos sistemas modernos de energia. Durante a ditadura militar, especialmente, o investimento de grandes capitais necessário para a construção de grandes projetos causaram importantes dívidas que, juntamente à crise de 1973, tornaram o crescimento econômico nacional dependente do aumento de produção de energia elétrica para as capitais e grandes indústrias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia tem sido essencial para a projeção do Brasil no espaço capitalista internacional, tanto pela exploração dos seus

recursos naturais como pelos projetos de conservação ambiental visando o desenvolvimento sustentável. As iniciativas e projetos de ocupação e ordenamento territorial na região, iniciadas durante a ditadura militar, expressam o tom político do general Golbery do Couto e Silva de "inundar de civilização o sertão amazônico", integrando o território por meio do aproveitamento de suas potencialidades através dos recursos minerais, da agricultura e da indústria (COELHO, 2020; SILVA; BAMPI, 2020). Como resultado, o povo amazônico sofreu e sofre altos custos ambientais, sociais e econômicos, e a região foi palco de violentos conflitos fundiários e interferências nas culturas e modos de vida de povos indígenas e tradicionais.

Para responder à pergunta de pesquisa, "como as políticas desenvolvimentistas na Amazônia brasileira estabeleceram um padrão de produção de injustiças energéticas?", este trabalho aborda as políticas de desenvolvimento e os projetos de geração de energia da região, e se baseia na análise proposta por Lee e Byrne (2019) que identifica os fatores estruturais e ideológicos da produção de injustiças energéticas. Com essa perspectiva, fica evidente como as injustiças energéticas na região, desde o início da expansão do sistema energético na Amazônia, se relacionam com a perspectiva de "integração e desenvolvimento". Isso resultou no estabelecimento de um sistema energético caracterizado por fatores estruturais e fatores ideológicos de geração de injustiças energéticas distributivas, procedimental e de reconhecimento.

No atual contexto de previsão de aumento da demanda por energia elétrica no país, a região amazônica é considerada como uma fonte de potencial geração hidroelétrica que demandaria por novos empreendimentos energéticos. Nesse sentido, este trabalho indica como a modernização e a *commodificação* da energia estabelece injustiças energéticas na região. Para promover o desenvolvimento de projetos energéticos mais justos, torna-se necessário considerar a

implementação de medidas efetivas de compensação para as famílias afetadas pelos projetos energéticos, bem como a capacitação das comunidades locais para participar do processo de administração e planejamento do sistema energético, dentre outras políticas públicas. No entanto, tais ações não resolvem o problema intrínseco de injustiça energética presente no sistema elétrico. Somente ações que busquem mudanças sistêmicas, levando em conta a estrutura e a ideologia embutidas nos sistemas de energia, podem enfrentar esse desafio de maneira eficaz.

REFERÊNCIAS

BERMANN, C. "O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma". **Novos Cadernos NAEA**, vol. 15, n. 1, 2012.

BOMFIM, P. R. A. "Fronteira Amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?". **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 30, n. 1, 2010.

BROGGIO, C. *et al*. "Le défi de la transition énergétique en Amazonie brésilienne". **Vertigo – La Revue Électronique en Sciences de L'environnement**, vol. 14, n. 3, 2014.

BYRNE, J.; GLOVER, L.; MARTINEZ, C. "The production of unequal nature". *In*: BYRNE, J.; GLOVER, L.; MARTINEZ, C. E**nvironmental Justice**: Discourses in International Political Economy. New York: Routledge, 2002.

CAMPOS, P. H. P. "Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí". **Tempo e Argumento**, vol. 11, n. 26, 2019.

CASTILHO, D. “Hidrelétricas na Amazônia Brasileira: da expansão à espoliação”. *In*: CAPEL, H.; ZAAR, M. **La electricidad y la transformación de la vida urbana y social**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2019.

CATAIA, M. “Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional”. **Analles del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El Control del Espacio y los Espacios de Control**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014.

CATAIA, M.; DUARTE, L. “Território e energia: crítica da transição energética”. **Revista da ANGEPE**, vol. 18, n. 36, 2022.

CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico. “Polamazônia: Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia”. **Conselho de Desenvolvimento Econômico** [1974]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

COELHO, G. L. S. “A Amazônia euclidiana e os programas de integração da hileia durante o governo Geisel (1974-1979)”. **Tempo**, vol. 26, n. 2, 2020.

CORREA, S. R. M. “O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de vidas inundadas”. **Revista Nera**, n. 15, 2009.

DAY, R. “Energy justice”. *In*: COOLSAET, B. **Environmental Justice**: Key Issues. London: Routledge, 2020.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional (BEN) 2022**: Ano base 2021. Rio de Janeiro: EPE, 2022. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia (PNE) 2050**. Rio de Janeiro: EPE, 2020. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia (PNE) 2030**. Rio de Janeiro: EPE, 2021. Disponível em: <www.epe.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

FAINGUELERNT, M.B. "A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte". **Ambiente e Sociedade**, vol. 19, n. 2, 2016.

FEARNSIDE, P. M. "Social Impacts of Brazil's Tucuruí Dam". **Environmental Management**, vol. 24, n. 4, 1999.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. "A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento". **Ambiente e Sociedade**, vol. 16, n. 4, 2013.

JENKINS, K. "Setting energy justice apart from the crowd: Lessons from environmental and climate justice". **Energy Research and Social Science**, vol. 39, 2018.

JENKINS, K. *et al*. "Energy justice: A conceptual review". **Energy Research and Social Science**, vol. 11, 2016.

LEDUCHOWICZ-MUNICIO, A. *et al*. "Last-mile rural electrification: Lessons learned from universalization programs in Brazil and Venezuela". **Energy Policy**, vol. 167, 2022.

LEE, J.; BYRNE, J. "Expanding the Conceptual and Analytical Basis of Energy Justice: Beyond the Three-Tenet Framework". **Frontiers in Energy Research**, vol. 7, 2019.

LEITE, C. C.; SOUSA, V. **Exclusão elétrica na Amazônia Legal**: Quem ainda está sem acesso à energia elétrica? São Paulo: Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2020.

MME - Ministério de Minas e Energia. "Linha de transmissão com tecnologia inédita entra em operação". **Ministério de Minas e Energia** [2017]. Disponível em: <www.mme.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

MONTEIRO, R. A. **Qual desenvolvimento? O deles ou o nosso? A UHE de Belo Monte e seus impactos nos direitos humanos dos povos indígenas** (Dissertação de Mestrado em Direito). Brasília: UnB, 2018.

MORETTO, E. M. *et al*. "Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: A antiga e atual fronteira amazônica". **Ambiente e Sociedade**, vol. 15, n. 3, 2012.

RAMALHO, M. L. **Território e Macrossistema Elétrico Nacional**: as relações entre privatização, planejamento e corporativismo (Dissertação de mestrado em Filosofia). São Paulo: USP, 2006.

RANDELL, H.; KLEIN, P. "Hydropower Development, Collective Action, and Environmental Justice in the Brazilian Amazon". **Society e Natural Resources**, vol. 34, 2021.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Harvard: Harvard University Press, 2005.

SILVA, C. A. F.; BAMPI, A. C. "Geopolitica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo". **Ciência Geográfica**, vol. 24, n. 3, 2020.

SOVACOOL, B. “Conceptualizing Energy Justice”. *In*: SOVACOOL, B. **Energy and Ethics**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

SOVACOOL, B.; DWORKIN, M.H. “Energy justice: Conceptual insights and practical applications”. **Applied Energy**, vol. 142, 2015.

CAPÍTULO 6

O Banco Mundial e a Amazônia Brasileira:
Um Caso de Hipocrisia Organizacional

O BANCO MUNDIAL E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM CASO DE HIPOCRISIA ORGANIZACIONAL

Julia Driemeier Vieira Rosa

Na conjuntura atual, a importância de se preservar a floresta Amazônica - o bioma com a maior biodiversidade do Planeta Terra, lar de inúmeras comunidades indígenas e povos tradicionais, um complexo de ecossistemas que desempenham um papel crucial no provimento de recursos hídricos, naturais e na regulação do clima internacional - é bastante destacada tanto para a sociedade civil e o setor privado quanto para governos nacionais e dentro de fóruns multilaterais interestatais. Por um lado, o pensamento que enquadra a Amazônia como "a última fronteira" a ser conquistada pode ser considerado como tendo sido superado, levando-se em conta o fortalecimento da consciência internacional acerca de esforços de conservação ambiental. Por outro, este continua vivo e central no raciocínio desenvolvimentista, contribuindo para a aceleração de atividades que ameaçam a floresta, sobretudo, por aumentarem a sua taxa de desmatamento, como a pecuária, a mineração, a garimpagem, e a extração de madeira (LOUREIRO, 2012; ARRAES; MARIANO; SIMONASSI, 2012).

Ao mesmo tempo, contudo, em que se procura a preservação da Floresta Amazônica, mantem-se presente a necessidade de prover recursos financeiros fundamentais para a promoção do desenvolvimento na região (HANUSCH, 2022). Neste contexto, portanto, torna-se relevante a atuação do Banco Mundial (BM) como fonte externa não somente de financiamento, mas também de apoio técnico e institucional com a finalidade de apoiar as nações amazônicas na implementação de projetos voltados ao

desenvolvimento interno com impactos ambientais reduzidos (REDWOOD, 2003; BAYER; MARCOUX; URPELAINEN, 2014).

Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar criticamente a relação histórica do Banco Mundial com a Amazônia, em especial pelo ponto de vista brasileiro, mapeando os empréstimos realizados pela instituição na Amazônia Legal[15], e refletir sobre as diretrizes atuais do banco em relação à floresta. Para tanto, o trabalho conta com uma revisão bibliográfica acerca da temática e a análise de documentos institucionais do BM. Como enfoque teórico, a pesquisa se centra no conceito de "hipocrisia organizacional", definido por Brunsson (2019) e aplicado ao contexto do BM por Weaver (2008). Ainda, para avaliar a relação do Banco com áreas florestais, ressalta-se a importância dos trabalhos de Sommer, Shandra e Restivo (2017) e Morley, Buchanan, Mitchard e Keane (2021).

Segundo dados publicados pelo Imazon (2023), a área referente à Amazônia Legal conta com mais de 28 milhões de habitantes, sendo que 42% destes vivem em pobreza. Simultaneamente, cerca de 60% da Floresta Amazônica se encontra na região, ameaçada pela expansão econômica no território (HANUSCH, 2022). Os seus recursos naturais abundantes e seu potencial de exploração de minérios e madeiras, além de terras vastas perfeitas para a atividade pecuária, são atraentes não somente para o governo brasileiro, mas para o mundo inteiro, visto que se trata de uma fonte indispensável de *commodities* para o mercado internacional (LOUREIRO, 2012).

[15] Segundo o Art. 2 da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007, a Amazônia Legal se refere aos Estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará, e do Maranhão. A área corresponde, portanto, a 58,93% do território do Brasil (IBGE, 2022).

Neste contexto, tanto como causa quanto consequência do quadro socioeconômico da Amazônia Legal, a região possui dificuldades infraestruturais, um grau elevado de trabalho informal, taxas de criminalidade altas, baixo investimento público na saúde e na educação, e integração limitada com o resto do território brasileiro (HANUSCH, 2022). Ao mesmo tempo, a conservação ecológica do bioma amazônico é dificultada por fenômenos como desmatamento, os fogos florestais e a garimpagem. Além disso, atividades econômicas na região frequentemente entram em conflito com os direitos das populações indígenas locais, as quais já observam uma falta de acesso a serviços públicos e a crescente desapropriação das suas terras (LOUREIRO, 2012; ARRAES; MARIANO; SIMONASSI, 2012). Desta forma, qualquer empreendimento voltado ao desenvolvimento da área precisa levar em consideração um prisma de fatores interligados que abrange tanto o seu impacto ambiental quanto a superação das desigualdades sociais presentes na região (LOUREIRO, 2012).

O Grupo do Banco Mundial[16], portanto, a partir do trabalho das cinco organizações que o compõem e a oferta de serviços financeiros e técnicos variados, tem atuado de forma considerável na Amazônia, sobretudo desde a década de 1980, com a finalidade de endereçar as suas dificuldades de preservação e de desenvolvimento

[16] O Banco Mundial foi fundado em 1944 como resultado da Conferência de Bretton Woods. Desde então, a instituição tem se expandido, e é atualmente composto por 5 organizações distintas, compondo juntas o Grupo do Banco Mundial: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento, a Corporação Financeira Internacional (CFI), o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI) e a Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI). Quando se refere ao "Banco Mundial", compreende-se somente a atuação do BIRD e da AID (BANCO MUNDIAL, 2011). Para fins de clareza textual, o presente texto se refere à instituição, portanto, como o "o BM" ou "o Banco".

socioeconômico (REDWOOD, 2003). A sua relação com a região, entretanto, tem se caracterizado como altamente complexa e multifacetada, sendo alvo de críticas internacionais tanto da sociedade civil quanto por demais governos nacionais, por frequentemente apresentar, conforme descrito por Sommer, Shandra e Restivo (2017), um grau de contradição elevado, resultando em mudanças significativas dentro do Banco, referentes ao estabelecimento de parâmetros ambientais atrelados aos seus empréstimos e financiamentos.

O trabalho é dividido, além desta introdução e das considerações finais, em duas seções principais: primeiro, apresenta-se a evolução da atuação do BM na Amazônia brasileira, traçando um breve histórico das suas operações na região, além de apresentar alguns projetos específicos para exemplificar a sua relação contraditória, com enfoque no Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Em seguida, analisa-se as diretrizes ambientais e sociais recentemente empregadas pelo Banco na região - o Plano de Ação Florestal do Banco Mundial (2016 - 2020), o Quadro de Parceria Nacional do Brasil (2018 - 2023), o Relatório de Desenvolvimento e Mudanças Climáticas do Brasil (2023), e o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (2022) - a fim de compreender como estas têm evoluído, bem como apontar possíveis fragilidades ainda existentes.

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO BANCO MUNDIAL – AMAZÔNIA BRASILEIRA

A interconexão entre a pauta ambiental dentro do Banco Mundial e as políticas públicas do Brasil é evidente e mutuamente influenciadora, revelando uma dinâmica complexa e frequentemente marcada por desafios profundos. Por um lado, após a experiência

negativa com o projeto POLONOROESTE[17] na região amazônica, realizado como resposta às suas críticas externas advindas, sobretudo, de Organizações Não-Governamentais (ONG) e do congresso dos Estados Unidos na década de 1980, o Banco foi impulsionado a acrescentar às suas políticas de financiamento e empréstimos considerações socioambientais significativas (WADE, 1997). Por outro, o Brasil também usufruiu do apoio financeiro e técnico crucial do Banco na implementação de diretrizes ambientais nacionais, inclusive na própria estruturação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (MAGALHÃES DE MOURA, 2016).

Conforme descrito por Pereira (2011), nas décadas imediatamente após a sua fundação, as operações do BM se concentravam em fomentar as condições internas necessárias para assegurar o crescimento econômico dos seus mutuários, voltando, assim, a maior parte de seus empréstimos para grandes empreendimentos na infraestrutura e na indústria nacional. Neste contexto, a ideia de avaliar os impactos ambientais das suas atividades era malvisto não somente por seus próprios funcionários, que entendiam esta como um impeditivo ao desenvolvimento, mas também por países emergentes, incluindo o Brasil, que

[17] O objetivo central do projeto POLONOROESTE, aprovado pelo presidente brasileiro João Figueiredo em maio de 1987 (PEREIRA, 2017), tratava da pavimentação de uma estrada de 1500 km interligando os estados de Mato Grosso e Rondônia, referente à rodovia BR-364 (WADE, 2016a; PEREIRA, 2017). Como consequência, 20,000 camponeses seriam realocados para a região, dos quais 15,000 foram destinados ao estado de Rondônia, contribuindo para o "desenvolvimento rural integrado" dos territórios pelos quais a estrada passa. Adicionalmente, o programa contava com uma dimensão de saúde pública, visando promover recursos para o combate da malária em Rondônia. Mesmo limitadamente, considerações referentes à proteção do meio ambiente e a proteção dos direitos de povos tradicionais e indígenas, por fim, também faziam parte do projeto (PEREIRA, 2017).

consideravam a pauta como uma questão de soberania nacional e como uma imposição injusta e custosa das economias industrializadas com a finalidade de minar o seu progresso econômico (WADE, 1997; WEAVER, 2008).

A partir da década de 1970, contudo, a temática ambiental começa a ter maior destaque no palco internacional, principalmente no âmbito das Nações Unidas, aumentando a pressão externa ao BM para incorporar a discussão, movimento que contava com o apoio do seu então presidente Robert McNamara (WADE, 1997; PEREIRA, 2011). Entretanto, "sem algumas mudanças organizacionais importantes, o Banco continuaria a promover projetos que causassem danos ambientais e não conseguiria concretizar o seu potencial como alavanca para a melhoria das práticas ambientais em todos os países" (WADE, 1997, p. 614).

Neste contexto, como o estopim necessário para promover mudanças dentro do BM, inserem-se os projetos financiados pela instituição na Amazônia Legal. Para a ditadura militar brasileira (1964 - 1985), a Amazônia era vista como uma região improdutiva que precisava passar por um projeto de modernização, em específico na área agropecuária, a fim de trazer ganhos econômicos por meio da sua abertura ao mercado internacional. Concomitantemente, o então governo defendeu a reforma agrária amazônica como meio de se promover a sua integração regional junto com o desenvolvimento socioeconômico da região. Como consequência, fortaleceu-se a imagem da Amazônia como uma fronteira agrícola, atraindo trabalhadores migrando do Sul e Sudeste do país em busca de melhores oportunidades de emprego e a abrindo para o capital produtivo (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2019).

O BM, portanto, financiou uma gama variada de projetos em parceria com o governo brasileiro, visando promover o desenvolvimento na Amazônia nos moldes estabelecidos pela ditadura militar (PEREIRA, 2017), direcionados majoritariamente

ao fortalecimento de infraestrutura dos setores de mineração, transporte - como em rodovias e ferrovias - e da agropecuária (REDWOOD, 2003). A lógica subjacente a este tipo de financiamento reside, portanto, na crença que investimentos estratégicos nesses setores impulsionam o crescimento econômico nacional por meio da expansão da sua base exportadora. Embora as suas políticas de empréstimos tenham evoluído significativamente na avaliação dos seus impactos ambientais, este pensamento permanece central dentro da instituição (SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017).

A partir da década de 1970, intensifica-se a atenção do BM na Amazônia Legal. O primeiro empréstimo[18] especificamente voltado à região foi aprovado em 1972 (BANCO MUNDIAL, 1982). A crescente relevância do meio ambiente no palco internacional durante o início da década de 1980 fomentou um cenário propício para a aceleração de questionamentos externos acerca dos critérios ambientais adotados pelo BM. Internamente, contudo, esta questão, apesar da sua gravidade, era vista como um mero problema de relações públicas, contribuindo para o lento progresso das reformas demandas (PEREIRA, 2011).

Neste sentido, o Projeto Ferro Carajás[19], aprovado em 1982, exemplifica este fato, visto que, como resposta às pressões externas

[18] O Projeto de Assentamento Fundiário do Alto Turi tinha como objetivo a colonização do estado de Maranhão por meio da construção de novas rodovias e ferrovias, junto com a manutenção daquelas já existentes na região, na extensão de crédito a médio-prazo para migrantes, no apoio técnica para a demarcação de terras, na construção de novas escolas e hospitais, entre outras atividades. O valor total do empreendimento foi desembolsado por inteiro em 1981, totalizando US$6,7 milhões (BANCO MUNDIAL, 1972).

[19] O Projeto Ferro Carajás tinha como objetivo a construção de uma ferrovia de 900 km entre a Serra de Carajás no Leste do Pará à São Luís com a finalidade de

montantes, o BM de fato empregou esforços para avaliar os impactos ambientais decorrentes do empreendimento, mas somente após a finalização da sua elaboração técnica, deixando a sua determinação final à responsabilidade do governo brasileiro (REDWOOD, 2003), caracterizando a sua preocupação com o meio ambiente neste caso como "informal" e "passiva" (MARGULIS, 1990). Inevitavelmente, este projeto acarretou impactos socioambientais significativos, especificamente em relação ao desmatamento, uma vez que a região no qual foi implantado contava com uma "densa floresta tropical" (REDWOOD, 2003, p. 04), exacerbados pela confiança equivocada do BM nas capacidades das instituições brasileiras em mitigar estes danos (MARGULIS, 1990). Embora o projeto de Carajás tenha acarretado algumas críticas à atuação do Banco, o "evento galvanizador" (PEREIRA, 2001, p. 238) que compeliu as reformas às políticas ambientais da instituição foi o POLONOROESTE.

Como mencionado anteriormente, durante as décadas de 1960 e 1970, a ditadura militar brasileira empregou grandes esforços para a promoção da integração regional da Amazônia, incluindo na implementação de grandes empreendimentos, como hidrelétricas e projetos de mineração extensos, e na expansão da malha rodoviária na região (REDWOOD, 2003). Segundo Wade (2016a), o chamado "milagre econômico" brasileiro fortaleceu um sentimento nacionalista favorável à integração e consequente exploração econômica de áreas florestais. Sendo assim, devido à ampla oferta de terras "desocupadas" em Rondônia, a atenção do governo se

facilitar o escoamento de ferro e manganês às instalações portuárias no Maranhão. Entre os benefícios do projeto à região, aponta-se a geração de empregos nas áreas de mineração, construção e metalurgia, junto com as de serviços e comércio. Em relação ao seu objetivo central, o projeto obteve êxito no aumento do volume de bens transportados, além de ter ofertado um meio de transporte de passageiros também, e em geral fortaleceu a infraestrutura em Carajás (REDWOOD, 2003).

voltou a projetos que pudessem atrair trabalhadores do Brasil inteiro à região.

De início, o BM não foi solicitado pelo Brasil para participar do POLONOROESTE. Contudo, devido ao fato que o Banco já estava financiando demais projetos na região, acreditava-se que este seria mais um programa voltado à construção e manutenção de rodovias. Portanto, o BM enviou uma equipe técnica para mapear os riscos envolvidos com o projeto, a qual reportou que as condições precárias das estradas impossibilitavam que os migrantes pudessem usufruir das mesmas para o desempenho das suas atividades econômicas, exacerbando o seu estado de pobreza e sua suscetibilidade à malária, como resultado do desamparo do governo brasileiro (WADE, 2016a). Além disso, concluiu-se que, como consequência do POLONOROESTE, deveriam ser esperados altos custos ambientais, como o aumento do desmatamento na floresta e a redução da biodiversidade amazônica, além do fato que este representaria uma ameaça às vidas indígenas.

Entretanto, devido à possibilidade de se dispor extensamente do território para fins agropecuários, o projeto contaria com altos retornos financeiros tanto para o Brasil quanto para o Banco (WADE, 2016a). Adicionalmente, como afirmado por Wade (1997) e Pereira (2011), a visão do BM acerca da Amazônia reproduzia o pensamento econômico vigente na época, defendido também pela ditadura militar brasileira, conforme explorado, que a floresta se tratava de uma fronteira agrária a ser "conquistada", contando com um potencial econômico ainda não aproveitado. Sendo assim, de forma atípica para a instituição, o BM solicitou diretamente ao Brasil a possibilidade de participar do POLONOROESTE (WADE, 2016a), e, apesar dos riscos associados ao projeto, os quais suscitaram alguns protestos de especialistas, o Banco prosseguiu com a sua participação. Um total de cinco empréstimos foram desembolsados para o projeto entre 1981 e 1983, correspondendo a

aproximadamente 30% do seu custo total de US$1,6 bilhões, sendo o restante coberto pelo governo brasileiro e demais agências de financiamento do país (PEREIRA, 2017; WADE, 1997).

Para o BM, a sua participação no POLONOROESTE se justifica a partir de quatro motivos principais:

> [...] os funcionários do Banco enxergaram a necessidade por mais do que estradas. Eles argumentaram que, (1) o Brasil pavimentaria a rodovia e construiria estradas secundárias, com ou sem a ajuda do Banco; (2) com a rodovia transformada em uma estrada para todas as condições climáticas, ainda mais migrantes chegariam; (3) o governo brasileiro estava engajado no planejamento de assentamentos com base em grades geométricas que ignoravam solos, águas e inclinação, com resultados que repetiam o fracasso de 1970-74; então (4) a ajuda do Banco na preparação de um esquema de desenvolvimento regional mais amplo garantiria que mais fosse feito no terreno para tornar os assentamentos viáveis e para proteger o meio ambiente e os indígenas (WADE, 2016a, p. 220).

Desta forma, o BM acreditava que sua participação no POLONOROESTE poderia assegurar que fossem empregados esforços para mitigar os seus impactos ambientais e garantir que os direitos tanto dos migrantes atraídos à região em função do projeto quanto dos povos indígenas e tradicionais da região fossem respeitados (WADE, 1997). A partir do seu sucesso, portanto, o programa poderia servir como um modelo da sua visão acerca do desenvolvimento rural integrado, o qual seria reproduzido posteriormente em demais países, sobretudo aqueles com dimensões florestais consideráveis (PEREIRA, 2011; WADE, 2016a). Como consequência, o Banco repeliria as crescentes críticas externas

advindas, sobretudo, de ONG ambientais e do congresso dos Estados Unidos (WADE, 1997).

Entretanto, enquanto para o BM o POLONOROESTE se tratava de um programa piloto do seu modelo de desenvolvimento sustentável, o interesse principal do governo brasileiro ainda residia apenas na melhoria das suas estradas e na integração regional da Amazônia (WADE, 2016a; 2016b; PEREIRA, 2017). Consequentemente, a falta de sintonia entre o Banco e o Brasil "prejudicou e minou a capacidade do país - e o que dizer de sua vontade política - de atingir os objetivos ambientais, sociais e produtivos do programa" (REDWOOD, 2003, p. 08). Ao mesmo tempo, o BM negligenciou os requisitos socioambientais do projeto, revelando que estes de fato não se enquadravam como prioridades ao Banco, já que somente 4% do valor total destinado ao programa foi voltado a estes, somado ao fato que os desembolsos realizados ao governo brasileiro não foram acompanhados por condicionalidades que se voltassem ao fortalecimento de instituições locais, contribuindo para os resultados negativos do projeto (REDWOOD, 2003; PEREIRA, 2017).

Em relação à construção da BR-364 e das estradas secundárias previstas, estas ocorreram de forma rápida (PEREIRA, 2011), mesmo considerando os atrasos de implementação que surgiram em função da crise fiscal brasileira (WADE, 2016b). No âmbito socioambiental, entretanto, o POLONOROESTE obteve resultados desastrosos. Em primeiro lugar, o projeto atraiu mais de 500 mil migrantes a uma região desamparada em infraestrutura básica, serviços sociais e de saúde, e no apoio financeiro ao deslocamento dessas pessoas, levando não somente ao aumento do desemprego e da contracção de malária, mas também à expropriação de território indígenas e à intensificação da violência entre os povos tradicionais da Amazônia e os novos colonos, contrariando as

expectativas iniciais do Banco (J. PEREIRA, 2011; E. PEREIRA, 2017).

Em segundo lugar, o POLONOROESTE acelerou a expansão de atividades extrativistas na Amazônia para além da agricultura familiar, fortalecendo a atuação das atividades madeireiras, mineradoras, garimpeiras, e pecuárias, e, assim, levou ao aumento das taxas de desmatamento florestal e ao deslocamento forçado de populações indígenas locais (WADE, 2016b; PEREIRA, 2011). O BM entendeu, portanto, que suas avaliações técnicas realizadas antes da implementação do projeto e que a estratégia de desenvolvimento empregada na região foram extremamente equivocadas (WADE, 2016b). Consequentemente, a pressão internacional por mudanças às políticas ambientais do Banco se intensificou, já que:

> Começando em 1983 e continuando até 1987, ONGs dos Estado Unidos usaram o POLONOROESTE como seu trampolim para demanda mudanças nas políticas do Banco. Em uma crescente de artigos, documentários de televisão, e audiências perante comitês do congresso americano, os críticos ambientais do Banco exibiram o POLONOROESTE como "o maior e mais desastroso envolvimento do Banco na colonização florestal nos trópicos", o exemplo quintessencial da sua busca por estratégias de desenvolvimento equivocadas. O POLONOROESTE ofereceu imagens poderosas de nuvens de fumaça, árvores derrubadas, e tocos enegrecidos. Este apresentou uma saga de vítimas e vilões, de camponeses miseráveis e Ameríndios no seu estado natural esmagados por governos militares, madeireiros vorazes e bancos multilaterais (WADE, 2016a, p. 217).

Sendo assim, a resposta imediata do BM às críticas da sociedade civil e do congresso dos Estados Unidos, que viam o projeto como um grande desperdício de dinheiro (WADE, 2016a), foi a suspensão temporária dos seus desembolsos ao governo brasileiro, agora diante de um regime democrático, com a finalidade de os obrigar a cumprir suas responsabilidades contratuais. Este movimento de fato obteve êxito no fortalecimento das instituições brasileiras locais e em relação à legislação acerca da demarcação territorial, especialmente no estado de Rondônia (WADE, 1997; PEREIRA, 2017).

Concomitantemente, as audiências realizadas no congresso americano entre 1983 e 1987 a respeito do POLONOROESTE resultaram em uma reorganização institucional do Banco em relação aos seus procedimentos e políticas ambientais, ao mesmo tempo e que se fortaleciam as críticas internacionais a demais projetos financiados pelo Banco com resultados ambientais negativos, sobretudo na Índia e na Indonésia (PEREIRA, 2011). Como consequência, a década de 1980 contou um processo de "esverdeamento" do Banco, o qual contou, por exemplo, com: (1) a criação de um Departamento Ambiental específico, com quatro subdivisões regionais, que seria o principal responsável pelo estabelecimento de seus padrões operacionais ambientais, junto com a expansão do número de funcionários do Banco dedicados a esta pauta; (2) a ampliação da sua carteira operacional para incluir projetos "ambientais", voltados à gestão e proteção do meio ambiente, os quais tiveram uma expansão significativa na década de 1990; (3) a fundação do Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Fund* - GEF) em parceira com as Nações Unidas; e (4) o estabelecimento do Painel de Inspecção do BM (WADE, 1997; RODRIGUES, 2002; WEAVER, 2008; PEREIRA, 2011).

Atualmente, os empréstimos do BM pelo seu Quadro Ambiental e Social, aprovado em 2016, determinam a natureza dos empréstimos disponíveis para o governo brasileiro. Neste, o Banco delimita as suas políticas socioambientais em linha com a sua visão de desenvolvimento sustentável, centrado na promoção do crescimento econômico como meio de se superar a pobreza extrema e reduzir o impacto antrópico sobre o meio ambiente com base em 10 pilares: 1) A Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; 2): Condições de Trabalho e Mão de Obra, 3) Eficácia de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição.; 4) Saúde e Segurança Comunitária; 5) Aquisição de Terras, Restrições ao uso da Terra e Reassentamento Involuntário; 6) Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável do Recursos Naturais Vivos; 7) Povos Indígenas/ Comunidade Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana; 8) Patrimônio Cultural; 9) Intermediários Financeiros; 10) Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações (BANCO MUNDIAL, 2017).

Ainda na década de 1990, o BM realizou uma série de investigações independentes para analisar como a sua atuação anterior na Amazônia havia falhado e como o desenvolvimento deveria ser abordado no seu contexto particular. Sendo assim, concluiu-se que o Banco precisava compreender de forma mais aprofundada “os contextos ecológicos, socioeconômicos e político-institucionais” (REDWOOD, 2003, p. 14) nos quais estariam atuando, adotando uma abordagem transversal e multidisciplinar às suas estratégias de desenvolvimento pela qual seria possível antecipar os efeitos indiretos resultantes dos projetos implementados na região e contabilizar o seu dano socioambiental (REDWOOD, 2003).

Neste sentido, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO)[20] e o Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (PRODEAGRO)[21], financiados pelo BM, foram implementados com o objetivo de preencher as lacunas do POLONOROESTE, sobretudo em relação à conservação ecológica e a proteção dos direitos dos povos indígenas, e evidenciar aos seus críticos como as reformas internas do Banco de fato haviam surtido efeitos positivos. Entretanto, o BM novamente falhou em cumprir os requisitos socioambientais de ambos os projetos, levando à investigação do PLANAFLORO no então recém-estabelecido Painel de Inspeções (WADE, 1997; RODRIGUES, 2003).

Durante a década de 1990, o BM financiou uma gama variada de programas voltados à redução das taxas do desmatamento na Amazônia e dos fogos florestais, junto com iniciativas voltadas à proteção da sua biodiversidade e a proteção dos seus povos tradicionais, como o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileira, o qual, por meio do Fundo GEF, levou ao financiamento do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) em 1994 e o Fundo

[20] O PLANAFLORO (1992 - 2002), tinha como objetivo promover uma série de mudanças institucionais em Rondônia que pudessem apoiar o desenvolvimento sustentável da região, apoiando a agricultura e silvicultura em áreas apropriadas, ao mesmo tempo em que se fortaleceria a capacidade do Estado em destinar recursos financeiros voltados à preservação florestal, a conservação da biodiversidade e a salvaguarda dos direitos dos povos indígenas (BANCO MUNDIAL, 2024).

[21] O PRODEAGRO visava fortalecer a capacidade do Mato Grosso na gestão e conservação dos seus recursos naturais e a redução das suas taxas de desmatamento ao mesmo tempo em que promovia o desenvolvimento do Estado por meio da criação de sistemas integrados de agricultura e silvicultura no apoio técnico e financiamento às instituições locais em relação ao manejo florestal, a proteção dos direitos dos povos indígenas e à agricultura sustentável (BANCO MUNDIAL, 1992).

Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) em 1996. Conforme mencionado anteriormente, os empréstimos do Banco neste contexto também foram voltados à atuação primordial do MMA e do PNMA, possibilitando que estes fortalecessem a legislação ambiental brasileira, a qual também havia sido alvo de intensas críticas internacionais (MAGALHÃES DE MOURA, 2016).

No final da década de 1990 e no início dos anos 2000, o BM centralizou a pauta ambiental nas suas Estratégias de Assistência ao País (*Country Assistance Strategy* - CAS)[22], substituído em 2014 pelo Quadro de Parceria Nacional (Country Partnership Frameworks - CPF), demonstrando como esta havia sido incorporada ao cerne das operações do Banco (WADE, 1997). Nos documentos publicados em relação ao Brasil, portanto, é possível observar a recorrente menção à Amazônia e à sua importância para o desenvolvimento do país. Como demonstrado por Pereira (2022), a atenção destinada pelo BM à pauta ambiental do Brasil pode variar conforme os interesses e as demandas específicas de seus governantes, junto com o perfil dos programas financiados pelo Banco no país.

Sendo assim, observa-se que o perfil dos financiamentos do BM na Amazônia diverge. Na década de 1990, além dos projetos apontados anteriormente, a relação do Banco com a região estava condicionada ao seu objetivo político de defender a agenda neoliberal no palco mundial, visando promover transformações internas a seus mutuários por meio de pacotes de ajustes estruturais. Durante os mandatos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando

[22] Como apontado por Pereira (2022), a CAS era um documento organizado pelo BM que reunia as principais informações sobre o perfil socioeconômico e os desafios internos de seus mutuários, revelando quais áreas deveriam ser priorizadas para estimular o seu crescimento econômico e desenvolvimento nacional. Tratava-se, portanto, de uma espécie de diagnóstico do seu cenário interno, apontando caminhos que o Banco poderia seguir para a distribuição dos seus fundos.

Henrique Cardoso, portanto, a atuação do BM dentro do Brasil pretendia proporcionar mecanismos de estabilização macroeconômica, ajustes fiscais, a liberalização do comércio e a privatização (PEREIRA, 2022). Este fato é refletido, por exemplo, pelo Projeto de Financiamento do Setor Privado[23] e o Projeto de Privatização do Estado de Mato Grosso[24].

Durante os primeiros governos de Lula Inácio da Silva, e depois no da sua sucessora, Dilma Rousseff, o BM promoveu uma série de projetos no Brasil pautados na "seletividade programática". Devido à estabilidade econômica brasileira nesta conjuntura, era possível financiar projetos centrados em metas de longo prazo. Desta forma, "a instituição apoiaria um conjunto de iniciativas articuladas em vários setores, buscando gerar efeitos multiplicadores ao catalisar recursos de várias fontes. Orientado para resultados, tal enfoque priorizaria projetos em que o banco tivesse vantagens comparativas e demonstrassem contribuições mensuráveis para os objetivos estabelecidos" (PEREIRA, 2022, p. 15). Além de ampliar, portanto, o número de setores financiados, o Banco também intensificou os seus fluxos financeiros no Nordeste e no Norte do Brasil (PEREIRA, 2022). Assim, o Projeto de Corredores

[23] O Projeto de Financiamento do Setor Privado, aprovado em 1990 e finalizado em 1993, tinha como objetivo apoiar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em redirecionar a sua atenção e os seus recursos financeiros ao setor privado. Para tanto, seria preciso aumentar seus empréstimos ao setor privado e reorganizar a sua estrutura interna para fortalecer seus departamentos de crédito, planejamento e auditoria. Esperava-se que, assim, se reduziria a segmentação de crédito e fortaleceria as suas políticas e procedimentos de extensão de financiamentos (BANCO MUNDIAL, 2024).

[24] O Projeto de Privatização do Estado de Mato Grosso (1997 - 2001) visava apoiar reformas no setor público de Mato Grosso para aumentar a sua eficiência por meio da privatização dos serviços e empresas públicas (BANCO MUNDIAL, 2002).

Ecológicos[25], o Programa Integrado de Maranhão: Projeto de Redução da Pobreza Rural[26], e o Projeto de Modernização da Gestão do Setor Público de Amazonas[27] são algumas das iniciativas que exemplificam este contexto.

Durante os mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, por sua vez, a relação do BM com o Brasil observou uma reorientação voltada à promoção de políticas de austeridade fiscal, do fortalecimento do setor privado e de cortes de gastos públicos, em linha com a agenda neoliberal e nos programas de ajustes estruturais defendidos pela instituição. Entretanto, diferentemente dos anos 1990, a centralidade da pauta do desenvolvimento sustentável na agenda do Banco permitiu que esta tivesse evidência na sua atuação dentro do Brasil. (Pereira, 2022). Aponta-se como exemplos, portanto, o Programa de Ajustamento Fiscal e Sustentabilidade

[25] O Projeto de Corredores Ecológicos (2002 - 2008) tinha como objetivo fortalecer a conservação da biodiversidade brasileira, tanto na Amazônia quanto no bioma da Mata Atlântica, por meio de medidas de coordenação estratégica na estrutura organizacional estadual e nacional voltado à construção do corredores amazônicos e atlânticos (BANCO MUNDIAL, 2024).

[26] O Programa Integrado de Maranhão: Projeto de Redução da Pobreza Rural (2004 - 2008) se voltava à redução da pobreza segundo o Índice de Desenvolvimento Humano no Estado de Maranhão a partir do fortalecimento das capacidades públicas em empregar e monitorar políticas públicas efetivas, implementar planos de desenvolvimento local, financiar iniciativas comunitárias, e apoiar a governança municipal (BANCO MUNDIAL, 2024).

[27] O Projeto de Modernização da Gestão do Setor Público de Amazonas (2014 - 2016) tinha como objetivo apoiar processo de melhoria na administração tributária e de auditoria no Estado do Amazonas, além de fortalecer serviços públicos de segurança e aqueles voltados aos direitos das mulheres (BANCO MUNDIAL, 2024).

Ambiental do Mato Grosso[28], o Projeto de Fortalecimento dos Setor Energético e Mineral II[29], e o Projeto de Financiamento Climático do Brasil[30].

Como observado, a atuação do BM dentro da Amazônia Legal tem relação com o próprio fortalecimento da pauta ambiental dentro da instituição. As consequências adversas dos seus financiamentos na região obrigaram o Banco a incorporar políticas socioambientais ao cerne das suas operações, e permitiram que este, atualmente, se apresenta como um líder internacional no fornecimento de investimentos voltados ao desenvolvimento sustentável (MORLEY; BUCHANAN; MITCHARD; KEANE, 2021). Entretanto, a próxima seção tem como objetivo apontar que a relação do BM com a Amazônia permanece contraditória, questionando, assim, o papel do Banco neste contexto, apontando a incompatibilidade do seu propósito organizacional com a proteção e conservação florestal.

[28] O Programa de Ajustamento Fiscal e Sustentabilidade Ambiental do Mato Grosso (2019 - 2021) tinha como objetivo apoiar o Estado de Mato Grosso nas suas capacidades institucionais de instituir medidas fiscais sustentáveis voltadas à agricultura sustentável, à conservação florestal e à mitigação das mudanças climáticas (BANCO MUNDIAL, 2024).

[29] O Projeto de Fortalecimento dos Setor Energético e Mineral II, aprovado em 2020 e ainda ativo, visa fortalecer a capacidade institucional brasileira nos setores energético e de mineração no que tange à eficiência de mercado destes. Para tanto, reformas analíticas e técnicas são previstas para ampliar a capacidade das instituições brasileiras em empregar políticas efetivas de planejamento, regulação e monitoramento nestes setores (BANCO MUNDIAL, 2024).

[30] O Projeto de Financiamento Climático do Brasil, aprovado em 2023 e com previsão de encerramento em 2028, tem como objetivo expandir o financiamento sustentável para a mitigação climática do Brasil, por meio do provimento de recursos financeiros variados, e fortalecer o acesso do setor privado brasileiro ao mercado de crédito de carbono (BANCO MUNDIAL, 2024).

HIPOCRISIA ORGANIZACIONAL: DESAFIOS NAS POLÍTICAS ATUAIS DO BANCO MUNDIAL NA AMAZÔNIA

Conforme analisado, a relação do BM com a Amazônia brasileira tem evoluído significativamente desde a década de 1970, após uma série de experiências negativas na região. Apesar da elevada importância do projeto POLONOROESTE na história do Banco, levando este a adotar um processo de esverdeamento (WADE, 1997), ainda existem desafios significativos com os empréstimos realizados pela instituição na Floresta Amazônia, os quais continuam apresentando um impacto ambiental elevado e uma natureza contraditória (SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017). Sendo assim, é possível analisar o histórico do BM na região por meio de uma lente de hipocrisia organizacional, argumento defendido por Weaver (2008) e Brunsson (2019) e aplicado aos projetos do Banco realizados em áreas florestais por Sommer, Shandra e Restivo (2017) e Morley, Buchanan, Mitchard e Keane (2021).

A partir de um ponto de vista moral, a hipocrisia é considerada em geral como algo questionável. Entretanto, para uma organização, esta pode servir como um instrumento estratégico para conciliar estruturas e processos internos com demandas externas contraditórias (BRUNSSON, 2019). No caso do BM, este é um fenômeno comum, visto que, como demais organizações internacionais, a instituição tem desenvolvido desde sua fundação uma cultura burocrática interna que sustenta a sua identidade e operacionalidade, mas que muitas vezes entra em conflito com as mudanças e expectativas da sociedade externa. A hipocrisia organizacional nasce, portanto, por meio da incorporação de determinados discursos ou ações que visam responder às demandas do meio externo, satisfazendo a necessidade de reforma em uma

direção, mas minando o mesmo em outra, visto que ainda se mantém as mesmas estruturas formais organizacionais que levaram à contradição em primeiro lugar (WEAVER, 2008).

Quando casos de hipocrisia do BM são levados a público, isto intensifica a pressão internacional por mudanças internas, podendo acarretar tanto sérias crises de legitimidade quanto uma redução do seu apoio político e financeiro (WEAVER, 2008), como exemplificado no movimento de "50 Anos é Suficiente[31]". Para assegurar a sua existência, portanto, uma instituição precisa pelo menos aparentar estar aberta a reformas, conforme refletido por Brunsson (2019):

> As organizações lidam com os conflitos refletindo-os, incorporando em si elementos correspondentes aos conflitos. As exigências conflitantes refletem-se nas estruturas, processos e ideologias organizacionais, que também se tornam baseadas em conflitos e inconsistentes. As organizações cooptam as partes em conflito para a sua gestão, cultivam uma pluralidade de ideologias, generalizam em vez de se especializarem, concentram-se nos problemas em vez de nas soluções e tendem a se envolver em processos de decisão bastante racionais. Estas inconsistências incorporadas definem "a organização da hipocrisia". A hipocrisia é uma forma de lidar com vários valores conflitantes simultaneamente, e é exatamente isso que

[31] O movimento "50 Anos é Suficiente" (50 Years is Enough) foi uma campanha pública, com atuação durante a década de 1990 e o início dos anos 2000, que clamava pelo fim das instituições Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Os protestos se formaram como resposta à crescente insatisfação internacional acerca das políticas promovidas pela mesma, que não haviam surtido os efeitos desejados em combater a pobreza mundial ou na contenção a crise de dívida externa, e em função das consequências adversas dos seus projetos (TOUSSAINT, 2006).

> as organizações imbuídas de hipocrisia estão fazendo. (BRUNSSON, 2019, p. 13).

Portanto, como um meio de se proteger de demandas inconsistentes e de responder a acusações de hipocrisia, o BM apresenta uma longa história de processos de transformação das suas estruturas formais internas, como representado pelas políticas de esverdeamento do Banco na década de 1980 e 1990. Por um lado, reformas como estas podem ser interpretadas como uma incorporação de críticas externas, pacificando as relações públicas da instituição ao demonstrar conformidade com as demandas da sociedade internacional. Por outro, sem a observância de mudanças concretas e resultados tangíveis, estas políticas reforçam a hipocrisia existente, apresentando impacto limitado sobre os projetos financiados pelo Banco (WEAVER, 2008).

Entretanto, apesar do cenário traçado, ainda é possível promover mudanças culturais dentro de uma organização, mesmo que de forma demorada e incremental. Como no caso do BM, o seu processo de esverdeamento ocorreu ao longo de três décadas, durante o qual foi necessário transformar a relação do Banco e de seus funcionários em relação à pauta ambiental, culminando na criação do Departamento Ambiental e na contratação de especialistas na temática que definem as suas políticas ambientais (WEAVER, 2008; SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017). Desta forma, observa-se que mudanças estruturais são custosas, sendo baseadas em transformações ideológicas e comportamentais, as quais são refletidas no discurso da instituição, mas não necessariamente nas suas ações (WEAVER, 2008).

Em relação à atuação do BM, existem dois tipos de hipocrisia possíveis decorrentes desta: (1) o incumprimento das suas próprias diretrizes socioambientais; e (2) as consequências indiretas dos seus serviços. Enquanto o primeiro pode ser observado de forma tangível,

como, por exemplo, na observância do aumento de taxas de desmatamento ou no deslocamento forçado de populações locais, o segundo é mais difícil de se medir, e, consequentemente, de se remediar, visto que sua causa reside na própria missão do Banco e nas suas ideologias dominantes (WEAVER, 2008). Como uma possível fonte destas contradições, aponta-se os interesses conflituantes do principal acionista do Banco, os Estados Unidos, junto com as dos seus funcionários executivos, que defendem a atuação da instituição como promotor de políticas "neoliberais verdes", com as demandas da sociedade internacional (SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017).

Nos trabalhos respectivos de Sommer, Shandra e Restivo (2017) e Morley, Buchanan, Mitchard e Keane (2021), avalia-se o impacto dos empréstimos do BM em áreas florestais e de alta biodiversidade, buscando entender o grau de eficiência das suas políticas ambientais. Para os primeiros, após a análise de imagens de satélites entre 2001 e 2014 de 89 nações e o uso de modelos de regressão, os autores concluem que existe uma relação direta entre os empréstimos de ajustes estruturais do BM nos setores de agricultura e silvicultura e o aumento do desmatamento. Por outro lado, investimentos do setor ambiental do Banco estão associados a uma redução do desmatamento, evidenciando a natureza complexa da instituição com áreas florestais (SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017).

Para os segundos, por sua vez, a partir de uma metodologia baseada na análise espacial e na modelagem estatística, observou-se que projetos financiados pelo BM frequentemente ocorrem dentro ou próximos de territórios de alta biodiversidade, muitas vezes abrangendo uma grande quantidade de espécies ameaçadas e sob risco de extinção. Esta condição, portanto, indica uma ausência preocupante de consideração por parte do Banco em relação ao prezo pela diversidade ecológica, levantando dúvidas acerca da eficiência

das suas medidas de proteção ambiental no que se tange à conservação florestal (MORLEY; BUCHANAN; MITCHARD; KEANE, 2021).

Os resultados apontados, portanto, têm implicações significativas sobre a relação do BM com a Amazônia, as quais revelam um histórico marcado pela hipocrisia organizacional. Este fato é refletido, sobretudo, pela promoção de políticas de ajustes estruturais pelo Banco tanto em nível regional quanto federal do Brasil, que estimulam o crescimento econômico e desenvolvimento nacional com base no fortalecimento da pauta exportadora e na privatização dos recursos naturais (SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017). Segundo Shandra, Rademacher e Coburn (2016), isto ocorre por três motivos principais: 1) estes programas encorajam a desvalorização cambial como forma de se tornar produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional; 2) com o objetivo de fortalecer o comércio, incentiva-se a adoção de concessões regulatórias e incentivos fiscais que liberalizam o acesso do setor privado a recursos naturais; 3) defende-se cortes em gastos públicos, o que costuma ter impactos significativos em departamentos ambientais e na capacidade institucional de se implementar a legislação ambiental. No caso brasileiro, um país cujas exportações se baseiam majoritariamente em *commodities* como a soja, o petróleo, o minério de ferro e a carne bovina, entre outros (HANUSCH, 2022), a continuidade desta lógica está inevitavelmente interligada com o fortalecimento do extrativismo, a expansão da fronteira agrícola, e com o enfraquecimento do poder público na governança ambiental e florestal (ARRAES; MARIANO; SIMONASSI, 2012; SOMMER; SHANDRA; RESTIVO, 2017).

Sendo assim, esta contradição aparente se mostra presente nas principais políticas socioambientais do BM, incluindo nas suas diretrizes voltadas especificamente para a Amazônia e demais áreas florestais. Para demonstrar este argumento, apresentam-se quatro

documentos principais: O Plano de Ação Florestal do Banco Mundial (2016 - 2020), Quadro de Parceria Nacional do Brasil (2018 - 2023), O Relatório de Desenvolvimento e Mudanças Climáticas do Brasil (2023), e o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (2022).

O Plano de Ação Florestal do Banco Mundial (2016), ativo entre 2016 e 2020, coloca como seu objetivo principal a superação da pobreza extrema e a promoção do crescimento econômico de uma forma sustentável, em linha com a visão de desenvolvimento do Banco delimitado no seu Quadro Social e Ambiental, por meio do fortalecimento do papel das florestas para atingir tal finalidade, reforçando a visão prevalecente ao longo da sua história a respeito destas como territórios de elevado potencial econômico ainda pouco aproveitado. Embora se destaque ao longo do documento que as áreas florestais devem ser protegidas e esforços para a redução do seu desmatamento devem ser empregados, o Plano não delimita de forma aprofundada como isto seria atingido, contando somente com considerações como "manejo inteligente" e "gestão integrada" para reforçar que o aproveitamento destes territórios para fins econômicos com impacto socioeconômico reduzido seria possível.

Semelhantemente, o Quadro de Parceria Nacional do Brasil (2018) para o período de 2018 a 2023 recomenda a implementação de políticas estruturais voltadas à liberalização do mercado e à reforma financeira e regulatória, com a finalidade de reduzir a intervenção pública, vista como um empecilho para o desempenho do setor privado. O documento inclui ressalvas levantadas por representantes da sociedade civil em consideração a estas políticas, afirmando que estes "manifestaram preocupações sobre os riscos de depender tão fortemente do sector privado para relançar a economia e sublinharam a importância de o Grupo do Banco Mundial promover a adesão às melhores práticas regulamentares

internacionais para evitar que os investimentos privados causem custos ambientais e sociais" (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 16).

No entanto, as recomendações finais traçadas no documento não refletem estas preocupações. As primeiras duas áreas prioritárias apontadas enfatizam a necessidade de se promover ajustes fiscais e regulatórios junto com o fortalecimento do papel do setor privado e de se reduzir barreiras estatais que minam a produtividade econômica. A terceira área, por sua vez, reconhece a importância de realizar estas medidas por meio de um enfoque de desenvolvimento sustentável e com danos socioambientais reduzidos. Considerações sobre como isto seria possível, sobretudo com enfoque no bioma amazônico, residem no fortalecimento de políticas ambientais no âmbito nacional, como por meio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (BANCO MUNDIAL, 2018).

Em linha com o Quadro de Parceria Nacional do Brasil (2018), o Relatório de Desenvolvimento e Mudanças Climáticas do Brasil (2023) reflete a necessidade de se promover ajustes estruturais para assegurar o crescimento econômico por meio da liberalização da ação do setor privado. O documento entende, por outro lado, que o aumento da produtividade no setor agropecuário pode levar tanto a maiores emissões de gases de efeito estufa quanto à intensificação do desmatamento. Portanto, dois caminhos alternativos são apontados: (1) fortalecer a produção manufatureira do Brasil; e (2) investir na competitividade brasileira no mercado de baterias para veículos elétricos, devido ao seu amplo acesso a jazidas de nióbio, ferro, magnesita e bauxita distribuídas pelo seu território nacional, incluindo na Amazônia Legal (AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, 2020).

Por fim, apresenta-se o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (2022), aprovado em 2015, liderado pelo BM com apoio financeiro do GEF, que oferece um quadro de ação para a conversação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia,

reunindo a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru e o Suriname. Seu objetivo principal é de "melhorar a gestão integrada da paisagem e a conservação dos ecossistemas em áreas específicas da região amazônica" (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 11). A iniciativa tem demonstrado resultados positivos no aumento de áreas protegidas da Amazônia Legal brasileira e na restauração florestal. Entretanto, historicamente o Banco tem dependido de barreiras físicas e a presença de forças armadas para a promoção de seus esforços de conservação, impactando diretamente as populações locais, além de ter demonstrado a existência de uma agenda oculta visando a abertura destas áreas para o desenvolvimento (SOMMER; SHANDRA, RESTIVO, 2017).

A partir da apresentação destes relatórios e iniciativas, é possível observar que existe uma contradição inerente entre os discursos do BM acerca da proteção florestal e os empreendimentos de fato realizados na Amazônia, revelando a existência de hipocrisias tanto diretas quanto indiretas. Ao mesmo tempo que se visa o aproveitamento econômico do território com impacto socioambiental reduzido, em linha com o seu Quadro Social e Ambiental, por meio dos trabalhos de Sommer, Shandra e Restivo (2017) e Morley, Buchanan, Mitchard e Keane (2021) se nota que estas não têm sido de fato efetivas: por um lado, os empreendimentos do Banco na Amazônia tem impactos diretos sobre o desmatamento e redução da biodiversidade, ou, por outro, fomentam condições no cenário político e econômico nacionais com consequências negativas para a região por meio da incentivo a programas de ajustes estruturais ou pelo incentivo a atividades econômicas com impacto ambiental elevado (SOMMER; SHANDRA, RESTIVO, 2017; MORLEY, BUCHANAN; MITCHARD; KEAN, 2021).

Como afirmado por Weaver (2008), mesmo com mudanças estruturais e retóricas expressivas, ou até mesmo um aumento de financiamento em projetos ditos "ambientais", isto não significa que

transformações concretas na cultura do Banco e nas suas ideologias predominantes ainda ocorreram. A adoção de políticas ambientais pode sinalizar aos seus críticos uma vontade de incorporar às suas demandas, mas suas ações continuarão sendo caracterizadas como hipócritas contanto que a Amazônia seja vista como "a última fronteira" cujo potencial econômico ainda não tenha sido aproveitado ao máximo, como refletido no Plano de Ação Florestal do Banco Mundial (2016), ou que incentivam o extrativismo na região concomitante com liberalização do setor privado, como no Quadro de Parceria Nacional do Brasil (2018), que não é seguido pela observância da legislação ambiental do mutuário ou pelo fortalecimento efetivo das suas instituições locais (HANUSCH, 2022).

A superação desta natureza contraditória da relação do BM com a Amazônia, portanto, é de suma importância, tanto para o Banco quanto para o governo brasileiro. A instituição tem se apresentado ao longo do século XXI como um líder dentro da agenda global de desenvolvimento sustentável com diretrizes socioambientais eficazes na redução das consequências adversas do seu financiamento. Contudo, isto não tem se demonstrado na prática (MORLEY; BUCHANAN; MITCHARD; KEANE, 2021). Como afirmado por Weaver (2008), as contradições entre o discurso institucional do Banco e as suas ações reais fornecem argumentos para a sua contestação. Para o Brasil, fora a urgência de se reduzir o desmatamento da Amazônia e de se trazer ganhos socioeconômicos para a região, é preciso que os recursos financeiros recebidos pelo BM sejam alocados de forma que suscita resultados claros e positivos para a sua população, visto que, caso contrário, a sua relação com o Banco pode ser contestada, prejudicando financiamentos futuros, e minando a sua posição global como líder ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar criticamente a relação histórica do Banco Mundial com a Amazônia, em especial pelo ponto de vista brasileiro, compreendendo os empréstimos realizados pela instituição na Amazônia Legal e refletir sobre as diretrizes atuais do banco em relação à floresta. Em primeiro lugar, olhou-se para a consolidação da atuação atual do Banco na região, apontando que o fracasso de projetos anteriores, sobretudo no caso de POLONOROESTE, serviram como o estopim para a instituição adotar um processo de esverdeamento e se adaptar frente às demandas da sociedade internacional apesar de resistências internas. Para demonstrar como estas transformações se traduziram na prática referente à atuação do Banco na Amazônia, apresentou-se seletos projetos e programas para evidenciar uma relação condicionada tanto aos interesses internos da instituição, centrados na promoção de ajustes estruturais, quanto pela conjuntura doméstica brasileira.

Em segundo lugar, o artigo apresentou o conceito de hipocrisia organizacional, aproximando este com o desempenho das atividades do BM na Amazônia. Neste sentido, apontou-se que existe uma lacuna significativa entre os discursos adotados no que se refere ao seu papel na proteção e conservação florestal, e na agenda de desenvolvimento sustentável como um todo, e os efeitos práticos dos seus programas. Desta forma, concluiu-se que o Banco, apesar de ter evoluído significativamente na pauta ambiental desde a década de 1970, ainda baseia sua cultura organizacional na promoção de ajustes estruturais conforme definidos pela agenda neoliberal. Esta, portanto, tem uma contradição fundamental com os esforços empregados na Amazônia, visto que incentiva o extrativismo e encoraja a exploração econômica da região.

O trabalho não abordou uma série de questões: primeiro, não se discutiu as dificuldades domésticas enfrentadas pelo Brasil para o melhor aproveitamento dos recursos financeiros provenientes do BM; segundo, não se apresentou uma questão teórica mais aprofundada acerca das tensões inerentes entre a promoção do crescimento econômico e a proteção ambiental que ultrapassam a atuação do Banco; e, terceiro, o artigo não visou apresentar formas de possivelmente corrigir a natureza contraditória da atuação do BM na Amazônia. Recomenda-se, portanto, que estas discussões sejam levadas em consideração para o desenvolvimento de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. "Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial". **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 50, n. 1, 2012.

BAYER, P.; MARCOUX, C.; URPELAINEN, J. "Choosing international organizations: When do states and the World Bank collaborate on environmental projects?" **The Review of International Organizations**, vol. 9, n. 4, 2014.

BRASIL. "Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas". **Agência Nacional de Mineração** [2020]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/03/2024.

BRUNSSON, N. **The Organization of Hypocrisy**. Copenhage: CBS Press, 2019.

HANUSCH, M. **A Balancing Act for Brazil's Amazonian States**: An Economic Memorandum. Washinfton: World Bank, 2023.

IMAZON. "Amazônia 2030: Fatos da Amazônia – Socioeconomia". **Centro de Empreendedorismo da Amazônia** [2023]. Disponível em: <www.amazonia2030.org.br>. Acesso em: 23/02/2024.

LOUREIRO, V. R. "A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento". **Revista Direito GV**, vol. 8, n. 2, 2012.

MAGALHÃES DE MOURA, A. M. **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

MARGULIS, S. **O Desempenho do Governo Brasileiro e do Banco Mundial com Relação à Questão Ambiental do Projeto Ferro Carajás**. Brasília: Ipea, 1990.

MORLEY, J. *et al*. "Potentially harmful World Bank projects are proximate to areas of biodiversity conservation importance". **Global Environmental Change**, vol. 70, 2021.

PEREIRA, E. M. "'A década da destruição' da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980)". **História Unisinos**, vol. 21, n. 1, 2017.

PEREIRA, J. M. M. "As estratégias de assistência do Banco Mundial para o Brasil em perspectiva política (1990-2020)". **Revista Tempo e Argumento**, vol. 14, n. 37, 2022.

PEREIRA, J. M. M. "Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais". **Tempo Social**, vol. 23, n. 2, 2011.

REDWOOD, J. **Amazônia Brasileira**: A experiência do Banco Mundial - o difícil caminho para o desenvolvimento sustentável. Washington: World Bank Group. 2003.

RODRIGUES, M. G. M. "Redes transnacionais de advocacia pública: estratégias e impactos - O projeto Planafloro e o painel de inspeção do banco mundial". **Contexto Internacional**, vol. 24, n. 1, 2002.

SHANDRA, J. M.; RADEMACHER, H.; COBURN, C. "The World Bank and organized hypocrisy? A cross-national analysis of structural adjustment and forest Loss". **Environmental Sociology**, vol. 2, n. 2, 2016.

SOMMER, J. M.; SHANDRA, J. M.; RESTIVO, M. "The World Bank, contradictory lending, and forests: A cross-national analysis of organized hypocrisy". **International Sociology**, vol. 32, n. 6, 2017.

TOUSSAINT, E. **The World Bank**: A Critical Primer. Toronto: Pluto Press, 2006.

WADE, R. H. "Boulevard to broken dreams, Part 1: the Polonoroeste road project in the Brazilian Amazon, and the World Bank's environmental and indigenous peoples' norms". **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 36, n. 1, 2016a.

WADE, R. H. "Boulevard to broken dreams, Part 2: Implementation of the Polonoroeste road project in the Brazilian Amazon, and the World Bank's response to the gathering storm". **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 36, n. 3, 2016b.

WADE, R. H. "Greening the Bank: The Struggle over the Environment, 1970 – 1995". *In.* KAPUR, D. *et al*. **The World**

Bank: Its First Half Century. Washington: Brookings Institution Press, 1997.

WEAVER, C. **Hypocrisy Trap**: The World Bank and the Poverty of Reform. Princeton: Princeton University Press, 2008.

WORLD BANK. **A Guide to the World Bank**: Third Edition. Washington: World Bank, 2011. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Alto Turi Land Settlement Project**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **BR Amazonas DPL**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **BR Maranhao Integrated Program**: Rural Poverty Reduction Project. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Brazil - Mato Grosso Natural Resource Management Project**. Washington: World Bank, 1992. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Brazil - Mato Grosso State Privatization Project**. Washington: World Bank, 2002. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Brazil Climate Finance Project**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Brazil Country Climate and Development Report**. Washington: World Bank, 2023. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Country Partnership Framework for the Federative Republic of Brazil for the Period FY18-FY23**. Washington: World Bank, 2016. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Energy and Mineral Sectors Strengthening Project II**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Mato Grosso Fiscal Adjustment and Environmental Sustainability DPL**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Plano de Ação Florestal do Banco Mundial (2016–2020)**. Washington: World Bank, 2016. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Private Sector Finance Project**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia - Relatório Anual 2022**. Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Projects and Operations**: Projects Brazil [1944 - 2024]. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **RF Ecological Corridors Project**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **Rondonia Natural Resources Management Project**. Washington: World Bank, 2024. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

WORLD BANK. **The World Bank Environmental and Social Framework**. Washington: World Bank, 2017. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 23/02/2024.

CAPÍTULO 7

Segurança e Defesa Nacional na Amazônia: Uma Análise das Ações Cívico-Militares na Região Amazônica

SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES CÍVICO-MILITARES NA REGIÃO AMAZÔNICA

Marcus Antonio Rodrigues Junior

Gheysa Daniele Pereira Moura

A região amazônica possui uma importância estratégica elevada na segurança e defesa nacional do Brasil. Contudo, a baixa infraestrutura básica e a questão do narcotráfico, contrabando e garimpo ilegal tornam a situação ainda mais delicada. Isso é exacerbado pela presença de grandes vazios demográficos, apesar do constante movimento migratório entre os países vizinhos. Essa complexidade multidimensional exige ações que extrapolam as competências das Forças Armadas, demandando à atuação ativa e efetiva da sociedade civil, especialmente no acolhimento de imigrantes e refugiados. É importante destacar que a partir de 2016, a fronteira norte, no Estado de Roraima, passou a representar a principal porta de entrada de imigrantes e refugiados, em decorrência do deslocamento da população venezuelana para o Brasil.

Assim, considerando as especificidades da região e sua importância estratégica para a soberania do país, questiona-se: como a implementação de ações cívico-militares pode contribuir para garantir a segurança e defesa nacional na região amazônica?

Uma hipótese viável é que a implementação de ações cívico-militares poderia contribuir para reduzir os problemas sociais característicos da região amazônica, os quais representam riscos à segurança e defesa nacional**.**

Neste sentido, objetiva-se analisar as ações cívico-militares para a segurança na região amazônica, abordando questões relacionadas à segurança, à economia, à integração social e às políticas públicas. Isso será feito a partir de um breve resgate histórico da geopolítica brasileira, observando o papel das Forças Armadas nas relações interestatais na Amazônia. Além disso, apresentaremos um breve histórico das ações cívico-militares na região e, ao final, faremos uma possível leitura dessas ações cívicomilitar na contemporaneidade a partir da assistência à população imigrante e refugiada venezuelana.

Metodologicamente, realizou-se o levantamento bibliográfico e documental relacionado aos temas: fronteira, migração, relações civis-militares e estudos estratégicos; considerando os estudos que analisam a Operação Acolhida, ação cívico-militar de assistência à população imigrante e refugiada venezuelana, na qual os autores tiveram participação, entre os anos de 2018 e 2019, buscando, assim, abordar o tema criticamente, procurando não restringir o foco do estudo às experiências pessoais, considerando que encontrar a medida adequada do distanciamento entre o pesquisador e o objeto quando parte de questionamentos relacionados à prática laboral, corresponde ao que Bachelard (1996, p. 29) considera ser "o primeiro obstáculo investigativo, já que a experiência primeira muitas vezes é posta antes e acima da crítica". Entende-se que a investigação representa um processo racional da ação, ou seja, o exercício da razão de forma livre de um possível entrelaçamento emocional entre o investigador e o objeto, que não deve ser confundido com um distanciamento social entre o profissional e os sujeitos, "encontrar o objeto é de fato encontrar o sujeito: é reencontrar-se no momento de um renascimento material" (BACHELARD, 1996, p. 65).

O presente estudo está estruturado em quatro seções em que se pretende inicialmente apresentar reflexões sobre a geopolítica

brasileira relacionada ao pensamento militar de desenvolvimento e integração da Amazônia a partir das ações cívico-militares. Na sequência, debateremos as normativas brasileiras voltadas à organização e defesa das regiões de fronteiras e a segurança da Amazônia, buscando descrever as especificidades da fronteira norte no Estado de Roraima e, por fim, analisando as relações cívico-militares relacionadas à questão migratória venezuelana e seus efeitos para a segurança e defesa da Amazônia.

A questão securitária recebeu ênfase por sua importância relacionada à magnitude e variedade das fronteiras brasileiras, principalmente as situadas na Amazônia brasileira, suas dimensões e entendimentos para os estudos estratégicos, integração regional e inserção dos deslocados venezuelanos à sociedade brasileira.

A pesquisa não pretendeu abranger a totalidade do tema, mas sim focar as questões julgadas primordiais pelos autores e que, por vezes, não são abordadas em outras pesquisas sobre as ações cívico-militares na Amazônia, como o emprego das Forças Armadas para tal finalidade e o papel fundamental das estruturas militares, existentes na fronteira, construídas por esforços realizados no passado, dentro de um contexto histórico adverso e difuso. Entende-se que se faz necessário o resgate de condicionantes ou fatores propulsores dos arranjos internacionais que impactam sobre diversas nações, especialmente nas respostas à questão migratória e seus efeitos na segurança nacional.

A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E O LUGAR DAS FORÇAS ARMADAS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Para iniciar essa discussão, é importante compreender que quando se trata de geopolítica, estamos nos referindo à correlação de

forças produtivas de forma global, ou seja, às relações de poder e subalternidade que envolvem todas as dimensões da sociedade capitalista. Guerra (2009, p. 705) destaca que "para entender como essas relações ocorrem na prática, é necessário reconhecer a historicidade dos processos sociais e a especificidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite compreendê-lo". Dessa forma, é crucial considerar os mecanismos de exercício do poder quando se trata da correlação de forças entre os estados.

Conforme Alsina Júnior (2008, p. 17), "embora o poder seja uno, ele se manifesta sob as mais diferentes formas, nas mais diferentes circunstâncias". Há diversos autores que teorizaram sobre como o poder é exercido pelo Estado. No entanto, é importante ressaltar que esta é uma tarefa complexa, já que existem diversas perspectivas teóricas que buscam explicar o Estado desde suas bases filosóficas até suas ações práticas, por meio de agentes com poder representativo e o monopólio da violência, que tem como objetivo manter a chamada ordem pública. Assim, "o poder seria parte indissociável do Estado, estrutura institucional/legal que condiciona a capacidade governativa e impõe sua autoridade sobre um determinado território e todos aqueles que coexistem dentro de suas fronteiras" (ALSINA JÚNIOR, 2008, p. 18).

O poder é exercido virtualmente entre os Estados-Nação no âmbito internacional, podendo gerar conflitos tanto na dimensão material quanto ideológica. A distinção entre poder doméstico e internacional é essencial para entender essa dinâmica. O poder doméstico do Estado é expresso através do "monopólio, nos limites do território, a violência física legítima como instrumento de domínio" (WEBER, 2008, p. 66). A dominação exerce uma função reguladora através do monopólio do uso da força e da violência, baseando-se em instrumentos normativos internos. No âmbito internacional, o poder militar pode potencializar conflitos entre os

Estados, mesmo que seja apenas virtual. Dessa forma, o poder militar no campo das ideias pode ser tão efetivo ou mais que o poder real de um Estado nacional.

> O poder militar expressar-se-ia por meio de ameaças, permitiria a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças [...] a capacidade persuasiva do poder militar, que poderia, em situações específicas, gerar admiração, reconfortar, proteger, auxiliar os desvalidos em contextos de catástrofe etc. Em outras palavras, estariam contidos no universo de possibilidades do poder militar não somente a força, mas também a sedução (ALSINA JÚNIOR, 2008, p. 23).

As dimensões coercitiva e persuasiva do poder militar são complementares e se apresentam de diferentes formas dependendo do contexto. Essas são partes fundamentais da diplomacia dos países envolvidos em conflitos internacionais. A diplomacia brasileira optou por apresentar o país como uma potência pacífica, utilizando o poder militar para a defesa do território e para auxiliar a população em situações de emergência, risco e vulnerabilidade, principalmente em regiões de fronteira e na Amazônia.

Entre 1930 e 1970, autores civis e militares teorizaram sobre a política externa do Brasil, em um contexto de relações exteriores conturbadas por influências de potências externas e correntes ideológicas mundiais conflitantes. A imagem do país como uma potência pacífica foi construída nesse período por importantes figuras na diplomacia brasileira, como Therezinha de Castro e Everardo Backheuser, que contribuíram para estabelecer um diálogo construtivo com outros países, democratizar a América Latina e defender a integração e cooperação na região.

Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos foram pensadores militares brasileiros que destacaram a potencialidade da nação brasileira. Eles delinearam direções políticas e estratégicas para alcançar o desenvolvimento nacional, proteger o território e a população de ameaças externas, além de enfatizar a importância da integração regional e do fortalecimento das estruturas de segurança nas fronteiras. O seu trabalho contribuiu para a conscientização da população sobre a importância da proteção dos recursos, interesses e soberania nacionais, especialmente na Amazônia. Entretanto, a região Amazônica apesar de possuir um dos biomas mais ricos do mundo, "continua sendo uma das regiões mais pobres e desiguais do planeta" (MIRELLES FILHO, 2006, p. 233). Sua população concentra-se nas áreas urbanas, sobretudo nas capitais, o que compromete o desenvolvimento econômico e social da região em relação aos centros urbanos das regiões centro-sul do país, mas julgada de fundamental importância para o futuro da nação brasileira.

Na perspectiva de Picoli (2006, p. 52), "o projeto de ocupação amazônico promovido pelo governo efetivou na prática a expansão capitalista na última fronteira brasileira com fins de acumulação". Em vez de desenvolver a Amazônia, as políticas implementadas aí agravaram os problemas relacionados à questão agrária e florestal. Isso resultou em uma maior marginalização social, que por sua vez, contribuiu para o êxodo rural na região. Já para Cardoso (2008, p. 97-98), a Política de Integração Nacional (PIN) voltada para Amazônia centrava suas ações na colonização em virtude da "preocupação geopolítica com os vazios territoriais e demográficos e, na redução do excesso de população pobre".

Os militares integraram a Amazônia, atraindo pessoas em busca de trabalho, mas a consolidação industrial revelou carências locais. Estudos em política externa estimularam o crescimento econômico e cooperação regional. Houve estratégias para integrar a

região e garantir a soberania nacional, aumentando a presença do Estado na região de fronteira e reforçando o controle das fronteiras. Houve também um incremento na indústria bélica seguindo uma linha de *Spin Off*[32] de pesquisa e desenvolvimento (P&D), propiciando a construção de estruturas mais robustas para lidar com ameaças externas, como a construção de estradas e aeródromos em áreas de difícil acesso, além de meios de transporte, como veículos blindados. Nos anos 70, a rodovia BR 174 interligou Manaus a Boa Vista e Santa Elena do Uairén como parte do Plano de Integração Nacional. No norte, militares construíram estruturas de defesa e desenvolvimento, estimulando a participação das pessoas na integração nacional através de ações conjuntas com civis e militares.

A área da "fronteira geopolítica" na região amazônica se sobressaiu com a criação do Tratado de Cooperação da Amazônia (TCA), envolvendo inicialmente oito, dos nove países da fronteira norte do Brasil, que compreende aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. E, depois, incorporando a Guiana Francesa, englobando as nove nações situadas na porção centro-norte da América do Sul. Luedy Silva e Ribeiro (2016) enfatizam que o TCA vislumbrava:

> a necessidade de salvaguardar as fronteiras e a soberania dos Estados diante das ameaças externas representadas pelas incursões estrangeiras e pela ascendente preocupação com as então denominadas "novas ameaças". É claro que o desenvolvimento da economia regional, a preservação do meio ambiente,

[32] O *spin-off* é definido como um processo de disseminação tecnológica que tanto pode ocorrer na indústria civil como na indústria bélica. Isto ocorre por ser um fenômeno industrial tecnológico, o que não impede que ele se manifeste em todos os setores que se utilizam de tecnologia. No caso da indústria bélica, ele é uma consequência do uso intensivo da P&D militar, que acaba gerando aplicações na indústria civil devido à proximidade da tecnologia bélica a alguns setores importantes da economia (FONSECA, 2000).

> o uso racional dos recursos hídricos e a busca por uma maior cooperação e integração física entre os países figuravam como objetivos tanto do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) quanto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), mas a dimensão estratégica da segurança acabou se sobressaindo em detrimento dos objetivos de desenvolvimento econômico e integração (LUEDY SILVA; RIBEIRO, 2016).

Outra importante ação do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia foi o Programa Calha Norte (PCN), criado a partir da Exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), em que o Estado brasileiro reconhecia a sua "ausência nas fronteiras da região Norte do país, sendo consideradas regiões prioritárias e preferenciais para as ações de planejamento para o desenvolvimento e proteção do Brasil" (SGCSN, 1991, p. 01-03). Assim sendo, a presença humana e institucional na faixa de fronteira era compreendida como fundamental tanto para a proteção da população local quanto para o desenvolvimento econômico e garantia de posse territorial da região pelo Estado brasileiro. Para Ferreira (2008, p. 24), o PCN visava à "integração nacional sob a ótica militar", que entendia o desenvolvimento da região a partir dos interesses da Defesa Nacional, e não sob a perspectiva de redução das desigualdades sociais a partir do desenvolvimento social e humano, que pauta a concepção das políticas públicas brasileiras a partir da Constituinte de 1985.

No ano de 1999 o PCN foi integrado ao Ministério da Defesa, passando por diversas fases, mas que podem ser divididas em três, após o término da Guerra Fria. Essas fases se apresentam pelas mudanças de conjuntura mundiais e regionais, como a queda da bipolaridade mundial, a guerra às drogas e a guerra ao terror

(MONTEIRO, 2011), variando suas esferas de atribuição: federal, estadual e municipal, bem como os valores investidos por cada uma. O programa tem como missão atual, "a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação" (BRASIL, 2020a).

Para o cumprimento de sua missão, são estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos (OE), ao PCN: "o aumento da presença do Poder Público; a melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico" (BRASIL, 2020a). Assim, a abrangência do programa impõe, por seus OE, a presença e a atuação de diversos órgãos, além das Forças Armadas, principalmente nas áreas de educação, segurança pública, que é desempenhado por forças auxiliares e polícias estaduais, saúde, assistência social, transportes e economia. Além disso, o programa engloba "a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais" (BRASIL, 2020a).

Atualmente, o PCN abrange 442 municípios distribuídos entre os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e continua em expansão. Para atender a todas as demandas previstas na legislação brasileira, como as do PCN, as FFAA se guiam por estratégias. O conceito da estratégia, em geral, é a arte de preparar e aplicar o poder nacional para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem, já a estratégia militar:

> É a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o poder militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais,

> visando à consecução ou à manutenção dos objetivos fixados pelo nível político. O nível estratégico de planejamento pode adotar um dos seguintes métodos da estratégia militar: ação direta, ação indireta, aproximação indireta ou nuclear (COTER, 2019).

Além do Programa Calha Norte (PCN), outras iniciativas são necessárias na Amazônia devido à sensibilidade da área e população envolvidas. No entanto, o PCN é o principal instrumento para enfrentar o ilícito transfronteiriço na região norte do Brasil, integrando diversas políticas públicas desde sua criação em 1985. Ele é a principal estratégia de proteção da região de fronteira devido ao alcance de suas ações nas cidades fronteiriças da Amazônia, permitindo ações conjuntas de segurança e proteção social.

Se reconhece que nos últimos anos, outras diversas ações foram criadas e são conduzidas por Ministérios (pastas), compondo programas, como o de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI) e o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República (GSI/PR) (Brasil, 2020b). Destaca-se que embora o enfrentamento aos ilícitos transnacionais não seja competência e nem atribuição das FFAA, entende-se que o aumento da criminalidade e da violência na região de fronteira amazônica representam um risco a estabilidade e integração sul-americana.

O Livro Branco de Defesa Nacional (2020) traz a afirmativa que:

> a integração sul-americana permanece como objetivo estratégico das políticas externa e de defesa brasileiras, pois o País reconhece, no adensamento

> das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região (BRASIL, 2020, p. 16).

Esse posicionamento reforça o papel conciliador do Brasil na América do Sul e consolida o país como uma potência pacífica, em virtude das significativas disparidades sociais internas que amplificam o risco e a vulnerabilidade da população local, sobretudo, pelo aumento da violência e da criminalidade na região. Isto é, "não se trata de defender-se de ações bélicas de outros Estados, mas de garantir o monopólio estatal da força perante o crime organizado e as novas ameaças em geral" (D'ARAÚJO, 2010, p. 47). Logo, a proteção das fronteiras trata eminentemente de compreender as diversas manifestações de violência que podem vier a causar tensões entre os Estados Nacionais.

Sobre a violência, Wieviorka (1997, p. 12), afirma que "as análises da violência são resumidas através de expressões como: fragmentação, caos, decomposição, e todas essas ideias sugerem um grande distanciamento com relação às noções de conflito e de crise". Desta forma, pequenas cidades, sobretudo das regiões de fronteira tornam-se mais vulneráveis a dominação de grupos armados por medo, que leva a pactos sociais proporcional ao sentimento de insegurança independente do risco real, ou por gratidão. Para Wieviorka (1997, p. 32) "alguns traficantes são vistos em nível local, sobretudo nas zonas de produção de drogas, como benfeitores que trazem recursos, renda, e mesmo em alguns casos, garantias mínimas, por exemplo, em matéria de saúde", o que pode vir a se levar a um julgamento positivo e aceitável da prática do ilícito transfronteiriço por parte da população dessas regiões.

Deve-se pensar em políticas que visam a proteção das fronteiras da Amazônia, especialmente para a população indígena

em estado de insegurança. A política externa e de segurança nacional não podem ser separadas das políticas de segurança pública e proteção social. É preciso repensar o modelo de gestão pública da segurança nacional com uma política intersetorial visando a eficiência da ação estatal e garantido a participação do controle social. A gestão participativa e conjunta das políticas públicas é necessária para alcançar a efetividade das ações propostas.

AS NORMAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA E DEFESA DA AMAZÔNIA

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe cláusulas pétreas e leis voltadas à promoção de maior liberdade e acesso à direitos individuais, por vontade popular, intermediada por Assembleia Constituinte, empossada para tal ato. Além dos direitos individuais, o ordenamento territorial, as missões das Forças Armadas, dentre diversos outros tópicos foram regulados em lei e começaram a vigorar. Ressalvadas as dimensões continentais do Brasil, de acordo com o Artigo 20, § 2º, ainda da CF/88, a faixa de fronteira brasileira representa uma área essencial para a Defesa Nacional.

> Art. 20. São bens da União: ... § 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (BRASIL, 1988).

Logo em seguida, o Art. 21, traz atribuições à União, onde pode-se destacar as seguintes:

> Art. 21. Compete à União:
>
> I - Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
>
> II - Declarar a guerra e celebrar a paz;
>
> III - Assegurar a defesa nacional;
>
> XI - Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 1988).

A faixa de fronteira brasileira foi definida pela Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979 e ratificada pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos corresponde à 150km paralelos à linha divisória terrestre do território nacional, havendo 29 cidades consideradas gêmeas por ser adensamentos populacionais entrecortadas pela linha de fronteira seca ou fluvial. Como forma de particularizar a faixa de fronteira brasileira, em diversos aspectos, ela foi fracionada em três arcos: Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), Central (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Um grande desafio contemporâneo no Brasil é a presença do Estado na faixa de fronteira, tanto pela extensão geográfica quanto pela implementação de políticas públicas para atender à população local e reduzir a cooptação pelo crime. A repressão aos crimes transfronteiriços é cada vez mais custosa e exige uma interação entre os entes responsáveis pelo controle e repressão, especialmente no combate ao tráfico de drogas, armas e pessoas que muitas vezes resulta em homicídios. De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2023):

> Desde 2012, a região da Amazônia Legal possui índices de violência letal mais elevados do que a média nacional. Em 2022, mais de 8 mil pessoas foram vítimas de crimes violentos letais intencionais - categoria que inclui homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte – na região. Naquele ano, a taxa de mortes por 100 mil habitantes foi de 26,7 nos estados da Amazônia Legal, enquanto nos demais estados o índice foi de 17,7. Isto é, a taxa de violência letal na Amazônia Legal é 50,8% superior à taxa das demais UF. No Brasil, a taxa média de assassinatos foi de 19 por 100 mil habitantes em 2022 (FBSP, 2023, p. 05).

O problema da insegurança na Amazônia, por muito tempo foi tratado de forma marginal em relação aos demais problemas das nações, por estarem, muitas vezes, "distantes dos centros de decisão e por não impactarem, diretamente, nas expressões de poder, como a política, o fator psicossocial e a economia, bem como na opinião pública majoritária" (DAVIS; WMYSS; CASSIDY, 2019). Porém, na contemporaneidade, o Estado brasileiro vem debatendo e implementando diversos instrumentos destinados a prevenção a prática de ilícitos transfronteiriços de forma articulada entre vários atores institucionais presentes na faixa de fronteira, ou seja, havendo a mediação entre as Políticas de Segurança e Defesa Nacional, Políticas de Segurança Pública e Políticas de Proteção Social.

De acordo com o SENASP (2014, p. 19), no ano de "2010 foi constituída a Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), tendo como atribuição realizar e articular o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis para a região". Em seguida foram criados pelos Estados de Fronteira os "Núcleos Integrados de Fronteira (NIF), com vistas a constituir os Planos de Desenvolvimento da Fronteira (PDIF)".

Por meio do Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011, foi instituído o Plano Estratégico de Fronteira em parceria entre o Ministério da Defesa, Ministério da Fazendo e Ministério da Justiça. Sendo inserido no contexto do referido plano as operações: Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça, Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, e Fronteira Blindada, coordenada pela Secretaria da Receita Federal. Para mitigar as deficiências no controle das fronteiras, foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), que teve início em 2012 e ampliou o emprego de tecnologias e o número de instituições envolvidas, no monitoramento e na ação integrada em regiões fronteiriças, com o protagonismo do Exército Brasileiro, apoiado pelas demais FFAA e diversos órgãos e agências, integrando as estratégias do PPIF.

> O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (EPEX, 2021).

Posteriormente o Decreto nº 7.496/2011 foi substituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. A

cooperação técnica entre os diferentes atores institucionais é fundamental para a proteção da região de fronteira. Nos últimos anos, operações conjuntas e unilaterais foram realizadas, com destaque para as ações da Polícia Federal (PF) no combate ao tráfico de drogas e armas, por meio de operações específicas.

> Com base em dados do UNODC de 2021 e em entrevistas com policiais federais que atuam no combate ao crime organizado, é possível estimar que o tráfico de cocaína seria responsável por fazer circular o equivalente a 4% do PIB brasileiro, sendo que as rotas internacionais que passam pelos estados da Amazônia Legal responderiam por cerca de 40% desse volume de dinheiro (FBSP, 2023, p. 06).

Existe uma relação entre o tráfico de drogas, o tráfico de armas e grupos armados não estatais. Para que as ações de prevenção e repressão aos ilícitos sejam efetivas, é importante considerar essa simbiose. Reconhece-se a presença de grupos armados na faixa de fronteira amazônica, tais como: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); o Exército de Libertação Nacional (ELN); o Exército de Libertação Popular (ELP); e o Movimento 19 de Abril, conhecido como M-19. No Brasil facções criminosas como Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) que disputam o controle territorial e o comércio de drogas e armas com os cartéis colombianos e peruanos.

> A região da Amazônia Legal tem sido caracterizada pela sobreposição do crime transnacional e da violência com ilícitos ambientais, como tráfico de pescado, exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal de ouro e outros minerais. A intensificação da presença de organizações criminosas na região parece

> ter fortalecido essas sobreposições (FBSP, 2023, p. 07).

Os ilícitos transnacionais ambientais foram definidos por meio da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**,** que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; a Lei n° 5.197, de 3 de janeiro de 1967 que dispõe sobre a proteção à fauna; e da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Referem-se, portanto, ao tráfico de plantas e animais e prática de atos lesivos ao meio ambiente e exploração predatória ou ilegal de recursos naturais, sobretudo a extração de madeira e garimpo ilegal. Em toda região de fronteira amazônica observa-se uma relação de mediação entre o Comando Militar da Amazônia (CMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Entende-se que os crimes ambientais são praticados tantos por nacionais quanto estrangeiros, pelas especificidades geopolíticas da Amazônia, as ações de prevenção e repressão se tornam um grande desafio para todas as instituições que atuam na região de fronteira.

A Secretaria da Receita Federal (SRF) figura como outro ator institucional importante na região de fronteira. O inciso XX do artigo 1ª do Regimento Interno, anexo a Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, revogado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, compete a SRF, através de suas repartições aduaneiras, a prevenção e repressão ao "contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria, e ao tráfico de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos". A SRF realiza diversas ações de prevenção e repressão aos ilícitos transfronteiriços conjuntamente com outros atores, a saber: Polícias Civis e Militares, Fazendas Estaduais, Forças Armadas, Agencias Fiscalizadoras, Ministério

Público e Poder Judiciário, entre outros, impedindo, principalmente, a circulação de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente em território nacional.

Nesse sentido, conforme Pêgo (2017; 2018) "a região é caracterizada pela diversidade da fronteira, com grande presença de reservas naturais e florestas, tornando a própria Amazônia uma prioridade, pelo seu potencial de riquezas minerais e biodiversidade, além do número de terras indígenas (TIs) que é relevante". A diversidade de povos que habitam a Amazônia, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, carvoeiros, seringueiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu e famílias de militares, representa um desafio estratégico em meio à degradação das florestas e ao discurso de que a região é uma "terra sem homens". Nesse contexto, o Ministério da Defesa elaborou documentos importantes, como o Livro Branco de Defesa Nacional, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que foram aprovados politicamente e apresentam considerações relevantes sobre temas essenciais para a nação, incluindo o migratório e a região amazônica. Esses documentos têm sido atualizados desde 2012.

> 5.4 - A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. (PND – END, 2012, p. 23).

Quanto à geopolítica da Amazônia, Villas Bôas (2013) afirma que:

> A consciência cívica nacional atribui à Amazônia o caráter de um dos mais indiscutíveis símbolos da nossa soberania. Contudo, em pleno século XXI, nosso país não completou a expansão interna, tendo ainda metade do território aguardando ser ocupado e integrado à sociedade nacional. Não logramos consolidar a base física da nacionalidade brasileira [...] "No Brasil de hoje, o cerne do problema do despertar da continentalidade está centrado na Amazônia" [...] (VILLAS BÔAS, 2013).

Segundo Villas Bôas, um dos desafios para a soberania nacional é a consciência cívica da população. Além disso, as Forças Armadas e outros órgãos envolvidos na defesa e integração do país enfrentam outros obstáculos, como a intenção da população em se deslocar dos centros econômicos e políticos para regiões remotas. Esses desafios são diversos e frequentes, dependendo da vontade política dos líderes, dos recursos disponíveis e do orçamento alocado, que podem ser afetados por situações emergenciais, como desastres naturais e surtos sanitários, como a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020. A crise migratória venezuelana também pressionou o pacto tripartite formado pelos governos federal, estaduais e municipais em Roraima e no Amazonas. Dentro das diretrizes das Relações Exteriores do Brasil, são considerados o planejamento de operações de paz e humanitárias, com o objetivo de integrar instituições e somar capacidades. "Adicionalmente às atribuições constitucionais, as três Forças deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária" (PND – END, atualizada em 2020, p. 46). Essas ações visam salvaguardar os interesses do Brasil e os brasileiros residentes no exterior, devendo o Exército Brasileiro:

> Ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, quer para operações de paz, de ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior (PND – END, atualizada em 2020, p. 54).

A END destaca a importância da ajuda humanitária e das operações para cumprir os compromissos assumidos pela nação com organismos internacionais, como a ONU e a OEA. Esses documentos são atualizados periodicamente de acordo com as mudanças nos cenários nacional e internacional e nas conjunturas regionais e internacionais. Eles orientam os esforços políticos, estratégicos e orçamentários voltados para a defesa, redefine e aumenta, em alguns casos, as responsabilidades das Forças Armadas, chamadas de emprego. Devido à promulgação da Nova Lei de Migração e à criação do aparato federal para a Operação Acolhida, o emprego das FFAA teve que ser adaptado para essa nova realidade.

Para que o "emprego" das Forças Armadas seja efetivo e eficiente é mister o máximo esforço no "preparo" das tropas a serem empregadas. O Comando de Operações Terrestres (COTER) é o Órgão de Direção Operacional (ODOp), do EB, que conduz o preparo e o emprego das tropas e, consequentemente, é responsável pela revisão e certificação da doutrina, por meio do aprimoramento contínuo, de acordo com o pleito da sociedade.

> Fruto de amplo debate com diversos segmentos da sociedade, os documentos norteiam o planejamento setorial de alto nível. Dentre outros aspectos, estabelecem os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de

> defesa da pátria e de garantia dos poderes constitucionais (PND – END, 2012, p. 07).

Para se ter efetividade nas ações de emprego, o EB se vale de estratégias de emprego, são elas: a da presença, que visa a "presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias"; além disso, a estratégia da presença "é efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário" (COTER, 2019).

Para implementar essa estratégia, o Exército Brasileiro criou, mantém e aprimora uma rede de Organizações Militares (OM) distribuídas por todo o território nacional. Para operar eficazmente, o exército busca equipar essas organizações com os recursos necessários para treino e implantação, além de criar e reforçar infraestruturas de transporte, como aeródromos e embarcadouros, usados para agilizar a logística e permitir a rápida mobilização. Para essas tarefas de abastecimento e logística, o Exército conta com um Órgão de Direção Setorial (ODS), o Comando Logístico (COLOG), que é responsável pela Operação Acolhida. Nas regiões de fronteira, os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são especialmente destacados, como o 3º PEF localizado na cidade de Pacaraima-RR, subordinado ao 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), sediado em Boa Vista-RR. O 3º PEF ganhou destaque devido à sua localização estratégica na BR-174, que liga Brasil e Venezuela. Por causa de sua posição e instalações, o 3º PEF passou a ter um papel fundamental na realização de tarefas da Operação Acolhida em Pacaraima. Ele oferece suporte logístico e operacional, incluindo ligações e segurança.

Dentro das concepções de preparo e emprego do EB, destacam-se, também, as ações de não-guerra:

> A Constituição Federal e o arcabouço legal subsequente preconizam o emprego de forças militares em situações que não se restringem à defesa da Pátria, indicando o emprego das Forças Armadas também em situações de não guerra, abrangendo uma ampla gama de atribuições. A Lei Complementar (LC) Nº 97, de 9 de junho de 1999; alterada pela LC Nº 117, de 02 de setembro de 2004, e pela LC Nº 136, de 25 de agosto de 2010, dispõe sobre a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. A Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04, 2ª edição, 2007) preconiza que o emprego do Poder Militar poderá ocorrer em situações de guerra e de não guerra (COTER, 2019).

Voltando os olhares ao nosso entorno estratégico, principalmente na América do Sul, dentre as ameaças regionais, destaca-se o narcotráfico internacional e suas consequências, como as alianças entre cartéis, traficantes, organizações criminosas e grupos armados revolucionários, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Arturi recorda o estudo de Svartman em "A Agenda de Defesa do Brasil para a América do Sul", para ressaltar que:

> Embora os temas da pobreza e do subdesenvolvimento sejam agora mencionados, a definição das ameaças à segurança regional, contudo, mudaram apenas parcialmente. Em audiência no congresso em janeiro de 2013, o comandante do Southcom[33] definiu como desafios a segurança

[33] Missão do Southcom (Comando Sul das Forças Armadas dos EUA) - O US SOUTHCOM desestimula a agressão, derrota ameaças, responde rapidamente às crises e desenvolve a capacidade regional, trabalhando com aliados, países parceiros e outras entidades do governo dos EUA para melhorar a segurança, defender o território dos EUA e os nossos interesses nacionais (U. S. SOUTHERN COMMAND, 2019).

> regional os conhecidos temas do crime organizado transnacional (drogas) e o nexo deste com o terrorismo (referindo-se diretamente as FARC). Apesar do esforço em reverter o unilateralismo dos anos Bush, o enquadramento conjunto do problema das drogas, da insurgência na Colômbia e do terrorismo internacional permanece orientando a formulação da agenda estadunidense. A novidade na definição de ameaças reside na presença de atores extrarregionais no continente (SVARTMAN *apud* ARTURI, 2014, p. 53).

Dentre as ações dos EUA, então nação militarmente hegemônica, com interesses na securitização e na militarização das soluções, na América do Sul, surge o Plano Colômbia, como estratégia para repressão ao tráfico de drogas.

> A implantação do Plano Colômbia, a partir de 2000, trouxe uma série de consequências para a região. O aparelhamento das forças colombianas para a repressão à produção de coca e a presença norte-americana acabaram por internacionalizar a longa guerra civil travada no interior daquele país, sem que os governos vizinhos pudessem fazer mais do que protestar verbalmente. Em paralelo, os Estados Unidos intensificaram suas gestões junto aos países da região para que estes empreguem suas forças armadas na repressão ao narcotráfico, e para que assinem acordos de cooperação nesse sentido (SVARTMAN *apud* ARTURI, 2014, p. 51).

Em 2021, a organização *Global Initiative Against Transnational Organized Crime* (GITOC) publicou um relatório intitulado Índice Global do Crime Organizado. De acordo com o

relatório, o Brasil e suas fronteiras estratégicas apresentam fatores que contribuem para o aumento do crime organizado e transnacional. Entre os crimes destacados, o tráfico de pessoas ganha destaque, com as fronteiras sendo áreas difíceis de controlar e resistir, devido à instabilidade institucional e outros fatores. A vulnerabilidade dos imigrantes da Venezuela aumenta a ocorrência desses crimes.

> Em 2020, a crise política em curso na Venezuela também fortaleceu grupos criminosos regionais, incluindo aqueles supostamente ligados ao presidente e ampliou o papel do país como um centro importante para o fluxo ilícito de armas e pessoas. A instabilidade da Venezuela também corre o risco de desencadear um efeito desestabilizador em outros estados frágeis da região. Este relatório lança luz sobre as inter-relações entre países e regiões frágeis e seus níveis de crime organizado e resiliência (GITOC, 2021).

Com a finalidade de monitorar a situação e avaliar a efetividade das ações governamentais ou estatais, nas fronteiras brasileiras, Políticas Públicas (PPs) são aplicadas e consubstanciam relatórios de diversas instituições e pastas, como os do Ministério da Integração Nacional (MI), do Desenvolvimento Regional (MDR), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Dentre os relatórios existentes sobre as fronteiras e as Políticas Públicas ativas voltadas a essa região, merece destaque o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2018 - Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública: Volume 1 (PÊGO, 2018). O relatório esclarece alguns pontos, como as instituições de Estado atuantes e envolvidas no controle de fronteiras:

> Na extensão das fronteiras brasileiras, os atores estatais são responsáveis pela proteção e defesa do território e da soberania nacional, além da segurança pública, do controle fazendário e sanitário, cujos papéis são estratégicos na formatação das ações do Estado perante os territórios nacional e internacional. Para atuarem na fronteira brasileira, os atores do Estado são definidos por atribuição legal (Constituição Federal – CF/1988) e por decretos: *i)* Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica); *ii)* Polícia Federal (PF); *iii)* Polícia Rodoviária Federal (PRF); *iv)* unidades especializadas de fronteira dos respectivos estados fronteiriços, tais como o Grupo Especial de Fronteira (Gefron) de Mato Grosso, o Departamento de Operações de Fronteira e Delegacia de Repreensão aos Crimes de Fronteira (DOF-DORF), o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPfron) do Paraná, a Força Integrada de Resposta Rápida (FIRR) e a Gerência Especializada de Fronteira (Gesfron); *v)* Receita Federal do Brasil (RFB); *vi)* Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa); *vii)* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e *viii)* órgãos estaduais de defesa agropecuária (PÊGO, 2018).

Além de instituições e grupos formados por integrantes do Estado, citados acima, essa estrutura conta com outros participantes ou atores, como a Pastoral do Migrante. Os autores do relatório enfatizam que os efetivos, as estruturas e permanência nas fronteiras se baseiam em alguns parâmetros, tais como:

> [...] a manutenção e o quantitativo de contingentes ligados ao Estado presentes nas fronteiras brasileiras levam em consideração as particularidades das áreas, como o movimento das pessoas e produtos que atravessam o limite internacional, as relações com os

> vizinhos e, sobretudo, a dinâmica de ilícitos mapeados. Entre as atividades criminosas transfronteiriças mais comuns, evidenciam-se: o tráfico de drogas, armas e munições; o contrabando e o descaminho (cigarros, fármacos, eletroeletrônicos etc.); o tráfico de pessoas (imigração ilegal, prostituição e trabalho escravo); os crimes cibernéticos; a pedofilia; as fraudes eletrônicas; a corrupção; e a lavagem de dinheiro (PÊGO, 2018).

Pelo rol de atividades criminosas enumeradas, faz-se necessária a construção de um aparato capaz de fazer frente a esses ilícitos e atuar de forma dissuasória, para reduzir sua escala. Além dos órgãos estaduais e municipais, as FFAA são empregadas. "Dentre as Forças Armadas, o EB tem o maior efetivo empregado nas fronteiras, com cerca de 60 mil militares, seguido da FAB, com cerca de 4,5 mil militares e a MB com aproximadamente 2 mil" (PÊGO, 2018).

Segundo o relatório do IPEA, a participação do EB na fronteira visa garantir a integridade territorial e do patrimônio nacional, a manutenção da soberania, a paz social, além de promover progresso e desenvolvimento nacional, preservando, assim, a democracia. Para manutenção desse status, o EB conta com as seguintes Organizações Militares (OM) na fronteira: 29 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); 2 Pelotões de Cavalaria Mecanizados (PelCMec); 1 Esquadrão de Cavalaria; 3 unidades da Companhia de Fronteira (CIAFRON); e 3 unidades de Destacamentos de Fronteira. Cada uma dessas organizações especiais conta com um efetivo aproximado de 180 militares para cada Companhia Especial de Fronteira, 66 militares para cada PEF e 20 militares para cada Destacamento Especial de Fronteira. "Das tropas especiais de fronteira, a maior concentração de meios e efetivo está no Comando Militar da Amazônia (CMA), por apresentar a maior área e as

menores concentrações populacionais" (PÊGO, 2018). Isto é, o relatório enfatiza o papel do Exército Brasileiro (EB) na fronteira, com o objetivo de proteger a integridade territorial e nacional, promover a estabilidade social e impulsionar o desenvolvimento nacional.

RORAIMA: CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, SOCIAIS E TERRITORIAIS NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL

Roraima apresenta características políticas, sociais e territoriais únicas em relação a outros estados da federação, começando por sua localização, que inclui a presença de terras e reservas indígenas, Áreas de Preservação Permanente (APP), fronteiras físicas com dois países vizinhos (Guiana e Venezuela), topografia adversa e recursos estratégicos de interesse internacional.

> Fazendo fronteira com a Raposa Serra do Sol, temos a segunda maior Terra Indígena do lavrado, São Marcos, está se estende desde o Norte de Boa Vista até quase todo o território de Pacaraima correspondendo a 13,90% de áreas no lavrado roraimense. Além dessas duas grandes TI's existem outras dezessete distribuídas ao longo da matriz campestre, com uma população marcante à identidade cultural do lavrado (CARVALHO; MORAIS, 2020, p. 1474).

Além dos conflitos com os povos indígenas em decorrência da demarcação de suas terras e a constante preocupação com a saúde desses povos, principalmente da etnia Ianomâmi, a concentração de serviços públicos na capital Boa Vista e a falta de infraestrutura

básica na cidade de Pacaraima, levou ao colapso do sistema de seguridade social com a intensa migração venezuelana, especialmente em Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, levando o governo estadual de Roraima a impetrar uma Ação Cível Originária (ACO) nº 3121 pedindo ações federais para proteger a população de Roraima, especialmente nas áreas de controle policial, saúde e vigilância sanitária, na região da fronteira Brasil-Venezuela. O governo também pediu o fechamento temporário da fronteira ou a limitação do ingresso de venezuelanos no Brasil, o que iria contra normas federais e internacionais. O STF deliberou sobre a ação e decidiu que a União seria responsável por 50% dos custos, e o Art. 23 da Constituição Federal de 1988 deveria ser seguido para beneficiar os deslocados venezuelanos e as populações afetadas com a intensificação da migração venezuelana.

A migração de venezuelanos para o Brasil se diferencia de outros movimentos migratórios registrados no país desde o período colonial, não apenas pelo volume de pessoas, mas também pelos motivos que impulsionam essa migração e pela maneira desigual como essa população é acolhida pelo Estado e pela sociedade. É importante destacar que, por razões culturais e linguísticas, o Brasil não era e ainda não é a primeira opção de destino para os venezuelanos, que preferem países de língua espanhola e com afinidades culturais mais próximas.

A diáspora venezuelana na busca de refúgio enfrenta, além das dificuldades da jornada terrestre, o controle de fronteira realizado por forças de segurança ao chegar ao destino, representando mais um obstáculo a ser superado. Ser recebido por agentes de segurança após um deslocamento extenuante e perigoso provoca sensações de medo, receio e apreensão, destacando a necessidade da presença de atores civis no momento da entrada de imigrantes e refugiados no Brasil. Assim, o acolhimento na fronteira é cada vez mais crucial para auxiliar migrantes, refugiados e a

população local, que também sofre com a escassez de recursos e serviços.

A partir de junho de 2018, teve início a Operação Acolhida, uma resposta do Governo Federal à migração venezuelana, que deve ser entendida como uma ação cívico-militar, com seus erros e acertos, que visa beneficiar os deslocados venezuelanos e as populações afetadas pela intensificação da migração venezuelana. A operação presta apoio técnico por meio do envio de recursos humanos e materiais, estruturação e gerenciamento de instalações destinadas ao atendimento da população, além de organizar as atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade e ao ordenamento estratégico da fronteira.

Mesmo durante a pandemia da Covid-19, essa operação continuou suas atividades, incluindo o acolhimento de pessoas e o envio de ajuda humanitária para Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Registra-se que essa ajuda humanitária nem sempre foi aceita. Por questões políticas, em 2019, o governo venezuelano não autorizou a entrada de doações de alimentos não perecíveis no país, o que provocou manifestações e conflitos entre os venezuelanos já acolhidos no Brasil e militares da Guarda Nacional Bolivariana. Como resultado, a gestão na fronteira foi afetada, e a região apresentou instabilidade, com os deslocados sendo obrigados a usar caminhos alternativos guardados pelos militares venezuelanos devido ao fechamento da BR-174 no lado venezuelano.

Outras rotas de saída, como a que leva à Colômbia, também foram interrompidas por Maduro para impedir a saída de pessoas e veículos, bem como o recebimento de ajuda humanitária. Isso foi amplamente divulgado pela mídia e nas redes sociais. Na fronteira brasileira, o Exército e os Órgãos de Segurança Pública agiram para impedir hostilidades e montaram uma operação de isolamento na

"Região das Bandeiras" para atender venezuelanos feridos vindos de Santa Elena de Uairén.

> Em 24 de fevereiro, militares venezuelanos e manifestantes que estavam em território brasileiro entraram em confronto após a Guarda Nacional Bolivariana (GNB), responsável pelo patrulhamento de fronteiras, não permitir a entrada de ajuda humanitária no país. A GNB avançou até o limite fronteiriço e se alinhou com escudos a 50m da fronteira, de onde lançaram bombas de gás lacrimogêneo em direção aos manifestantes, ao mesmo tempo que estes incendiaram objetos em um posto militar venezuelano (Correio do Estado, 2019). O Exército brasileiro montou uma barreira de contenção em Pacaraima, enquanto ambulâncias do país vizinho entraram em território brasileiro trazendo pacientes feridos a tiro, atingidos durante confrontos em Santa Elena de Uairén, para atendimento em Boa Vista. Também fizeram parte da ação agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Força Nacional (FN), que mantiveram uma área de segurança de 150 m na faixa de fronteira, de forma a impedir novos confrontos, após acordo do Ministério da Defesa com a GNB, na linha de fronteira (IPEA, 2021).

O que fez surgir na região "novos atores" políticos regionais. A aparição desses novos "*players*" tem causado indagações, particularmente quanto às reais intenções e os fatores de engajamento no tema acolhimento e nas legislações que o cercam.

> A relevância política e midiática da migração não só gera interesse e opiniões diversas, mas também movimenta recursos, processos e inclui novos atores

> na Argentina, Brasil, Chile ou Equador. O exemplo do Brasil é paradigmático. Diversos atores estatais com agenda na área de segurança, como a Polícia Federal, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, retomaram um papel de liderança na agenda migratória. Segundo alguns de nossos entrevistados, essa nova configuração de poder é fruto da instabilidade do Ministério da Justiça, que passou por muitas mudanças em diversos cargos-chave, e do enfraquecimento do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), baseado no Ministério do Trabalho, que costumava ser a chave para os regulamentos administrativos de imigração. Esses novos atores desempenharam um papel crucial no presidente vetando artigos importantes da nova lei de imigração do país em 2017 (BRUMAT; ACOSTA; VERA ESPINOZA, 2018).

As articulações institucionais dos Estados-Nação são montadas para suportar às questões internas e externas, conforme sejam necessárias. Essas articulações visam estruturar soluções aos desafios ou ameaças à soberania e às estabilidades política, econômica e social. Dentre essas articulações, estão as relações civis-militares, tão evidenciadas na Operação Acolhida, para os estudos estratégicos.

AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES E A QUESTÃO VENEZUELANA

Para discutir a relação cívico-militar na atenção à migração venezuelana, é importante entender que desde 2017 a migração dos venezuelanos para o Brasil tem sido constante, com períodos de maior ou menor intensidade no movimento de entrada e saída do

país. Esse deslocamento é motivado por problemas sociais, econômicos e políticos que resultaram em graves violações dos direitos humanos. Muitos dos venezuelanos que entraram no Brasil não têm intenção de retornar ao seu país.

> 71,8% dos venezuelanos que ingressaram no Brasil, não retornaram ao país de origem. E, em relação a vontade de retornar em definitivo a Venezuela, 46,7% não pretendia fazer esse movimento, 27,4% não soube responder e 24,8% pretendiam retornar em algum momento, após uma mudança no cenário político e econômico, com a consequente melhoria nas condições sociais do país (SIMÕES; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2018, p. 131).

É importante ressaltar que a presença contínua da população migrante venezuelana na faixa de fronteira gera grande pressão sobre os serviços públicos das pequenas cidades, como Pacaraima-RR, o que pode causar tensão entre os residentes e os imigrantes. Isso muitas vezes é agravado pela percepção de aumento da criminalidade, embora não haja relação direta entre a migração e o "aumento das ações de Organizações Criminosas (ORCRIM) brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) que recrutam venezuelanos que já possuem histórico de participação em outras ORCRIM, na Venezuela, como no Trem de Arágua" (ALESSI, 2021).

A incapacidade do governo estadual de Roraima e do governo municipal de Pacaraima em lidar com a falta de recursos financeiros e humanos para atender os imigrantes venezuelanos resultou na federalização dos serviços, sendo que a operação Acolhida foi a resposta do governo federal. A federalização dos serviços ocorreu com base na Exposição de Motivos nº 1/2018 CC-

PR/MJSP/MD/GSI-PR, de 15 de fevereiro de 2018, sendo publicado no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 820, posteriormente foi convertida na Lei nª 13.684, de 21 de junho de 2018, que dispôs sobre medidas de assistência emergencial sendo também um mecanismo de reconhecimento da situação de vulnerabilidade e risco social da população venezuelana que ingressava no Brasil, e se concentrava no Estado de Roraima. Para dar efetividade às ações previstas na MP, foi publicado o Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, criando o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE).

> Em 1ª de março de 2018, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas determinou ao Exército Brasileiro que estabelecesse a Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima para que pautasse sua atuação por meio de um tripé: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes (CEL KANAAN, MAJ TÁSSIO, 2º TEN SIDMAR, 2018, p. 68).

Possuindo um caráter cívico-militar e intersetorial, a operação tem como objetivos o ordenamento de fronteiras, o abrigamento e a interiorização dos imigrantes. Com o passar do tempo, além do Estado de Roraima, os Estados do Amazonas e Pará também passaram a integrar a operação, com ações sendo realizadas nos municípios de Manaus, Santarém e Belém, embora cada cidade tenha adotado estratégias diferentes para lidar com o intenso fluxo migratório. Érico Duarte (2020), afirma que o Brasil possui dimensões nas questões civis-militares e nos estudos estratégicos que concentram os principais esforços de preparo e emprego das FFAA brasileiras, como as missões de paz. Mas, porque falar em estudos estratégicos, se estamos falando da Venezuela e do posicionamento da OEA, perante os arroubos de Nicolás Maduro? E

por que tocar neste assunto se o tema principal é a migração venezuelana?

A Venezuela enfrenta crises políticas e econômicas em curso até hoje, resultado de políticas que desafiaram as estruturas tradicionais do país e polarização política. A partir da eleição de Hugo Chávez em 1998, seu projeto anti-imperialista envolveu as Forças Armadas na execução das políticas públicas de proteção social, o que gerou apoio entre os setores populares e rejeição das classes média e alta, intensificada após as mudanças na indústria petrolífera.

Em 2002, a oposição tentou destituir Chávez, mas falhou e isso agravou a crise política. O ano de 2012 foi o mais tumultuado socialmente na Venezuela sendo "marcado pelo aumento do conflito social, mas também pela crescente politização da sociedade e pela sua presença e participação nos assuntos públicos" (NORIEGA; PONCE, 2013, p. 52). Com a morte de Chávez em 2013, as pressões políticas aumentaram e a crise política e econômica se agravou. A adoção de medidas para conter gastos públicos resultou na redução dos programas sociais. Maduro ganhou as eleições em 2013 com 50,61% contra 49,12% de seu adversário, refletindo a polarização política. Em 2015, a Mesa da Unidade Democrática ocupou 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional, mas ainda assim os juízes chavistas foram nomeados e tomaram decisões desfavoráveis à oposição, gerando revolta popular e manifestações violentas.

> O Executivo, ao se deparar com o agravamento das ameaças populares e com a perda do escudo legislativo, tomou uma série de atitudes que foram cruciais para evitar a queda: ampliou o apoio dentro do Judiciário; lançou uma Assembleia Constituinte, que retirou funções essenciais do Parlamento; e adotou estratégias clientelistas que amenizavam as condições precárias de vida dos segmentos mais

> pobres da população. Os partidos opositores, por seu turno, embora tivessem obtido uma vitória expressiva nas eleições parlamentares, encontravam grandes dificuldades para formular um discurso coeso e trazer para o seu lado a maioria dos eleitores que ocupavam a base da pirâmide social (NASCIMENTO, 2020, p. 128).

Além disso, a implementação de políticas militares no governo, que começou ainda durante o mandato de Hugo Chávez, também se tornou um meio de restringir os movimentos de oposição. A partir de meados de 2017, as Forças Armadas se tornaram o principal meio de defesa do governo de Nicolás Maduro. Dois eventos evidenciam o papel das Forças Militares em sustentar o governo de Maduro: a tentativa frustrada de um levante cívico-militar liderado por um militar reserva em agosto de 2017, que reforçou a lealdade do Alto Comando, e a antecipação do serviço de inteligência da Guarda Nacional em relação a uma tentativa de assassinato de Maduro por drone em agosto de 2018.

Esses eventos levaram ao endurecimento das ofensivas contra a oposição, levando à prisão de 25 manifestantes e retirada da imunidade parlamentar, além de um empobrecimento exponencial da população, intensificando a migração para outros países da região. A crise migratória foi amplamente divulgada nos meios de comunicação brasileiros, relacionando-a diretamente ao fracasso da política socialista bolivariana, sem expor as sanções econômicas internacionais impostas.

No cenário internacional, as relações e as alianças da Venezuela com a Rússia, China (CELE *et al*., 2022) e Irã (GRYZINSKI, 2022) vêm sendo responsáveis pelo fornecimento de equipamentos militares e sistemas de armas, relativamente sofisticados, merecendo a atenção dos setores estratégicos de todos

os países do entorno. Corroboram com essa sinalização de intensificação das relações de defesa venezuelana, "notícias que evidenciam a construção de drone armado, com ajuda iraniana" (FORÇA AÉREA, 2020), bem como a existência e o deslocamento de equipamentos, de origem russa, para a fronteira com o Brasil, conforme noticiado em 2019, em meio às tensões ocorridas em Pacaraima, no período de fechamento da fronteira, em território venezuelano (DENISE; MARIN, 2022).

Após a saída de Donald Trump da presidência dos EUA, Nicolás Maduro buscou maior contato com o democrata Joe Biden, atual presidente. Após a eclosão da guerra na Ucrânia, os EUA têm executado passos para uma maior aproximação da Venezuela, mas com intensões bem definidas, principalmente em torno do petróleo venezuelano.

> Na América do Sul quatro países são classificados como de alto risco político: Colômbia, pela guerrilha das FARC; Venezuela, Bolívia e Equador em função dos problemas de natureza ideológica. São países que têm passador por confrontos de rua e protestos sociais. Em relação a eles há expectativas variadas quanto às escolhas políticas que venham a fazer e quanto às reações internas que as oposições possam ter. são zonas de incerteza, embora cada um tenha presente os custos políticos e econômicos de uma ruptura institucional. Os tratados internacionais de cooperação, em suas cláusulas democráticas, têm engessado os golpistas (D'ARAÚJO, 2010, p. 36-37).

As cláusulas democráticas são disposições previstas em acordos internacionais com o objetivo de proteger e fomentar a democracia e o Estado de Direito. Tais disposições estabelecem medidas que garantem que os Estados signatários cumpram os

requisitos democráticos, tais como respeito aos direitos humanos, eleições livres e justas, separação de poderes, independência do poder judiciário, transparência e participação popular. Caso haja violação dessas normas democráticas, podem ser aplicadas sanções e medidas punitivas. As cláusulas democráticas são essenciais para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo.

Nesse contexto, mostra-se de suma importância que as Forças Armadas sejam subordinadas aos princípios democráticos e ao governo civil eleito, evidenciando a relevância do controle civil e democrático no fortalecimento da democracia em um país. Para tanto, se faz necessário a utilização de mecanismos de transparência e fiscalização dessa relação, além da participação da sociedade civil e de órgãos legislativos na definição de ações relacionadas às Forças Armadas e à Defesa Nacional. Ademais, a adoção de uma cultura político-institucional que respeite as liberdades civis e o Estado de Direito é essencial para transformar as forças militares em um instrumento de defesa da democracia e dos interesses da sociedade.

Essas movimentações geopolíticas relacionadas ao "controle civil e democrático das Forças Armadas e sobre a busca de cooperação e diálogo como estratégia de construção da paz, obrigaram os militares brasileiros a rever algumas de suas posições" (D'ARAÚJO, 2010, p. 103-104), por interferirem diretamente nos estudos estratégicos voltados ao Brasil, que vêm empregando suas FFAA em diversas missões subsidiárias, como no acolhimento de deslocados, com efeitos e planejamentos de curto prazo, em detrimento aos de longo prazo, envolvendo e desenvolvendo maiores participações da sociedade na formulação de capacidades necessárias à essas tarefas e à dissuasão de agressões externas. As políticas voltadas à defesa, em meio às novas realidades do mundo carecem de maior atenção, principalmente aos países vizinhos como

a Venezuela, por sua importância estratégica, tanto para a Rússia, quanto para os EUA e sua atual instabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a geopolítica brasileira favoreceu e criou as condições propícias para uma maior vivificação e integração de regiões situadas na faixa de fronteira, com ressalvas. Um dos óbices é a falta de uma consciência nacional direcionada a essa integração que, entre 30 e 70, foi motivada pela doutrina de segurança nacional, com maior sucesso nas fronteiras do arco sul, fundamental ao MERCOSUL e central, que hoje sedia o SISFRON.

Diferente da região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), a presença e a dissuasão no arco norte são realizadas por intermédio de obras estruturais e pela construção e manutenção de organizações militares que são estabelecidas, das linhas de fronteira, como em Pacaraima, interiorizando-se para cidades mais populosas, como Manaus. O eixo terrestre em questão, a BR 174, foi o mais utilizado pelos deslocados venezuelanos, tendo Boa Vista como principal ponto de abrigamento no Brasil, desde o início da diáspora venezuelana. O deslocamento de pessoas não tem previsão de término à vista, mas pode ser minimizada, diante de mudanças nas relações exteriores da Venezuela, podendo inclusive, ser intensificada, caso ocorra a desestabilização de outros países da região, como a Guiana, ou se o país for palco de intervenções externas.

As documentações de defesa do Brasil, à medida que são atualizadas, têm aumentado o leque de missões subsidiárias destinadas às FFAA, reforçando as cooperações civis-militares. Há uma tendência de aumento das ações nas áreas humanitárias e de paz

ou pacificação, tarefas nas quais o Brasil tem tido resultados significativos, como no Haiti e na condução das atividades ligadas ao acolhimento de deslocados da Venezuela, fruto da qualidade na formação dos quadros militares e da ação de órgãos designados para essas missões, por seguirem o previsto nas legislações sobre o tema, com ênfase à nova lei de migrações brasileira, de 2017.

Pelas análises da execução de políticas públicas voltadas às fronteiras, verifica-se um protagonismo exacerbado das FFAA, como transmissor ou executor das ações de estado, em particular, no arco norte, onde a capilaridade das OM do EB permite maior contato com as populações das regiões mais inóspitas. As tropas de fronteira têm um papel fundamental para essas ações e refletem a imagem do Brasil na recepção de deslocados que passem pelas fronteiras, apesar da legislação brasileira determinar que as fronteiras sejam responsabilidade de diversos setores do Estado. Sendo assim, pode-se afirmar que as FFAA, bem como as demais instituições e outros órgãos, têm atuado na fronteira com a Venezuela de forma legítima, pelo seu histórico, pela experiência de atuação e emprego, na região, e pelo dever amparado e previsto nas doutrinas e legislações de defesa em vigor, principalmente pelo contexto atual, em que há turbidez nas relações exteriores venezuelanas, impedindo ações coordenadas, contando com a participação das instituições do país vizinho.

As ações de acolhimento dos deslocados venezuelanos refletem políticas emergenciais e de curto prazo que se estenderam sem previsão de término. Isso sugere a possibilidade de transformá-las em um programa cívico-militar de assistência à população migrante no arco norte, semelhante ao Calha Norte, que começou como projeto em 1985 e foi posteriormente convertido em programa vinculado às Forças Armadas. No entanto, é necessário discutir a qual instituição esse possível programa estaria vinculado, para evitar a intensificação da securitização das fronteiras e a consequente

criminalização das migrações, mantendo a importância estratégica de um programa cívico-militar para a segurança e defesa nacional. Isso implica na participação de outras agências civis e da população brasileira nas ações subsidiárias, assumindo o papel das Forças Armadas após a fase emergencial.

A conjuntura atual tem apontado para o aumento do número de deslocados no mundo e o arco norte da Amazônia tem grande possibilidade de assistir à novas ondas migratórias. Vivificar a região "intermediária", entre as fronteiras e os grandes centros carecerá de maiores incentivos para a exteriorização da população nacional e a interiorização dos deslocados. Cidades como Boa Vista e Manaus continuarão tendo papel fundamental para o apoio logístico às fronteiras e como pontos de dissuasão, em possíveis conflitos armados, na região.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. "Venezuelanos Ganham Força e Cargos-chave no PCC em Roraima após 'batismo' Feito por Liderança Nacional". **El País** [2021]. Disponível em: <www.elpais.com.br>. Acesso em: 23/01/2024.

ARTURI, C. S. **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil**: universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Contraponto,1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRASIL. "Tropas de paz das Forças Armadas passam por inspeção da ONU". **Gov.br** [2022]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 17/04/2024.

BRASIL. "Programa Calha Norte - Defesa". **Gov.br** [2022b]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 17/04/2024.

BRASIL. **Decreto n. 8.903, de 16 de novembro de 2016**. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRASIL. **Lei n. 6.634, de 02 de maio de 1979**. Brasília: Planalto, 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRASIL. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

BRUMAT, L.; ACOSTA, D.; VERA ESPINOZA, M. "Gobernanza Migratória en América del Sur:¿Hacia una nueva oleada restritiva?" *In*: BIZZOZERO REVELEZ, L.; FERNÁNDEZ LUZURIAGA, W. (eds.). **Anuario de política internacional e política exterior 2017-2018**. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2018.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, T. M.; MORAIS, R. P. "A Paisagem do Lavrado, Nordeste de Roraima, como Escala Espacial para Gestão Territorial: uma questão urbano-ambiental". **Revista Ciência Geográfica**, vol. 24, n. 3, 2020.

CELE, C. S. *et al*. "Examinando as operações militares russas e chinesas na Venezuela". **Diálogo-Américas** [2022]. Disponível em: <www.dialogo-americas.com>. Acesso em: 23/01/2024.

CEL. KANANN.; MAJ TÁSSIO.; 2º TEN SIDMAR. "As Ações do Exército Brasileiro na Ajuda Humanitária aos Imigrantes Venezuelanos". *In*: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

COTER - Comando de Operações Terrestres. **Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 23/01/2024.

D'ARAÚJO, M. C. **Militares, Democracia e Desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DAVIS, N. Y.; WMYSS, G.; CASSIDY, K. **Bordering**. Cambridge: CPI Group, 2019.

DENISE, P.; MARIN, C. "Brasil sinaliza que revidará eventual ataque das forças da Venezuela". **Revista Veja** [2022]. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 23/01/2024.

DUARTE, É. E. **Estudos Estratégicos**. Curitiba: Editora

InterSaberes, 2020.

EPEX - Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras**. Brasília: Exército Brasileiro, 2021. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 23/01/2024.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal: informe especial.** São Paulo: FSBP, 2023. Disponível em: <www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 23/02/2024.

FERREIRA, A. S. **Gestão do Programa Calha Norte**: um estudo sobre as ações de infraestrutura no município de Monte Alegre, Pará (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA, 2008.

FONSECA, J. W. F. "O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-Off". **Revista de Economia Política**, vol. 20, n. 3, 2000.

FORÇA AÉREA. "Além de aviões de treinamento, a Venezuela pretende produzir drones de combate". **Força Aérea** [2020]. Disponível em: <www.forcaaerea.com.br>. Acesso em: 23/01/2024.

GITOC - Global Initiative against Transnational Organized Crime. "Índice Global de Crimen Organizado". **GITOC** [2021]. Disponível em: <www.globalinitiative.net>. Acesso em: 23/02/2024.

GRYZINSKI, P. V. "Aqui pertinho : armas do Irã para Venezuela só causam intranquilidade". **Revista Veja** [2022]. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 23/01/2024.

GUERRA, Y. **La Instrumentalidad del Servicio Social**: Sur

determinaciones socio-históricas y sus racionalidades. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada. **Imigração venezuela-roraima**: evolução, impactos e perspectivas. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23/02/2024.

LUEDY SILVA, T.; RIBEIRO, D. S. C. "Defesa, Desenvolvimento e Securitização na Fronteira Setentrional da Amazônia Brasileira: Preocupações, Atores e Conexões Regionais". **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, vol. 9, n. 3, 2016.

MEIRA MATTOS, C. M. **Brasil**: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

MEIRELLES FILHO, J. **O Livro de Ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de DefesaDiário Oficial da União**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 23/01/2024.

MONTEIRO, L. C. R. "O Programa Calha Norte". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 13, n. 2, 2011.

PÊGO, B. *et al*. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do arco Sul. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

PÊGO, B. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

PICOLI, F. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SENADO FEDERAL. "Nova Lei de Migração é sancionada com vetos". **Agência Senado** [2017]. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 04/04/2024.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que Atuam na Faixa de Fronteira Brasileira**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 04/04/2024.

SGCSN – Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. **Programa Calha Norte a Fronteira do Futuro 1986-1991**. Brasília: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, 1991. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 04/04/2024.

SILVA, G. C. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SILVA, G. J. *et al*. **Refúgio em Números**. Brasília: Ministério da Justiça, 2021. Disponível em: <www.justica.gov.br>. Acesso em: 04/04/2024.

SIMÕES, G. F.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. R. "Imigracao venezuelana no Brasil: perfil sociodemografico e laboral". *In*: KOECHLIN, J.; EGUREN, J. **El éxodo venezolano**: entre el exilio y la emigración. Lima: UARM, 2018.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

U. S. SOUTHERN COMMAND. “Estratégia do Comando Sul dos Estados Unidos: ‘Promessa Duradoura para as Américas’”. **U. S. Southern Command** [2019]. Disponível em: <www.southcom.mil>. Acesso em: 23/02/2024.

VILLAS BÔAS, E. D. C. “Meira Mattos, a Amazônia e o Livro”. **Cadernos de Estudos Estratégicos da ESG**, vol. 12, 2013.

WEBER, M. **Ciência e Política**: Duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

WIEVIORKA, M. “O novo paradigma da violência”. **Tempo Social**, vol. 9, n. 1, 1997.

CAPÍTULO 8

Garimpo, Madeira Ilegal e Tráfico de Animais Silvestres: Três Pilares do Crime Organizado Transnacional na Amazônia

GARIMPO, MADEIRA ILEGAL E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: TRÊS PILARES DO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA

Bibiana de Castro Muller

Tiago Carvalho Rodrigues

A Amazônia é um dos biomas que concentra a maior diversidade de vida silvestre do planeta, com cerca de 10% da biodiversidade do mundo (WORLD WILDLIFE FUND, 2022c). Esse espaço está distribuído entre os países Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o território da Guiana Francesa, um departamento extra marítimo francês. No entanto, cerca de 60% da floresta amazônica está dentro dos limites territoriais brasileiros. Essa fronteira é considerada porosa, uma vez que há poucas ações de cooperação entre os países amazônicos no sentido de monitoramento do fluxo de pessoas, mercadorias e recursos florestais que atravessam esses espaços, situação que corrobora para a vulnerabilidade da fronteira brasileira perante o tráfico ilícito (CHARITY; FERREIRA, 2020). Dessa forma, além do desmatamento e da degradação resultante do modo de produção e consumo, atualmente a ocorrência de crimes ambientais está entre as atividades ilícitas transnacionais mais lucrativas e com menor grau de punitividade, com crimes como o tráfico de animais selvagens, madeira e minério (BARROSO; MELLO, 2020; UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2017).

De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o crime organizado promove o agravamento da perda florestal e das mudanças climáticas, contribuindo com quase 30% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) anualmente

(UNITED NATIONS ON DRUGS AND CRIME, s/d). De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o desmatamento ilegal gera entre 50 e 152 bilhões de dólares anualmente para as redes criminosas, além de causar danos aos ecossistemas florestais e à biodiversidade, e promover tanto a corrupção quanto a violação dos direitos humanos. Segundo um estudo realizado pela UNEP em colaboração com a Interpol, entre 2006 e 2016, os fluxos financeiros ilícitos decorrentes do crime ambiental aumentaram entre 5% e 7%, o que representa um crescimento duas a três vezes maior do que o do Produto Interno Bruto (PIB) global (UNEP-INTERPOL, s/d).

Adicionalmente, as perdas de receita para os governos devido à exploração ilegal dos recursos ambientais chegam a montantes entre 9 e 26 milhões de dólares anualmente (UNEP-INTERPOL, s/d). Assim, a preservação da floresta emerge como uma estratégia imperativa não apenas para as nações amazônicas, mas também para o mundo como um todo, devido à sua vasta biodiversidade, seu potencial energético, sua influência crucial na regulação do clima e dos padrões pluviométricos, e sua significância na absorção de carbono (BARROSO; MELLO, 2020; VERÍSSIMO *et al*., 2011). Nesse sentido, é necessário que haja medidas de preservação e de combate aos atos ilícitos do crime organizado que movimentam a economia ambiental ilícita.

Portanto, o presente capítulo tem como objetivo investigar os três principais crimes ambientais mais que assolam a Amazônia brasileira: o garimpo, a extração e comércio de madeira ilegal e o tráfico de animais silvestres. Nesse sentido, na segunda seção é descrito o panorama atual de cada um desses crimes na Amazônia brasileira, bem como a sua relação com o crime organizado transnacional. Na terceira seção, são exploradas as dificuldades que os órgãos de monitoramento e fiscalização encontram para combater tais crimes de forma efetiva. Na quarta seção, são descritas soluções

alternativas para aprimorar a estratégia atual de combate ao crime organizado ambiental na região, por meio da geointeligência, aprimoramento da captação de dados e cooperação internacional. Na conclusão, são sumarizadas as dificuldades e possíveis soluções para a problemática discutida ao longo do capítulo, a fim de somar ao debate do combate a crimes ambientais e ao crime organizado.

PANORAMA DO GARIMPO, MADEIRA ILEGAL E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Entre os crimes ambientais mais recorrentes e que mais contribuem para o desmatamento na Amazônia está a exploração ilegal de madeira (BARROSO; MELLO, 2020). Este tipo de atividade ilícita envolve o corte de árvores de espécies valiosas, como Ipês, Cedros e Castanheiras, para serem comercializadas no mercado nacional e internacional sem obedecer aos limites legais (WAISBICH *et al*., 2022). Conforme relatado pela TRAFFIC, o mercado da madeira é considerado o mais valioso e amplamente difundido em todo o mundo (TRAFFIC, 2022a, 2022b), além disso, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o valor das exportações de madeira e seus produtos derivados foi estimado em 224 bilhões de dólares em 2020, dos quais entre 10% e 30% foram comercializados ilegalmente (UNODC, 2020; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2021; TRAFFIC, 2022b).

É possível mencionar que no Brasil, para que a exploração de madeira seja legal em uma Área de Preservação Permanente, por exemplo, é necessário estar em conformidade com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou da Terra Indígena e obter autorização do órgão ambiental competente

(VERÍSSIMO *et al*., 2011). No entanto, grande parte da exploração ilegal nessas áreas é realizada por meio de documentos fraudulentos para encobrir a origem não autorizada da madeira (BARRETO *et al*., 2009) ou para dissimular outras irregularidades durante o transporte e a comercialização (WAISBICH *et al*., 2022).

O garimpo ilegal também é uma prática criminosa que contribui para o desmatamento na Amazônia. O ouro é o principal produto de interesse das redes criminosas, que também exploram outros recursos, como diamantes e manganês (WAISBICH *et al*., 2022). No Brasil, a exploração de minérios é autorizada em áreas específicas, mediante o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e desde que seja acompanhada de um Estudo Prévio de Impacto Ambiental e da documentação governamental necessária para o garimpo, transporte e comercialização, além da obrigação de recuperação da área após a exploração. Além disso, segundo a legislação brasileira, os recursos do solo pertencem à União e o proprietário da terra não possui direito de posse sobre esses recursos. No caso das Terras Indígenas, o garimpo não é proibido, mas exige prévia aprovação do Congresso Nacional e consulta à população indígena afetada (VIANA, 2022).

TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Atualmente, é estimado que o tráfico ilegal de vida silvestre esteja entre as maiores redes de tráfico ilegal do mundo. Segundo o Relatório Mundial sobre Crimes de Vida Silvestre de 2020 do UNODC, essa prática criminosa movimenta bilhões de dólares anualmente e produz impactos negativos para a preservação ambiental, mudança climática, saúde pública global e segurança internacional. O tráfico ilícito de fauna, flora e seus subprodutos é responsável por sujeitar milhões de espécies ao risco de extinção,

além da destruição de seus habitats naturais e da redução da biodiversidade global (UNODC, 2020).

Apenas entre 2016 e 2018, estima-se que foram movimentados 400 milhões e 230 milhões de dólares somente pelos mercados do tráfico de produtos de marfim e de chifres de rinocerontes, respectivamente (UNODC, 2020). Já o relatório Reforçando Leis Ambientais para Economias Fortes e Comunidades Seguras, lançado em 2014 pelo Banco Mundial, avaliou que aproximadamente 70 bilhões de dólares são perdidos anualmente em termos de recursos naturais devido à exploração predatória da fauna e flora silvestre, a qual é considerada a segunda maior ameaça direta à preservação dessas espécies depois da destruição de habitats naturais (WORLD BANK, 2014; TRAFFIC, 2022a; WORLD WILDLIFE FUND, 2022a).

O tráfico silvestre ilegal está diretamente conectado com essa problemática, na medida em que traficantes e caçadores furtivos[34] continuam a capturar espécies protegidas de forma clandestina e descontrolada a fim de atender a alta demanda pelos produtos do tráfico ilegal (UNODC, 2020). Nesse sentido, a floresta Amazônica é um dos principais *hotspots*[35] dessa atividade ilegal, em função de sua vasta biodiversidade. Por tais razões, o tráfico de animais, sobretudo aquele realizado transnacionalmente ao longo da fronteira

[34] A caça furtiva, conhecida em inglês como *Poaching*, se refere à caça ou captura de animais silvestres dentro de espaços protegidos pela legislação nacional com o objetivo de extrair seus subprodutos. Caçadores furtivos, por exemplo, exploram intensamente as populações de rinocerontes e de elefantes para extrair seus chifres. A caça furtiva acaba frequentemente matando os animais explorados (WWF, 2022b).

[35] De acordo com o UNODC, *hotspots* são locais onde determinada atividade criminosa acontece com grande frequência. Este conceito é bastante utilizado no Relatório de 2020 publicado por esta organização para identificar potenciais pontos que compõem cadeias de tráfico ilegal de vida silvestre (UNODC, 2020).

entre o Brasil e os demais países amazônicos, é considerado uma das principais causas de espécies da região se encontrarem em perigo de extinção ou extintas na atualidade (CHARITY; FERREIRA, 2020).

Nesse sentido, o presente trabalho se ancora nas definições apresentadas pelo UNODC e pelo Consórcio Internacional para o Combate ao Crime contra Vida Silvestre (ICCWC), criado no âmbito da Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) (UNODC, 2020; CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA, 2022). A definição exposta no Relatório Mundial do UNODC de 2020 afirma que o crime contra a vida silvestre seria qualquer ação de "captura ou comércio de vida silvestre contrária à lei de um determinado país" (UNODC, 2020, p. 29), isto é, qualquer atividade de captura e comercialização que contrarie as leis nacionais sobre preservação ambiental e de vida silvestre. Já o ICCWC afirma que o crime contra vida silvestre se refere à:

> [...] extração, comércio (fornecimento, venda ou tráfico), importação, exportação, processamento, posse, aquisição ou consumo de fauna ou flora selvagem, incluindo madeira e outros produtos florestais, em contradição com a lei nacional ou internacional (CITES, 2022, tradução nossa).

A partir desses conceitos, é possível deduzir que o garimpo, a extração e comércio de madeira ilegal e o tráfico de animais silvestres estão todos diretamente associados com ações de captura, caça furtiva, transporte e coleta de espécies protegidas, em extinção ou de seus derivados de forma clandestina (UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, 2018; CHARITY; FERREIRA, 2020).

CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

O surgimento de redes criminosas altamente articuladas e sofisticadas não é uma ameaça recente, refere-se ao período de intensificação da globalização na segunda metade do século XX. Nesse momento, a crescente interdependência entre os países impulsionou o avanço da tecnologia, comunicação e transporte. No entanto, apesar desses avanços, a globalização teve um impacto significativo nas questões de segurança dos estados. Com a abertura das fronteiras, muitos territórios tornaram-se mais vulneráveis à entrada de produtos ilícitos e redes criminosas. O aumento da atividade econômica internacional facilitou a ocultação de ilegalidades, visto que com o alto fluxo, torna-se inviável a análise de todo montante de pessoas e produtos que adentram as fronteiras estatais. Esse fenômeno também reduz a capacidade de controle que o Estado possui sobre o seu território. A atuação das redes criminosas, além de sofisticada, é sutil e busca mitigar a exposição a riscos desnecessários (WILLIAMS, 1994). Os indivíduos que pertencem a um grupo criminoso estão conectados por sentimentos de lealdade, segurança, estabilidade e apoio mútuo, além disso, pertencer a um grupo organizado mitiga os impactos negativos do ambiente promovendo uma maior sensação de estabilidade. Esses indivíduos têm suas ações alinhadas a um código de conduta que dita sobre questões como o sigilo e glorifica o estilo de vida na ilegalidade (MORSELLI, 2009).

Uma vez estabilizadas, as redes criminosas podem diversificar as suas atividades para incluir outros intercâmbios de produtos ilícitos (WILLIAMS, 1994). O tráfico de drogas, como cocaína e heroína, está entre as atividades econômicas mais lucrativas, no entanto, na América Latina, pode-se comprovar a diversificação da atuação do crime organizado buscando o lucro em direção à exploração dos recursos ambientais (UNEP-INTERPOL,

s/d). Na Amazônia brasileira, tanto a exploração de madeira quanto o garimpo ilegal e o tráfico de vida silvestre estão vinculados ao crime organizado transnacional. Os crimes ambientais nessa área estão entre as atividades ilícitas transnacionais mais lucrativas e com menor probabilidade de punição. Utilizando as mesmas técnicas e rotas de contrabando de outras mercadorias ilícitas, esses delitos movimentam bilhões de dólares e representam uma ameaça direta à sustentabilidade internacional contribuindo para a crise ambiental (BARROSO; MELLO, 2020; ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME, 2017). De acordo com uma pesquisa realizada pela Iniciativa Global Contra o Crime Organizado, em 2016, foi constatado que o valor das exportações de ouro na Colômbia e no Peru, os principais produtores de cocaína, superou o valor das exportações dessa droga. A crescente demanda por esse metal precioso tem sido apontada como a principal razão para esse cenário, o que resultou no aumento da exploração ilegal, especialmente em áreas florestais onde o Estado possui controle limitado do território (INICIATIVA GLOBAL CONTRA O CRIME ORGANIZADO, 2016).

Além disso, uma pesquisa realizada pelo Instituto Igarapé acerca do ecossistema dos crimes ambientais na Amazônia, ou seja, as atividades econômicas ilegais ou que estão compostas por ilegalidades, conseguiu identificar o modo de operação e o envolvimento do narcotráfico, principalmente associado ao garimpo e à exploração de madeira, mas também na grilagem de terras e em práticas da agropecuária (WAISBICH *et al*., 2022).

A região Amazônica possui recursos singulares com grande potencial de lucratividade no mercado internacional. Historicamente, essa região serviu ao tráfico transnacional, fornecendo rotas fluviais para transporte de drogas da Colômbia e do Peru para o Brasil, no entanto, nos anos mais recentes, essas rotas têm servido à exploração ilegal de recursos ambientais. A tríplice

fronteira entre Venezuela, Brasil e Colômbia, por exemplo, armazena em seu relevo recursos como diamantes e ouro, enquanto a fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru possui árvores que fornecem madeiras valiosas para os mercados internacionais, como o Mogno e o Cedro (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023) e é considerada um hotspot do tráfico de vida silvestre. A cidade colombiana Letícia possui um mercado ao ar livre de comércio de carne de peixes e mamíferos selvagens, além disso, registros apontam para o tráfico de peixes ornamentais retirados de rios amazônicos, com destino principal para Ásia, soma-se a esse cenário, o que ocorre na cidade de Islândia, no lado peruano, onde a comercialização ilegal de vida silvestre é frequentemente associada às atividades ilícitas de tráfico de drogas, armas e pessoas (CHARITY; FERREIRA, 2020). Esse cenário complexifica-se com o envolvimento de redes criminosas de grandes proporções na economia ambiental ilícita, como a Frente Acácio Medina, formada por muitos ex-membros da Força Revolucionária Colombiana, que atua controlando a exploração de ouro em parte do território venezuelano (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023).

Do mesmo modo, na Amazônia brasileira, há presença de redes criminosas disputando o controle da rota do Rio Solimões, que favorece o transporte de drogas, principalmente advindas da Bolívia e do Peru. Nessa região, existem as redes maiores como o Primeiro Comando da Capital, o Comando Vermelho e a Família do Norte, as quais possuem conexões internacionais, mas também grupos criminosos menores e mais regionalizados (MADEIRO, 2022). O transporte de um país para o outro ocorre por meio do pagamento de propinas e da negligência da alfândega e da fiscalização na fronteira (WAISBICH *et al*., 2022). Muitas dessas redes criminosas optam por criar laços associativos em detrimentos de adentrar em um processo de concorrência direta (WILLIAMS, 1994). A operação La Muralla, realizada em 2015 e conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, comprova esse modo de ação, a partir da

identificação de que a Família do Norte mantinha ligações com as Farcs (INSIGHT CRIME, 2020a; INSIGHT CRIME, 2020b). Tanto no Brasil, como nesses outros países amazônicos, a ilegalidade dessa extração, transporte e comercialização é ocultada de diversas formas, desde a emissão de documentos fraudulentos até pagamento de propina. No Peru, por exemplo, em 2012 80% da madeira foi retirada de forma ilegal (INSTITUTO IGARAPÉ, 2023).

DIFICULDADES NO COMBATE A CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O Brasil é historicamente um dos países mais impactados pelo tráfico de vida silvestre, madeira ilegal e pelo garimpo no mundo devido à sua enorme biodiversidade, disponibilidade de recursos naturais e formação histórica. Esse contexto de abundância em vida selvagem gera uma dinâmica única na forma de se conduzir esses crimes ambientais, sobretudo na região amazônica. Dessa forma, a partir da análise das fontes primárias do Relatório do Mundial sobre Crimes de Vida Silvestre do UNODC e dos Relatórios Tráfico Silvestre no Brasil (2020) e Taking Off: Wildlife trafficking in the Latin America and Caribbean region (2021) da TRAFFIC, pôde-se identificar quatro características principais que dificultam o combate a esses crimes na Amazônia brasileira. São elas:

a) extremamente conectados às tradições socioculturais da população brasileira;

b) altamente rentáveis e de baixo risco de fiscalização;

c) intimamente associados ao crime organizado;

d) difíceis de serem quantificados e monitorados financeiramente.

Ao longo desta seção, fala-se um pouco mais sobre cada uma dessas características na ordem mencionada acima, de modo a compreender melhor os elementos dos fenômenos estudados neste trabalho (UNODC, 2020; CHARITY; FERREIRA, 2020; TRAFFIC, 2021).

TRADIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A forte presença desses crimes ambientais na Amazônia brasileira está ligada às suas origens no Brasil e às suas heranças socioculturais que remontam ao período anterior e corrente ao da colonização portuguesa. No caso do tráfico de animais silvestres, por exemplo, os povos indígenas brasileiros tradicionalmente exploravam a natureza para subsistência, confecção de produtos e também tinham o hábito de adotar animais silvestres como animais de estimação (BENAVIDES, 2019; CHARITY; FERREIRA, 2020). Especificamente na região amazônica, muitos membros de comunidades adotavam principalmente espécies de primatas e de papagaios como seus "xerimbabos", forma como são chamados animais de estimação na região. Essa prática de captura de animais silvestres para consumo e ou para estimação passou a ser realizada em grande escala a partir do século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses (CHARITY; FERREIRA, 2020). Muitas embarcações portuguesas levavam fauna e flora silvestre do Brasil para a Europa, com o objetivo de lucrar com a então nascente demanda pela posse de espécies consideradas exóticas, para estimação e consumo. Por volta do século XVII, o tráfico

internacional silvestre já era um mercado extremamente lucrativo e com rotas de comércio consolidadas entre a colônia brasileira e a metrópole portuguesa (MAIRYNK, 2016; CHARITY; FERREIRA, 2020).

O mesmo é válido para a exploração da madeira ilegal que era extraída em solo brasileiro para ser comercializada afora na Europa, tendo como exemplo mais conhecido a dizimação do pau-brasil nos primeiros séculos de ocupação portuguesa em nosso território ou mesmo o cultivo das seringueiras já diretamente na Amazônia, alguns séculos posteriores (MAIRYNK, 2016; CHARITY; FERREIRA, 2020). O garimpo, por fim, remonta ao final do século XVII, com a descoberta de ouro e diamantes que deu início à era da mineração em Minas Gerais e, posteriormente, levou à disseminação do garimpo enquanto fenômeno sociocultural extremamente presente em regiões como a da floresta Amazônica. Esta reflexão é fundamental para compreender porque o tráfico silvestre, a madeira ilegal e o garimpo já eram responsáveis pela exploração e comercialização de milhões de animais, plantas e recursos naturais para o mercado doméstico e internacional mesmo antes de qualquer esforço do Estado brasileiro para criminalizar a exploração inadequada da vida silvestre. O fato de estarem profundamente ligadas ao tecido sociocultural do país justifica o motivo dessa atividade ainda ser tão forte atualmente, especialmente em hotspots como a Amazônia brasileira (CHARITY; FERREIRA, 2020).

ALTAMENTE RENTÁVEIS E DE BAIXO RISCO DE FISCALIZAÇÃO

Uma segunda dificuldade em combater esses crimes ambientais na Amazônia brasileira diz respeito à sua alta

rentabilidade associada a um risco baixo, o que incentiva bastante a presença dessa atividade ilegal no país. O motivo por trás desses fatores pode ser facilmente observado ao longo da região da fronteira internacional da Amazônia Legal, onde a fiscalização é conduzida de forma reduzida por conta das limitações estruturais dos países responsáveis por realizar o monitoramento desse território (DESTRO *et al*., 2012; CHARITY; FERREIRA, 2020). Essas lacunas na cooperação internacional entre os países amazônicos geram brechas que tornam o tráfico internacional uma atividade menos arriscada. Contrariando as recomendações do UNODC, atualmente, o tráfico ilegal de vida silvestre, madeira ilegal e garimpo são punidos de forma bem mais branda nos países amazônicos, o que diminui as barreiras para conduzir esses tipos de crime e fortalece uma das maiores dificuldades no combate a crimes contra a vida silvestre no grande complexo de biodiversidade que é a Amazônia (UNODC, 2020).

A dificuldade em obter dados sobre esses crimes é particularmente grave em regiões onde o tráfico é menos monitorado, seja pela falta de recursos para fiscalização, baixa cooperação internacional, legislação flexível ou até mesmo obstáculos geográficos (CHARITY; FERREIRA, 2020). Para os especialistas e pesquisadores entrevistados no Relatório da TRAFFIC de 2020, este é o caso da região da Amazônia brasileira, especialmente ao longo da sua extensa fronteira porosa com os demais países amazônicos. Uma das principais dificuldades no monitoramento no Brasil é a ausência de uma rede que centralize as informações de apreensões que são coletadas por órgãos de fiscalização como o IBAMA, a PF e a PRF (CHARITY; FERREIRA, 2020). Ao invés disso, os dados são disponibilizados de forma separada por cada instituição em acervos que geralmente contêm informações incompletas, inconsistentes e fragmentadas.

Esta falta de cooperação entre órgãos de fiscalização nos níveis municipal, estadual, federal e internacional praticamente impossibilita a tarefa das forças policiais de identificar e combater as redes de crime organizado responsáveis por fomentar esses crimes transfronteiriços na Amazônia brasileira (DESTRO *et al*., 2012; CHARITY; FERREIRA, 2020). Na maioria das vezes, o único recurso disponível para monitorar os movimentos desses crimes ambientais é o cruzamento desses dados isolados, o que geralmente resulta no máximo em estimativas da situação real. Apesar dessas dificuldades em obter dados concretos e atualizados, o Relatório da TRAFFIC aponta a opinião compartilhada entre profissionais e especialistas de que esses crimes ambientais são altamente difundidos em todo o país, sobretudo em hotspots como o Pantanal e a Amazônia.

Analisando as entrevistas e artigos sobre o tema, conclui-se que as projeções disponíveis na época (2020) provavelmente subestimam as dimensões reais do tráfico de animais e madeira ilegal, o qual possivelmente atinge milhões de animais e plantas silvestres e seus subprodutos (CHARITY; FERREIRA, 2020). Um exemplo deste cenário pode ser observado no dado de 2018 do ICMBio, o qual elenca o tráfico de madeira ilegal e animais silvestres apenas como a quinta maior ameaça para preservação da biodiversidade no Brasil, atrás da poluição gerada pela indústria e agricultura, geração hidroelétrica, expansão urbana e desmatamento para agricultura e agropecuária, nesta ordem (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, 2018).

SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Diante da ampliação das práticas ilícitas para incluir atividades relacionadas à exploração ambiental, do aumento da

ameaça representada pelo crime organizado para as relações internacionais, da urgência da crise climática e das dificuldades de combate explicitadas no capítulo anterior, torna-se evidente a importância de priorizar ações que visem prevenir danos ao meio ambiente e ao sistema internacional. Nesse cenário, é crucial investir em iniciativas eficazes que contribuam para desarticular as redes criminosas envolvidas nessas atividades ilegais. É lícito mencionar que, no modelo de ação brasileiro frente aos crimes ambientais, o objetivo principal é a responsabilização dos infratores, após a ocorrência da ação ilícita, no entanto, para que haja a preservação da biodiversidade e um combate ao desmatamento a ação precisa ser primordialmente preventiva (BARRETO; MESQUITA, 2009).

GEOINTELIGÊNCIA E APRIMORAMENTO DA INTELIGÊNCIA

A fiscalização da fronteira amazônica brasileira é uma tarefa extremamente difícil devido à sua grande extensão, à logística complicada de locomoção na floresta densa, e à falta de infraestrutura geral que predomina na região. Nesse sentido, o combate aos crimes neste território é naturalmente complexo, porém se torna ainda mais exaustivo em função do baixo número de agentes policiais disponíveis para desempenhar esse esforço (MENDES; SIMONIAN; MENDONÇA, 2016). Essa lacuna está atrelada diretamente aos baixos investimentos dos governos dos países amazônicos para disponibilizar os recursos necessários para forças de monitoramento, como IBAMA, ICMBio, Polícia Federal, Polícia Federal Rodoviária e Polícia Civil, dentre outras, estarem presentes de forma efetiva na contenção do tráfico silvestre, comércio de madeira ilegal e garimpo no contexto amazônico (CHARITY; FERREIRA, 2020).

Dessa forma, o passo mais importante para combater efetivamente esses crimes ambientais é mudar a mentalidade dos governos sobre os recursos humanos de agências atuantes no monitoramento e fiscalização [...] (CHARITY; FERREIRA, 2020, p. 102, tradução nossa). Segundo essa perspectiva, a principal medida a ser aprimorada seria aumentar o quadro de agentes policiais capacitados para combater esse tipo de crime. Nesse sentido, se o aumento dos investimentos em recursos humanos para as agências de fiscalização é algo que depende diretamente da vontade política e das prioridades dos governos amazônicos, a capacitação desses agentes para atuar em um esforço multilateral pode e deve ser realizada utilizando a cooperação internacional como principal estratégia (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

No caso do combate ao tráfico de vida silvestre, por exemplo, as OIs e regimes envolvidos são espaços autônomos capazes de estimular o diálogo entre as forças policiais dos países para que atuem com sinergia na proteção de suas fronteiras e continuem esses trabalhos independente das prioridades dos governos locais (CHARITY; FERREIRA, 2020; UNODC; 2020). A Polícia Federal e a Polícia Federal Rodoviária são forças especialmente relevantes para esta análise, na medida em que elas focam principalmente em combater casos de tráfico ilegal silvestre a nível trasnacional, os quais frequentemente estão associados também a lavagem de dinheiro, corrupção e fraude. Nesse sentido, pode-se destacar o exemplo da Operação Oxóssi de 2009, onde a PF conduziu uma investigação que resultou no desmonte de uma rede de traficantes de animais selvagens do Brasil, Portugal, Espanha e República Tcheca. A operação teve desfecho com 103 prisões de nacionais foragidos de todos os países (CHARITY; FERREIRA, 2020, p. 111). Em outras palavras, esse tipo de cooperação permite que as forças policiais dos países amazônicos dialoguem e otimizem a distribuição dos seus recursos para monitorar pontos estratégicos ao longo da fronteira e controlar melhor a região.

Assim, visando atingir o objetivo de prevenção ao ato ilícito em detrimento de reparação dano, o enfrentamento ao crime ambiental precisa incluir e aprimorar as práticas de monitoramento e fiscalização, ou seja, ter posse de informação e o controle sobre as atividades que ocorrem dentro de seu território e por vezes fora deste, por meio da vigilância dos espaços de floresta a partir de instrumentos de vigilância fixa e móvel, a fim de auxiliar na identificação das áreas mais propensas a ocorrência de crimes ambientais (CEPIK; BORBA, 2011; BARRETO; MESQUITA, 2009).

Um dos instrumentos passíveis de aprimoramento é o Sistema de Informação Geográfica (SIG), isto é, o fornecimento de dados e imagens digitalmente, sobre uma determinada região, com informações, atividades e eventos relacionados a mesma. Quando recebidas, essas imagens são analisadas e pode-se identificar ou comprovar um ato ilícito. Esse processo passou a ser denominado como Geointeligência, pelo uso de informações atreladas à atividade de inteligência (PAULI, 2021; PERAZZONI, 2012). Segundo Pauli (2021), a Polícia Federal brasileira possui em sua estrutura os pré-requisitos necessários para se beneficiar do uso desse sistema de informação para auxiliar em investigações, tal como é conduzido pelo Grupo de Análise e Geointeligência (GAGeo). Apesar de contar com poucos funcionários alocados, os Setores Técnico-Científicos da Polícia Federal (SETECs), presentes nas Superintendências Regionais, dispõem de *softwares* específicos para geoprocessamento, aparelhos GPS de alta precisão e impressoras de qualidade para a produção de mapas. Além disso, são frequentemente realizados treinamentos de capacitação no uso de sistemas de geoprocessamento, como os conduzidos pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC/DITEC), sediado em Brasília (PERAZZONI, 2012).

No âmbito internacional, a Polícia Federal adota uma abordagem alinhada aos princípios de reciprocidade e interesse mútuo, percebendo a cooperação como um meio essencial para combater atividades ilegais perpetradas por organizações transnacionais e para manter a segurança interna. Sob a supervisão da Diretoria de Cooperação Internacional, essa cooperação é realizada por meio do intercâmbio de conhecimentos e informações, incluindo a capacitação de pessoal e ações conjuntas. A formalização desse intercâmbio de informações ocorre por meio de um instrumento denominado Memorando de Entendimento, o qual está sujeito à legislação interna dos países signatários, bem como às leis do direito internacional, podendo ser rescindido a qualquer momento. É importante ressaltar que essas ações não implicam transferência de recursos financeiros. À época da elaboração deste trabalho, estavam em curso processos para renovação ou assinatura de memorandos com instituições de países como Estados Unidos, Bélgica, Suriname, Guiana, Guiana Francesa, Colômbia, Bolívia e Peru. No entanto, devido à natureza confidencial dos documentos, as informações sobre esses memorandos não são divulgadas publicamente, o que impossibilita sua inclusão no presente texto (BRASIL, 2022a; BRASIL, 2022b; BRASIL, 2022c).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que possui funções de polícia ambiental, também tem no seu escopo ações de geointeligência. No caso do Ibama, a ação se concentra em contrainteligência, uma vez que visa proteger os recursos do Estado contra interesses que não estejam alinhados com o uso racional, conforme estabelecido pela legislação. Para esse fim, a instituição utiliza o Sistema DETER[36]

[36] O Sistema DETER foi resultado da cooperação entre diversos órgãos envolvidos na temática ambiental, tais como a Coordenação-Geral de Observação da Terra

(Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que opera por meio de sensores conectados a satélites, os quais enviam informações diárias ao Ibama. Esse projeto oferece indicadores de desmatamento e, desde 2015, consegue identificar focos de desmatamento com uma área mínima de 0,3 km². Esses dados são empregados na elaboração de relatórios e mapas, com o intuito de orientar as operações de fiscalização. A identificação de alterações no espaço florestal é realizada por meio da interpretação das imagens, levando em consideração características como cor, tonalidade, textura, forma e contexto, para detectar ocorrências de desmatamento, degradação (geralmente resultado de incêndios florestais) e exploração de madeira. No entanto, é importante observar que a identificação dessas alterações é parcial devido à resolução limitada desses recursos visuais e à presença frequente de nuvens, especialmente devido às características do bioma (DIAS, 2019).

Para além do sistema de geoprocessamento, os autores Cepik e Borba recomendam aprimorar as atividades de inteligência não apenas na coleta de informações, mas também no seu processamento e análise. Além disso, é fundamental mapear essas organizações, criar operações encobertas e enviar agentes infiltrados. É válido ressaltar que a presença policial ostensiva, embora essencial para combater outros tipos de crimes, mostra-se ineficaz diante do crime organizado em áreas não urbanas e expõe os agentes a riscos desnecessários. Por essa razão, a ação policial deve ser orientada pela inteligência prévia. Por fim, os autores enfatizam a cooperação internacional nos âmbitos policial, legislativo e de inteligência. Na prática, essa cooperação muitas vezes é prejudicada por acusações e disputas de interesses, uma vez

(OBT), o Centro Regional da Amazônia (CRA) e outros grupos de trabalho vinculados ao governo federal (COORDENAÇÃO-GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA, s/d).

que a percepção desse assunto varia entre os estados e atores internacionais, esbarrando em questões militares, econômicas e sociais (CEPIK; BORBA, 2011).

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Diante da problemática do crime ambiental transnacional, além do aprimoramento da infraestrutura interna de combate, é imprescindível que haja ações integradas e de apoio mútuo. Conforme apresentado a partir do relatório de 2020 da TRAFFIC, existe uma percepção unânime entre pesquisadores e agentes de órgãos policiais e de preservação ambiental brasileiros de que o tráfico ilegal de animais silvestres e madeira são duas das ameaças mais graves da atualidade para a biodiversidade do país. Se por um lado o monitoramento eficaz das fronteiras amazônicas pelas forças policiais é essencial para impedir o tráfico ilegal na região, a coleta qualificada de dados, por outro, é igualmente importante para identificar e suprimir as principais rotas, redes e hotspots que movimentam o tráfico e o garimpo (CHARITY; FERREIRA, 2020). No entanto, os dados de baixa qualidade que são disponibilizados separadamente pelas agências de fiscalização não permitem mensurar os impactos reais desses crimes ambientais ao longo da Amazônia, sobretudo na região de fronteira. Isso prejudica diretamente a operação das forças policiais, as quais não conseguem alocar seus recursos já sobrecarregados para interceptar as cadeias do tráfico ilegal ao longo da fronteira da forma mais eficiente possível (CHARITY; FERREIRA, 2020). Dessa forma, uma das recomendações do Relatório da TRAFFIC é utilizar a cooperação nacional e internacional para centralizar os dados das agências de fiscalização dos países amazônicos em uma única rede, de modo a padronizar a coleta e disponibilização qualificadas

desses dados (CHARITY; FERREIRA, 2020). Esse plano de ação também é observado como crucial de acordo com as agendas de Organizações Internacionais para o combate a esses crimes ambientais como a CITES, o UNODC e a OTCA, as quais utilizam sua autonomia para apoiar as forças policiais da região e coagir os Estados a cooperarem para esse fim (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

Um exemplo de ações de cooperação no âmbito da ONU é o Escritório sobre Drogas e Crime (UNODC) que desempenha ações em nível nacional, regional e transnacional com o objetivo de desenvolver iniciativas para prevenir e combater o crime organizado. Essas ações envolvem o trabalho com atores locais em regiões ou estados onde a criminalidade ameaça a segurança e a estabilidade, visando fortalecer a capacidade de enfrentamento dos estados. Na prática, o UNODC oferece assistência para desenvolver estratégias de prevenção e investigação por meio de treinamentos e ferramentas de análise de informações, além de promover a cooperação internacional por meio de bancos de dados e do desenvolvimento de softwares para o compartilhamento de informações. Por meio dessas ações, operações com resultados significativos são realizadas, incluindo a apreensão de drogas, medicamentos falsificados, animais silvestres e madeira proveniente de exploração ilegal. Uma das iniciativas notáveis é o Programa Global de Controle de Contêineres, que busca fortalecer estruturas alfandegárias e de fiscalização para identificar o uso dessas estruturas de transporte para fins ilícitos. Isso é alcançado por meio de treinamento para identificação de perfis de risco, inspeção de cargas e aprimoramento das Unidades de Controle de Portos (PCUs). Esse programa foi implementado em 48 países e, em 2017, novas PCUs foram estabelecidas no Afeganistão, Argentina, Brasil, El Salvador e Honduras. No mesmo ano, as apreensões realizadas pelas Unidades incluíram, entre outras, 14 remessas de bens ambientais ilícitos e duas relacionadas a crimes

de pesca. Atualmente, o escritório está desenvolvendo ações específicas para a prevenção e combate de crimes ambientais nas florestas, como contrabando de fauna e flora selvagens e de madeira, relacionando-os à lavagem de dinheiro, corrupção e outros crimes econômicos. Além disso, tem auxiliado os estados na implementação de legislações nacionais eficazes que prevejam ações relacionadas a esses crimes (UNODC, 2017).

O Programa de Controle de Contêineres também apoia outra iniciativa do UNODC, que é o Programa de Crimes Florestais e Mercado Ilícito de Madeira (LEAP), formado também pela Interpol e pelo Centro Norueguês de Análise Global (RHIPTO), que auxilia com dados e identificação de ameaças. O objetivo do programa é o compartilhamento de informações para possibilitar uma ação conjunta de enfrentamento ao desmatamento ilegal e outros crimes associados nas florestas tropicais de países estratégicos da América Latina e do Sudeste Asiático. Além disso, outros programas da UNODC contribuem para o atingimento desses objetivos, como o Programa Global contra Lavagem de Dinheiro (GPML), que fornece treinamento para identificação e investigação desse crime associado ao desmatamento ilícito, e o Programa Global para o Fortalecimento das Capacidades de Prevenção e Combate ao Crime Organizado e Crimes Graves (GPTOC), o qual apoia Ministérios Públicos nacionais no processo de investigação e responsabilização dos casos associados ao desmatamento ilícito de madeira. A Interpol também atua de forma parceira, disponibilizando a Unidade de Segurança Ambiental como facilitadora da cooperação internacional policial, fornecendo os Seminários Nacionais de Segurança Ambiental (NESS) e treinamentos em pesquisa financeira. Assim, o LEAP auxilia no combate às mudanças climáticas e no atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, s/d).

CONCLUSÃO

Diante da análise realizada acerca dos crimes envolvendo garimpo, exploração de madeira e tráfico de vida silvestre na Amazônia Brasileira, conclui-se que o avanço das redes criminosas organizadas neste cenário complexifica o seu enfrentamento e potencializa os danos ambientais advindos desta economia ilícita. Historicamente, o tráfico de drogas e o contrabando são as práticas de crime transnacional mais lucrativas, no entanto, o comércio internacional dos produtos provenientes do crime ambiental, ascende como uma prática que além de lucrativa apresenta baixo risco. A Floresta Amazônica é um exemplo de localidade onde essa expansão ocorreu, na qual a criminalidade ambiental é favorecida pelas características geográficas e climáticas da região, que dificultam seu pleno monitoramento. Apesar disso, há ações que podem ser empreendidas para que haja sua proteção.

Do ponto de vista de monitoramento e fiscalização, há uma dificuldade por parte das organizações envolvidas, como a Polícia Federal e o Ibama, em adquirir informações atualizadas e ter controle sobre as atividades que ocorrem no território amazônico. Entre as razões identificadas para esse cenário está a baixa resolução dos recursos visuais, a característica geográfica e climática do bioma, o fato de se ter poucos servidores alocados para a análise desses dados georreferenciais e também a ação estratégica das redes criminosas para desmatar de forma a burlar os sistemas de monitoramento satelital. No âmbito internacional, a cooperação entre os países nas esferas policial, legislativa e de inteligência é primordial no combate a esses ilícitos. Nos casos em que há envolvimento de agentes de diferentes Estados, atuando nas diversas atividades ilícitas que envolvem os crimes ambientais, as ações domésticas dos países precisam estar alinhadas a uma estratégia comum. Sabe-se que a troca de informações de inteligência entre as agências dos países

amazônicos encontra detratores originados pelas diferenças que existem entre esses países, desde o nível dos recursos técnicos, até o nível de confiança entre eles. No entanto, é imprescindível que esses países incluam a análise da movimentação de capital que envolve os crimes ambientais da região, de forma integrada.

REFERÊNCIAS

BARNETT, M.; FINNEMORE, M. "The politics, power, and pathologies of international organizations". **International Organization**, vol. 53, n. 4, 1999.

BARRETO, P.; ARAÚJO, E.; BRITO, B. **A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais da Amazônia**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2009.

BARROSO, L. R.; MELLO, P. P. "Como salvar a Amazônia: Por que a floresta de pé vale mais do que derrubada". **Revista de Direito da Cidade**, vol. 12, n. 2, 2020.

BENAVIDES, J. C. M. **Estado del Arte sobre el tráfico de fauna silvestre en América Latina**: causas, consecuencias y estrategias (Tese de Doutorado em Engenharia Ambiental). Cali: Universidad Santiago de Cali, 2019.

BRASIL. **Acordo de Cooperação Internacional**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022b. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 11/02/2024.

BRASIL. **Competências**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022a. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 11/02/2024.

BRASIL. **Polícia Federal**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022c. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 11/02/2024.

CEPIK, M.; BORBA, P. "Crime organizado, estado e segurança internacional". **Contexto Internacional**, vol. 33, n. 2, 2011.

CHARITY, S.; FERREIRA, J. M. **Wildlife trafficking in Brazil**. Cambridge: Traffic International, 2020.

CITES - Convention On International Trade In Endangered Species Of Wild Fauna And Flora. "Wildlife crime". **CITES** [2022]. Disponível em: <www.cites.org>. Acesso em: 23/01/2024.

DESTRO, G. F. G. *et al*. "Efforts to combat wild animals trafficking in Brazil". *In*: LAMEED, G. A. (ed.). **Biodiversity enrichment in a diverse world**. Rijeka: InTech, 2012.

DIAS, J. **A inteligência geoespacial como ferramenta estratégica para a atividade de fiscalização ambiental**: o contexto da sua utilização no âmbito do Ibama (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Inteligência Estratégica). Rio de Janeiro: ESG, 2019.

GLOBAL INITIATIVE AGAINST ORGANIZED CRIME. **Organized crime and Illegally Mined Gold in Latin America**. Geneva: Global Initiative Against Organized Crime, 2016. Disponível em: <www.globalinitiative.net>. Acesso em: 23/02/2024.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: <www.nationalredlist.org>. Acesso em: 23/01/2024.

INSIGHT CRIME. “Family of the North”. **Insight Crime** [2020a]. Disponível em: <www.insightcrime.org>. Acesso em: 12/04/2024.

INSIGHT CRIME. “First Capital Command – PCC”. **Insight Crime** [2020b]. Disponível em: <www.insightcrime.org>. Acesso em: 12/04/2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. “Amazônia saqueada: às raízes do crime ambiental nas regiões de tríplice fronteira”. **Instituto Igarapé** [2023]. Disponível em: <www.igarape.org.br>. Acesso em: 23/01/2024.

MADEIRO, C. “Facções se aliam ao crime ambiental por brechas na fiscalização da Amazônia”. **Uol** [2023]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 23/01/2024.

MAIRYNK, R. R. **Exame pericial para detecção de fraudes em anilhas oficiais de Passeriformes**: uma ferramenta para o combate ao tráfico de animais silvestres (Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências Biológicas). Florianópolis: UFSC, 2016.

MENDES, F. L. S.; SIMONIAN, L. T. L.; MENDONÇA, Y. S. M. “Análise comparativa de apreensões de animais silvestres em dois estados da região Amazônica”. **Revista Brasileira de Geografia Física**, vol. 9, n. 2, 2016.

MORSELLI, C. **Inside Criminal Networks**. Nova Iorque: Springer, 2009.

PAULI, A. L. **Polícia Federal e a atuação estratégica frente à distribuição espacial dos crimes ambientais no Brasil** (Dissertação Mestre em Sistemas e Ciências de Informação Geográfica). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021.

PERAZZONI, F. **SIG, Amazônia e Polícia Federal**: Geointeligência no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia (Dissertação Mestre em Sistemas e Ciências de Informação Geográfica). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

TRAFFIC - Taking Off: Wildlife Trafficking in the Latin America and Caribbean Region. "Wildlife up in the air – trafficking trends to watch out for in Latin America and the Caribbean". **TRAFFIC** [2021]. Disponível em: <www.traffic.org>. Acesso em: 23/01/2024.

TRAFFIC - Taking Off: Wildlife Trafficking in the Latin America and Caribbean Region. "The conservation crisis of our time". **TRAFFIC** [2022a]. Disponível em: <www.traffic.org>. Acesso em: 23/01/2024.

TRAFFIC - Taking Off: Wildlife Trafficking in the Latin America and Caribbean Region. "Timber". **TRAFFIC** [2022b]. Disponível em: <www.traffic.org>. Acesso em: 23/01/2024.

UNEP - United Nations Environmental Programme. **The State of Knowledge of Crimes that have Serious Impacts on the Environment**. Nairobi: UNEP, 2018. Disponível em: <www.unep.org>. Acesso em: 23/01/2024.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Annual Report Covering activities during**. Vienna: UNODC, 2017. Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 10/03/2024.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**. Viena: UNODC, 2020. Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 10/03/2024.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **World Wildlife Crime Report**: Trafficking in protected species. Viena:

UNODC, 2020. Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 10/03/2024.

VERÍSSIMO, A. *et al*. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, R. S. **Uma análise da política ambiental nos garimpos ilegais de ouro na Amazônia**: o caso do Eldorado de Juma (Tese de Doutorado em Ciências). São Paulo: USP, 2022.

WAISBICH, L. T. *et al*. „O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta". **Eco Crime** [2022]. Disponível em: <www.ecocrime.igarape.org.br>. Acesso em: 23/01/2024.

WILLIAMS, P. "Transnational criminal organisations and international security". **Survival**, vol. 36, n. 1, 1994.

WORLD BANK. **Enforcing Environmental Laws for Strong Economies and Safe Communities**. Washington: World Bank, 2014. Disponível em: <www.worldbank.org. Acesso em: 20/01/2022.

WWF - World Wildlife Fund. "Illegal Wildlife Trade". **WWF** [2022b]. Disponível em: <wwwf.panda.org>. Acesso em: 17/01/2024.

WWF - World Wildlife Fund. "Inside the Amazon". **WWF** [2022a]. Disponível em: <wwwf.panda.org>. Acesso em: 17/01/2024.

CAPÍTULO 9

Evolução do Tráfico de Drogas na Amazônia do Brasil: Panorama Histórico e Impactos para os Povos Indígenas

EVOLUÇÃO DO TRÁFICO DE DROGAS NA AMAZÔNIA DO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO E IMPACTOS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Breno Teixeira Barbosa

Rafael Augusto da Cunha Bonato

No século XXI, observa-se uma intensificação da competição global por recursos naturais. A Amazônia Brasileira destaca-se, nesse contexto, devido à abundância de riquezas de sua biodiversidade. A crescente importância geopolítica do espaço amazônico atrai a atenção das nações desenvolvidas. Esses países, além de promoverem iniciativas para a conservação, também instigam a repressão de atividades ilegais, exercendo pressão sobre os governos locais para a defesa e preservação da região (BELLINTANI, 2022. p. 87).

Segundo Bertha Becker (2005, p. 72), a região amazônica apresenta, nesse início de século, um complexo conflito de interesses, opondo, de um lado, as populações locais e, do outro, forças externas. Esses conflitos se exacerbaram a partir dos anos 1990, com a abertura das economias após o final da Guerra Fria, o que gerou dificuldades adicionais à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da região. Nesse contexto, criou-se um ambiente propício para a prática de ilícitos e para a articulação de organizações criminosas.

Da miríade de atividades ilegais em curso na região amazônica, conhecida por sua vastidão e riqueza natural, uma se destaca por ser chamariz ou agregadora de outros eventos ilícitos, com especial poder desestabilizador sobre as comunidades indígenas: o tráfico de drogas. Ao longo das últimas décadas, o

contexto histórico da região e fatores como as rotas de tráfico, a influência de cartéis internacionais, como o de Medellín, e a migração desordenada oriunda da Venezuela têm contribuído para a inserção progressiva do Brasil nesse cenário.

A evolução do narcotráfico na Amazônia Brasileira emerge como uma problemática de relevância indiscutível, desafiando não apenas a segurança interna do Brasil, mas também constituindo um imperativo para a segurança internacional. Esse fenômeno, intrinsecamente complexo, forma uma teia intricada de questões que transcendem as fronteiras nacionais, suscitando uma série de implicações multidimensionais para as relações internacionais.

Nos primeiros estudos concernentes ao tráfico de narcóticos, constatou-se que, a partir da década de 1980, esse fenômeno logrou articular-se em redes de elevada complexidade (STEIMAN, 2006, *apud* SOUSA, 2022, p. 09), transpondo as fronteiras estatais e limites geográficos. Essas articulações abrangem territórios para além das delimitações fronteiriças, valendo-se de recursos e locais estratégicos do Estado brasileiro, notadamente a região amazônica, com o intuito de perpetrar e facilitar a prática criminosa (MACHADO, 1998; 2005 *apud* SOUSA, 2022, p. 09).

O aumento da incidência do narcotráfico na Amazônia Brasileira é um fenômeno alarmante que tem chamado a atenção da comunidade internacional. Esse contexto preocupante levanta questões sobre como e por que este crime organizado evoluiu nesta região, desafiando a segurança e o bem-estar das comunidades indígenas.

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos do narcotráfico sobre as comunidades indígenas na Amazônia Brasileira.

Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

I. investigar o contexto histórico da evolução do narcotráfico na Amazônia Brasileira, e;

II. refletir sobre as consequências do tráfico de drogas para as comunidades indígenas da Amazônia Brasileira.

Para atingir os objetivos propostos, este estudo baseia-se em uma abordagem de revisão de literatura, com objetivos exploratórios, utilizando dados e informações existentes sobre a temática proposta. Os procedimentos para a revisão incluem uma pesquisa bibliográfica e documental, com a coleta de dados por meio da análise de fontes como artigos acadêmicos, relatório governamental e publicação de organização não governamental. A análise dos dados será feita de forma qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo para concluir a investigação. Conforme Figueiredo (1990, p. 132), "o autor do artigo de revisão tem que coletar a literatura, assimilar os dados e fazer o uso coerente do material, propiciando uma compreensão profunda do assunto". Isso evidencia a importância dos artigos de revisão de literatura como instrumentos de divulgação de informações didáticas e bibliográficas.

A escolha dessa metodologia é fundamentada na necessidade de compilar e analisar informações existentes para formar uma visão abrangente sobre a evolução do narcotráfico na Amazônia Brasileira.

CONTEXTO HISTÓRICO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

No que concerne à integração do Brasil na economia relacionada às drogas, sua contextualização histórica e à organização

de grupos narcotraficantes através de redes, Raquel Steiman (2006, p. 02 *apud* SOUSA, 2022, p. 24) destaca que, inicialmente, os cidadãos brasileiros, de maneira geral, não estavam plenamente conscientes das discussões acerca da economia vinculada às drogas e da significativa prosperidade dessa "economia" em território nacional.

A falta de consciência inicial dos cidadãos brasileiros sobre os lucros provenientes das drogas, associada à costumeira ausência do Estado brasileiro na região amazônica, à medida que condicionaram a inação ou ação tardia de grupos de pressão pela proteção dos povos indígenas e dos recursos naturais daquela área, traduziram-se em fatores facilitadores da criação de corredores do tráfico internacional nesta região.

Nesse sentido, Machado (2003) relata que:

> Desde meados da década de 1970, quando se inicia o boom *cocalero*, os corredores preferenciais de trânsito para os mercados internacionais foram alterados diversas vezes. Para os Estados Unidos, por exemplo, a via do Caribe foi sucedida pela via do Pacífico e, mais recentemente, de volta à via caribenha. Cada corredor engloba diversas rotas de acesso (terrestre, aérea, fluvial) aos mercados regionais, nacionais e internacionais. Portanto, no que se refere às redes ilegais, é precisamente na esfera da circulação de onde emerge a unidade funcional da bacia amazônica (MACHADO, 2003, p. 08).

Da afirmação de Machado (2003), depreende-se que a integração do Brasil na economia relacionada às drogas teve início em meados da década de 1970, com o surgimento do *boom cocalero*. Esse período marcou uma mudança significativa nos corredores de

trânsito para os mercados internacionais, com rotas que se alteraram ao longo do tempo. A via do Caribe foi sucedida pela via do Pacífico e, mais recentemente, retornou à via caribenha, demonstrando a dinâmica complexa das redes ilegais de narcotráfico na região amazônica.

A emergência da bacia amazônica como unidade funcional dos corredores do tráfico internacional passou a ocupar lugar na chamada "divisão do trabalho" estabelecida entre países produtores, intermediários (rotas, plataformas de exportação) e consumidores das drogas ilícitas.

Machado (2003) explica que:

> Uma 'divisão de trabalho' inicial se estabeleceu entre as bacias fluviais do Alto Amazonas no Peru (produção de coca e pasta base), os altos vales dos tributários do rio Madeira na Bolívia (produção de coca e pasta base), e a zona do *piedmont* andino da Colômbia ('laboratórios' de cocaína), que acabou por incorporar mais tarde a área de floresta amazônica colombiana, quando se intensificou nela a produção de coca na década de 1990. A partir das zonas produtoras, os **corredores de exportação** se estenderam em várias direções, inclusive a do **rio Amazonas e seus afluentes em território brasileiro**. A eventual associação entre aqueles que exploram o tráfico internacional de droga e os circuitos do contrabando (mercadorias, armas) é, em grande parte, condicionada pelo uso compartilhado de corredores de exportação/importação e de redes de apoio no âmbito internacional, o que diminui os custos com segurança, reduz o risco de apreensão e possibilita o florescimento de diversos mecanismos de lavagem dos lucros (MACHADO, 2003, p. 08, destaque nosso).

Importa notar que a inserção do Brasil na rota internacional do tráfico de drogas ocorreu de maneira progressiva, com o país possuindo, inicialmente, uma importância secundária, como acesso alternativo e não perene, direcionado para as suas vias fluviais, donde se origina a atratividade do espaço amazônico para essa atividade ilegal.

A região amazônica, com suas vastas extensões de floresta e rios, tornou-se um terreno propício para as atividades ilícitas do narcotráfico. A geografia complexa e a falta de infraestrutura adequada favoreceram a atuação dos traficantes, que encontraram na Amazônia um ambiente favorável para suas operações. A presença de rotas terrestres, aéreas e fluviais possibilitou a conexão com os mercados regionais, nacionais e internacionais.

De acordo com Couto (2017, p. 54), nas últimas décadas, a Amazônia tem sido cenário de intensos embates pelo controle do seu território, especialmente em sua vasta fronteira com os países vizinhos, que compartilham parte dessa região. Apesar dos esforços do Estado brasileiro, como a implementação do Projeto Calha Norte em 1986 e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) em 2001, os conflitos persistem e as atividades ilegais proliferam ao longo da fronteira, desafiando os mecanismos de defesa e vigilância.

A partir de 1984, o Brasil começou a ser assimilado pelo Cartel de Medellín como uma rota intermitente de trânsito, representando uma alternativa às vias tradicionais pelo Caribe, como as que ligam a Colômbia à Jamaica ou à República Dominicana ao Porto Rico, por exemplo. Em 1989, o Brasil assume uma posição preponderante como rota de trânsito para o tráfico devido à necessidade das grandes corporações colombianas de explorar outras plataformas de exportação. Essa transição decorre da intervenção das tropas norte-americanas no Panamá, que passaram a exercer um

controle mais efetivo sobre o espaço aéreo caribenho naquela época (STEIMAN, 1995, p. 20).

Essa preponderância brasileira como rota de trânsito para o tráfico encontra razão, em grande medida, nas características da sua região amazônica, que naturalmente dificultam o controle e a fiscalização das atividades ilícitas, reduzindo os riscos de apreensões e prejuízos para o crime organizado.

Couto (2011) pormenoriza essas características, relacionando-as à importância da região amazônica brasileira para o tráfico internacional:

> A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois **a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada**, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que **imensos vazios demográficos** acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e insere a população ribeirinha pobre no esquema das redes, se apresentando como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal (COUTO, 2011, p. 12, destaque nosso).

Como afirma Couto (2017, p. 55), a região amazônica do Brasil se destaca como um corredor de trânsito para o narcotráfico, com os rios sendo utilizados como rotas para o transporte de cocaína pronta para consumo ou para processamento. A dificuldade em controlar efetivamente a entrada dessas drogas na Amazônia está relacionada à vasta e densa floresta, à falta de recursos para vigilância e à realidade social das comunidades locais, que enfrentam desigualdades, expropriação de terras e negligência estatal. Além disso, áreas desabitadas ao longo das fronteiras amazônicas, especialmente próximas aos principais locais de produção de coca, são utilizadas pelos narcotraficantes para instalar laboratórios de processamento de drogas e recrutar pessoas locais, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, para participar das atividades ilegais como atravessadores ou mulas, contribuindo para a expansão das redes de narcotráfico.

Com o passar dos anos, o narcotráfico na Amazônia evoluiu, envolvendo não apenas drogas como cocaína, mas também o tráfico de armas e pessoas. As fronteiras porosas e a falta de infraestrutura de segurança contribuíram para a consolidação dessas atividades ilegais na região.

A circulação de drogas torna a bacia amazônica atualmente uma das principais unidades funcionais das redes ilegais na região. A diversidade de rotas de acesso, sejam terrestres, aéreas ou fluviais, demonstra a complexidade logística envolvida no narcotráfico. Essa circulação abrange não apenas os mercados internacionais, mas também os mercados regionais e nacionais, evidenciando a amplitude das operações dos traficantes na Amazônia.

Na virada do século XXI, o Brasil se consolidou como principal plataforma de exportação de cocaína para os continentes europeu e africano. De acordo com Couto (2011, p. 11), no ano de 2007, o Brasil registrou a apreensão de 17 toneladas de cocaína, conforme relatório da ONU. No entanto, é crucial ressaltar que o país

não se caracteriza como um produtor significativo de coca, mas sim como uma rota praticamente inevitável para o trânsito dessa substância em direção à Europa e África.

Conforme Couto (2017, p. 59), a rota da cocaína pela Amazônia em direção aos principais mercados consumidores globais é uma necessidade fundamental para o narcotráfico. É importante destacar que o Brasil não apenas é um dos principais consumidores da droga, mas também desempenha o papel de beneficiador e rota de trânsito. Para isso, diversas formas de transporte são utilizadas, incluindo embarcações fluviais de diferentes tamanhos, aviões e rodovias. Existe uma complexa rede interligada que abrange a produção, distribuição e consumo da droga, e isso deve ser considerado pelas autoridades de segurança das fronteiras ao lidar com esse problema.

Sobre o *modus operandi* da articulação em redes adotado pelo tráfico internacional de drogas e como as rotas clandestinas da Amazônia Brasileira se encaixam de maneira satisfatória nesse esquema criminoso, Couto (2017) afirma que:

> O tráfico internacional de drogas necessita ampliar sua escala de atuação do local ao global. Faz-se necessário uma **articulação em redes** que dê a possibilidade de ampliação da escala de atuação do crime organizado sem que haja interferência dos serviços de segurança. Para isso, as **rotas clandestinas** são utilizadas como estratégias de organização das redes e ao mesmo tempo como "espaços camuflados" que impeçam qualquer possibilidade de apreensão da droga.
>
> Nasce assim a fronteira do narcotráfico em meio às contradições inerentes ao sistema capitalista mundial. As cidades da **Amazônia** vão sendo incorporadas ao raio de ação dos traficantes internacionais de droga.

> Geopoliticamente falando, **a região é de interesse das redes do tráfico de drogas**, e como já ressaltado, **sua localização e suas particularidades são extremamente relevantes** para que o "mercado da droga" funcione e continue gerando lucros, desafiando o poder do Estado e movimentando o comércio clandestino de outras atividades como; o contrabando de mercadorias e o tráfico de armas, além da lavagem de dinheiro.
>
> Hoje, a Amazônia também é vista como uma região problema no que diz respeito à soberania do Estado-nação e à expansão do narcotráfico. É nesse sentido que torna-se emblemático pesquisar a atuação dessas redes ilegais e o tráfico de drogas nas metrópoles brasileiras, sobretudo, as da região amazônica. E, analisando o papel da Amazônia na escala global do tráfico de drogas e destacando os principais corredores de transportes do complexo coca-cocaína, percebe-se o **destaque fundamental do rio Amazonas** como um importante rio de ligação que vai do Atlântico ao Pacífico [...].
>
> Pela **bacia Amazônica** o tráfico encontra um **meio mais seguro de fazer o transporte da droga**. Entretanto, existe toda uma **estratégia organizada das redes** que utilizam sistemas multimodais para isso. Dos países andinos até a Amazônia brasileira pode ser utilizada as estradas ou transporte aéreo que utiliza pistas clandestinas. Desde a criação do projeto SIVAM, os narcotraficantes estão utilizando com mais intensidade o transporte marítimo (COUTO, 2017, p. 59, destaque nosso).

Antes do Brasil atingir esse patamar, houve tentativa por parte do Estado de frear o tráfico internacional, como a transferência de chefes do tráfico para presídios federais, em um esforço para desarticular as organizações criminosas, porém sem sucesso.

> A prisão de alguns chefes do tráfico amazonense e a transferência destes para presídios federais no início da década de 2000 foi o ponto de partida para instalação do crime organizado no estado, afastando a mercancia familiar, pois surgiram as primeiras facções, quais sejam, a Família do Norte – FDN e o Primeiro Comando da Capital – PCC. Uma série de homicídios balizou a luta por territórios das duas facções preponderantes, "tomando bocas". "Quem não aderia ao grupo era executado, geralmente com requintes de crueldade para servir de alerta", afirma o jornalista Jhonny Lima (LIMA, 2014 *apud* CAVALCANTI JÚNIOR; SOARES, 2016, p. 201).

A chegada do PCC no Estado do Amazonas permitiu o rápido alastramento da área de atuação desta e de outras organizações criminosas por toda a região amazônica. O Estado de Roraima, por exemplo, virou rota do tráfico internacional de drogas.

De acordo com Passos (2023, p. 245-246), a presença cada vez mais forte do PCC na Amazônia está gerando uma série de consequências. A ascensão da facção criminosa está relacionada a implicações significativas para a segurança pública, à medida que seu poder se expande tanto dentro do sistema prisional quanto nas áreas periféricas das cidades amazônicas.

A presença de novos atores na região amazônica e as disputas territoriais associadas a eles adicionam uma camada complexa às dinâmicas históricas da região. Nesse contexto, destacam-se as organizações criminosas, como o PCC, que lideram o narcotráfico na Amazônia, assim como o garimpo ilegal, cujas atividades financiam diretamente essas organizações. Essa conexão entre novos atores, como grupos criminosos, e os conflitos territoriais, exemplificados pelo garimpo ilegal, ressalta os desafios

contemporâneos que impactam significativamente a região amazônica.

Como bem observa Silva (2020, p. 1488),

> A revolução científica e tecnológica nas comunicações, informática e biotecnologia e engenharia genética tem aberto novas possibilidades de apropriação da fronteira de recursos naturais da Amazônia em termos de biodiversidade, recursos hídricos, florestas, mineração e saberes culturais. Assim, a **dinâmica da fronteira amazônica tem sido requalificada por novos atores e novos conflitos territoriais**, que se superpõem aos antigos conflitos fundiários entre as populações tradicionais e aos interesses de pecuaristas, madeireiras, mineradoras e grileiros (SILVA, 2020, p. 1488, destaque nosso).

Atualmente, segundo Couto (2017, p. 59), as redes ilegais se aproveitam da globalização de duas maneiras distintas: primeiro, através da expansão tecnológica que facilita as comunicações e transações internacionais do narcotráfico; segundo, pela fragmentação e desintegração territorial impulsionadas pela globalização. Isso se reflete na Amazônia, onde vastas áreas são deixadas à margem pelo Estado, resultando na disseminação da pobreza, miséria e na precariedade das cidades amazônicas. Essas condições tornam essas áreas vulneráveis e propícias para a organização em rede do narcotráfico, representando uma manifestação do território-rede na região amazônica.

Como afirma Brasil e Costa (2021), o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa com uma ampla abrangência em todo o território brasileiro e em outros países como Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela, estendeu sua influência para

os garimpos ilegais de ouro em Roraima. A relação entre os traficantes do PCC e sua participação nessas atividades criminosas na Terra Indígena Yanomami tem sido marcada por conflitos de extrema violência, envolvendo não apenas os indígenas, mas também agentes da Polícia Federal brasileira.

> Um número estimado em mais de 26 mil garimpeiros invadiu a Terra Indígena Yanomami para realizar a extração ilegal de ouro. A região, onde o Exército brasileiro mantém o 4º Pelotão de Fronteira em Surucucu, é alvo de mineradores, empresários, políticos e garimpeiros de várias partes do Brasil desde a década de 1970. Mas o componente "**investimento do tráfico de drogas**", segundo uma fonte que conhece a história do garimpo, é algo mais recente e começou com o crescimento do PCC em Roraima, que chegou primeiro pelas unidades prisionais. Em 2017, a facção foi a responsável pelo massacre de 33 presos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. "**O PCC cresceu muito e precisou se capitalizar, daí começaram a partir para os garimpos, onde tem o dinheiro fácil**", disse um garimpeiro ouvido pela Amazônia Real, que pediu para não ser identificado" (BRASIL; COSTA, 2021, destaque nosso).

Observa-se, então, uma associação do tráfico de drogas com outras atividades ilícitas, como o garimpo ilegal, que passa a ser uma fonte financiadora do narcotráfico e contribui para o aumento da violência, a qual ultrapassa as unidades prisionais, onde existem células do PCC, e chegam às cidades e às comunidades indígenas.

Em 2017, a situação da violência nos presídios da região amazônica atinge um nível de criticidade que motiva o Governo Michel Temer a enviar a Força Nacional (FN) para os Estados de

Roraima e do Amazonas. Tal ação foi originada após o reconhecimento do Governo do Estado de Roraima de não ter condições de garantir a segurança dos presos.

A partir de 2018, a migração venezuelana desordenada surge como outro fator para pressionar ainda mais o narcotráfico na região amazônica. A crise na Venezuela desencadeou uma migração em larga escala, levando muitos venezuelanos a buscarem refúgio na Amazônia brasileira. Esse fluxo migratório criou um ambiente propício para a intensificação do tráfico de drogas e o surgimento de grupos criminosos que exploram a vulnerabilidade dos migrantes.

De acordo com agalhães e Carmo (2022, p. 94), a cidade fronteiriça de Pacaraima, situada em Roraima, outrora tranquila e sem registros de conflitos entre facções, experimentou um cenário transformador devido ao significativo aumento populacional desencadeado pela imigração venezuelana desordenada, especialmente a partir de 2015. Este contexto se converteu no epicentro do embate entre facções, não apenas pela hegemonia no comércio de drogas, mas também pelo controle territorial, uma vez que surgiram oportunidades de emprego para o transporte ilícito de drogas e armas.

Segundo Lima e Rabelo (2019, p. 77), de acordo com informações da Polícia Federal, o Estado de Roraima lidera os pedidos de refúgio de venezuelanos, totalizando 65.162 solicitações dentre as 77.306 registradas em todo o país, representando aproximadamente 84% do total. Os números abrangem todo o registro histórico de solicitações de refúgio de venezuelanos à PF até novembro de 2018.

No ano de 2021, a Polícia Federal executou a “Operação Presente de Grego”, com a finalidade de desmantelar a estrutura regional de facção criminosa que opera tanto dentro quanto fora do sistema prisional em todo o território nacional. Os delitos atribuídos

aos indivíduos sob investigação incluem participação em organização criminosa, uso de arma de fogo, e agravamento da pena para aqueles que exercem a liderança da referida organização, além do crime de tráfico de drogas.

Atualmente, observa-se que o aumento do tráfico de drogas na região amazônica acompanha o fenômeno da interiorização da criminalidade, que evidencia a habilidade de grupos ilegais organizados em reproduzir de maneira eficaz atividades ilícitas, anteriormente restritas aos grandes centros urbanos. Esse fenômeno é notável especialmente diante das oportunidades lucrativas proporcionadas por diversas práticas, como o narcotráfico, garimpo e mineração ilegais, grilagem de terras, entre outras. Como resultado direto, a intensificação dessas atividades ilegais está intrinsecamente relacionada ao aumento da criminalidade violenta.

Nesse sentido, a interiorização da criminalidade na Amazônia tem sido impulsionada pela expansão das rotas de tráfico, que agora alcançam áreas antes remotas e de difícil acesso. Isso representa um desafio significativo para as autoridades brasileiras no combate ao narcotráfico e suas ramificações.

CONSEQUÊNCIAS DO NARCOTRÁFICO PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

As consequências do narcotráfico na Amazônia não se limitam apenas à segurança pública, mas também afetam diretamente as comunidades indígenas que habitam a região. O uso de jovens indígenas como "mulas" para o transporte de drogas, o aumento do consumo de entorpecentes dentro dessas comunidades, casos de violência sexual e os impactos ambientais decorrentes das atividades ilegais são apenas algumas das consequências devastadoras.

As comunidades indígenas, muitas vezes marginalizadas e com acesso limitado a serviços básicos, tornam-se alvos fáceis para as redes de narcotráfico, que exploram sua vulnerabilidade social e econômica.

A localização estratégica e a porosidade das fronteiras amazônicas brasileiras têm desempenhado um papel crucial na expansão do tráfico e consumo de drogas entre as comunidades indígenas nos municípios da região.

Os traficantes fornecem substâncias entorpecentes aos mais jovens e os utilizam como transportadores (mulas) para o transporte de drogas até os centros urbanos dos municípios. Tal situação tem levado a uma deterioração das comunidades indígenas. Além dos efeitos da cocaína e do álcool, a falta de empregos e de perspectivas tem levado muitos indígenas a cometerem suicídio.

Segundo informações da Agência Brasil (2008), há uma correlação entre o consumo de álcool e cocaína e a ocorrência de óbitos entre os jovens indígenas. Estes elaboram uma mistura composta por cachaça, Coca-Cola e cocaína, que é posteriormente ingerida. Como resultado, observa-se um aumento significativo da agressividade, aspecto este que foi especialmente destacado por um administrador da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). A droga, facilmente disponível na cidade de Tabatinga, desempenha um possível papel no aumento dos casos de suicídio, sendo que essa localidade, em conjunto com a colombiana Letícia, configura um dos principais corredores de tráfico no continente.

Dessa forma, o narcotráfico tem impactos diretos na saúde e no bem-estar das comunidades indígenas. O consumo de drogas ilícitas, que muitas vezes é facilitado pelo tráfico de drogas, pode levar a problemas de saúde mental, dependência química e desestruturação familiar. Além disso, a violência associada ao narcotráfico pode resultar em traumas psicológicos e emocionais nas

pessoas afetadas, contribuindo para um ciclo de vulnerabilidade e marginalização.

O narcotráfico, muitas vezes, está associado a grupos criminosos armados que buscam controlar territórios estratégicos para o tráfico de drogas. Esses grupos podem impor sua presença por meio da violência, incluindo ameaças, extorsões, sequestros e assassinatos. Essa violência cria um ambiente de medo e insegurança nas comunidades indígenas, afetando sua liberdade de movimento, o acesso a serviços básicos e a capacidade de exercer seus direitos.

O combate ao narcotráfico em terras indígenas estacionou no levantamento de relatórios e diagnósticos, sem resultar em políticas públicas efetivas por parte das diferentes esferas do Poder Público que coibissem a atuação dos traficantes nessas áreas. A ausência de projetos sociais voltados para a ocupação laboral de jovens indígenas, por exemplo, facilita a inserção desta parcela da população indígena no espectro de trabalhadores informais, que cresce rapidamente na região amazônica.

Não há dúvida que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social, com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias (MACHADO, 2003, p. 06 *apud* COUTO, 2011, p. 13).

> Segundo denúncia da COIAB [Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira], em novembro de 2007, cerca de 200 adolescentes indígenas, entre 12 e 18 anos, de 43 etnias dos municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, já teriam sido identificados como usuários de drogas e estariam sendo usados como transportadores pelos traficantes. Segundo a entidade, além de consumir

> maconha e cocaína, esses jovens estariam inalando cola de sapateiro e até gasolina (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

A violência e os conflitos gerados pelo narcotráfico levam ao deslocamento forçado das comunidades indígenas de suas terras tradicionais. O medo de represálias por parte dos grupos criminosos, a falta de proteção do Estado e a ausência de condições básicas de segurança fazem com que muitas famílias abandonem seus lares em busca de segurança em outros locais, muitas vezes sem o apoio adequado para reconstruir suas vidas.

Outra consequência desagradável do narcotráfico para as comunidades indígenas é a existência de meninos e meninas vítimas de abuso sexual (estupro, incesto, pedofilia). Ocorre também nas aldeias indígenas um elevado índice de gravidez precoce e indesejada, aborto e agressão doméstica. Também é comum a prática do turismo sexual e a relação de adultos, inclusive não-índios, com índias menores de idade.

Essa relação entre o narcotráfico e o abuso sexual de povos indígenas se dá, principalmente, em garimpos ilegais instalados em terras indígenas, locais que são fontes de recursos que financiam o tráfico de drogas. Em algumas áreas, observa-se atualmente uma prevalência preocupante da prostituição, associada à disseminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). O problema do alcoolismo, do tráfico de drogas e do consumo de substâncias entorpecentes são forças externas, advindas dos garimpos ilegais, que têm penetrado nas comunidades indígenas, afetando significativamente a juventude. Essas práticas contribuem para a ocorrência de diversas violações.

Conforme aponta o relatório do Conselho Indígena Missionário (CIMI),

Em 2022, registramos 20 casos de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas. Os relatos causam espanto e indignação não apenas pela crueldade dos casos, mas também pela característica das vítimas: dos 20 casos registrados, 18 foram cometidos contra crianças e adolescentes, quase todas com idades entre 5 e 14 anos [...];

Os números indicam a quantidade de casos registrados; além da evidente subnotificação, há casos em que os relatos abarcam uma grande quantidade de vítimas, como é o caso da desesperadora realidade vivenciada na TI Yanomami, em Roraima e Amazonas, já retratada em edições anteriores deste relatório;

Os relatos das comunidades são impactantes, e as violações e violências permaneceram ocorrendo de forma intensa em 2022, sem solução pelo poder público, sendo impossível quantificar o número real de vítimas. **As meninas e mulheres indígenas continuaram sofrendo violências sexuais praticadas pelos garimpeiros invasores do território indígena**;

As situações de aliciamento e de troca de sexo por comida ocorreram reiterada e cotidianamente naquela região. Não bastasse a situação desoladora de miséria, doenças e fome, as mulheres e crianças indígenas permaneceram, em 2022, sendo vítimas de uma das mais cruéis e traumáticas formas de violência, a sexual;

Lideranças femininas reunidas no XIII Encontro Anual de Mulheres Yanomami entregaram carta ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo que o pesadelo provocado pela ação do garimpo ilegal na TI Yanomami chegue ao fim. No documento, enviado em 12 de dezembro, elas indicam a urgência da desintrusão do território, cuja **invasão por milhares de garimpeiros gera extrema violência** – como ataques armados, estupros e o aliciamento de

> mulheres – e **danos ao meio ambiente** que comprometem a caça e a pesca e **fazem proliferar doenças** como a malária (CIMI, 2022, p. 201, destaque nosso).

Marta Raquel (2021), em um artigo publicado no portal "Brasil de Fato" sob o título "Ameaças, estupros e prostituição: os impactos do garimpo ilegal para as mulheres", discute os efeitos prejudiciais do garimpo ilegal nas mulheres. A coordenadora geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), Telma Taurepang, relata que o garimpo ilegal tem causado sérios danos à saúde mental das mulheres indígenas.

Há que se observar, também, que a exploração ilegal de recursos naturais associada ao narcotráfico, caso do garimpo, incentiva a abertura de estradas clandestinas, o que contribui para o desmatamento e a degradação ambiental nas terras indígenas.

Na Amazônia Brasileira, o narcotráfico está frequentemente ligado à exploração ilegal de recursos naturais dentro das terras indígenas, como a extração ilegal de madeira, a mineração clandestina e a caça ilegal de animais silvestres. Essa exploração causa danos ambientais significativos, como desmatamento, contaminação de rios e destruição de habitats naturais, afetando a biodiversidade e a subsistência das comunidades indígenas, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência.

O Relatório de Levantamento "Cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo Tratado de Cooperação Amazônica", elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2010, expressa de maneira clara essa relação entre a abertura de estradas e o garimpo:

> As terras indígenas na Amazônia têm sofrido pressões que representam ameaças à sua integridade. O contato crescente com as malhas de transporte e comunicações expõem seus territórios à incidência de atividades ilegais. Como comentam Carneiro Filho e Souza (2009, p. 14, *apud* TCU, 2010, p. 38-39), "as estradas têm sido o meio de acesso para o roubo de madeira, o surgimento de garimpos e a apropriação ilegal de terras em TIs na Amazônia. São inúmeros os exemplos de prejuízos e mesmo tragédias entre povos indígenas causados pela abertura de rodovias". As estradas também são vetores importantes do desmatamento na região. Segundo informações apresentadas pelos autores, 75% do desmatamento na Amazônia ocorre em uma faixa de até 100 quilômetros ao redor das rodovias (TCU, 2010, p. 38-39).

O cenário indesejável apresentado gera impactos significativos nas comunidades indígenas, particularmente em suas estruturas sociais e culturais, devido à presença do narcotráfico. O aumento da violência, o deslocamento forçado e a perda de valores tradicionais são algumas das consequências mais evidentes.

O narcotráfico representa um desafio significativo para a autodeterminação e autonomia das comunidades indígenas. A presença de grupos criminosos armados, a violência associada ao tráfico de drogas e a exploração de recursos naturais sem consentimento das comunidades dificultam a efetivação dos direitos territoriais e culturais desses povos. Isso pode resultar na perda de controle sobre seus territórios ancestrais e na imposição de modelos de desenvolvimento que não consideram suas necessidades e valores.

Ainda, constata-se que a presença do narcotráfico cria desafios significativos para a garantia dos direitos humanos nas Terras Indígenas. A impunidade e a falta de acesso à justiça perpetuam a vulnerabilidade das comunidades, comprometendo seu bem-estar e segurança.

O narcotráfico alimenta a corrupção e a cooptação de lideranças locais dentro das comunidades indígenas. Grupos criminosos muitas vezes buscam alianças com autoridades locais ou lideranças comunitárias para facilitar suas operações e evitar ações de fiscalização e repressão. Isso resulta na fragilização das estruturas de governança interna das comunidades, prejudicando a capacidade de resistência e defesa de seus direitos.

A ausência de uma governança institucional eficaz em todas as esferas do poder público emerge como o principal obstáculo para a mitigação dos impactos sociais do narcotráfico nas comunidades indígenas. A lacuna na coordenação entre os diversos níveis governamentais compromete a implementação de políticas públicas efetivas que abordem não apenas os sintomas, mas também as causas subjacentes desse fenômeno complexo. A falta de estratégias integradas, que compreendam a dimensão social e cultural das comunidades indígenas, contribui para a persistência dos problemas relacionados ao tráfico de drogas.

Nascimento (2009, p. 03-04) aponta nesta direção ao destacar que a governança, entendida como o esforço da administração pública para monitorar o comportamento dos agentes presentes no espaço institucional e territorial da fronteira, torna-se uma questão premente para os atores políticos envolvidos ou com forte presença territorial na Amazônia. Esse grupo inclui ambientalistas e defensores dos povos indígenas, especialmente aqueles que operam à margem da legalidade constitucional, como contrabandistas e traficantes de diversas naturezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução do narcotráfico na Amazônia Brasileira revela um cenário complexo e vulnerável, com implicações que transcendem as fronteiras nacionais, configurando-se como uma questão de relevância não apenas para a segurança interna do Brasil, mas também para a segurança internacional. A intricada teia de desafios enfrentados nas últimas décadas aponta para a necessidade urgente de ações coordenadas e políticas eficazes que abordem tanto as raízes do problema quanto suas consequências devastadoras para as comunidades indígenas.

O contexto histórico do narcotráfico na Amazônia Brasileira revela uma inserção gradual do Brasil nas rotas internacionais do tráfico de drogas, com a região amazônica desempenhando um papel preponderante nesse fenômeno. A falta de consciência inicial e a ausência do Estado na região contribuíram para a criação de corredores de tráfico internacional, aproveitando-se das características geográficas e demográficas da Amazônia.

A prosperidade da "economia" das drogas em território nacional desperta a atenção para a importância de compreender as ramificações do narcotráfico na Amazônia Brasileira. A articulação de grupos narcotraficantes em redes complexas evidencia a necessidade de uma abordagem multidimensional para enfrentar esse problema. A compreensão da evolução histórica do narcotráfico na região é essencial para traçar estratégias eficazes de combate a essa atividade criminosa.

A associação do narcotráfico com outras atividades ilícitas, como o garimpo ilegal, evidencia uma complexidade adicional. A migração venezuelana desordenada intensificou as disputas territoriais entre facções criminosas, transformando a região de Pacaraima, em Roraima, em um epicentro do embate. A interconexão

entre o tráfico de drogas, o garimpo ilegal e outros crimes destaca a necessidade de abordagens integradas que compreendam a dinâmica complexa desses eventos.

As consequências do narcotráfico para as comunidades indígenas são profundas e alarmantes. A exploração dessas populações vulneráveis, seja pelo fornecimento de drogas aos jovens ou pela utilização destes como transportadores, reflete-se em um aumento preocupante da violência, do abuso sexual e do consumo de substâncias entorpecentes. A falta de políticas públicas eficazes e projetos sociais adequados perpetua a vulnerabilidade dessas comunidades, comprometendo seus direitos humanos fundamentais.

Além dos impactos sociais, o narcotráfico contribui para o desmatamento e a degradação ambiental nas terras indígenas, comprometendo não apenas a biodiversidade, mas também a sustentabilidade dessas comunidades. A necessidade de enfrentar esses desafios exige uma abordagem holística, no nível da governança institucional, integrando ações de segurança, políticas sociais, preservação ambiental e cooperação internacional.

A governança institucional adequada não apenas envolve a repressão ao narcotráfico, mas requer uma abordagem multifacetada, integrando medidas preventivas, programas sociais e colaboração estreita com as comunidades afetadas. A urgência de superar essas deficiências governamentais é crucial para proteger as comunidades indígenas da Amazônia dos impactos prejudiciais do narcotráfico, respeitando sua diversidade cultural e proporcionando soluções efetivas.

Vale salientar que o narcotráfico na Amazônia Brasileira não é apenas um problema interno, mas também possui relevância para a segurança internacional. As rotas de tráfico que atravessam a região conectam-se a redes globais de crime organizado, alimentando um mercado ilícito que transcende fronteiras.

Além disso, a fragilidade das instituições e a falta de cooperação regional para enfrentar esse desafio representam uma ameaça à estabilidade e à segurança na América do Sul, podendo impactar diretamente outros países e regiões.

Diante desse cenário complexo, torna-se imperativo a implementação de políticas públicas integradas que abordem não apenas o combate ao narcotráfico, mas também a proteção dos direitos humanos, especialmente das comunidades indígenas afetadas.

Isso inclui ações como o fortalecimento da presença estatal na região, investimentos em segurança pública e inteligência, programas de prevenção ao uso de drogas, apoio socioeconômico às comunidades indígenas e cooperação internacional para enfrentar o tráfico transnacional de drogas.

Em síntese, a evolução do narcotráfico na Amazônia Brasileira exige uma resposta coordenada e abrangente que vá além das fronteiras nacionais. A proteção das comunidades indígenas, a preservação ambiental e a segurança regional demandam uma abordagem ampla, que combine esforços nacionais e cooperação internacional para enfrentar essa ameaça complexa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. “Drogas levam jovens indígenas em Tabatinga ao suicídio, denuncia cacique”. **Agência Brasil** [2008]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 29/01/2024.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. **Estudos Avançados**, vol. 19, n. 53, 2005.

BELLINTANI, A. I. “A geopolítica na dinâmica da cooperação multilateral amazônica na América do Sul”. *In*: GONÇALVES, V. K.; FILIPPI, E. E. (orgs.). **Amazônia no século XXI**: temas de estudos estratégicos internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

BRASIL, K.; COSTA, E. “Como o PCC se infiltrou nos garimpos em Roraima”. **Jornal Amazônia Real** [2021]. Disponível em: <www.amazoniareal.com.br>. Acesso em: 27/01/2024.

CAVALCANTI JÚNIOR, J. D.; SOARES, L. D. L. “Crime organizado: uma nova luta pelo domínio da territorialidade”. **Revista de Sociologia, Antropología e Cultura Jurídica**, vol. 2, n. 1, 2016.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. “Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados De 2022”. **Conselho Indigenista Missionário** [2022]. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 27/01/2024.

COUTO, A. C. “Um problema de fronteiras: Amazônia no contexto das redes ilegais do narcotráfico”. **Perspectiva Geográfica**, vol. 6, n. 7, 2011.

COUTO, A. C.; OLIVEIRA, I. S. “A geografia do narcotráfico na Amazônia”. **Geographia Opportuno Tempore**, vol. 3, n. 1, 2017.

FIGUEIREDO, N. “Da importância dos artigos de revisão da literatura”. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, vol. 23, n. 1, 1990.

LIMA, F. G. S.; RABELO, G. M. “O reflexo da migração de venezuelanos no mercado de trabalho formal e informal no estado

de Roraima". **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, vol. 6, n. 4, 2019.

MACHADO, L. O. "Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana". *In*: GONÇALVES, M. F. *et al*. (orgs.). **Regiões e Cidades, cidades nas regiões**: O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

MAGALHÃES, C. A. B.; CARMO, S.A. "Tríplice fronteira: aspectos do crime organizado em Roraima". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 36, 2022.

NASCIMENTO, D. M. "Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI". **Novos Cadernos NAEA**, n. 241, 2009.

PASSOS, D. C. S. *et al*. "Tensões de poder". **Revista Jurídica do Cesupa**, vol. 4, n. 2, 2023.

RAQUEL, M. "Ameaças, estupros e prostituição: os impactos do garimpo ilegal para as mulheres". **Brasil de Fato** [2021]. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 29/01/2024.

SILVA, C. A. F.; BAMPI, A. C. "Geopolítica e antigeopolítica na Amazônia no neoliberalismo". **Ciência Geográfica**, vol. 24, n. 3, 2020.

SOUSA, M. T. F. **Crime Organizado Transnacional na Amazônia Brasileira**: O que as Forças Armadas têm a ver com isso? (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

STEIMAN, R. **O mapa da droga** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de levantamento cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <www.tcu.gov.br>. Acesso em: 27/01/2024.

CAPÍTULO 10

A Transformação Logística do
Exército Brasileiro no Século XXI e a Amazônia

A TRANSFORMAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI E A AMAZÔNIA

José Miguel Quedi Martins

Daniel Arrais Barroso

A Amazônia, ao longo da história brasileira, tem sido lembrada em episódios ligados a ciclos econômicos ou ameaças a soberania nacional. O seu distanciamento físico dos centros políticos e econômicos nacionais dificultaram a sua completa integração ao restante do país. A região amazônica apresenta diversidades conceituais e geográficas onde somente a compreensão de sua heterogeneidade permite melhor entender a região. Dessa maneira, o presente capítulo busca analisar as políticas de estado adotadas para Amazônia, com marco inicial na Era Vargas, que buscaram reduzir esse distanciamento do restante do país e superar restrições logísticas na Amazônia Ocidental e Oriental. A grande presença militar do Exército Brasileiro na região, dada pela existência de grande efetivo militar em diversos rincões da Amazônia, exercendo em muitas situações funções estatais permite relacionar com as políticas de Estado para região Amazônica. Desse modo, o processo de transformação logístico do Exército Brasileiro no século XXI é peça a ser analisada ao longo do capítulo.

O conceito de Amazônia legal surge no governo Vargas, a partir da Lei Federal nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953, que em seu Artigo. 2º trazia que:

> A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará

> e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

O IBGE (2023) apresenta que a criação do conceito de Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nesse sentido, a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

Figura 1 - Área de abrangência da Amazônia Legal no ano de 2021



Fonte: IBGE (2022).

Cabe destacar que dentro da Amazônia Legal brasileira ainda existe a subdivisão geográfica entre Amazônia Oriental e Ocidental, onde a Amazônia Ocidental é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, já a Amazônia Oriental é composta pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

Figura 2 - Subdivisões da Amazônia Legal



Fonte: CMN / Exército Brasileiro

A subdivisão entre Amazônia Ocidental e Oriental facilita uma análise mais aproximada desta região de dimensões continentais permitindo também diferenciar características diversas das amazônias que ultrapassam o posicionamento geográfico. Bellintani (2022) destaca que a Amazônia compreende uma vasta área com

inúmeras particularidades que se desdobram em realidades distintas, as "muitas Amazônias", onde a realidade de cada localidade desse imenso recorte geográfico tem muitas especificidades que precisam ser consideradas na elaboração dos planos e projetos de desenvolvimento e intervenção territorial.

A importância da Amazônia para o Brasil e o receio frente à cobiça internacional a incluiu nos interesses nacionais e na Política Nacional de Defesa. Assim, podemos identificar a importância dada a região:

> A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais (BRASIL, 2005).

No mesmo sentido, a Estratégia Nacional de Defesa complementa a importância nacional desta região:

> A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, 2008).

As dimensões quase continentais da Amazônia demandam desenvolvimento e integração ao país, e políticas governamentais de estado iniciam-se na Era Vargas e tem o prosseguimento estatal nos anos seguintes com o Programa Calha Norte, que tem buscado executar suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários para as Forças Armadas, bem como para os estados ou os municípios abrangidos em sua área de atuação, visando atender projetos de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos. Nascimento (2006) analisa que este programa visa garantir a presença do estado na região e vem passando por transformações ao longo dos anos e governos, sendo adequado aos novos padrões de segurança global.

A partir de 1964, Bomfim (2010) destaca a elaboração de um conjunto de leis e medidas administrativas que culminaram na chamada "Operação Amazônia", visando permitir crédito bancário para região acompanhada da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Durante o Governo Militar surgem também os planos nacionais de desenvolvimento, que como planos econômicos tinham a característica desenvolvimentista adotada durante o regime militar do Brasil. O primeiro plano nacional de desenvolvimento teve como objetivo a construção de infraestrutura econômica, como rodovias, reaparelhamento de portos, programas de energia, buscando desenvolver uma melhor capacidade logística na região amazônica.

Estes objetivos do desenvolvimento regional da Amazônia continuaram ao longo dos governos e dos anos seguintes, sendo acrescidas mudanças conforme o enfoque político do governo e do cenário mundial. Em paralelo à busca pelo desenvolvimento da região, nos últimos anos ocorreram uma série de guerras no mundo envolvendo a disputa de recursos naturais, bem como agendas que ameaçam a soberania sobre a Amazônia. Com isso, o Brasil tem buscado o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), "que

associa a Política Externa, a Política de Defesa e o Desenvolvimento" (MARTINS, 2022, p. 09), sendo uma possível resposta a essas ameaças.

O Exército Brasileiro, ao realizar o seu PBC, incluiu a Amazônia e o foco para essa região é o de superar as limitações impostas pelas características peculiares que a distinguem das demais regiões do Brasil, tornando a logística na Amazônia uma das mais complexas do País, perfazendo um total de, aproximadamente, 9 mil km de faixa de fronteira, sendo um desafio ao Exército Brasileiro aprimorar a sua capacidade logística na região.

Assim, a transformação militar tem buscado aumentar a capacidade logística da Força Terrestre, e a Amazônia tem tido prioridade nesse processo, sendo um marco dessa transformação as criações de Grandes Comandos Logísticos e dentre eles os Grupamentos Logísticos (Gpt Log), permitindo uma evolução na capacidade logística que supere as barreiras impostas pela região.

AS POLÍTICAS DE ESTADO PARA A AMAZÔNIA A PARTIR DE VARGAS

As preocupações e as ações estatais para o desenvolvimento da Amazônia têm como importante marco temporal o Governo Vargas. Nele, conforme Becker (2001) e Carvalho (2001), o fomento de políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica começou com a criação da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que mais tarde passaria a se chamar Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Deste órgão derivou um grande projeto no desenvolvimento de infraestrutura e integração da região com o restante do país, que

foi a construção da rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960, já no governo Juscelino Kubitschek.

Pieranti (2007) destaca que essa estrada e as rodovias Cuiabá-Porto Velho-Manaus e Brasília-Cuiabá-Santarém tornaram-se as grandes vias de ligação entre a região Centro-Oeste e a Amazônia, criando um sistema multimodal (rodovia-hidrovia) de significado estratégico.

A implementação dos maiores projetos dedicados a essa região ocorreu durante os governos militares, onde Pieranti (2007), afirma que esses foram resultado da percepção de que a Amazônia era um espaço vazio, subutilizado e, portanto, uma brecha perigosa à violação da soberania nacional.

Em 1967, surgiu o primeiro plano diretor de desenvolvimento para a região, onde os principais setores incentivados pela SUDAM, foram a pecuária, a agricultura, a indústria e os serviços básicos (educação, transporte e comunicações) (CARVALHO, 2001).

Becker (2001) e Carvalho (2001) ressaltam que ainda durante o regime militar foram efetuados esforços para criar a Zona Franca de Manaus, construir as já citadas estradas Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho, além de realizar o Projeto Jari.

O insucesso obtido até então com esses planos levou a promoção de novas tentativas de desenvolvimento, que inicialmente visavam a uma distribuição de assentamentos ao longo das rodovias. A medida também não surtiu o efeito esperado, o que levou o governo a descartar a tentativa do modelo rural-urbano descentralizado (CARVALHO, 2001).

A partir do fracasso das tentativas anteriores, redirecionou-se a estratégia de desenvolvimento, baseando-a em investimento em projetos megalômanos e no apoio a grandes produtores. Cabe

destacar que as realizações mais visíveis desse período foram a rodovia Transamazônica, a implementação do Pólo Amazônia, as hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel e o programa Grande Carajás (PIERANTI, 2007).

A política de Estado, durante o regime militar, pode ser caracterizada como a tentativa de montagem de infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento da região. No contexto amazônico, este estava associado principalmente à ocupação dos espaços públicos e privados e ao fortalecimento de setores produtivos diversos (PIERANTI, 2007).

Carvalho (2001) afirma que durante o processo de transição política para a democracia, num primeiro momento, foram poucas as alterações nos planos de desenvolvimento da Amazônia, que continuaram a ser implementados, onde no governo José Sarney iniciou seu projeto para a região com o anúncio do programa Calha Norte, que refletia as mesmas preocupações de iniciativas anteriores.

Em 1993, Pieranti (2007) afirma que a questão ambiental passa a ser vista da perspectiva de uma política de Estado com a criação do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e lançado o Programa Nacional do Meio Ambiente, apresentando uma nova forma de visão para região, a da preocupação ambiental.

O governo Fernando Henrique Cardoso retomou os grandes investimentos em infraestrutura na região amazônica visando à inserção do Brasil na economia global, por meio de saídas para o Atlântico, o Caribe e o Pacífico, com a utilização de corredores de exportação, ao mesmo tempo que Carvalho (2001), também destaca o surgimento dos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” durante o os compromissos assumidos pelo Brasil com a Agenda 21 Global e com mais quatro acordos (Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Convenção sobre a

Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas) em 1992, que direcionaram as ações do Estado Brasileiro na busca do desenvolvimento sustentável para região.

Pieranti (2007) afirma que os compromissos assumidos trouxeram uma mudança sensível na matriz de planejamento o desenvolvimento amazônico, tendo como eixo central a sustentabilidade, na busca da compatibilização entre a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Essa mudança na matriz de desenvolvimento tem sofrido críticas sob o argumento de que ela impede o desenvolvimento regional, e de acordo com Nogueira (2005), uma das grandes críticas enfrentadas é a de que essa forma de planejamento tenha transformado a ação estatal em errática e num entrave ao desenvolvimento.

Ainda cabe destacar que, durante os primeiros anos do século XXI, o desenvolvimento da Amazônia dependeu da participação de vários atores estatais, nesse sentido houve uma maior integração e cooperação entre os ministérios, permitindo ações conjuntas na região. Para enfrentar o aumento relacionado a ilícitos transnacionais, questões sociais e ambientais, que retomam as ameaças previstas na Política de Defesa Nacional.

Se o esforço sistêmico, abrangente e permanente da defesa da Amazônia só veio a lume com o Calha Norte, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) elevaram este esforço a uma condição sistêmica – dada que integrada a rede – e rotineira. A associação entre pelotões de fronteira e a vigilância do espaço aéreo, bem como a autorização para interceptação e abate de aeronaves hostis emprestaram um novo ânimo e colocaram a proteção da Amazônia em um novo patamar. Contudo, talvez o passo mais importante seja a prevista integração entre o SIPAM e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e a sua integração num satélite

geoestacionário de defesa e comunicação que permite o monitoramento em tempo real de toda a fronteira da região.

Este esforço é parte integrante do esforço de transformação que inclui a interoperabilidade entre as Forças prevendo a hipótese de seu emprego conjunto. Nesse sentido, importa mencionar, mesmo que de passagem, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) – operado em bases análogas a do SISFRON – há a expectativa de que a confluência das operações conjuntas permita integrar todos estes sistemas de vigilância (SIPAM, SISFRON e SisGAAz) em uma única rede. De tal sorte, espera-se que ela forneça consciência de situação em tempo real e, através de data-link, para que as informações sejam distribuídas para canais incumbidos de dar a respostas em conformidade com os desafios apresentados.

A TRANSFORMAÇÃO DA LOGÍSTICA MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

O Exército Brasileiro é uma instituição nacional, permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria (BRASIL, 1988). No início dos anos 2000, alinhado com este objetivo, o governo brasileiro atualizou sua Política Nacional de Defesa – PND (Decreto Presidencial nº 5.484, de 30 de junho de 2005) e publicou uma Estratégia Nacional de Defesa – END (Decreto Presidencial nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008), para maximizar a capacidade de Defesa Nacional, de forma a garantir ao Estado brasileiro atingir seus objetivos, a despeito de quaisquer ameaças à sua soberania e interesses nacionais.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro iniciou seu processo de transformação, buscando superar as limitações até então existentes. Covarrubias (2007) destacou que a transformação, no caso dos

Exércitos latino-americanos, deveria ter como pilares: a) a natureza; b) estrutura jurídica e c) a capacidade de combate das forças armadas. Para tanto, o autor propõe que a transformação seja compreendida tanto em sentido estrito, a operação de Forças Conjuntas e Armas Combinadas interligadas por uma rede, quanto abarcando à modernização e adaptação (COVARRUBIAS, 2007).

A Transformação da Força Terrestre (BRASIL, 2010), resultante das portarias nº 075-EME, de 10 de junho de 2010 e nº 104-Cmt Ex, de 14 de fevereiro de 2011 (PROFORÇA), permitiu que o Exército pudesse se adaptar a essas novas exigências de capacidades. O PROFORÇA surgiu com marcos temporais até 2031. Deste Projeto derivam seis condicionantes: 1. A racionalização do Exército Brasileiro otimizando o emprego de recursos; 2. Possuir um sistema de mobilização com adequada elasticidade; 3. Apoio à política exterior do País intensificando as ações relacionadas à cooperação com países do entorno estratégico (América do Sul, Caribe e África); 4. Controlar e atuar nas fronteiras terrestres, baseado no SISFRON; 5. Atender requisitos primordiais da E.N.D./2008; 6. Atender à missão constitucional de garantia da lei e da ordem (GLO) e às atribuições subsidiárias. Para alcançar os objetivos das condicionantes, foram constituídos os seguintes vetores da transformação: Ciência & Tecnologia, Doutrina, Educação & Cultura, Engenharia, Gestão, Logística, Orçamento & Finanças, Preparo & Emprego e Recursos Humanos (BRASIL, 2013).

O passo seguinte veio com a Portaria nº 212-EME, de 27 de dezembro de 2012, que separou o Ramo Administrativo do Logístico. A separação dos ramos logísticos e administrativos foi um marco importante na transformação, pois até então a logística operacional e estratégica do Exército estava estruturada em escalões logísticos das regiões militares, que são grandes comandos administrativos e territoriais sem capacidade logística operacional.

O Estado-Maior do Exército Brasileiro (EME) então determinou a implantação de Grandes Comandos Logísticos, que viriam a assumir as atividades logísticas nos tempos de paz e no caso de emprego da Força, tendo em vista que as regiões militares que são grandes comandos territoriais, administrativos e de pessoal detinham também os encargos logísticos, sem deter uma capacidade operativa.

Tais Grandes Comandos Logísticos, de acordo com o Projeto Piloto da Separação dos Ramos Administrativo e Logístico no Exército Brasileiro, assumiriam os encargos logísticos das regiões militares, que por sua vez, ficariam somente com os encargos territoriais e de pessoal.

Assim, atinge-se um dos fatores da transformação que é a adequação de uma estrutura de paz que possa, rapidamente, passar a uma estrutura de guerra, pela ativação dos órgãos necessários (BRASIL, 2013a).

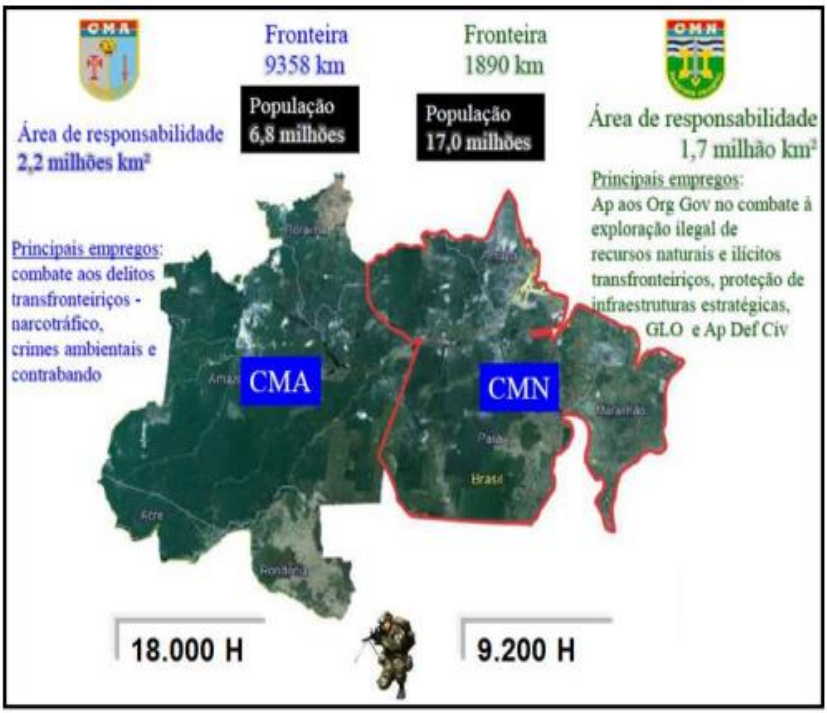
No mesmo sentido, o manual de Logística Militar Terrestre do Exército Brasileiro (EB70-MC-10.238, 2018), que reconhece no transporte o instrumento indispensável para o ciclo logístico, que "envolve, em uma visão ampla, o capital humano, a infraestrutura física, as organizações, os sistemas e os equipamentos necessários ao cumprimento da missão das forças apoiadas."

Sendo o próximo passo desse processo a criação dos Grupamentos Logísticos que conforme o manual de Logística Militar Terrestre (BRASIL, 2018) apresenta a seguinte definição:

> Os **Grupamentos Logísticos** (Gpt Log) são Grandes Comandos desde o tempo de paz, com a missão de **planejar**, **coordenar**, **controlar** e **fazer executar as funções logísticas** no âmbito da Força Terrestre. Possuem organização flexível capaz de receber e destacar módulos logísticos, de acordo com a situação tática (BRASIL, 2018, p. 02-11, destaque nosso).

Inicialmente foram criados os Grupamentos Logísticos, sob coordenação do Comando Militar do Sul (3º) e Comando Militar do Oeste (9º), respectivamente. Em dezembro de 2022 foi criado o 8º Grupamento Logístico sob coordenação do Comando Militar do Norte, e está em fase de criação o 12º Grupamento Logístico que estará subordinado ao Comando Militar da Amazônia.

Figura 3 - Divisão territorial da Amazônia entre Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Norte



Fonte: Mattos (2016).

A importância estratégica da Amazônia, levou o Exército Brasileiro a criar dois Grupamentos Logísticos na região, representando metade dos totais existentes em toda Força Terrestre. Os Grupamentos Logísticos vêm exercendo inúmeras atividades, dentre as quais cabe destacar o controle de fluxo de suprimento, bem como o apoio logístico, o apoio no controle de fronteira e apoio no controle de fluxo migratório através de uma Operação Logística Humanitária que promove o ordenamento da fronteira com a Venezuela, além de prover o abrigamento e interiorização de mais de 95 mil venezuelanos (NÓBREGA, 2023).

O aprimoramento logístico com a criação dos Grupamentos Logísticos se fez acompanhado do aprimoramento da presença militar, onde buscou-se também superar as limitações de transporte na região.

A transformação militar ocorrida na Amazônia é aprimorada no ano de 2013 por ocasião da criação do Comando Militar do Norte (CMN), que até então ficavam sob jurisdição militar somente de um Comando Militar de Área, o Comando Militar da Amazônia.

O CMN assumiu a jurisdição sobre os estados do Pará, Amapá e Maranhão, além da área conhecida como Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, o que aprimorou a presença militar na região oriental da Amazônia.

O Exército Brasileiro através do seu processo de transformação militar, tem buscado aprimorar as suas capacidades logísticas, sendo a logística na Amazônia com as suas dificuldades e limitações objeto de atenção da Força Terrestre, que buscou se reestruturar, para que através da logística operacional dos grupamentos logísticos desenvolver melhores capacidades.

A complexidade e a imensidão da região amazônica impõem dificuldades constantes no estabelecimento do fluxo logístico de entrada e saída desse ambiente, gerando obstáculos para o

planejamento e execução das atividades logísticas por todos os presentes naquela região, tanto militares quanto civis onde as transformações podem ser a ponte para o desenvolvimento (BRASIL, 2023).

A LOGÍSTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

A Amazônia Ocidental é a região composta pelos Estados do Amazonas, do Acre, de Rondônia e de Roraima, que abrange cerca de 43% da Amazônia Legal e 25% do território nacional.

O modal fluvial é o principal da logística militar na Amazônia Ocidental, devido a sua grande disponibilidade de hidrovias, direcionando o emprego de grande quantidade dos meios de transporte voltados para os rios, onde destacam-se três principais eixos partindo de Manaus: Porto Velho-RO (Eixo Rio MADEIRA), Tabatinga-AM (Eixo Rio NEGRO) e São Gabriel da Cachoeira-AM (Eixo Rio SOLIMÕES).

A navegação fluvial na Amazônia Ocidental é também analisada por Passos (2013), ao afirmar que:

> A navegação fluvial na região amazônica, apresenta características próprias em função dos períodos de cheia e estiagem; exceto a calha principal do Amazonas/Solimões e o Negro, todos os demais rios e paranás sofrem seguidas alterações no seu leito por assoreamento; a falta de sinalização e balizamento das passagens causam dificuldades, insegurança e restrição à navegação noturna, aumentando o tempo das viagens; causando ineficiência pela baixa

rotatividade dos equipamentos e graves reflexos no retorno do investimento.

As dificuldades logísticas na região são destacadas no trabalho de (BRINGEL, 2002), que enumera quatro questões:

a. Grandes distâncias, acarretando a necessidade de manutenção da regularidade na aquisição dos suprimentos, bem como na respectiva distribuição. Esse aspecto é agravado devido à dispersão e isolamento das unidades militares, tornando complexo o apoio logístico;

b. Aliado ao fator anteriormente citado, tem-se a dependência do apoio da FAB e dos meios fluviais para a distribuição do suprimento;

c. Escassez de recursos locais (menos grave em Manaus e Porto Velho). O suprimento, em quase sua totalidade, é fornecido pelas empresas do centro-sul do País, haja vista que a economia regional ainda é incipiente em muitos aspectos. Como a Amazônia está totalmente deslocada dos centros industriais, o suprimento, até chegar à "ponta da linha", sofre retardos e interrupções, causando transtornos em toda cadeia logística;

d. Ausência de estruturas e processos logísticos que facilitem a manipulação, o acondicionamento, o transporte e o controle do suprimento nas unidades militares localizadas no interior da Amazônia. Métodos modernos, com emprego de ferramentas tecnológicas que permitam maior dinamismo, agilidade e confiabilidade na execução dos trabalhos logísticos de suprimento, ainda é uma realidade muito distante das atuais práticas empregadas no ambiente amazônico.

Para superar essas dificuldades, o Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental também possui dois eixos logísticos terrestres, direcionados pelas rodovias BR-174 e BR-319. Somado a isso, alguns Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) somente podem ser apoiados por via aérea, com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) ou com a contratação de aeronaves civis (BRASIL, 2023).

O modal aéreo demanda um volume grande de recursos para a contratação do Transporte Aéreo Logístico (TAL), proveniente do meio civil, ou a disponibilização de horas de voo da FAB / Aviação do Exército, sendo empregado em situações excepcionais, por este motivo é priorizado os modais fluvial e/ou terrestre.

A LOGÍSTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA ORIENTAL

A Amazônia Oriental correspondente a uma área total de aproximadamente 2,9 milhões de km com uma importante Bacia Hidrográfica, tendo o maior banco genético do planeta e um vultuoso patrimônio mineral.

Bertani (2015) destaca que o sistema fluvial da Região Hidrográfica da Amazônia oriental pode ser classificado como um sistema de rios de predomínio meandrante, em que se tem, comumente, a presença de planícies de inundação onde a navegação aquaviária é o modal mais apropriado para a região, mesmo carecendo de infraestrutura para tornar os rios mais profundos e navegáveis durante todo o ano.

Nesse sentido, a qualidade das vias da região nos diversos modais é afetada devido a diversos fatores, tendo como exemplo, o enorme tráfego de caminhões com sobrecarga, chuvas constantes, variação da trafegabilidade dos rios e falta de sinalização aquaviária.

Apesar da grande malha de rios existentes, faltam melhoramentos que permitam uma melhor navegação devido as inconclusivas obras e serviços de manutenção que diminuem as condições de navegabilidade e de capacidade de transporte limitando a capacidade logística nesta região.

No modal rodoviário, temos na BR-230 uma importante rodovia que integra de oeste a leste o Estado do Pará, tendo grande destaque para a logística da região, sendo principal alimentadora intermodal, integrando os afluentes Sul do Rio Amazonas com as cidades de Marabá, Almira, Itaituba e Humaitá, localizadas, respectivamente, nos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira.

A rodovia BR-163 tem um grande potencial de escoamento a ser aproveitado entre o Centro-Oeste do Brasil e porto de Santarém, podendo permitir o desenvolvimento de ações militares vindas do Sul e do Sudeste do país, possibilitando a integração através da hidrovia Tapajós – Teles Pires do Comando Militar do Oeste com os Comando Militares da Amazônia e do Norte.

A rodovia BR-156 se encontra em situação precária em grande parte apresentando limitações e poucas ligações com terminais de outros modais.

Assim, o atlas de manutenção rodoviária do DNIT (2023), ao analisar as principais rodovias da Amazônia Oriental, identifica que as elas possuem trechos com necessidade de intervenção, prejudicando a logística e o transporte por este modal.

No que tange a logística militar, cabe destacar a importância da Amazônia Oriental que pode ser utilizada como principal via de acesso para suprimento e tropas da região Norte e Nordeste.

Por fim, as limitações dos modais terrestres na Amazônia Oriental obrigam o operador logístico a utilizar com maior

frequência outros modais para o transporte de suprimento e de pessoal, aumentando os custos e o tempo de transporte na região.

CONCLUSÃO

A Amazônia representa um desafio para a operacionalização da logística devido ao seu próprio espaço geográfico, dominado pela imensa floresta, caudalosos e extensos rios, e enormes distâncias que causam o isolamento das cidades e dificuldade nas comunicações.

Embora as preocupações com a segurança da região datem ainda do Brasil Colônia – a construção de Fortes ordenada por Marquês de Pombal, foi só com a estruturação do Estado Nacional e a centralização política da Era Vargas que se passou a desenvolver esforços continuados em uma base regular. A despeito disso, as vulnerabilidades da região demandavam uma atenção cada vez maior, de sorte que o grande marco continua sendo o Programa Calha Norte, que permanece em andamento, que com o SIPAM, pela primeira vez integrou a região em um esforço sistêmico de defesa.

Atualmente encontra-se frente ao desafio de aprofundar ainda mais o SIPAM, estendendo à Amazônia o Programa de Monitoramento de Fronteiras – o SISFRON – já implementado na região Centro-Oeste. Além disso, a estruturação do 8º Gpt Log em Belém, PA, o posiciona a menos de meio-dia de distância da Base de Alcântara e do lar da futura 2ª Esquadra do Brasil no Maranhão. Assim, cria-se uma oportunidade ímpar no esforço de integração entre o SISFRON e o SisGAAz, constituindo desse modo o Espaço Amazônico não mais em um desafio, mas em um mero efetivo que une o povo e as capacidades estatais brasileiras em um único sistema que dá cobertura de vigilância a todo o Brasil e parte considerável da própria América do Sul.

Neste sentido, a estruturação de dois Grandes Comandos Logísticos na Amazônia apresenta-se como uma oportunidade auspiciosa não apenas de incrementar a segurança e a defesa da região, mas sobretudo, atender as demandas da END de associar o preparo ao desenvolvimento, para a geração de emprego e de renda. Mesmo as tarefas mais urgentes, relacionadas a pavimentação, e bem feitorias em vias de transporte, já representam um aporte relevante dado pelo EB ao desenvolvimento e a integração na Região.

Dadas as dimensões da Amazônia legal – sendo 51% território brasileiro – é razoável supor que num horizonte previsível de eventos, o processo de transformação do Exército, a implementação da Doutrina de Operações de Convergência 2040 (2023), a estruturação do SISFROM e a proteção da Amazônia, continuarão andando de mãos dadas. Confia-se que isto será suficiente para que o Brasil atravesse satisfatoriamente os desafios e vindouros reservados pelo século XXI.

A preocupação do Brasil com a região e o receio das ameaças crescentes a soberania regional, que ao longo do tempo vem aumentando, impuseram agendas em diversas áreas onde o Exército Brasileiro tem sido um ator importante no que tange a Defesa e Proteção da Amazônia brasileira.

O Exército Brasileiro, no século XXI, está ciente que a Amazônia é uma importante área geopolítica de interesse coletivo e mundial, e durante o seu processo de transformação iniciado neste século, esta região se encontra priorizada, com destinação de meios e recursos, de modo a permitir que a capacidade logística na Amazônia, com suas limitações já demonstradas, apresente uma evolução com o advento deste processo.

A transformação logística realizada pelo Exército Brasileiro aumentou sua capacidade logística operacional através de Grandes Comandos Logísticos, permitindo que as até então estruturas

administrativas logísticas possam deter capacidades logísticas operacionais, complementado o processo de transformação para Amazônia.

De mesma maneira a criação de dois Comandos Militares de Área na Amazônia reduziu a distância física na cadeia de comando que até somente um comando militar de área era responsável por toda Amazônia. No que tange a evolução da logística para região, o atual Comando Militar da Amazônia responsável pela Amazônia Ocidental implementou o 12º Gpt Log situado em Manaus, já o Comando Militar do Norte responsável pela Amazônia Oriental implementou o 8º Gpt Log em Belém, surgindo ambos como resposta as limitações impostas pela região, visando assim aumentar a capacidade logística militar.

Não obstante a parceria com os países amazônicos trazer forças para a manutenção da soberania responsável, nesse sentido a integração sul-americana permite que vários problemas de cunho nacional e internacional possam ser enfrentados, inclusive aqueles que envolvem o maior modal de transporte da região, o fluvial, sendo ele a porta e o caminho da Amazônia para o mundo.

Assim, as ações que busquem o desenvolvimento da infraestrutura de transporte dependem de atuação coletiva com a cooperação entre civis e militares, de modo que a adoção de várias medidas, dentre elas a reforma e a ampliação dos portos, bem como a ampliação da capacidade de armazenagem dos armazéns de cargas, sendo essas capacidades integradas com a intermodalidade dos meios de transporte desta região.

Essas medidas permitiriam a melhoria dos meios de transporte e escoamento através do aprimoramento dos serviços portuários, além da diminuição do chamado custo-Brasil, de modo que se posta em prática podem contribuir bastante para a ampliação e diminuição dos custos logísticos na Amazônia.

Por fim, conclui-se então que o desafio apresentado pela integração e desenvolvimento da Amazônia continua presente, e a responsabilidade advinda deste desafio deve ser compartilhada por vários atores, onde o Exército Brasileiro tem tido destaque e pode se dizer que tem tomado medidas que buscam aumentar a sua capacidade logística na Amazônia, porém essas medidas devem ser complementadas por ações do governo que desenvolvam ou aprimorem a infraestrutura da região, que hoje sem dúvidas é um limitador do desenvolvimento e integração amazônica.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" **Portal da UFPR** [2001]. Disponível em: <www.ufpr.br>. Acesso em: 15/02/2024.

BELLINTANI, A. I. "A geopolítica na dinâmica da cooperação multilateral amazônica na América do Sul". *In*: GONÇALVES, V. K.; FILIPPI, E. E. (orgs.). **Amazônia no século XXI**: temas de estudos estratégicos internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

BERTANI, T. C. **Sensoriamento Remoto e caracterização morfológica no Baixo Rio Solimões, com análise de suas rias fluviais** (Tese de Doutorado em Sensoriamento Remoto). São José dos Campos: INPE, 2015.

BOMFIM, P. R. A. "Fronteira Amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?" **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 30, n. 1, 2010.

BRASIL. **A importância da Logística Militar na Amazônia Ocidental**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Amazônia Legal**. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19/01/2024.

BRASIL. **Caderno Setorial de Recursos Hídricos**: Saneamento. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07/02/2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005**. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07/02/2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07/02/2024.

BRASIL. **Exército Brasileiro ajuda a Guiana**. Brasília: Exército Brasileiro, 2018. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Manual de Campanha**: EB70-MC-10.238 - Logística Militar Terrestre. Brasília: Exército Brasileiro, 2018. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Manual de Campanha**: EB70-MC-10.357 - Grupamento Logístico. Brasília: Exército Brasileiro, 2020. Disponível em: <www.eb.mil.gov.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **O Processo de Transformação da Força Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 019, de 27 de janeiro de 2016**. Brasília: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <www.eb.mil.gov.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 1.701, de 21 de dezembro de 2016**. Brasília: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 104-Cmt Ex, de 14 de fevereiro de 2011**. Brasília: Exército Brasileiro, 2011. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 54-EME, de 27 de março de 2014**. Brasília: Exército Brasileiro, 2014. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 075-EME, de 10 de junho de 2010**. Brasília: Exército Brasileiro, 2010. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 212-EME, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Exército Brasileiro, 2012. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 322-EME, de 8 de dezembro de 2015**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Portaria n. 938-EME, de 23 de dezembro de 2022**. Brasília: Exército Brasileiro, 2022. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Processo de transformação do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro, 2010. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Relatório da Experimentação Doutrinária do 3º Grupamento Logístico**. Porto Alegre: Exército Brasileiro, 2022. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRASIL. **Relatório da Experimentação Doutrinária do 9º Grupamento Logístico**. Campo Grande: Exército Brasileiro, 2022. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

BRINGEL, L. **Logística na amazônia ocidental**: suprimento e transporte. Brasília: SAE, 2002.

CARVALHO, G. "Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia". *In*: BARROS, A. C. (org.). **Cadernos Temáticos**: sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: Ipam, 2001.

COVARRUBIAS, J. G. "Os três pilares de uma Transformação Militar". **Military Review**, vol. 6, 2007.

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura do Transporte. **Mapas de Gerenciamento de Rodovias**. Brasília: DNIT, 2023. Disponível em: <www.dnit.gov.br>. Acesso em: 15/01/2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Cidades e Estados". **IBGE** [2023]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/01/2024.

MARTINS, J. M. Q.; LUKRAFKA, T. O. “Entrevista Prof. Dr. José Miguel Martins”. **Revista InterAção**, vol. 13, n. 1, 2022.

MATTOS, R. **A Missão do Exército Brasileiro na Defesa e Segurança das Fronteiras da Amazônia**. Amapá: Exército Brasileiro, 2016. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 15/01/2024.

NASCIMENTO, D. “Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional”. *In*: CASTRO, C. (org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NÓBREGA, I. “Em Roraima, Ministro da Defesa visita instalações da Operação Acolhida”. **Defesa em Foco** [2023]. Disponível em: <www.defesaemfoco.com.br> Acesso em: 13/02/2024.

NOGUEIRA, R. “Lula e o meio ambiente: errático sem limites”. **Primeira Leitura**, n. 1351, 2005.

PASSOS, L. H. S. “A Logística De Transportes Na Amazônia Ocidental: Desafios, Limitações E Importância Para O Desenvolvimento Do Estado De Roraima”. **Revista de Administração de Roraima**, vol. 2, 2013.

PIERANTI, O. P.; SILVA, L. H. R. “A questão Amazônica e a política de defesa nacional”. **Cadernos Ebape**, vol. 5, n. 1, 2007.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Adriana Iop Bellintani é professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Mestre em História Ibero Americana. Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: adrianaiopb@yahoo.com.br

Alessandra Prates Barreras Carriero é mestre em Política Internacional. Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: alessandrabarreras@gmail.com

Bibiana de Castro Muller é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de interesse de pesquisa: Amazônia e Relações Internacionais. E-mail para contato: bibianamllr@gmail.com

Breno Teixeira Barbosa é graduado em Ciências Militares. Mestrando em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: brenotb@hotmail.com

Daniel Arrais Barroso é major do Exército Brasileiro. Graduado em Ciências Militares. Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: dkclan@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Eduardo Ernesto Filippi é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Economia Rural. Doutor em Economia Política pela Université de Versailles. E-mail para contato: edu_292000@yahoo.com.br

Gheysa Daniele Pereira Moura é assistente social. Mestre em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Área de interesse de pesquisa: Culturas Amazônica. E-mail para contato: gheysa1@gmail.com

Jéssica Duarte é graduada em Engenharia de Energia. Mestranda em Políticas Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: jessica.jd.duarte@gmail.com

José Miguel Quedi Martins é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: jose.martins@ufrgs.br

Julia Driemeier Vieira Rosa é graduada em Relações Internacionais. Mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: jrosa3103@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Marcus Antonio Rodrigues Junior é coronel da reserva do Exército Brasileiro. Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: cel.marcusjunior@gmail.com

Rafael Augusto da Cunha Bonato é graduado e mestre em Ciências Militares. Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: xbonato@hotmail.com

Rebeca Venancio Coutinho Lima é graduada em Relações Internacionais. Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: rvenanciocoutinho@gmail.com

Reginaldo Gomes de Oliveira é professor aposentado da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: regiegomes.ufrr@gmail.com

Sueli Sampaio Damin Custódio é professora do Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: sueli.damin.@gp.ita.br

SOBRE OS AUTORES

Tiago Carvalho Rodrigues é graduado em Relações Internacionais. Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade de Genebra (UNIGE). Área de interesse de pesquisa: Relações Internacionais. E-mail para contato: tiagocrodrigues19@gmail.com

Verônica Korber Gonçalves é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia Política. Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: veronica.goncalves@ufrgs.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024